



OS DIRIGENTES DO PAIGC

DA FUNDAÇÃO À RUTURA 1956-1980

ÂNGELA BENOLIEL COUTINHO

ÂNGELA SOFIA BENOLIEL COUTINHO Obteve o doutoramento em História da África Negra Contemporânea pela Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne, em 2005. De 2001 a 2003 foi leitora no Departamento de Português na Universidade de Paris X – Nanterre, em França, e entre 2004 e 2007 foi docente no ensino superior privado no Mindelo, em Cabo Verde. De 2007 a 2013 foi bolsreira de pós-doutoramento da FCT (Ministério da Ciência – Portugal), no CesNova – FCSH - Universidade Nova de Lisboa. Tem artigos e capítulos de livros publicados e desde 2007 tem também participado na organização de colóquios internacionais em Portugal e em Cabo Verde. Atualmente, é investigadora associada ao CEIS20 – Universidade de Coimbra e ao IPRI – Universidade Nova de Lisboa, e colabora com instituições cabo-verdianas e norte-americanas em projetos de salvaguarda do património histórico de Cabo Verde, com financiamento da BRED/UNESCO – Dakar e do World Monuments Fund – New York.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Imagem da Capa

© Arquivo Amílcar Cabral /

Fundação Mário Soares

Infografia

Linda Redondo

Revisão

Teresa Nunes

Impressão e Acabamento

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-1154-9

ISBN Digital

978-989-26-1155-6

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1155-6>

Depósito Legal

433683/17

ÂNGELA BENOLIEL COUTINHO

OS DIRIGENTES DO PAIGC

(PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA
DA GUINÉ E DE CABO VERDE),
DA FUNDAÇÃO À RUTURA 1956 - 1980



Diretor Principal

Maria Manuela Tavares Ribeiro
mtribeiro7@gmail.com

Os originais enviados são sujeitos
a apreciação científica por referees.

Assistente Editorial

Marlene Taveira
taveiramar@gmail.com

Comissão Científica

Agnes Szilagyi
szilagyi.agnes@btk.elte.hu
Universidade Eötvös Loránd (Budapeste)

Alice Kessler-Harris
ak571@columbia.edu
Columbia University

Álvaro Garrido
agarrido@fe.uc.pt, alvfgarrido@gmail.com
Universidade de Coimbra

Daniel Innerarity
dinner@unizar.es
Universidad de Zaragoza

Hipólito de la Torre Gómez
htorre@geo.uned.es
UNED – Madrid

Ioan Horga
Oradeaihorga@uoradea.ro
Universidade de Oradea – Oradea

Jean Garrigues
jeang78@orange.fr
Universidade de Orléans

João Paulo Avelãs Nunes
jpavelas@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra

Jorge Alves
jfalves@letras.up.pt
Universidade do Porto

Luís Reis Torgal
lrtorgal@netcabo.pt
Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Meireles
mcoelho@letras.up.pt
Universidade do Porto

Maria Luíza Tucci Carneiro
malutucci@gmail.com
Universidade de São Paulo (Brasil)

Mariano Esteban Vega
maes@usal.es
Universidade de Salamanca

Maurizio Ridolfi
mridolfi14@gmail.com, mauri.ridolfi@alice.it
Università della Tuscia (Viterbo)

Rui Cunha Martins
rcmartin@ci.uc.pt
Universidade de Coimbra

Sérgio Campos Matos
sergiocamposmatos@gmail.com
Universidade de Lisboa

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	21
1. A EVOLUÇÃO DO PAIGC.....	22
2. UM TEMA TRATADO DE FORMA DESIGUAL.....	25
3. À PROCURA DE TRAJETÓRIAS.....	26
4. UM ESTUDO NO CRUZAMENTO DE TRÊS DISCIPLINAS.....	28
5. O NECESSÁRIO CRUZAMENTO DE FONTES.....	35
I. Os FUNDADORES: A PRIMEIRA GERAÇÃO DOS DIRIGENTES DO PAIGC	41
I.1. BISSAU, 1952 – 1956:	
UM TERRENO DECISIVO DE EFERVESCÊNCIA POLÍTICA.....	42
I.1.1. A fundação do partido na clandestinidade ou como a sua história é incerta.....	42
I.1.2. Da "Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos" ao Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria da Guiné: sucessos e insucessos das atividades associativas pré-revolucionárias.....	46
I.2. OS TRAÇOS COMUNS DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES:	
SECA, EMIGRAÇÃO E UMA CERTA RELAÇÃO COM A CULTURA DOMINANTE.....	50
I.2.1. A idade dos fundadores, espetadores da grande fome.....	50
I.2.2. Emigrantes cabo-verdianos na Guiné: uma velha história e os frutos de um terreno muito fértil.....	51

I.2.3. Professores primários e padres <i>santiaguenses</i> : as trajetórias dos pais e avós paternos ou como ludibriar o dominador	54
I.2.3.1. Trajetórias paternas.....	55
I.2.3.2. Trajetórias dos avós paternos.....	57
I.3. DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA IDENTITÁRIA À POLÍTICA: LOCAIS E TEMPOS DE FORMAÇÃO E DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	61
I.3.1. O liceu que afirmava a <i>caboverdianidade</i>	61
I.3.1.1. O liceu Gil Eanes no Mindelo, ilha de S. Vicente	62
I.3.1.2. O papel de Baltasar Lopes da Silva.....	65
I.3.1.3. A revista <i>Claridade</i>	66
I.3.2. A Universidade de Lisboa: o encontro e o confronto dos colonizados ou... quem influenciou quem?	67
I.3.3. As trajetórias profissionais dos fundadores, homens com carreiras de sucesso.....	73
I.4. FUGAS OU PRISÃO:	
A ETAPA DECISIVA PARA ASCENDER À DIREÇÃO DO PARTIDO	75
I.4.1. As três fugas que salvaram o partido	75
I.4.1.1. O não-regresso de Amílcar Cabral	76
I.4.1.2. A fuga precipitada de Luís Cabral.....	77
I.4.1.3. A passagem tranquila de Aristides Pereira à clandestinidade.....	78
I.4.2. Em Conakry, terra de acolhimento: tudo a perder ou tudo a ganhar?.....	79
I.4.3. Enfrentar, resistir e suportar a PIDE	80
II. Os <i>COMBATENTES</i>: A LONGA E PROGRESSIVA TOMADA DO PODER PELA SEGUNDA GERAÇÃO DOS DIRIGENTES DO PAIGC	85
II.1. O RECRUTAMENTO DOS MILITANTES NO MUNDO OBSCURO DA CLANDESTINIDADE.....	86
II.1.1. As profissões e atividades dos <i>combatentes</i> : assalariados guineenses em Bissau e estudantes cabo-verdianos em Portugal.....	90

II.1.2. A hegemonia guineense ou como a realidade foi mal observada.....	93
II.1.3. O espectro da fome sempre presente em Cabo Verde	99
II.1.4. A quase-ausência de mulheres na direção e as esposas na sombra	101
II.1.5. A etapa decisiva: a fuga em direção ao teatro de guerra	104
II.2. O RECRUTAMENTO DOS DIRIGENTES	112
II.2.1. Trajetórias no partido: políticos-militares, políticos-diplomatas ou outros?	113
II.3. ITINERÁRIOS DOS PAIS E AVÓS PATERNOS: SABER CONVERTER OS CAPITAIS DISPONÍVEIS	116
III. HERÓIS E IDEÓLOGOS: VALORES E PRINCÍPIOS APÓS A INDEPENDÊNCIA.....	121
III.1. A HEROIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES FALECIDOS	122
III.1.1. <i>Combatentes</i> guineenses ou o heroísmo nacional quase exclusivo	122
III.1.2. Combatentes dedicados lutando pela liberdade e pelo progresso	124
III.1.3. Universalidade e excelência: que imagem construir do líder perdido, mas não esquecido?	131
III.1.3.1. Amílcar Cabral, um revolucionário dedicado ao ideal da dignidade do Homem Africano.....	131
III.1.3.2. Cabral: um artesão genial, fundador da Nacionalidade.....	135
III.1.4. Um reconhecimento oficial: a dupla imagem de Cabral nos selos de Correio	137
III.2. CONTINUAR A REVOLUÇÃO	140
III.2.1. Nascimento do Novo Homem Africano ou como se libertar do passado preservando a sua identidade.....	141
III.2.2. As relações suicidárias da pequena burguesia e do PAIGC, «guia das massas», com a sociedade	155
III.2.3. Da união política vitoriosa à difícil unidade com vista ao desenvolvimento socioeconómico	163

IV. REVOLUCIONÁRIOS NO PODER: MUDAR GERINDO AS HERANÇAS	173
IV.1. COMO REVOLUCIONAR A SOCIEDADE:	
INSTRUMENTOS POLÍTICOS NOS DOIS NOVOS ESTADOS.....	173
IV.1.1. Um Estado que executa o programa do partido	173
IV.1.2. Militantes armados ou militares?	
A sobreposição de cargos de direção.....	177
IV.1.3. As formas de militantismo do cidadão.....	179
IV.2. DE UMA DIVERSIDADE DAS HERANÇAS ECONÓMICAS A UMA CLARA	
UNIDADE NOS PROJETOS DE MUDANÇA SOCIAL.....	181
IV.2.1. As relações dos dirigentes de segunda geração do	
partido com os dois Estados independentes:	
dirigentes e ministros	181
IV.2.2. Crescer economicamente ou modernizar-se?	
A primazia dada ao desenvolvimento económico.....	183
IV.2.2.1. A polémica sobre o desenvolvimento na época	
da luta armada: manter os costumes ou mudá-los	
com base em métodos científicos?.....	186
IV.2.2.2. Os agricultores guineenses no centro	
do debate e na base das mudanças.....	196
a) Uma economia guineense dependente e frágil,	
baseada no setor agrícola.....	196
b) Quebrar a economia de subsistência:	
a agricultura como motor e reflexo	
dos outros setores.....	198
IV.2.2.3. Em Cabo Verde: combater a seca,	
fugir ao espectro da fome.....	205
IV.2.3. Prosseguir as experiências sociais inovadoras da	
época da luta armada no quadro de uma	
nova realidade social	214
IV.2.3.1. A justiça pelo “povo” e inspirada por este	214
IV.2.3.2. Desenvolvimento e inovação no setor da Saúde:	
das «brigadas sanitárias» aos «projetos	
de desenvolvimento comunitário»	215
IV.2.3.3. Educar um Homem Novo	221

IV.2.3.4. Prioridades culturais: salvaguardar o património, escrever línguas e encorajar os artistas	228
IV.3. O FIM ABRUPTO DO PAIGC	229
IV.3.1. A Guiné em sintonia com o continente: o golpe de Estado de 1980, causa da rutura do partido	229
IV.3.1.1. Os homens do golpe de Estado: militares que dominam os dirigentes políticos.....	232
IV.3.1.2. Acusações e falhanço da unidade Guiné-Cabo Verde	234
IV.3.1.3. Falar sem se compreender: a condenação da ala cabo-verdiana.....	241
IV.3.2. A criação do PAICV ou a rutura assumida do partido	250
CONCLUSÕES	255
TABELAS	275
IMAGENS	285
BIBLIOGRAFIA CITADA	317

(Página deixada propositadamente em branco)

AGRADECIMENTOS

Este livro resulta da tese de doutoramento em História da África Negra Contemporânea, intitulada “Os dirigentes do P.A.I.G.C. (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde), da fundação à rutura: estudo de trajetórias individuais, de estratégias familiares e de ideologias”, defendida em 2005 na Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne. A versão em língua portuguesa, ora dada à estampa, foi traduzida por mim.

Um trabalho de longo fôlego como é o da elaboração de uma tese de doutoramento, para além do esforço pessoal do candidato, deve-se sempre a diversos apoios e estímulos, ao longo dos anos. Uns vêm da parte de quem sempre esperamos que o fizessem, e outros, de pessoas que, malgrado o fato de sermos perfeitos desconhecidos, generosamente abrem-nos as portas e dão-nos uma oportunidade.

Devo, assim, agradecer primeiramente essas pessoas, e antes de mais, o Professor Doutor Luís Reis Torgal, da Universidade de Coimbra, pelo interesse que demonstrou pela publicação desta obra, que se deve em grande medida ao seu empenho pessoal; à Dra. Ana Cordeiro, então Diretora do Centro Cultural Português / pólo do Instituto Camões no Mindelo, pelos incentivos e oportunidades criadas para que eu desse a conhecer o meu trabalho, aquando da minha chegada a Cabo Verde. E sobretudo, à Professora Doutora Hélène d’Almeida-Topor, pela confiança depositada em mim, quando aceitou orientar esta tese de doutoramento. Por fim, agradeço à família Dufriche por ter-me proporcionado melhores condições materiais

de vida em Paris, ao alugar-me um apartamento por um preço abaixo do mercado.

Agradeço de igual modo todo o apoio que me foi generosamente dado pelos especialistas Michel Cahen (Universidade de Bordeaux) e a falecida Christine Messiant (EHESS – Paris), em França, assim como pelas Professoras Doutoras Elisa Andrade, do ISE, em Cabo Verde, e Ângela Guimarães, também falecida, do ISCTE, em Portugal. Agradecimento extensivo à equipa do INEP, em Bissau, que me deu toda a abertura para que eu realizasse o meu trabalho nas melhores condições, nos poucos dias que a minha condição de trabalhadora-estudante de então me permitia estar na Guiné. À Helena Teotónio Pereira, que ao longo de 20 anos me foi fazendo descobrir o riquíssimo acervo do CIDAC, em Lisboa, provavelmente o centro de documentação mais completo relativo a estas temáticas.

Gostaria de agradecer a minha família e entes queridos por todo o apoio dado ao longo deste processo, e gostaria particularmente de referir a minha prima Lenita, Helena Coutinho, pelo acolhimento caloroso em Bissau, assim como a prima Lote, Clotilde Resende, pelas mesmas razões, na cidade da Praia. E por fim, a D. Pazzi, Madalena Almeida, amiga das minhas duas avós, que desde a primeira hora me ofereceu também a sua amizade e me acolheu aquando da minha primeira estadia no Mindelo.

Um agradecimento especial ao falecido Presidente Luís Cabral, que, ao longo de 20 anos, esteve sempre disposto a receber-me em sua casa e a conversar longamente comigo, fazendo-me descobrir diversos aspetos da realidade africana e a dos nossos países, em particular. Ao meu saudoso Pai, Reny Coutinho, meu apoiante número 1 e que se empenhou em transmitir-me o valor do estudo aturado, da reflexão profunda, do rigor do raciocínio, assim como o gosto pelo debate. Foi o legado mais precioso que me deixou e que tento todos os dias preservar e cultivar.

Finalmente, *last but not least*, um agradecimento sincero a todos os combatentes que me concederam entrevistas ou com quem pude

conversar, pela abertura e pelo forte entusiasmo que me transmitiram. Devo confessar que, não poucas vezes, perante as dificuldades várias e nos momentos de desânimo em que pensei desistir desta empreitada, lembrava-me do entusiasmo que me transmitiram e das vossas trajetórias de vida, feitas de esforço e empenho constantes, para dar-me alguma coragem e seguir também em frente. Rumo à vitória, claro.

Este trabalho não teria sido realizado sem a atribuição de uma bolsa de doutoramento da Fundação Calouste Gulbenkian.

As fotografias publicadas na obra foram gentilmente cedidas a título gratuito pela Fundação Mário Soares e para as legendas mais completas contei com o prestimoso apoio do Presidente Pedro Pires.

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

A publicação deste livro no ano de 2017 tem algum significado para mim e talvez para a historiografia portuguesa e dos países africanos de expressão portuguesa.

Como qualquer obra, a investigação historiográfica tem um emissor e um receptor, com as suas respetivas memórias que influenciam a produção e a leitura. Ângela Benoliel Coutinho tê-las-á: as memórias de Cabo Verde de onde é originária e onde tantas vezes está; as memórias da Guiné e da sua família que ali ainda habita; naturalmente, as suas recordações de Lisboa (terra de imigração africana e de muitas e variadas gentes); e as suas recordações de França onde apresentou, numa primeira versão, este texto para doutoramento na Universidade de Paris I - Panthéon – Sorbonne... Eu, recordo a minha “longa” estadia na Guiné, dois dolorosos anos (e também bem úteis) da minha juventude (1968 e 1969), numa guerra colonial que não tinha qualquer viabilidade militar, como considerávamos, nas constantes conversas que mantínhamos eu e o meu amigo superior direito, então major, Carlos Fabião; a alegria de ter ali voltado por duas vezes depois da independência, a convite de outro grande amigo, o Dr. Mário Matos e Lemos, conselheiro cultural de Portugal na embaixada em Bissau, que, sem me conhecer pessoalmente, teve a feliz ideia de me “pedir” para “regressar”. Ali aprendi a conhecer o PAIGC, a sentir a guerra em que justamente nos atacava e que nos era imposta pelo Estado Novo, que não mudara nem com o marcelismo — nela tive de colaborar e a ela assisti criticamente, menos como

combatente do que como intérprete, na qualidade de oficial de transmissões do Comando de Agrupamento sediado em Mansoa e depois no Comando de defesa da ilha de Bissau. Nela aprendi a admirar Amílcar Cabral, como (não estranhamente) quase todos os militares da fação colonial, razão por que vim mais tarde a orientar o guineense Julião Soares Sousa a apresentar a sua tese de doutoramento na Faculdade onde ensinei durante quase quarenta anos.

Agora, já no crepúsculo da minha vida científica, olho para estes temas não direi com saudade (sentimento que me é mais ou menos estranho, pois, como digo, o que sinto, empregando uma frase dos poetas, é mais “saudade do futuro”), mas com pena de não ter participado mais diretamente na investigação destes e de outros temas e não tenha podido ajudar a formar uma verdadeira escola de historiografia sobre temas africanos. É certo que (como disse) voltei à Guiné, por ocasião de atividades culturais da nossa embaixada; percorri Cabo Verde, como viajante e universitário, para intervir em congressos, e orientei uma dissertação de mestrado sobre essa terra da revista *Claridade*, também abordada neste livro, essa terra “mártir” e “modelo”, como lhe chamou Sérgio Neto, que escreveu essa tese, transformada depois em livro. E também é verdade que acabei por arguir o doutoramento de Fernando Pimenta em Florença que me levou a “visitar” Angola e o seu processo complexo de luta pela independência, terra que nunca cheguei a conhecer, mas onde quase estive para ir ensinar, em 1970, no polo da então faculdade de Humanidades em Sá da Bandeira (atual Lubango), da Universidade de Angola.

Afinal, porém, porque disse que tem algum significado para mim que este livro seja publicado em 2017? Exatamente porque foi nesta altura, em 6 de Março, que o Professor Luís de Albuquerque teria feito 100 anos, que agora se evocam e que tenho recordado nestas últimas semanas, pelo facto de me terem pedido para falar sobre a sua personalidade de cidadão e de político. Professor, investigador e construtor de instituições, foi um cientista notável

e que, ao contrário do que sucede comigo, estudou como historiador, apesar da sua formação matemática de base, não só os chamados, talvez incorretamente, “Descobrimientos” (afinal foram, para alguns casos, apenas descobrimientos por parte dos europeus), e a cartografia e a arte náutica dos “descobridores”, mas igualmente contactou com a vida das populações que existiam nesses lugares ou que para ali foram levadas. Acabou por não fazer muito do que poderia e queria fazer se não tivesse falecido em 1992, depois de uma vida de trabalho insano, mas acabou por dirigir, embora tivesse ficado incompleta, a única obra sobre a história geral de um país africano de língua portuguesa com a colaboração de africanos e portugueses, a atual República de Cabo Verde. Antes disso, colaborou com a Universidade de Lourenço Marques (atual Maputo), no fim dos anos 60 e no início da década de 70, orientou discípulos e ajudou a organizar em Cabo Verde a sua primeira Universidade, já na fase de independência deste país de “sucesso” (apesar de todas as dificuldades por que vai passando, afinal como todos nós, países europeus).

Ao dizer isto, recorro aqui, agora com a angústia da frustração, o interesse que manifestei na minha Faculdade, sem grande resultados, em que fosse criada um instituto de estudos sobre a presença colonial portuguesa, o colonialismo e o anticolonialismo, bem como porventura sobre o neocolonialismo e, sem dúvida, acerca da história recente dos países de língua portuguesa, incluindo o Brasil (para onde tenho viajado vezes sem conta e aprendido muito com os meus colegas de ofício), cuja independência branca data de 1822 e cujo processo abolicionista da escravatura só se inicia em 1888. A tese de Heloísa Paulo, a primeira desta série que orientei, tinha também esse sentido. Ao fim de contas todos temos as nossas utopias, as quais, como todas elas (e por isso são “utopias”), nunca tiveram lugar.

Eis o motivo por que, logo que encontrei a autora deste livro em Cabo Verde, Ângela Sofia Benoliel Coutinho, e, depois, quando

conheci um pouco da sua tese, em francês, insisti para que fosse publicada, adaptada a edição impressa e traduzida em português. É óbvio que não se trata de uma obra acabada — nenhuma o é — e que se vem juntar a outros estudos, alguns pouco consistentes mas outros bem interessantes e conhecedores da realidade, sobre a Guiné e sobre Cabo Verde e em especial sobre o partido a que ambos os territórios devem dramaticamente a independência, embora ela resultasse também da luta do MFA em Portugal, que sem dúvida, não por acaso, teve origens significativas em soldados que militaram nas bolanhas da Guiné. Ela procura desenhar-nos uma história social, política e cultural do partido que durou de 1963 até 1980, para depois se dividir, como se separaram as histórias dos dois países. Fiquei certamente com interesse em saber mais depois da sua leitura — é afinal a sensibilidade de todos os leitores atentos e, sobretudo, a intenção dos autores que escrevem história —, como, por exemplo conhecer as etnias dominantes e as menos significativas no PAIGC, e os seus motivos, curiosidade que me ficou da leitura de alguns documentos que li enquanto soldado, cheio de dúvidas mas também de certezas, pois não aceitava que uma guerra daquelas prosseguisse quando ali entrei, em Janeiro de 1968, e, sobretudo, quando dali saí, em Novembro de 1969.

Na Guiné, em Mansoa, ouvi a parenética do Padre Mário de Oliveira contra a guerra, ali — em Mansoa mas também em Bissau — tive a sorte de criar amigos de todos os lados (portugueses, guineenses e cabo-verdianos), alguns como o meu antigo aluno Miguel Nunes, que ali tem a sua empresa, herdada dos seus pais e avós, e quer ali habitar e um dia morrer, talvez em Bissau ou nas ilhas encantadas dos Bijagós. Ali comecei a viver, talvez com ingenuidade, os meus sonhos científicos africanos (até um estudo sobre a etnia balanta, em cujo “chão” estive vários meses); ali, em Bissau, vivi a felicidade da minha juventude com a minha família (o meu filho Luís, agora também historiador, lá completou dois anos); ali

consolidei as minhas convicções democráticas de oposição ao autoritarismo e ao colonialismo persistente do Estado Novo...

Por isso a leitura deste livro tanto me interessou, neste ano de 2017 e muito antes, com as minhas recordações da Guiné, de Cabo Verde (noutras circunstâncias), como interessaram afinal as minhas viagens por S. Tomé, em busca do rasto de António José de Almeida, “médico de brancos e de pretos” (como ele dizia, num discurso histórico proferido no Brasil), com as memórias de Angola, onde não estive mas onde poderia ter ensinado, e de Moçambique, onde viveu parte da minha família materna, alguma já ali nascida.

Desculpe, Amiga Ângela, por não ter falado muito do seu livro, que me pediu para prefaciar. Mas afinal a virtude de uma obra historiográfica — feita com rigor sobre os documentos, num tempo em que a História (a ciência social mais consolidada) é substituída muitas vezes por textos sem fundamentação documental e por simples “opiniões” que passam por Ciência — é também “representar” e levar a “representar” outras imagens. Como europeísta crítico que sou, que nunca esqueci a nossa ligação a África, à América, à Ásia e à Oceania, sem nenhum preconceito colonial. Daí afinal a minha intenção — como disse — de erguer uma área historiográfica e, mais do que isso, interdisciplinar sobre essas paragens onde ainda se fala o português, mas também muitas outras línguas, numa diversidade cultural que continua em certos casos a não ser respeitada (tal como, afinal, sucede nesta Europa, onde se fala mais de finanças do que de Cultura). É isso que urge consolidar, considerando estas e outras pedras, para construir, com trabalho e empenho, este complexo edifício. Talvez uma dia isso seja possível... Alguns historiadores (e outros cientistas sociais, e homens da literatura e de outras artes), de todos os países, ainda o vão tentando... É o seu caso.

Ainda bem, assim, que consegui publicar o seu livro na minha Universidade, na sua Imprensa centenária e na colecção “História

Contemporânea”, dirigida pela minha colega e amiga Maria Manuela Ribeiro, coleção ligada ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx, de que ainda sou investigador e de que fui um dos fundadores. De resto, a Ângela tem colaborado com o CEIS20. No fundo, a História que fazemos, com a intenção de objectividade científica, está indissolúvelmente ligada às nossas vidas e às nossas memórias, cheias de interrogações...

Coimbra, 27 de Fevereiro de 2017

Luís Reis Torgal

INTRODUÇÃO

Vários estudos foram realizados sobre a luta de libertação levada a cabo pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) no território da Guiné-Bissau de 1963 a 1974. Foram igualmente publicadas várias biografias sobre o seu líder carismático, Amílcar Cabral. No entanto, sabemos muito pouco, ou praticamente nada acerca dos outros dirigentes do PAIGC.

Como se sabe, o movimento/partido político referido conduziu a Guiné-Bissau e Cabo Verde à independência política. Também sabemos que o mesmo partido dirigiu a vida política destes dois estados de 1975 a 1980. Em Cabo Verde, a partir de 1981, a ala cabo-verdiana do PAIGC fundou um novo partido, o PAICV, que se reclamou seu herdeiro político e que, por sua vez, dirigiu o país até 1991, ano em que se efetuou a abertura democrática no arquipélago. Na Guiné-Bissau o PAIGC dominou a vida política até à data do conflito armado de 1998, que depôs o Presidente Nino Vieira. O Presidente seguinte, Kumba Yalá, foi o primeiro na Guiné-Bissau que não era membro do PAIGC aquando da sua eleição. Vista a importância deste partido na vida política destes dois países africanos no século xx, através deste estudo, quisemos conhecer os seus dirigentes, as respetivas trajetórias na sociedade colonial de onde são ou eram originários, as suas carreiras políticas e o que caracteriza o seu recrutamento. Por outras palavras, o nosso estudo debruça-se sobre o recrutamento e a formação de um novo grupo

de direção política na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, sobre as estratégias de mobilidade social ascendente das respectivas famílias, e ainda sobre a ideologia e as realizações deste grupo no pós-independência.

O período determinado para o estudo em causa foi o da duração de vida deste partido, ou seja, de 1956, data oficial da sua fundação, até 1980, data do primeiro golpe de Estado bem sucedido na República da Guiné-Bissau.

1. A evolução do PAIGC

De acordo com as fontes oficiais, o PAIGC foi fundado na clandestinidade na cidade de Bissau, no dia 19 de Setembro de 1956. Todas as fontes consultadas ao longo do nosso trabalho de investigação são concordantes quanto ao facto de que o partido usou apenas as siglas PAI até ao ano de 1960. Após uma primeira fase de ações levadas a cabo unicamente na clandestinidade, o PAIGC criou uma base de ação em Conakry, em 1960. A partir dessa altura começou também a preparar a ação armada.

Como consequência dos acontecimentos que ocorreram em Luanda em Fevereiro de 1961¹, as autoridades portuguesas reforçaram a presença militar em Angola e aumentaram as medidas repressivas sobre a população. Esta situação marcou o início da guerra colonial portuguesa em África. Os movimentos de libertação criados com vista à independência dos territórios sob domínio colonial português começaram então a dar resposta militar às ações do governo português. No entanto, é bastante provável que estes movimentos

¹ Os célebres ataques às prisões de Luanda, a 4 de Fevereiro de 1961, marcaram o início de uma série de revoltas populares na capital angolana que conduziram ao início da guerra colonial.

tivessem previsto muito anteriormente a necessidade de uma intervenção militar. Vejamos, a título de exemplo, o caso do PAIGC.

Após o célebre massacre de *Pidjiguiti*² em 1959, o PAIGC considerou que o governo colonial português, por meio dessa ação, tinha declarado guerra à população. Em 1960, o partido enviou o primeiro grupo de guerrilheiros para formação militar na China. Após os acontecimentos de 1961 em Angola, estava previsto que fosse aberta uma frente de guerrilha na Guiné e que outra fosse aberta em Moçambique, o que foi feito em 1963 na Guiné pelo PAIGC e em 1964 em Moçambique pela FRELIMO³. Apesar de não ter sido o único movimento político a agir em prol da independência da futura Guiné-Bissau, o PAIGC foi o único a obter sucesso nos planos militar e diplomático. A partir de 1966, metade do território da Guiné-Bissau estaria sob controlo do PAIGC. Desde então, este partido deu início a uma ação de grande envergadura a nível da reorganização económica, social e política destes territórios. Em 1968, a ação militar encontrava-se num impasse. Foi nesse mesmo ano que o general Spínola assumiu as funções de governador e chefe de Estado Maior das Forças Armadas na Guiné. Mas já no ano seguinte, o PAIGC reivindicava o controlo de dois terços do território guineense.

No que diz respeito a Cabo Verde, todas as fontes às quais tivemos acesso indicam que durante vários anos, houve um projeto de invasão do arquipélago por parte do PAIGC. Com vista a atingir esse objetivo, os seus primeiros militantes cabo-verdianos começaram por levar a cabo um trabalho de recrutamento junto aos seus concidadãos residentes no Senegal e na Costa do Marfim, assim como em França e na Holanda. O objetivo era o de constituir um

² Ação armada através da qual as autoridades coloniais responderam às reivindicações dos trabalhadores do porto de *Pidjiguiti*, em Bissau, que se manifestaram no dia 3 de Agosto de 1959.

³ Frente para a Libertação de Moçambique

grupo de guerrilheiros que iria invadir o arquipélago. Em seguida, este grupo seguiu formações militares na Argélia e uma preparação militar de dois anos em Cuba. No entanto, após o assassinato do comandante Ernesto “Che” Guevara, no ano de 1967, o apoio dado a este projeto pelo governo cubano foi retirado. Os quadros militares cabo-verdianos seguiram então outra preparação militar, desta vez na União Soviética, onde aprenderam a manipular mísseis antiaéreos. Foi a partir de 1968, após o insucesso do plano de invasão de Cabo Verde e aquando dos novos bombardeamentos das Forças Armadas portuguesas na Guiné que os quadros militares cabo-verdianos começaram a intervir simultaneamente no terreno militar de guerrilha e na defesa antiaérea.

Amílcar Cabral tinha procurado apoio político a nível internacional para a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, com o objetivo de que esta fosse reconhecida pela maioria dos países da ONU. Os sucessos obtidos com o governo das regiões libertadas e a eleição, em 1972, de uma Assembleia Nacional Popular contribuíram certamente de forma significativa para a concretização deste projeto. Assim, a 24 de Setembro de 1973, o PAIGC declarou a independência da Guiné-Bissau, que foi de imediato reconhecida pela maioria dos países com assento na Organização das Nações Unidas. No ano seguinte, a Revolução dos Cravos em Portugal abriu as portas para o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau pelo Estado português, e permitiu o início das negociações para a independência de Cabo Verde. O Estado de Cabo Verde nasceu a 5 de Julho de 1975.

A partir de então, o PAIGC tornou-se o único partido existente nos dois países, que tinham, no entanto, dois governos, chefes de Estado e parlamentos distintos. Assim sendo, a atividade do PAIGC cessou, no entanto, após o golpe de Estado militar de 14 de Novembro de 1980 em Bissau e como consequência desta ação, foi criado um novo partido em Cabo Verde em Janeiro de 1981: o PAICV. Pode-se afirmar que, nessa altura, o partido dividiu-se em dois.

2. Um tema tratado de forma desigual⁴

De que forma o tema que nos interessa foi tratado até à época atual, assim como os temas sobre os quais devemos basear a nossa reflexão? Interrogamo-nos em relação à história do PAIGC e da luta armada, à dos movimentos pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, à das sociedades cabo-verdiana e guineense na época contemporânea, à ideologia e às concretizações do PAIGC no pós-independência e à sua rutura.

Até ao presente, não se realizou nenhum estudo sobre os dirigentes do PAIGC. No entanto, foram redigidas várias biografias de Amílcar Cabral⁵. De igual modo, muitos livros e artigos foram publicados sobre determinados aspetos do seu pensamento político. Fizeram-se muitos estudos sobre a estrutura e a ação política do PAIGC, na época do conflito armado. O mais conhecido é o de autoria de Lars Rudebeck. Nenhum estudo foi publicado sobre os outros movimentos de independência da Guiné-Bissau⁶. Fazem-se algumas referências a estes movimentos nos livros de Hélio Felgas e de Mustafah Dhada. José Vicente Lopes⁷ dedicou um capítulo da sua obra à trajetória do líder da UPICV (União do Povo das Ilhas de Cabo Verde), movimento independentista cabo-verdiano que não despertou a atenção de nenhum investigador até aos dias de hoje; as atividades deste movimento são largamente desconhecidas. Não existe nenhum estudo sobre a ideologia do PAIGC após a independência, nem mesmo sobre o golpe de Estado de 1980, que provocou a rutura

⁴ Para ver as obras dos autores citados, consultar a bibliografia.

⁵ A mais recente, de SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral – vida e morte de um revolucionário africano*, Lisboa, Nova Vega, 2011

⁶ Massa, Hélène, *Le FLING l'autre mouvement guinéen 1963 – 1974* (dissertação de licenciatura, Universidade de Paris I, direção M.J. Boulègue), Paris, 1983

⁷ Lopes, José Vicente, *Cabo Verde, os bastidores da independência*, Praia-Mindelo, Instituto Camões, Centro Cultural Português, 1996, pp. 63 - 68

do partido. No entanto, algumas obras tratam das realizações do PAIGC na área social e durante o período da ação armada. É o caso das obras de Lars Rudebeck, Gérard Chaliand e mais recentemente, a de Mustafah Dhada, Patrícia Godinho Gomes e Julião Soares Sousa. Duas equipas de autores estudaram as concretizações do governo da Guiné-Bissau nos primeiros anos após a independência: trata-se de Rosemary Galli e Jocelyn Jones e de Andréini e Lambert. Dois outros autores fizeram o mesmo em relação a Cabo Verde: o jornalista José Vicente Lopes e o sociólogo Cláudio Alves Furtado.

3. À procura de trajetórias

O presente estudo debruça-se sobre as trajetórias dos fundadores do PAIGC e dos membros do seu Comité Executivo da Luta⁸. Interrogar-nos-emos acerca do recrutamento destes dirigentes, mais precisamente o recrutamento geracional, geográfico, de género, social, procurando também saber que formação tiveram, tendo em vista as suas atividades de direção política. Interessou-nos igualmente a questão das estratégias utilizadas pelas respetivas famílias com o objetivo de obter a melhor posição possível nas sociedades em causa. No entanto, foi-nos possível abordar esta problemática unicamente para aqueles cujas famílias são originárias de Cabo Verde, visto que não pudemos obter dados consequentes acerca dos dirigentes cujas famílias são da Guiné-Bissau, devido ao conflito armado existente neste país aquando do nosso trabalho de terreno⁹.

Constatámos que a grande maioria dos dirigentes do período da luta armada dirigiu também os dois Estados após as respetivas

⁸ Ver a estrutura da direção do PAIGC na primeira parte.

⁹ Trata-se do conflito que opôs Ansumané Mané a Nino Vieira a partir de Junho de 1998.

independências. Questionámo-nos então sobre as suas propostas para os dois países nessa nova fase e tentámos identificar possíveis diferenças a nível ideológico em relação ao período da luta armada. Estudámos também as concretizações nos dois Estados sob a sua direcção política.

O nosso texto está organizado de modo a defender da melhor forma um conjunto de conclusões às quais chegámos no fim desta investigação. De entre os vários pontos que iremos referir, os principais são os seguintes:

1/ houve um processo de renovação na direcção política do partido antes de este atingir o seu objetivo principal, ou seja, a independência dos dois estados em causa;

2/ contrariamente ao que se afirma em todas as publicações que abordaram a questão, a grande maioria dos dirigentes que pertencem à que chamámos a “segunda geração” são oriundos da Guiné-Bissau;

3/ os dirigentes políticos do PAIGC da primeira geração assim como os cabo-verdianos da segunda geração foram recrutados em espaços muito precisos e em períodos de tempo bastante limitados;

4/ os dirigentes da segunda geração tiveram uma preparação para assumir cargos de direcção, levando a cabo pelo menos dois tipos distintos de atividade, pelo que não houve, como podemos ler frequentemente, uma simples repartição das tarefas de acordo com a origem geográfica, ou seja, os cabo-verdianos sobretudo dedicados à direcção política e os guineenses quase exclusivamente na direcção militar.

6/ após a tomada de poder nos dois países, o PAIGC quis continuar a revolução iniciada, abarcando a economia e a sociedade no seu todo e mantendo a maior parte dos conceitos ideológicos da época anterior;

7/ o golpe de Estado de 1980 em Bissau resultou numa substituição da direcção política do partido por um grupo de militares; esta situação gerou uma breve crise que pôs fim ao PAIGC.

4. Um estudo no cruzamento de três disciplinas

Numa primeira fase, procurámos reconstituir as trajetórias dos dirigentes em causa, cruzando as várias fontes disponíveis, o que nos permitiu elaborar notícias biográficas. Numa segunda etapa, elaborámos diferentes tabelas com várias temáticas, cruzando os dados das notícias biográficas. Também cruzámos várias fontes impressas e publicadas sobre a ideologia do PAIGC e as realizações nos dois estados independentes. Trata-se das fontes do próprio partido, mas também de estudos de investigadores estrangeiros e de autores nacionais.

Ao cruzar todas as trajetórias individuais, apercebemo-nos da existência de duas gerações muito distintas na direção do PAIGC. Assim:

- primeiramente cruzaremos os percursos dos dirigentes da primeira geração, que decidimos chamar os “fundadores” do movimento;
- numa segunda fase, cruzaremos os diferentes percursos dos dirigentes da segunda geração, até à sua eleição para o Comité Executivo da Luta;
- com base nas trajetórias familiares, analisaremos as estratégias familiares dos dirigentes cujas famílias são originárias de Cabo Verde;
- no que diz respeito à ideologia do PAIGC no pós-independência, começaremos por analisar a forma como os heróis foram apresentados e em particular, as qualidades e os valores que eram destacados; em seguida, analisaremos os principais aspetos da ideologia do partido após 1975, indagando-nos se esta ideologia sofreu modificações em relação ao período anterior;
- estudaremos as realizações nos dois Estados, nomeadamente no que diz respeito à política económica e social;
- por fim, analisaremos o contexto que levou ao fim do partido.

Finalmente, apresentaremos as nossas conclusões, respondendo ao conjunto dos nossos questionamentos iniciais.

O nosso estudo histórico apoia-se em reflexões e conceitos propostos por cientistas políticos e sociólogos. Assim, de forma a afinar a nossa problemática, inspirámo-nos em problemáticas elaboradas pelo cientista político Gaetano Mosca. Este foi o primeiro a propor o estudo do que ele chamou “a classe política”, nomeadamente a formação desta. No entanto, ele não chegou a elaborar uma teoria a este respeito. Limitou-se a identificar os problemas que poderiam ser levantados em relação a esta questão. Norberto Bobbio¹⁰, filósofo italiano que reflectiu sobre o legado teórico de Mosca, apresentou-nos com clareza o seu ponto de vista:

«Ma nonostante la lunga meditazione sullo stesso tema e i successivi ripensamenti, Mosca non diede mai, di questa sua dottrina, un’esposizione sistematica, articolata nelle diverse parti, ordinata secondo i vari elementi, presentata da tutti i punti di vista. (...) Solo l’ultima volta che ne parlò, distinse chiaramente due classi di problemi, quelli relativi alla *formazione* e quelli relativi all’ *organizzazione* della classe politica.»¹¹

No que diz respeito à análise das trajetórias familiares, foram os conceitos teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu que nos permitiram ir mais a fundo na nossa análise. Assim, as suas noções de capital económico, social, cultural e simbólico, assim como a noção do seu investimento foram muito úteis para a nossa

¹⁰ Bobbio, Norberto, *Saggi sulla scienza politica in Italia*, Roma-Bari, Laterza, 1969

¹¹ Bobbio, Norberto, *op. cit.*, p. 182: «Mas apesar da longa meditação sobre o mesmo tema e das reflexões posteriores, Mosca nunca deu uma exposição sistemática desta sua doutrina, com as diferentes partes articuladas, ordenadas segundo os vários elementos, apresentada sob todos os pontos de vista. (...) Somente da última vez que abordou esta questão, distinguiu claramente dois tipos de problemas, os relativos à *formação* e os relativos à *organização* da classe política.» (traduzido por mim)

análise e para chegar a conclusões. Adotámos algumas definições propostas por Pierre Bourdieu e explicadas por Alain Accardo¹². A propósito da “missão” da Sociologia:

«(...) il importe, d'un point de vue sociologique, d'analyser les rapports de force et de sens établis, *les trajectoires et les positions réelles des agents, les capitaux qu'ils détiennent, les stratégies qu'ils adoptent et les investissements qu'ils opèrent.*»¹³ (sublinhado por nós)

Por “agente”, entende-se, obviamente, agente social, isto é, qualquer indivíduo que actua na sociedade. O que se entende por “trajetória” destes agentes? Este conceito implica a avaliação da posição ocupada pelo agente em função da relação entre o capital atual e o capital que se detém à partida. Esta relação descreve uma “linha ascendente” ou “descendente” da trajetória¹⁴. Quando se fala de “posição ocupada pelo agente”, trata-se da posição ocupada na sociedade, isto é, relativamente aos outros agentes e sobretudo, “em relação a estes”. Mas o que significa esta noção de “capital”? De acordo com Alain Accardo, quando se examina a natureza dos bens postos em jogo, apercebemo-nos de que podemos agrupá-los em três grandes categorias de recursos:

- os recursos de natureza económica, como o dinheiro;
- os de natureza cultural, de entre os quais os diplomas escolares;
- os ligados à pertença a um grupo, dos quais dispomos sob a forma de uma rede de “relações”. Estas relações implicam que cada agente esteja disposto a pôr os seus poderes ao serviço de outro que os

¹² Accardo, Alain, *Introduction à une sociologie critique - Lire Bourdieu*, Bordeaux, Le Mascaret, 1977

¹³ Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 258: « (...) importa, do ponto de vista sociológico, analisar as relações de força e de sentido estabelecidas, *as trajetórias e as posições reais dos agentes, os capitais que detêm, as estratégias que Adotam e os investimentos que fazem.*» (traduzido por mim)

¹⁴ Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 206

solicita e que, caso seja necessário, dispõe-se a fazer o mesmo. Assim, podemos considerar os diferentes grupos sociais aos quais pertencemos como redes de troca e de circulação de bens das quais cada agente tira um proveito proporcional à sua própria contribuição. Estes grupos podem ser a família, os círculos de amigos, a igreja, as associações culturais ou desportivas, os sindicatos, os partidos, a nação.

Ora, estes três grandes tipos de recursos dos quais os agentes tentam apropriar-se num dado campo são as condições de entrada no jogo. Por este motivo se chamou “capital” aos vários recursos produzidos pela atividade de um campo. Também se distinguiram três variedades deste capital que correspondem aos três tipos de recursos enumerados: o “capital económico”, o “capital cultural”, e o “capital social”, entendido como uma rede de relações “mobilizáveis”¹⁵. Quando o autor fala em “jogo”, trata-se do “jogo social”, ou seja, todos os aspetos que englobam a vida em sociedade. A distinção do capital em três tipos diferentes é uma das propostas mais ricas de Bourdieu, e permitir-nos-á, efetivamente, analisar as trajetórias dos indivíduos em causa sob uma perspetiva que se tornará mais reveladora. Na sociologia de Bourdieu existe um quarto tipo de capital, cuja noção ajudar-nos-á a compreender a posição especial de Amílcar Cabral entre os seus “companheiros”: trata-se do capital simbólico.

«(...) le capital symbolique c’est l’*autorité* que confère à un agent (individu ou groupe) la reconnaissance par les autres de l’éminente valeur de ses propriétés, que celles-ci soient réelles ou imaginaires.»¹⁶

¹⁵ Accardo, Alain, *op.cit.*, p. 62, 63

¹⁶ Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 81: «(...) o capital simbólico é a *autoridade* que é conferida a um agente (indivíduo ou grupo) pelo reconhecimento por parte dos outros do eminente valor das suas qualidades, quer estas sejam reais ou imaginárias.» (traduzido por mim)

Ora, todos estes tipos de capital podem ser transformados. Um certo tipo de capital pode converter-se noutro. Estes procedimentos ajudam a concretizar a ou as estratégias dos indivíduos ou dos grupos, incluindo as familiares. Accardo exemplifica com vários casos: conseguir um emprego bem remunerado utilizando para isso as suas relações sociais é converter capital social em capital económico; comprar livros, estudar no ensino superior durante muitos anos, é transformar capital económico em capital cultural. Finalmente, ensinar gestão numa Universidade de prestígio é um exemplo da transformação de capital cultural em capital económico¹⁷.

O autor refere-se várias vezes à noção de “campo”, onde os agentes tentam apropriar-se dos diferentes tipos de capital. Que definição mais precisa ele dá desta noção?

«Un champ est un système spécifique de relations objectives, qui permet être d’alliance et/ou de conflit, de concurrence et/ou de coopération, entre des positions différenciées, socialement définies et instituées, largement indépendantes de l’existence physique des agents qui les occupent. L’agent qui occupe la position d’employé ou de patron, de sous-officier ou d’officier supérieur, d’enfant ou de parent, de dirigeant sportif ou de simple pratiquant peut bien disparaître physiquement, la position n’en continue pas moins d’exister, disponible pour un autre agent. Comme le résume excellemment la formule bien connue: «Le roi est mort, vive le roi.»¹⁸

¹⁷ Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 63

¹⁸ Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 57: «Um campo é um sistema específico de relações objetivas, que permite que sejam de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, grandemente independentes da existência física dos agentes que as ocupam. O agente que ocupa a posição de empregado ou de patrão, de suboficial ou de oficial superior, de filho ou de pai, de dirigente desportivo ou de simples praticante pode desaparecer fisicamente que a posição não deixa por isso de existir, estando disponível para outro agente. Como resume muitíssimo bem a fórmula muito conhecida: “O rei está morto, viva o rei!”» (traduzido por mim)

Podemos então falar de campo económico, de campo político, de campo religioso, de campo cultural, de campo desportivo, etc., cada vez que se reúnam o conjunto de características que definem objetivamente cada campo, ou seja, independentemente de tudo o que um ator consciente possa pensar e do que se possa aperceber. Ora, podemos afirmar que todos os agentes cujos itinerários iremos estudar e analisar investiram os seus capitais e agiram a partir de uma determinada altura no campo político. É esta transição que iremos estudar. Torna-se, então, necessário apresentar a noção de Bourdieu de “estratégia”, que se encontra no âmago da nossa reflexão:

«Comme nous l'avons déjà dit, grâce à notre habitus, à notre système complexe et transposable de prédispositions durables, nous possédons tout un répertoire potentiel de pratiques adaptées d'avance à un grand nombre de situations et capables de nous assurer un rendement satisfaisant de nos investissements en capital dans tel ou tel champ. En somme, l'*habitus* est un *opérateur de calcul* inconscient qui nous permet de nous orienter correctement dans l'espace social sans avoir besoin d'y réfléchir.»¹⁹

A noção de estratégia que utilizaremos neste estudo apresenta-se muito claramente: não se trata forçosamente de ações empreendidas de forma consciente; trata-se, sim, de um “operador de cálculo inconsciente”, como Accardo soube explicar tão bem. Por exemplo, é a existência e a ação deste operador inconsciente que explica que

¹⁹ Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 163: «Como já o dissemos, graças ao nosso *habitus*, ao nosso sistema complexo e transponível de predisposições duráveis, possuímos todo um repertório potencial de práticas previamente adaptadas a um grande número de situações e capazes de nos garantir um rendimento satisfatório dos nossos investimentos em capital em tal ou tal campo. Em suma, o *habitus* é um *operador de cálculo inconsciente* que permite que nos orientemos corretamente no espaço social sem ter necessidade de refletir.» (traduzido por mim)

existam pessoas que julgam perfeitamente natural continuar os estudos até ao ensino superior, sem porem em causa esta opção, e procedendo, no entanto, a um investimento em capital cultural, sem se aperceberem claramente deste facto. Esta forma de pensar, de interpretar e de ver a vida está intimamente ligada ao *habitus*, o instrumento intelectual central de entre todos os da Sociologia de Bourdieu:

«*Cet ensemble de dispositions à agir, penser, percevoir et sentir d'une façon déterminée constitue ce qu'il est convenu d'appeler un habitus. Comme le terme lui-même l'indique, l'habitus est l'ensemble de traits que l'on a acquis, des dispositions que l'on possède, ou mieux encore, des propriétés résultantes de l'appropriation de certains savoirs, de certaines expériences. Mais ces propriétés ont ceci de remarquable qu'elles nous possèdent tout autant que nous les possédons. Elles sont tellement intériorisées, incorporées, qu'elles sont devenues nous-mêmes et qu'elles ne sont pas plus dissociables de notre être que des caractéristiques physiques telles que la couleur de nos yeux.*»²⁰

Esta noção de *habitus* permite-nos compreender a dualidade complexa da relação entre o indivíduo, ou agente e a coletividade, ou a sociedade. É devido ao *habitus* que o indivíduo pode viver em sociedade, mas é também por isso que ele não consegue romper totalmente com ela nem modificá-la por completo. Então, quem

²⁰ Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 117: «Este conjunto de disposições para agir, pensar, perceber e sentir de uma certa forma constitui o que se convém chamar um *habitus*. Como o próprio termo indica, o *habitus* é o conjunto de traços que adquirimos, de disposições que possuímos, ou melhor ainda, das *propriedades resultantes* da apropriação de certos saberes, de certas experiências. Mas estas propriedades têm algo de extraordinário que é o facto de nos possuírem tanto quanto nós as possuímos. Elas estão tão interiorizadas, incorporadas, que se tornaram nós próprios e que não são mais dissociáveis do nosso ser do que características físicas tal como a cor dos nossos olhos.» (traduzido por mim)

domina quem ? O indivíduo ou a sociedade? Se o agente é “pré-modelado” pela sociedade, ele também é criativo e consegue sempre mudá-la, mas dentro de certos limites que ele não consegue ultrapassar completamente. Trata-se, efetivamente, da problemática fundamental da Sociologia; também nos confrontamos com ela no nosso estudo, pois os indivíduos em causa fizeram de facto uma revolução. Empregamos este termo tal como ele foi definido pelo *Dizionario di Politica* de Bobbio e Matteucci:

«La Rivoluzione è il tentativo accompagnato dall'uso della violenza di rovesciare le autorità politiche esistenti e di sostituirle al fine di effettuare profondi mutamenti nei rapporti politici, nell'ordinamento giuridico-costituzionale e nella sfera socioeconomica.»²¹

Veremos, justamente, que após ter derrubado e substituído as autoridades vigentes, o PAIGC pretendia proceder a mudanças profundas na esfera política, jurídica e socioeconómica.

5. O necessário cruzamento de fontes

A fim de levar a cabo este estudo, utilizámos três tipos de fontes primárias, a saber, o fundo arquivístico Amílcar Cabral, na Fundação Mário Soares, em Lisboa, o fundo arquivístico Mário Pinto de Andrade, na mesma Fundação e consultámos também os Arquivos da PIDE / DGS (Polícia Internacional de Defesa do Estado

²¹ Bobbio, N. , Matteucci, N., Pasquino, G., *Dizionario di Politica*, Torino, UTET, 1976, p. 1001: «A Revolução é a tentativa, acompanhada pelo uso da violência, de derubar as autoridades políticas existentes e de substituí-las, com o objetivo de efetuar mudanças profundas nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconómica.» (traduzido por mim)

/ Direção Geral de Segurança), a polícia política portuguesa da ditadura salazarista, no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, em Lisboa. Os elementos recolhidos através da consulta destes arquivos constituíram uma base para o nosso estudo. No entanto, a sua utilização suscitou vários problemas para os quais tivemos de encontrar soluções. Assim, no respeitante às fontes arquivísticas que nunca tinham sido disponibilizadas ao público, tivemos dificuldades, primeiramente, em aceder à consulta dos processos da PIDE/DGS da esmagadora maioria dos naturais da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, pois foi necessário, numa primeira fase, fazer um pedido de pesquisa dos referidos processos, que foram a expurgo, indicando o maior número possível de informações e pelo menos, o nome completo e o local de nascimento. Tivemos grandes dificuldades em ultrapassar a primeira fase de acesso a este arquivo pois a maioria dos dirigentes em questão tinha apelidos de origem portuguesa e normalmente, cada um tinha mais de um apelido, como, de resto, é comum em Portugal e nos Países de Língua Oficial Portuguesa. No entanto, as fontes do PAIGC nomeavam um só desses apelidos (por exemplo, Pedro Pires tem por nome completo Pedro de Verona Rodrigues Pires). A primeira etapa, de pesquisa e expurgo dos processos, não tinha prazos estabelecidos e, numa segunda fase, surgiu outra dificuldade, quando se constatou que havia um certo número de processos que não estavam disponíveis para consulta. De entre os que podiam ser disponibilizados para consulta por parte do investigador, alguns estavam desorganizados: assim, podia encontrar-se nalguns processos documentos respeitantes a outras pessoas ou ainda, várias cópias dos mesmos documentos. Estes imprevistos tornaram muito difícil a programação do trabalho a efetuar, tanto mais que cada processo podia conter uma ou até mil páginas. Após a consulta dos processos disponibilizados para o efeito, foi necessário refletir sobre a utilização possível dos dados obtidos, visto que sucedia com uma certa frequência haver

dados contraditórios sobre a mesma pessoa. Também nos deparámos com casos de confusão de identidades e até com dados que não correspondiam de todo ao que se tinha obtido através da consulta de outras fontes disponíveis (periódicos e/ou entrevistas). É necessário referir que se um processo contivesse várias informações diferentes ou até contraditórias sobre o mesmo indivíduo, estas nunca eram cruzadas. Vistas todas estas dificuldades que deviam ser ultrapassadas, tivemos um especial cuidado em cruzar tanto quanto possível os dados obtidos através desta fonte, de forma a maximizar a sua fiabilidade.

Consultámos também os seguintes periódicos:

- o «PAIGC Atualités», órgão de imprensa do PAIGC impresso antes da independência, na BDIC (Biblioteca de Documentação e Informação Contemporânea) de Nanterre, em França;
- o «Nô Pintcha», periódico oficial na Guiné-Bissau surgido em 1975, no CIDAC (Centro de Informação e de Documentação Amílcar Cabral), em Lisboa;
- o «Voz di Povo», periódico oficial surgido em Cabo Verde em 1975, também no CIDAC, em Lisboa.

Também utilizámos fontes orais, nomeadamente entrevistas realizadas em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Portugal, de 1998 a 2000. Estas entrevistas foram orientadas da forma mais aberta possível e tinham como fio condutor unicamente o relato de vida de cada entrevistado, apesar de alguns de entre eles terem abordado outras questões. Para além disso, os dados utilizados para análise foram unicamente os de primeira mão, ou seja, os que diziam diretamente respeito à trajetória do entrevistado, e não às de outras pessoas. Quanto aos dirigentes já falecidos, pudemos entrevistar algumas das suas viúvas e/ou filhos. Contrariamente às entrevistas concedidas pelos dirigentes vivos, estas foram marcadas por uma

forte carga emotiva. Trataram primeiramente do relato de vida dos entrevistados, e depois do dos seus entes próximos. Em relação aos objetivos que se pretendiam atingir, os relatos das viúvas corresponderam mais ao que procurávamos. O trabalho de campo foi efetuado em Cabo Verde, no Mindelo, em Janeiro de 1998 e na cidade da Praia, em Maio de 1999; na Guiné-Bissau, em Fevereiro de 1998 e em Portugal, nos meses de Fevereiro, Abril e Setembro de 2000. Esta fase do trabalho de investigação correu muito bem em Cabo Verde e em Portugal; não sucedeu o mesmo na Guiné-Bissau, onde, aquando da nossa estadia, havia fortes tensões políticas e militares com o Senegal, e mais especificamente, relacionadas com o conflito na região da Casamança. Assim, alguns dirigentes não se encontravam em Bissau e outros estavam ocupados com reuniões urgentes ao mais alto nível de responsabilidade no aparelho de Estado. Alguns dirigentes contactados não demonstraram interesse pelo nosso trabalho: efetivamente, só uma pessoa respondeu à carta que tinha sido previamente enviada. Também sucedeu que alguns não comparecessem às entrevistas marcadas após um primeiro encontro. É igualmente necessário precisar que a nossa tarefa tornou-se difícil, antes de mais, pelo facto de as moradas destes dirigentes não aparecerem na lista telefónica da Guiné-Bissau, ao contrário do que se passa em Cabo Verde. O diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), ao receber-nos, foi muito amável e confirmou com vivacidade o interesse do instituto por este tipo de pesquisa, precisando que os esforços que eles tinham feito até à data para avançar nesse sentido tinham sido em vão: nenhum dirigente vivo do PAIGC na Guiné-Bissau tinha aceite ser entrevistado por um dos investigadores do instituto. O terreno da Guiné-Bissau tornou-se de acesso impossível após o golpe de Estado de Junho de 1998, que causou uma situação de grande instabilidade militar durante cerca de dois anos. Depois, o presidente eleito Kumba Yalá governou sob um clima de grande instabilidade política até que um novo golpe de Estado

veio, por sua vez, depô-lo. Para além disso, a quase destruição do INEP durante o período do conflito armado não facilitou o regresso a este terreno.

No que diz respeito às fontes secundárias, consultámos textos impressos e publicados durante o período em estudo e até à atualidade. Trata-se de textos de naturezas diferentes escritos por autores de várias nacionalidades e profissões. Para além das obras, entrevistas ou artigos de carácter biográfico, assim como dos relatos da luta na primeira pessoa, a maioria destas fontes secundárias deram-nos informações fragmentadas sobre as trajetórias destes dirigentes. Foi-nos igualmente possível consultar algumas entrevistas efetuadas durante os primeiros anos do pós-independência, a partir das quais pudemos também obter algumas informações. O cruzamento destas diversas fontes permitiu-nos elaborar notícias biográficas.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO PRIMEIRO

OS FUNDADORES:

A PRIMEIRA GERAÇÃO

DOS DIRIGENTES DO PAIGC

A muito complexa estrutura de organização política do PAIGC foi bem explicada por René Pélissier²². Limitar-nos-emos à análise do funcionamento dos órgãos de maior responsabilidade. Assim, desde o Iº Congresso do partido, em 1964, foi criada uma estrutura de direção política ao mais alto nível. O seu órgão principal era o Comité Central, que atuava no intervalo de tempo que mediava dois congressos e era constituído por um *Bureau* Político de 14 membros, que podia tomar decisões na ausência do Comité Central. A partir de 1970, o Comité Central passou a ser o Conselho Superior da Luta, com 85 membros. O *Bureau* Político passou a ser o Comité Executivo da Luta, com 24 membros, eleitos de entre os do Conselho Superior da Luta. Por sua vez, os membros do Comité Executivo da Luta procediam à eleição de um Secretariado Permanente constituído por 4 membros. O Conselho Superior da Luta devia reunir-se uma vez por ano e supervisionar a aplicação

²² Pélissier, René, «Les régimes politiques et les instruments du pouvoir en Afrique lusophone: le cas de la Guinée-Bissau et du Cap Vert», Rapport à la table ronde sur *L'évolution récente du pouvoir en Afrique noire*, 4-5 février 1977, s.l., s.e., 1977

das decisões do último Congresso, assim como orientar e coordenar a atividade do partido no seu conjunto. O Comité Executivo da Luta substituíu-o no exercício das suas funções no intervalo que mediava duas reuniões.

1. Bissau, 1952 – 1956: um terreno decisivo de efervescência política

1.1. A fundação do partido na clandestinidade ou como a sua história é incerta

O PAIGC foi fundado na Guiné-Bissau, num período que ainda hoje se pode considerar obscuro para os historiadores, pois tratando-se de um período de dupla censura, simultaneamente colonialista e de ditadura de extrema-direita, as poucas fontes arquivísticas disponíveis para consulta devem ser cruzadas a fim de se assegurar a veracidade das informações. A imprensa era fortemente controlada e censurada. Quanto às fontes orais, até aos dias de hoje, poucas entrevistas foram realizadas com os atores da época. Não temos conhecimento de nenhum arquivo privado que tenha sido aberto à consulta por parte dos investigadores.

No entanto, de acordo com as fontes do PAIGC, o ato de fundação do partido teve lugar em Bissau, a 19 de Setembro de 1956, no número 16 da Rua Vieira Machado, que era na altura a residência de Aristides Pereira e Fernando Fortes, tendo participado na reunião Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Elysée Turpin e Júlio Almeida. Ora, durante o período de vigência da ditadura salazarista, que dominou a vida política nos territórios controlados por Portugal, o único partido político cuja atividade autorizada era a União Nacional. O PAIGC foi, por esse motivo, fundado na clandestinidade e nenhum documento desse ato chegou até às gerações seguintes. Todos os documentos que a ele se refe-

rem foram publicados pelo partido após esta data. Apesar disso, todas as fontes consultadas são unânimes quanto à história da sigla: o partido denominou-se primeiramente PAI (Partido Africano para a Independência). Foi somente em 1960 que foram adotadas as siglas PAIGC, de forma a não ser confundido com um partido senegalês que tinha as mesmas iniciais²³. As fontes são igualmente concordantes no que diz respeito à data e ao local da reunião clandestina. No entanto, não sucede o mesmo em relação aos nomes dos protagonistas.

Pensávamos que todos estes factos fossem claros na história do PAIGC, e não foi sem surpresa que, ao cruzar as diferentes fontes disponíveis, constatámos que os autores que descreveram este ato apresentaram várias versões do mesmo, nas quais os nomes dos protagonistas mudam. Assim, Cláudio Furtado faz unicamente referência a Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral e Fernando Fortes²⁴. Por sua vez, Dhada²⁵ inclui Elysée Turpin nesta lista, mas omite Júlio Almeida. Castanheira²⁶ e Mateus²⁷ confirmam a versão oficial. O único autor que publicou a sua obra durante o período do conflito armado, Basil Davidson²⁸, refere seis pessoas, mas nomeia unicamente Amílcar Cabral. Dois outros autores, Patrick Chabal e Óscar Oramas, acrescentam novos nomes à lista dos

²³ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, p. 42

²⁴ Furtado, Cláudio Alves, *Génese e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*, Praia – Mindelo, ICL, 1997, p. 91

²⁵ Dhada, Mustafah, *Warriors at work: how Guinea was really set free*, Niwot, University press of Colorado, 1993, p.2

²⁶ Castanheira, José Pedro, *Quem Mandou Matar Amilcar Cabral?*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995, p. 33 - 34

²⁷ Mateus, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência – a Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Inquérito, 1999, p. 62

²⁸ Davidson, Basil, *La liberazione della Guinea – aspetti di una rivoluzione africana*, Torino, Einaudi, 1970, (trad. Giovanni Ferrara), p. 34

fundadores. Chabal²⁹ elimina o nome de Júlio Almeida e indica também Inácio Semedo. Óscar Oramas nomeia César Alvarenga³⁰ e fala também de Rafael Barbosa³¹. Revela-nos igualmente que houve um documento constitutivo do partido, sem no entanto dar-nos as suas referências. Numa publicação da «Associação dos Combatentes pela Liberdade da Pátria» em Cabo Verde, acrescenta-se o nome de Rafael Barbosa aos seis nomes da versão oficial³².

Vista a falta de precisão destes estudos relativamente a este tema, que afirmam os supostos fundadores acerca da versão oficial? O primeiro a abordar esta questão foi Fernando Fortes, numa entrevista concedida a Ronald Chilcote³³ a 25 de Agosto de 1975 em Bissau, na qual ele evoca a reunião de fundação do partido. Ele faz referência a um grupo de ação constituído por si próprio, Amílcar Cabral, Luís Cabral e Aristides Pereira que tinha como atividade principal a “educação política do povo”. Afirma ainda que este grupo se tinha infiltrado no sindicato e na Assembleia Municipal de Bissau em 1957 e 1958. Quanto a Luís Cabral, na sua autobiografia ele descreve com detalhe o desenrolar da reunião, e nomeia cada um dos participantes, de acordo com a versão oficial³⁴. Alguns anos mais tarde, ele confirma esta versão numa entrevista a Antunes³⁵. Foi num livro de autoria de José Vicente Lopes³⁶, publicado em

²⁹ Chabal, Patrick, *The life and thought of Amílcar Cabral*, s.l., Social and Political Sciences Committee, Maio de 1978, p. 14

³⁰ Oramas, Óscar, *Amílcar Cabral – para além do seu tempo*, Lisboa, Hugin, 1998, p.44

³¹ Oramas, Óscar, *op. cit.*, p. 43

³² ACOLP, *Liberdade, ainda e sempre...na pisada dos que lutaram pela Independência Nacional*, S. Vicente, ACOLP, p. 11

³³ Chilcote, Ronald H., *Amílcar Cabral's revolutionnary theory and practice – a critical guide*, London, Lynne Publishers, 1991, p. 110 - 111

³⁴ Cabral, Luís, *Crónica da Libertação*, Lisboa, o jornal, 1984, p. 43 - 44

³⁵ Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961 – 1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol.1, p. 532

³⁶ Lopes, José Vicente, *idem, ibidem*

Cabo Verde em 1996, que Aristides Pereira afirmou pela primeira vez que havia quatro participantes nesta reunião histórica: Amílcar Cabral, Luís Cabral, Fernando Fortes e ele próprio. Aristides Pereira também explicou como é que, em 1960, decidiram adotar a sigla PAIGC em substituição da sigla PAI, pela simples razão de que Sékou Touré pensava que estavam ligados a um partido senegalês fundado em 1957 e que tinha a mesma sigla. Ele afirma que, de forma a convencer o melhor possível Sékou Touré da sua independência política, decidiram então escolher a data de 19 de Setembro de 1956 como sendo a da fundação do partido, pois nesse dia Amílcar Cabral tinha estado de passagem em Bissau para visitar a mãe. Aproveitaram então o facto de ser um domingo e de haver um jogo de futebol à tarde para reunir as quatro pessoas referidas na casa onde ele e o Fernando Fortes residiam. Numa entrevista concedida a Leopoldo Amado, Elysée Turpin parece confirmar involuntariamente esta última versão de Aristides Pereira, já que ele afirma não se recordar com precisão da reunião em causa³⁷. Este tema, que parecia não suscitar dúvidas na historiografia oficial do PAIGC, tornou-se polémico. Para além disso, constatámos que várias fontes orais referem-se à participação de diferentes indivíduos em atividades clandestinas de carácter político, alguns anos antes da fundação do PAIGC. Trata-se de entrevistas com Luís Cabral, Aristides Pereira e Abílio Duarte³⁸, sendo que este último chega a indicar nomes de pessoas ligadas a estas atividades. Este tema

³⁷ Entrevista de Leopoldo Amado com Elysée Turpin e Victor Robalo, a 24/02/97, na Guiné-Bissau, in Pereira, Aristides, *O meu testemunho – uma luta, um partido, dois países – versão documentada*, Lisboa, Notícias, 2003, p. 640

³⁸ Lopes, José Vicente, *idem, ibidem*: «Para Duarte, o PAIGC ‘foi um longo processo’ que remonta a 1952, com o regresso de Amílcar Cabral de Portugal. Entre os *fundadores* » estão, para além dos habitualmente citados, Joaquim Carrington da Costa, João Rosa e Victor Robalo, guineenses. Os dois primeiros morreram nas mãos da Pide e ao terceiro, chegada a hora, faltou-lhe o ânimo para ir a Conakry ou Dakar.»

permanece obscuro, já que não foi objeto de nenhuma investigação até aos dias de hoje. No entanto, podemos considerar que um primeiro recrutamento foi efetuado através do simples ato de fundação do partido, ao convidar algumas pessoas e ao excluir outras. De modo a estudar as trajetórias dos dirigentes que foram nomeados ou eleitos pelo próprio partido, decidimos adotar a versão das fontes oficiais, ainda que sublinhando as divergências existentes com outras fontes.

1.2. Da «Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos» ao Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria da Guiné: sucessos e insucessos das atividades associativas pré-revolucionárias

Luís Cabral³⁹ relata-nos que, desde a sua chegada a Bissau, em 1952, Amílcar dedicou uma parte do seu tempo a promover e a participar em atividades desportivas e recreativas tendo como objetivo o recrutamento de indivíduos que aderissem a um movimento político independentista. Estas atividades eram muito variadas, indo desde a participação fortemente ativa em clubes de futebol locais até à participação e mesmo à organização de festas e bailes, o que significava ter uma vida social muito intensa. Ele era frequentemente acompanhado pela sua esposa, Maria Helena.

A uma certa altura, Amílcar tentou criar uma «Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos», sendo que a particularidade dessa associação residia no facto do seu regulamento prever a participação tanto de “civilizados” como de “indígenas”⁴⁰ o que constituía claramente uma ação contra a ordem social legalmente instituída.

³⁹ Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 29 - 42

⁴⁰ Sobre o estatuto jurídico dos “indígenas” ver Durieux, A., *Essai sur le statut des indigènes portugais de la Guinée, de l'Angola et du Mozambique*, Bruxelles, s.e., 1955

O objetivo desta associação era o de servir de cobertura às atividades políticas que Amílcar pensava desenvolver. É ainda Luís quem nos relata o insucesso desta iniciativa, já que a Associação não foi autorizada pelas autoridades coloniais, o que, segundo ele, se deveu ao facto do nome de Amílcar constar entre os dos fundadores. Na verdade, explica, Amílcar não tinha a intenção de chamar a atenção das autoridades coloniais dessa forma, mas vista a incompreensão por parte dos outros membros fundadores, viu-se constrangido a demonstrar por essa via que não tinha a intenção de esquivar-se das responsabilidades caso os membros da referida associação tivessem de enfrentar sérias dificuldades a nível político, o que era, de resto, uma situação muito previsível. Ora, nessa época havia em Bissau um pequeno número de Africanos que gozavam de um estatuto social tão privilegiado quanto o de Amílcar, e era por isso muito provável que ele se tornasse um dos elementos visados pelas autoridades locais. Com efeito, em meados da década de 1950, começava já a falar-se de eventuais independências das colónias francesas e inglesas vizinhas, pelo que as autoridades portuguesas estavam atentas às atividades de eventuais futuros dirigentes de movimentos independentistas nas suas colónias.

Fernando Fortes⁴¹ também nos deixou informações acerca das atividades de carácter político que precederam a fundação do PAIGC. Numa das suas entrevistas, ele nomeia grupos que foram criados antes deste partido, mais precisamente em 1953 e em 1954: a UPG (União dos Povos da Guiné) e o MING (Movimento para a Independência Nacional da Guiné). No entanto, ele não deu informações mais aprofundadas acerca das atividades destas duas organizações.

Ora, foi após a fundação do PAIGC que, em Bissau, se levou a cabo uma ação política bem sucedida, apesar de ter sido posteriormente abortada. Trata-se da infiltração de membros deste partido

⁴¹ Chilcote, Ronald, *op. cit.*, p. 110

nos órgãos diretivos do único sindicato existente na Guiné-Bissau na altura, o «Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria da Guiné»⁴². Tanto Luís Cabral⁴³ como Fernando Fortes e Abílio Duarte evocam esta ação. De acordo com o primeiro, os ativistas em causa conseguiram apoderar-se dos órgãos de decisão no sindicato e esta iniciativa foi apoiada *a posteriori* pelo governador da época, o comodoro Mello e Alvim, mas condenada mais tarde por Amílcar, que já não residia na Guiné por altura dos acontecimentos. Ele terá afirmado então que uma ação deste género serviria sobretudo para chamar a atenção das autoridades coloniais e teria como consequência muito penosa o facto de comprometer os objetivos da luta pela independência. Abílio Duarte⁴⁴, numa entrevista concedida muitos anos mais tarde ao jornalista cabo-verdiano José Vicente Lopes, partilha esta visão dos acontecimentos, acrescentando que um dos pontos positivos desta ação foi o de lhes ter permitido constatar que era impossível levar a cabo ações contra o Estado colonial no quadro da legalidade vigente. Quanto a Fernando Fortes, ele evocou esta infiltração e mencionou uma tentativa deste género na Assembleia Municipal. É, no entanto, curioso o facto de ele não ter explicado melhor esta segunda ação que não foi citada por mais nenhuma fonte⁴⁵.

O insucesso da criação de uma associação, tal como a tentativa bem sucedida, e mais tarde abortada, de tomar o poder numa instituição política local – o sindicato – podem ser comparadas a ações semelhantes que ocorreram noutros países africanos desde o final da Segunda Guerra

⁴² Chilcote, Ronald, *op. cit.*, p. 111

⁴³ Minha entrevista com Luís Cabral, a 10 de Fevereiro de 2000, em Miraflores, Portugal

⁴⁴ Castanheira, José Pedro, *op. cit.*, p. 52, 53

⁴⁵ Chilcote, Ronald, *idem, ibidem*

Mundial⁴⁶ e durante toda a década de 1950. Enquanto em várias colónias francesas e inglesas foi possível mobilizar e levar os sindicatos a participar nas reivindicações pela independência política, não sucedeu o mesmo nas colónias portuguesas. O regime do Estado Novo não concedia liberdade a nenhum sindicato, tanto na metrópole como nas colónias.

Assim, a título de exemplo, aquando de uma manifestação de trabalhadores do porto de Bissau em 1959, exigindo melhores condições de trabalho, o regime reagiu mobilizando as Forças Armadas e a Polícia a quem se deu autorização para abrir fogo. Calcula-se que terão sido mortos assim mais de cinquenta manifestantes e cerca de uma centena foram feridos. Trata-se do tristemente célebre massacre de *Pidjiguiti*. Nesse ano, os dirigentes do PAIGC consideraram que era necessário recorrer às armas para lutar pela independência política.

Tanto nos seus textos publicados como nas suas entrevistas, os fundadores não deram informações precisas sobre o trabalho de mobilização ou de tomada de consciência nacionalista que foi provavelmente levado a cabo entre as várias equipas desportivas existentes na altura nas cidades coloniais na Guiné e em Cabo Verde, mais especificamente, de futebol. Dados a importância e o prestígio desta modalidade desportiva junto aos jovens e sabendo que pelo menos Amílcar Cabral e Júlio de Almeida eram praticantes entusiastas, interrogamo-nos acerca da importância que estas atividades chegaram verdadeiramente a ter. Seria de grande interesse aprofundar o conhecimento geral deste período de atividade política clandestina em Bissau, entrevistando vários participantes a fim de conhecer melhor tanto as visões políticas desta época como a ação dos grupos citados e até das próprias autoridades coloniais, que parecem por vezes um pouco ambíguas. É o caso, por exemplo, do apoio dado por um governador à tomada de poder de um organismo político local por parte de um grupo de nacionalistas clandestinos.

⁴⁶ d'Almeida – Topor, Hélène, *L'Afrique au XXème siècle*, Paris, Armand Colin, 1993, pp. 181-184; 189-190; 194-196

2. Os traços comuns das trajetórias familiares: seca, emigração e uma certa relação com a cultura dominante

2.1. A idade dos fundadores, espetadores da grande fome

Tabela 1 - Datas de nascimento dos fundadores

NOMES	DATAS DE NASCIMENTO
Almeida, Júlio	17 / 03 / 1926
Cabral, Amílcar	12 / 09 / 1924
Cabral, Luís	10 / 04 / 1931
Fortes, Fernando	28 / 12 / 1929
Pereira, Aristides	17 / 11 / 1923
Turpin, Elysée	23 / 05 / 1930

Fontes: entrevistas, PIDE/DGS

Como é possível constatar através da análise da tabela, as seis pessoas que fundaram o partido nasceram entre 1923 e 1931. O conhecimento dos anos de nascimento dos dirigentes em causa permite-nos analisar mais profundamente o ambiente e as situações eventualmente vividas durante as respetivas infâncias e adolescências que possam ter marcado a sua visão política do mundo.

Nas suas entrevistas, tanto Luís Cabral como Aristides Pereira falam desta seca, cujas consequências constituíram provavelmente a maior catástrofe humana no arquipélago no século xx. Na altura, vários cabo-verdianos acusaram em silêncio o governo de Lisboa de imobilismo relativamente a esta questão. Luís Cabral, então adolescente, evocou um poema que o seu pai fez nessa altura sobre uma criança mendiga: «Entre as crianças / Sou a mais triste / Mais flagelada pela negra sorte / Ao desamparo e ninguém me assiste / Deixam-me sozinho a enfrentar a morte / Eu já não posso frequentar a escola / O meu paizinho está quase a morrer / E minha mãe a pedir esmola / Passa muitos dias sem me poder

ver.»⁴⁷. Quanto a Aristides Pereira, era nessa época um jovem adulto que procurava um emprego estável na cidade da Praia. Numa entrevista que me foi concedida a 6 de Maio de 1999 na cidade da Praia, ele afirmou ter ficado profundamente marcado pela vivência desse drama. Contou que deu-se então um verdadeiro êxodo do interior da ilha de Santiago para a cidade da Praia. De manhã, os praienses deparavam-se com pessoas aparentemente deitadas no chão, mas que na verdade estavam já inanimadas. Todos os dias, ao fim da tarde, uma charreta levava os mortos, que a dada altura, eram enterrados em buracos⁴⁸.

2.2. *Emigrantes cabo-verdianos na Guiné: uma velha história e os frutos de um terreno muito fértil*

O PAIGC foi um partido criado com o objetivo de libertar politicamente dois territórios distintos. É, por isso, natural que nos questionemos acerca da origem dos seus fundadores. Vistas as diferenças regionais e entre as populações destes territórios, também é interessante saber de que regiões provinham estes membros do partido.

Tabela 2 – Locais de nascimento dos fundadores

NOMES	LOCAL DE NASCIMENTO	PAÍS DE NASCIMENTO
Almeida, Júlio	S. Vicente	Cabo Verde
Cabral, Amílcar	Bafatá	Guiné- Bissau
Cabral, Luís	Bissau	Guiné-Bissau
Fortes, Fernando	S. Vicente	Cabo Verde
Pereira, Aristides	Boavista	Cabo Verde
Turpin, Elysée	Bissau	Guiné- Bissau

Fontes: entrevistas, textos publicados, Arquivos da PIDE/DGS

⁴⁷ Minha entrevista com Luís Cabral, *op. cit.*

⁴⁸ Minha entrevista com Aristides Pereira, a 6 de Maio de 1999 na cidade da Praia, Cabo Verde

Analisando a tabela, podemos constatar que metade dos fundadores nasceu na Guiné e a outra metade em Cabo Verde. Estes últimos são nativos das ilhas do Barlavento, sendo a mais representada a de S. Vicente. Esta ilha era então a segunda mais povoada do arquipélago, e também o seu centro económico, cultural e de contactos internacionais. No entanto, ela apresentava, desde há algum tempo, sinais de decadência económica e social⁴⁹. É curioso constatar que a maioria dos fundadores nascidos na Guiné-Bissau também nasceu na capital económica da então província, Bissau. Esta cidade só se tornou capital política em 1941. Somente Amílcar Cabral nasceu noutra cidade, Bafatá, que era a segunda maior do país.

Ora, sabemos que dois destes três guineenses, os irmãos Cabral, passaram uma boa parte da infância e toda a adolescência em Cabo Verde, nas ilhas de Santiago e S. Vicente. Sendo originários da Guiné, tiveram também uma vivência cabo-verdiana, mais ainda, provinham de uma emigração cabo-verdiana recente na Guiné. Com efeito, o pai de ambos assim como a mãe de Amílcar eram oriundos da ilha de Santiago, onde a mãe de Luís tinha também crescido, apesar de ter nascido em Portugal.

Quanto aos fundadores nascidos em Cabo Verde, eram eles próprios emigrantes de primeira geração na Guiné-Bissau.

Estes dados levam-nos a colocar muito claramente a questão da emigração cabo-verdiana na Guiné, já que 5 dos 6 fundadores do movimento viveram esta experiência nas suas vidas, e é um dos principais pontos que têm em comum em termos de trajetória. Carlos Cardoso⁵⁰ informa-nos que em 1950 havia 1703 cabo-verdianos na Guiné, que representavam 21,6% da população de nacionalidade

⁴⁹ Correia e Silva, António Leão, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo, Praia-Mindelo*, Centro Cultural Português, 2000

⁵⁰ Cardoso, Carlos, «A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926 – 1973», in *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, (14) Jul. 1992, p. 29 – 63, Bissau, INEP, 1992, p. 51

portuguesa no território, chamada “civilizada”, como vimos anteriormente. Esta presença era antiga na Guiné: Elisa Andrade evoca os pequenos proprietários cabo-verdianos em meados do século XIX⁵¹ e, citando António Carreira, ela afirma que os naturais do arquipélago ocupavam a maioria dos lugares na função pública entre 1920 e 1940⁵². A verdade é que ainda não se fez um estudo aprofundado sobre a presença dos Cabo-verdianos na Guiné-Bissau ao longo do século XX. No entanto, tudo indica que, juntamente com os Sírio-libaneses teriam constituído as duas maiores comunidades estrangeiras no território durante o século XX, pelo menos na época colonial.

O que representava esta comunidade cabo-verdiana em relação às dos Cabo-verdianos no continente africano em geral, assim como às comunidades na América e na Europa? Não dispomos de dados concretos que nos permitam estabelecer uma comparação para a época em causa, mas sabemos que em termos quantitativos não se tratava da mais importante. A dos Estados Unidos, por exemplo, era porventura a mais numerosa desde o início do século XX. No seu texto sobre as raízes históricas da emigração cabo-verdiana, Cláudio Alves Furtado⁵³ explica-nos que, de entre as correntes migratórias para o continente africano, a que se dirigia para a Guiné-Bissau era das mais antigas e que as ligações históricas entre os dois territórios explicam este fenómeno. Assim, havia não somente comerciantes cabo-verdianos na costa da Guiné desde o início dos contactos portugueses na região, na primeira metade do século XV, mas também funcionários públicos, visto que os negócios entre Portugal e a costa da Guiné dependeram durante muito tempo da administração instalada no

⁵¹ Andrade, Elisa de, *Les causes profondes de l’émigration capverdienne à Dakar*, Dakar, s.e., 1971, p. 202

⁵² Andrade, Elisa de, *idem, ibidem*

⁵³ Furtado, Cláudio Alves, *A Transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*, Praia-Mindelo, ICL, 1993, p. 73

arquipélago. Podemos então pensar que há uma continuidade relativamente a este fenómeno da presença de trabalhadores cabo-verdianos na Guiné, a nível da função pública e no comércio, mas desconhecemos por completo as motivações destes emigrantes, que de resto podem ter mudado ao longo do tempo. Contudo, a emigração para a Guiné no século xx, assim como uma parte da emigração para Angola e Moçambique distinguir-se-ia das outras por ser composta na sua maioria pelos letrados do arquipélago, contrariamente ao que sucedia na emigração em direção à América do Norte e do Sul, a outros países africanos e mais tarde, à Europa. Mas estas hipóteses deverão ser testadas.

O que é certo é que os cabo-verdianos fundadores do PAIGC foram exclusivamente recrutados no seio da comunidade emigrada na Guiné.

2.3. Professores primários e padres santiagoenses: as trajetórias dos pais e avós paternos ou como ludibriar o dominador

Poder-se-á falar de estratégias familiares tendo como objetivo uma mobilidade social ascendente por parte das famílias dos fundadores e será possível torná-las explícitas? De forma a responder a esta pergunta, reconstituímos as trajetórias das famílias paternas dos fundadores, mais precisamente de três de entre eles, ou seja, de metade.

Elaborámos duas tabelas que iremos analisar: a primeira diz respeito aos pais destes dirigentes e indica-nos os seus locais de nascimento, as suas profissões e uma eventual experiência migratória. A segunda dá-nos informações sobre os avós paternos destes mesmos dirigentes e indica-nos os seus locais de nascimento e as suas profissões. Seria igualmente necessário investigar a árvore genealógica do lado materno, de forma a obter respostas para as nossas questões. No entanto, sabendo que estes dados foram quase unicamente obtidos através de

entrevistas abertas, é curioso constatar que os entrevistados falavam essencialmente das linhagens paternas, que eles conheciam melhor.

2.3.1. Trajetórias paternas

Tabela 3 – Características dos pais dos fundadores

NOMES	Local de Nascimento	Profissão	Emigrante
Cabral, Amílcar e Luís	Santiago, Cabo Verde	Professor Primário	X
Pereira, Aristides	Santiago, Cabo Verde	Padre professor primário	

Fontes: entrevistas

Os dados que obtivemos dizem respeito a metade dos fundadores, mas correspondem unicamente a dois pais, já que Amílcar e Luís são irmãos do lado paterno. Podemos constatar que os dois pais em questão nasceram na ilha de Santiago de Cabo Verde, que é a maior do arquipélago. Também foi a primeira a ser colonizada e a que tinha mais recursos agrícolas. Era igualmente a sede do poder político, onde se encontrava a capital do arquipélago.

No que diz respeito às profissões, há também uma coincidência, já que ambos eram professores primários. Também devemos salientar que o pai de Aristides Pereira era um padre católico e que o pai de Amílcar e de Luís tinha-se preparado para a vida eclesiástica, tendo mudado de ideias quase no fim do seu percurso escolar⁵⁴.

Ambos frequentaram a mesma instituição escolar, como já referimos acima, o Seminário-Liceu de S. Nicolau. Criado em 1866 e encerrado em 1917, este foi o único estabelecimento de ensino secundário no

⁵⁴ Cabral, Juvenal, *Memórias e reflexões*, Praia, edição do autor, 1947

arquipélago durante este período⁵⁵. Vários investigadores concordam em afirmar que a burguesia intelectual cabo-verdiana formou-se aí. O Estado atestou a sua importância ao emitir um selo em homenagem a esta instituição, no qual podemos ver os retratos de alguns dos seus professores mais ilustres.

De acordo com a classificação da sociedade da época, proposta por Elisa Andrade⁵⁶, podemos concluir que um professor primário pertencia à classe média-alta e que um padre pertencia à camada social mais privilegiada da sociedade. No entanto, devemos notar que, segundo os conceitos propostos por Pierre Bourdieu, a fim de exercer uma destas profissões, era necessário ser-se detentor de uma grande quantidade de capital cultural⁵⁷ da cultura dominante.

Relativamente à questão da emigração, fazemos a seguinte pergunta: como o movimento político formou-se na diáspora na Guiné-Bissau, haveria já uma experiência migratória na trajetória familiar? Ora, constatamos que um dos dois pais em causa viveu este tipo de experiência, e mais precisamente, na Guiné-Bissau. Trata-se de Juvenal Cabral, o pai de Amílcar e de Luís. Também podemos salientar que o capital cultural e social adquirido pelo pai nesta experiência migratória lhes foi útil, visto que investiram no campo político e até puderam transformá-lo em capital simbólico, tornando-se os arquitetos e os dirigentes do processo de obtenção da independência política.

⁵⁵ Sobre este assunto ver Reis Borges, José dos, «Seminário-Liceu da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº45, mar 29, pp. 196-200, s.l., s.e., 1929; Rema, Henrique Pinto, *História das Missões Católicas da Guiné*, Braga, Franciscana, 1982, pp. 289-296; Galvão, Henrique – Selvagem, Carlos, *Império Ultramarino Português – Monografia do Império*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950, vol.1, p. 107; Ávila de Azevedo, *Política de ensino em África*, s.l., s.e., 1958, p. 132; Galvão, Inocêncio, «Seminário-Lyceu de Cabo Verde», in *O Ocidente*, vol. 29, nº 994, pp. 173 – 174, Lisboa, s.e., 1906. Em 2008 foi publicada uma dissertação de mestrado on-line de autoria de Baltazar Neves, intitulada *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: Contributo para a História do Ensino em Cabo Verde*, no Porto, pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

⁵⁶ Andrade, Elisa, *Les îles du Cap Vert: - de la «Découverte» à l'indépendance nationale (1460-1975)*, Paris, l'Harmattan, 1996, (Coll. Racines du Présent), p. 260-262

⁵⁷ No sentido que Pierre Bourdieu atribui a este termo.

2.3.2. Trajetórias dos avós paternos

A análise das trajetórias dos avós paternos permitir-nos-á ter uma perspetiva de uma parte das eventuais estratégias familiares ao longo de três gerações. Ao analisar a tabela abaixo, vemos que mais uma vez a ilha de Santiago é a única representada do arquipélago, tratando-se neste caso do avô paterno dos irmãos Cabral. Quanto ao avô paterno de Aristides Pereira, é originário de Portugal. Temos aqui o primeiro caso de ligação com a metrópole.

Tabela 4 – Dados sobre os avós paternos dos fundadores

NOMES	LOCAIS DE NASCIMENTO	PROFISSÃO
Cabral, Amílcar e Luís	Santiago, Cabo Verde	Padre
Pereira, Aristides	Portugal	Polícia

Fontes: entrevistas

Em relação às profissões, é de notar que há um agente da polícia, que, tal como os pais dos fundadores em causa, era funcionário público. Também há ainda um padre católico. Constatamos assim que nas duas linhagens, a de Pereira e a dos irmãos Cabral, há um padre católico. Não podemos deixar de nos interrogar sobre este fenómeno, sabendo que em princípio, quem exerce o sacerdócio católico vê vedada a possibilidade legal de constituir família⁵⁸.

⁵⁸ Sobre este assunto ver Cabral, Nelson Eurico, «Christianisme et créolisation à Santiago du Cap Vert», in *Etudes Créoles*, vol. 9, nº2, pp. 113-120, s.l., Comité International des Etudes Créoles, 1987; Cabral, Nelson Eurico, «Notes sur le catholicisme aux îles du Cap Vert», in *Revue française d'études politiques africaines*, nº165-166, pp. 108-117, Paris, s.e., 1979; Carreira, António, *The people of the Cape Verde Islands: exploitation and emigration*, London, Connecticut, C. Hurst and Company, Archan Books, Christopher Fyfe, 1982 (trad. Christopher Fyfe), p. 22; Carreira, António, *Cabo Verde – aspetos sociais. Secas e fomes do s. XX*, Lisboa, Ulmeiro, 1984, 2a edição, p. 146; Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde – a terra e os Homens*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Tipografia Minerva, 1964, p. 320; Galvão, Henrique, Selvagem, Carlos, *op. cit.*, pp. 178, 179

Terá sido um acaso o facto destes dois padres terem tido filhos? As histórias das duas famílias são bastante diferentes em relação a esta questão. O avô de Amílcar e Luís, pouco antes de ser ordenado, teve um filho com uma jovem *santiaguense* e foi assassinado pouco tempo após o nascimento da criança. A sua educação foi deixada a cargo de uma amiga, tendo recebido uma herança do avô paterno⁵⁹. Ao contrário, o pai de Aristides Pereira tomou a decisão de fundar uma família após a sua ordenação. Não lhe sendo permitido casar-se, viveu maritalmente com uma jovem *boavistense* que era considerada como sua esposa pela sociedade da época, e com a qual teve mais de dez filhos. Segundo o seu filho Aristides Pereira, este comportamento era muito corrente e até generalizado entre os jovens padres ordenados na mesma época⁶⁰. Alguns autores interessaram-se por este tema. Segundo António Carreira, em Cabo Verde os padres da Igreja Católica deixaram tradicionalmente uma descendência. Ele vai até mais longe, considerando os ministros da Igreja como verdadeiros colonizadores, na qualidade de altos representantes da Coroa, precisando que este comportamento integrava-se perfeitamente na sociedade da época. Ele recorda o caso considerado anedótico de um padre que terá deixado cinquenta e quatro filhos⁶¹. O autor justifica este comportamento pelo isolamento no qual viviam estes padres, que os levava a ter vidas muito livres em relação a vários aspetos, chegando até a quebrar interdições impostas pela instituição à qual pertenciam⁶². Ora, esta explicação é muito interessante e seria certamente de grande utilidade fazer estudos comparativos sobre o comportamento de outros padres católicos nas

⁵⁹ Minha entrevista com Luís Cabral, *op.cit.*

⁶⁰ A este propósito ver a minha entrevista com Aristides Pereira, *op.cit.*

⁶¹ Carreira, António, *Cabo Verde – aspetos sociais. Secas e fomes do s. XX*, Lisboa, Ulmeiro, 1984, 2a edição, p. 146

⁶² Carreira, António, *Cabo Verde – Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, Lisboa, Ulmeiro, 1977, p. 22

colónias sob domínio de países europeus, no continente africano e noutros. Nelson Eurico Cabral partilha a opinião de Carreira e defende até que estes padres gozavam de uma situação económica de entre as mais privilegiadas nas ilhas, assim como de um poder de influência política não negligenciável, que chegava a criar inimizades. Este autor afirma que a pequena burguesia local descende de padres indígenas que foram formados a partir de 1570⁶³. Será necessário aprofundar sobremaneira o estudo das genealogias de famílias cabo-verdianas a fim de comprovar a veracidade desta hipótese apaixonante, que significaria que os cabo-verdianos livres teriam instrumentalizado a Igreja Católica a fim de ganhar poder no território e, *a posteriori*, emancipar-se do Estado colonial.

Conclusões

Constatamos assim, que os pais dos fundadores trabalharam para as duas instituições mais poderosas da sociedade cabo-verdiana da sua época: a Igreja Católica e o Estado. Também concluímos que os padres gozavam de posições sociais de entre as mais privilegiadas nesta sociedade e que os professores primários se situavam na classe média-alta da época.

Quanto à estratégia adotada por estas famílias, ela surge com muita clareza: tratava-se de investir o mais possível em capital cultural, obtendo o máximo possível no arquipélago. As famílias economicamente mais privilegiadas também conseguiam obter capital cultural na metrópole. Em relação ao questionamento ligado a uma possível reconversão social, vêmo-la com clareza, se partirmos a nossa análise da trajetória dos que eram padres: os fundadores em causa retomaram

⁶³ Cabral, Nelson Eurico, «Christianisme et créolisation à Santiago du Cap Vert», in *Etudes Créoles*, vol. 9, n°2, s.l., Comité International des Etudes Créoles, 1987, p. 115

e chegaram até a ultrapassar a posição social dos seus avós ou pais. Para isso, investiram os seus capitais cultural e social acumulados durante as gerações anteriores no campo político e converteram-nos em capital simbólico.

Estas conclusões levaram-nos a colocar outras questões sobre as quais será necessário refletir. O facto de que os pais e avós dos dirigentes em causa tenham trabalhado nas instituições que eram as maiores detentoras de poder político na altura terá permitido que os fundadores se apercebessem mais claramente da repressão que era exercida pelo aparelho colonial? Da mesma forma, sendo descendentes de indivíduos que tinham atingido posições de entre as mais privilegiadas na sociedade colonial, estariam desencantados em relação à situação do colonizado nessa estrutura social? Dito de outra forma, estariam já conscientes da discriminação da qual um colonizado podia ser vítima, fosse qual fosse a posição ocupada nesta sociedade? É certo que estes dirigentes foram formados no seio de famílias que tinham integrado ao máximo a cultura dominante. Nós podemos entrever aí uma estratégia subjacente que terá existido noutras sociedades colonizadas: a de apreender o mais possível a cultura e as leis do Outro de forma a poder contradizê-lo e assim, afirmar-se por essa via. Esta estratégia, que foi bem sucedida, pode ser comparada com as outras levadas a cabo na sociedade colonial cabo-verdiana. Cláudio Furtado afirma que a emigração espontânea era também uma resposta política a uma situação de dominação⁶⁴. Quebrar interditos enfrentando os representantes da legalidade ou recusar trabalho assalariado são comportamentos que alguns autores associam à «cultura *badiu*», isto é, a da ilha de Santiago. Estes comportamentos de confronto mais direto face à ordem legalmente estabelecida não permitiram que se atingisse a liberdade política, mas contribuíram fortemente para que se exercessem pressões sobre a sociedade colonial e que a enfraqueciam.

⁶⁴ Furtado, Cláudio Alves, *op. cit.*, p. 66

A maior dúvida que se nos apresenta é relativamente às atitudes dos indivíduos e das famílias detentoras de mais capital económico, agindo no setor privado. Perguntamo-nos se este grupo era essencialmente constituído por estrangeiros ou se os seus membros foram menos expostos à repressão do aparelho colonial. Ou ainda, se devido justamente ao seu afastamento em relação às instituições do Estado, o seu grau de conhecimento da cultura dominante, nomeadamente no que se refere ao funcionamento da esfera política, não lhes terá permitido propor estratégias globais de libertação que fossem eficazes?

O que é certo é que é necessário conhecer e compreender o seu inimigo se se quiser vencê-lo.

3. Da tomada de consciência identitária à política: locais e tempos de formação e de experiência profissional

3.1. O liceu que afirmava a caboverdianidade

Foi-se tornando evidente ao longo da nossa pesquisa que a experiência comum a todos os cabo-verdianos, incluindo os irmãos Cabral e os dirigentes da segunda geração, foi a passagem por uma outra instituição, antes da fundação do PAIGC ou da sua adesão a este partido. Esta instituição é o liceu Gil Eanes em S. Vicente. O que ela teve de peculiar, na altura em que os Cabo-verdianos e Guineenses em causa por aí passaram, diz primeiramente respeito ao seu corpo docente. Com efeito, alguns professores desta instituição protagonizaram um movimento cultural que afirmou claramente pela primeira vez a existência de uma identidade específica cabo-verdiana. Isto sucedeu em período de ditadura, quando a versão do governo apresentava Cabo Verde como um caso de regionalização da cultura portuguesa. A influência que este movimento e que este

corpo docente puderam exercer sobre os adolescentes, que se tornaram mais tarde os protagonistas da luta pela independência, parece-nos evidente. Ainda mais, a partir dos anos 1930, foi a ilha de S. Vicente que conheceu um movimento musical que desenvolveu o género reconhecido hoje em dia como sendo o que melhor traduz a alma dos cabo-verdianos: a morna.

Na sua tese de doutoramento dedicada ao ensino liceal no arquipélago durante o século xx colonial, Maria Adriana Sousa Carvalho concluiu que no liceu Gil Eanes forjou-se uma contracultura de libertação, através das transgressões à ordem colonial, como por exemplo, a utilização do crioulo. A autora também considerou que «a circulação de revistas académicas e culturais no espaço liceal contribuiu para a produção de marcas identitárias diferenciadoras (da matriz colonial) e de atitudes de (in)conformismo e de autonomia».⁶⁵

3.1.1. O liceu Gil Eanes no Mindelo, ilha de S. Vicente

Após a proclamação da República em Portugal, em 1910, encerrou-se, em 1917 o Seminário-Liceu da ilha de S. Nicolau, o único estabelecimento de formação secundária no arquipélago desde 1866. Em 1917, foi criado o liceu laico Infante D. Henrique, o primeiro do arquipélago e da África Ocidental sob domínio português⁶⁶. Tendo passado a chamar-se desde 1937 liceu Gil Eanes, foi também o único estabelecimento de ensino secundário em Cabo Verde durante vários anos, pois foi somente em 1952 que se abriu uma «escola técnica de formação secundária», também no Mindelo.

⁶⁵ Maria Adriana Beirão Gonçalves Sousa Carvalho, “O Liceu em Cabo Verde, um imperativo de cidadania 1917 – 1975” (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2009), 447.

⁶⁶ O liceu de Luanda, em Angola, foi criado um pouco mais tarde, em 1919 e o liceu de Bissau somente em 1958.

O segundo liceu do arquipélago foi instalado na Praia em 1960. De acordo com o sociólogo Cláudio Furtado, o liceu Gil Eanes tinha 278 alunos matriculados durante o ano escolar de 1933-34 e 289 em 1945-46. O seu número aumentou lentamente, e no ano escolar de 1949-50, elevava-se a 391. Segundo o mesmo autor, somente 6% dos que tinham frequentado o ensino primário acediam ao ensino secundário⁶⁷. Com efeito, a possibilidade de frequência deste liceu colocava vários problemas à maioria das famílias que residiam nas restantes oito ilhas habitadas do arquipélago, já que, para além das propinas, era necessário pagar as deslocações e um alojamento aos jovens estudantes. No entanto, todos os fundadores cabo-verdianos do PAIGC, e até mesmo os dois irmãos Cabral, frequentaram este liceu, não sem dificuldades.

Aristides Pereira afirma ter iniciado aí os seus estudos em 1936, com treze anos de idade. Segundo os nossos cálculos, Amílcar Cabral, nascido um ano mais tarde, terá iniciado os estudos liceais com quatorze anos de idade, em 1938; Luís Cabral e Abílio Duarte teriam ingressado neste estabelecimento de ensino não antes dos dez anos de idade, em 1941. Quanto a Fernando Fortes e a Júlio Almeida, ignoramos as datas da sua entrada no liceu.

A mãe de Amílcar Cabral terá vindo especialmente da Guiné com os seus filhos mais novos para se instalar na ilha de S. Vicente, a fim de facilitar o prosseguimento dos estudos do jovem Amílcar, que pôde desta forma aceder a este nível de ensino e completar a sua formação secundária⁶⁸.

«Quando terminou o primário fomos para S. Vicente, onde ele entrou no liceu. Se eu soubesse que ia dar em político não lhe

⁶⁷ Furtado, Cláudio Alves, *op. cit.*, p. 88

⁶⁸ «Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral» in *Nô Pintcha*, 12 de Setembro de 1978, p. 3, Bissau, s.e., 1978

dava estudos. Mas adivinhar é proibido. Cansei-me demais na máquina, na tina e no ferro; a trabalhar dia e noite porque não tinha auxílio do pai.»⁶⁹

Com efeito, devido às dificuldades financeiras crescentes do pai deles, que na altura residia na ilha de Santiago, Luís Cabral não pôde terminar os estudos secundários em S. Vicente, indo até ao diploma do Curso Geral dos Liceus (antigo quinto ano dos liceus).

«- Mas em Cabo Verde só havia liceu em S. Vicente.

- Não havia na Praia.

- Não havia na Praia. Então fui fazer o liceu em S. Vicente. Mas depois houve uma série de problemas, entraram uma série de anos de seca, porque a agricultura, em Cabo Verde todos os meios, os nossos meios dependiam da agricultura.

- Sim.

- Então e houve secas, com sete anos de seca ou coisa parecida. De maneira que desorganizou toda a vida dos agricultores, não é? E nessa altura, o meu pai já não me podia manter em S. Vicente. A estudar.»⁷⁰

Aristides Pereira também teve de enfrentar o mesmo tipo de dificuldades: originário da ilha da Boavista, onde residia com toda a sua família, teve de esperar alguns anos até que os seus irmãos terminassem a frequência do liceu e que chegasse a sua vez. Ele completou o diploma do Curso Geral dos Liceus, sendo que numa primeira fase preparou-se sozinho para os exames, e seguiu explicações dadas pelo administrador da ilha da Boavista, que era originário da ilha

⁶⁹ «Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral», in *Nô Pintcha*, 12 de Setembro de 1978, Bissau, s.e., 1978

⁷⁰ Minha entrevista com Luís Cabral, *op. cit.*

do Fogo. Em seguida, durante os dois últimos anos, ele pôde viver na ilha de S. Vicente e frequentar o liceu⁷¹.

O diploma do Curso Geral dos Liceus era o equivalente a cinco anos de estudos do ensino secundário e permitia que se apresentasse uma candidatura às vagas da função pública.

Quanto a Fernando Fortes e Júlio Almeida, frequentaram também este liceu, mas ignoramos até que nível de estudos⁷².

3.1.2. O papel de Baltasar Lopes da Silva

Baltasar Lopes da Silva nasceu na ilha de S. Nicolau. Frequentou a Universidade de Lisboa, onde obteve uma licenciatura em Direito, e em seguida, em Filologia Românica. Regressou a Cabo Verde, à ilha de S. Vicente, em 1930 e tornou-se professor de português e de francês no liceu Gil Eanes. Mais tarde, foi reitor deste liceu. Também trabalhou como advogado, sempre na cidade do Mindelo. Escreveu o mais célebre romance cabo-verdiano, *Chiquinho*, que trata da emigração nas ilhas devido à pobreza e à seca. Fala também da fome. Em 1939, terminou a redação deste romance, que foi em seguida publicado em Lisboa por um dos seus irmãos. Foi um dos fundadores do movimento claridoso, do qual falaremos em seguida. É atualmente um dos escritores cabo-verdianos mais célebres, assim como muitos dos seus colegas ligados à revista *Claridade*, de entre os quais alguns lecionavam no mesmo liceu, como António Aurélio Gonçalves.

Encontrámos considerações dos seus antigos alunos sobre a influência que ele terá exercido sobre eles: Onésimo Silveira, antigo militante do PAIGC e representante do partido na Suécia conta que

⁷¹ Minha entrevista com Aristides Pereira, *op. cit.*

⁷² Júlio Almeida é apresentado como um antigo colega de liceu de Amílcar Cabral – ver Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 29

em certas ocasiões Amílcar afirmava que era devido a homens como Baltasar que ele se tinha comprometido com a aventura da luta pela libertação política⁷³. Por sua vez, Silvino da Luz, membro do Comité Executivo da Luta, contou a José Vicente Lopes que em 1985 ele enviou um telegrama desejando Boas Festas a Baltasar Lopes da Silva, redigido nos seguintes termos: «Ao mestre que nos ensinou a ser irreverentes.»⁷⁴

3.1.3. A revista *Claridade*

A revista de «Artes e Letras» *Claridade* nasceu no Mindelo, em Março de 1936. Os seus três primeiros números foram publicados até 1937, e os seis restantes, entre 1947 e 1960. Foi fundada por Baltasar Lopes de Silva, Manuel Lopes e Jorge Barbosa. Sendo uma revista de caráter literário, os seus autores também manifestaram interesse pela História, pela Sociologia e pela Antropologia do arquipélago, tendo como objetivo principal a procura da *caboverdianidade* ou de uma identidade cultural específica a Cabo Verde. Para isso, procuraram apoiar-se em estudos de sociólogos e antropólogos brasileiros, e afirmaram que Cabo Verde era um país “mestiço” semelhante, ou pelo menos, comparável ao Brasil. Também acentuaram a importância da herança cultural africana nas ilhas, cujas manifestações procuraram recolher e analisar. Do ponto de vista literário, foram muito influenciados pela nova literatura brasileira, chamada corrente modernista. Operaram assim uma verdadeira revolução neste domínio, ao mudar os conteúdos e a estética até então mais influenciados pelos movimentos literários portugueses. Os seus romances falavam dos Cabo-verdianos, tentando representar a sua vida e as emoções dos seus habitantes. Os seus

⁷³ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, p. 445

⁷⁴ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, p. 447

poemas eram escritos em crioulo, continuando o movimento iniciado pelos poetas do início do século, como Eugénio Tavares, originário da Brava e primeiro poeta culto de mornas. Durante a segunda fase da revista, com a partida de Manuel Lopes para os Açores, e de Jorge Barbosa para a ilha do Sal, foi Baltasar Lopes quem assumiu a direção da revista. Alguns dos seus alunos no liceu publicaram ensaios ou poemas nestes seis números, e alguns, como Onésimo Silveira, Ovídio Martins ou Corsino Fortes, militaram mais tarde no PAIGC.

No que diz respeito às relações ou às influências deste movimento cultural e literário sobre a ação do PAIGC, visto que os fundadores eram estudantes no liceu na altura em que alguns dos seus professores se lançavam nesta aventura literária determinante para a afirmação da identidade cabo-verdiana, as opiniões não foram claramente enunciadas. No entanto, Baltasar Lopes deu a sua, fortemente favorável, em 1986:

«Pela militância, expressa ou latente nas suas páginas, a ação da revista, e com ela, do grupo, configura-se bem como um movimento precursor da independência política, na medida em que, como foi notado por vozes estranhas insuspeitas, ela revelou que Cabo Verde possuía uma personalidade autónoma bem caracterizada e diferenciada, que merecia um tratamento e um atendimento específico.»⁷⁵

3.2. A Universidade de Lisboa: o encontro e o confronto dos colonizados ou... quem influenciou quem?

De entre os fundadores do PAIGC, um único teve a oportunidade de seguir uma formação a nível do ensino superior em Portugal.

⁷⁵ Furtado, Cláudio, *op. cit.*, p. 75, citação de Baltasar Lopes da Silva, Depoimentos. Claridade, revista de artes e letras. Edição fac-similada, 50º aniversário. Lisboa, ALAC, 1986, p. XIV

Trata-se de Amílcar Cabral, que diplomou-se em Agronomia pela Universidade de Lisboa. Em 1945, aquando da sua chegada à capital portuguesa, já aí residiam outros estudantes oriundos das colónias africanas e também das asiáticas. Amílcar Cabral conheceu muitos de entre eles, e envolveu-se numa série de atividades que foram consideradas por muitos autores como uma espécie de génese dos movimentos que levaram à independência das colónias portuguesas em África. Um outro fundador, Júlio Almeida, apesar de não ter frequentado a Universidade, viveu em Lisboa⁷⁶ durante o mesmo período e também participou em algumas dessas atividades, se bem que não saibamos em que medida. Enfim, Vasco Cabral, dirigente guineense do PAIGC, apesar de não ter sido um dos fundadores, participou de forma ativa em várias atividades estudantis durante este período, em Lisboa.

Podemos lamentar a ausência de um estudo aprofundado sobre o ambiente vivido durante estes anos pelos estudantes africanos a residir em Portugal e pela pequena comunidade africana então existente. Algumas pessoas ainda estão vivas e poderiam dar um testemunho sobre estes inícios da agitação anticolonialista organizada e unificada. A única fonte de que dispomos de momento são as entrevistas e os textos publicados por Mário Pinto de Andrade, homem de letras e político angolano, já falecido, antigo presidente do MPLA e amigo íntimo de Amílcar Cabral durante o período em questão. Assim, Mário de Andrade fala-nos acerca de um pequeno grupo de estudantes africanos do qual Amílcar Cabral fazia parte já em 1948⁷⁷. Este grupo era igualmente composto por Agostinho Neto, na altura estudante em Medicina, Marcelino dos Santos, Eduardo Mondlane

⁷⁶ Algumas fontes indicam esta cidade, outras indicam a cidade de Évora.

⁷⁷ Andrade, Mário Pinto de, *A geração de Cabral - palestra feita na Escola-Piloto, em 8 de Fevereiro de 1973*, s.l., Instituto Amizade, PAIGC, 1973, p.4

e pelo próprio Mário Pinto de Andrade, estudante em Letras⁷⁸. Como é sabido, Agostinho Neto e Mário de Andrade foram dois fundadores do MPLA⁷⁹, enquanto Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos foram-no da FRELIMO⁸⁰. Uma coincidência tornou certamente mais fáceis os contactos entre estes estudantes africanos: o facto de que vários de entre eles residiam no mesmo bairro em Lisboa, o da Ajuda⁸¹, onde se situa o Instituto Nacional de Agronomia. Estes estudantes levaram a cabo uma série de atividades no quadro das instituições já existentes aquando da sua chegada, e de outras que eles próprios criaram. A primeira destas instituições foi a célebre Casa dos Estudantes do Império. Criada em 1944 pelo Ministério das Colónias e pelo Comissariado Nacional da Juventude Portuguesa⁸², o seu principal objetivo oficial era o apoio material aos estudantes que chegavam de todos os pontos do Império⁸³. No mesmo ano foi fundada uma antena em Coimbra e em 1959 no Porto⁸⁴. Tanto Amílcar Cabral como Júlio Almeida estavam inscritos nesta instituição e também era o caso da maioria dos dirigentes cabo-verdianos da segunda geração, como veremos em seguida. Contudo, apesar da grande importância que as atividades desenvolvidas nesta Casa provavelmente teve na tomada de consciência política e na criação dos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África, é curioso verificar que a grande maioria dos dirigentes guineenses não viveu esta experiência. Na realidade, além de Amílcar Cabral, foi

⁷⁸ Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, p.9

⁷⁹ Movimento Para a Libertação de Angola

⁸⁰ Frente para a Libertação de Moçambique

⁸¹ Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, p.4

⁸² Mateus, Dalila Cabrita, *op. cit.*, pp. 66-67

⁸³ Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, p. 12 - 13. Note-se que o Império Português era constituído pelas províncias de Angola, Moçambique, Guiné Portuguesa, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Goa, Damão e Diu, Timor e Macau.

⁸⁴ Mateus, Dalila Cabrita, *idem, ibidem*

unicamente Vasco Cabral quem, de entre os futuros membros do Comité Executivo da Luta, participou nas atividades desta Casa.

Amílcar Cabral foi particularmente ativo na CEI, visto que ele não somente fez parte da sua equipa de futebol, mas foi também cofundador e colaborador do seu boletim *Mensagem*, e até presidente da Direção da Seção das ilhas de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e da Guiné, e igualmente vice-presidente da CEI em 1951. A outra instituição já existente onde alguns estudantes atuaram, apesar de não sabermos quais para além de Amílcar Cabral, foi o Clube Marítimo, uma associação de marinheiros que se situava no bairro de Alcântara. Cabral deu aí aulas de alfabetização a vários marinheiros⁸⁵. Também sabemos que se organizavam bailes nesse Clube e que, por intermédio de alguns marinheiros, os estudantes tiveram acesso a livros de autores estrangeiros cuja leitura era proibida pela censura do regime salazarista. No entanto, estas instituições e em especial a Casa dos Estudantes do Império eram alvo de controlos rigorosos por parte da polícia política salazarista, a PIDE, de tal forma que estes estudantes sentiram a necessidade de criar outras instituições através das quais pudessem agir com maior liberdade.

Nessa altura, a intervenção por parte de alguns são-tomenses foi fundamental, e nomeadamente por parte de Francisco José Tenreiro⁸⁶, e da família Espírito Santo. O primeiro era funcionário público e chegou até a ser assistente do prestigiado professor de Geografia da Universidade de Lisboa, Orlando Ribeiro. Alguns anos mais velho que os estudantes aos quais nos referimos, e residindo em Lisboa desde há muitos anos, ele foi também poeta. Em 1951, juntamente com Mário de Andrade, Agostinho Neto e Amílcar Cabral, criou um Centro de Estudos Africanos, que funcionava na clandestinidade no

⁸⁵ Mateus, Dalila Cabrita, *op. cit.*, p. 77 e *Amílcar Cabral, sou um simples africano*, Lisboa, Fundação Mário Soares, 2000, p. 78

⁸⁶ Intelectual de S. Tomé, colaborador do Professor Orlando Ribeiro na cadeira de Geografia da Universidade de Lisboa.

apartamento da família Espírito Santo, de antigos proprietários e profissionais liberais⁸⁷. Este apartamento situava-se na Rua Ator Vale, nº 37. Ora, o principal objetivo deste Centro era a investigação científica e o aprofundamento do conhecimento sobre África em várias áreas do saber, tendo também em vista dar um contributo para uma «re-africanização dos espíritos», de acordo com uma expressão atribuída a Amílcar Cabral. Segundo Mário de Andrade, as reuniões tinham lugar uma vez por mês, nos domingos à tarde e cada participante devia apresentar uma exposição sobre um tema específico, em geral ligado à sua área de estudos ou profissional. Houve exposições sobre a Geografia, a Agronomia, a História, a Literatura, as Línguas e a Política Africanas. Graças a um contacto estabelecido diretamente por Mário de Andrade com Alioune Diop em Paris⁸⁸, estes textos puderam ser publicados no número 14 do ano de 1953 da célebre revista *Présence Africaine*, com o título *Os estudantes negros falam*⁸⁹. Mário de Andrade também nos deu informações preciosas respeitantes à formação intelectual destes estudantes. Ele indicou uma série de autores que foram lidos por muitos deles e cuja leitura contribuiu para o despertar das suas consciências políticas e para as suas formações. De forma geral, ele afirmou que as obras relacionadas com a Revolução Chinesa e com a União Soviética lhes interessavam em especial, tal como os livros que tratavam da situação política vivida pela comunidade negra nos EUA e no Brasil. No campo literário, ele mencionou os romances do escritor brasileiro, natural da Bahia, Jorge Amado, considerado atualmente como um dos maiores escritores de língua portuguesa no século xx, e, na altura, militante do Partido Comunista Brasileiro.

⁸⁷ Mateus, Dalila Cabrita, *op. cit.*, pp. 75-77 e Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, pp. 17-18

⁸⁸ Andrade, Mário Pinto de, *Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, João Sá da Costa, 1997, p. 109

⁸⁹ Mateus, Dalila Cabrita, *op. cit.*, p. 77

As suas obras denunciam as condições de vida particularmente difíceis das populações do Nordeste brasileiro. Ele também salienta a produção poética de Agostinho Neto⁹⁰ que, segundo ele, refletia os sentimentos de todos.

Mas estes estudantes africanos não viviam numa comunidade fechada ao exterior e entravam também em contacto com os membros de algumas organizações portuguesas, nomeadamente, o Partido Comunista Português, que atuava na clandestinidade, e um movimento ligado a este partido, o MUD Juvenil, Movimento da Unidade Democrática. Ora, apesar de encontrarmos várias referências às ligações entre os membros do Partido Comunista Português e os futuros movimentos africanos de libertação, não foi o caso para o PAIGC, ou pelo menos, não de forma direta. O único futuro dirigente do CEL que militou neste partido foi Vasco Cabral⁹¹, cujo itinerário estudaremos juntamente com os dos membros da segunda geração. No entanto, de acordo com Dalila Mateus⁹², tanto Vasco⁹³ como Amílcar Cabral participaram diretamente e de forma ativa no MUD Juvenil, organismo criado em 1946 e dissolvido em 1957⁹⁴. Segundo a mesma autora, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Lúcio Lara⁹⁵ participaram igualmente neste movimento. No que diz respeito aos contactos com as organizações portuguesas, Mário de Andrade⁹⁶ salienta a aprendizagem de técnicas de vida na clandestinidade, graças aos seus militantes.

⁹⁰ Andrade, Mário Pinto de, *op. cit.*, p. 14

⁹¹ Duarte Silva, António E., *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1997, p. 40

⁹² Mateus, Dalila Cabrita, *op. cit.*, pp. 106 - 107

⁹³ Estudaremos o seu percurso no Capítulo Segundo.

⁹⁴ Mateus, Dalila Cabrita, *op. cit.*, pp. 80, 85

⁹⁵ Dirigente do MPLA desde 1960.

⁹⁶ Andrade, Mário Pinto de, *A geração...p. cit.*, p. 12 e Andrade, Mário Pinto de, *Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, João Sá da Costa, 1997, p.100

As experiências vividas em Portugal foram importantes para os futuros movimentos de libertação por várias razões, de entre as quais algumas foram enunciadas pelos próprios protagonistas. Assim, é um facto que este período das suas vidas contribuiu fortemente para a sua formação política e para a tomada de consciência da sua africanidade e dos problemas vividos pelas populações africanas. Mas também contribuiu para uma tomada de consciência da situação política dos habitantes das colónias do Império em geral, incluindo os asiáticos, e da situação vivida pela própria população portuguesa. Noutros termos, estes futuros dirigentes políticos puderam aperceber-se do facto de que os males dos quais sofriam as suas respetivas populações eram devidos à mesma causa, o colonialismo, e viveram também de perto a dureza da ditadura imposta aos Portugueses. Enfim, o que queremos sobretudo salientar é que esta experiência permitiu-lhes constituir uma rede de relações que lhes foi muito útil para o desenvolvimento dos respetivos movimentos de libertação. Apoiaram-se mutuamente na luta pela independência dos seus países, ou seja, fizeram essa luta juntos. Vários episódios, assim como a criação de organismos que reuniam todas as colónias portuguesas em África são disso exemplo. Seria de grande interesse conhecer melhor os laços criados com os povos asiáticos também sob dominação portuguesa na época, sabendo que os movimentos de independência das colónias europeias tiveram início na Índia, com Gandhi, e que Portugal também tinha uma colónia neste país.

3.3. As trajetórias profissionais dos fundadores, homens com carreiras de sucesso

Aquando da fundação do partido, todos os membros fundadores tinham estado empregados em Bissau. Quatro de entre eles trabalhavam ou tinham trabalhado em instituições do Estado e dois numa empresa privada. Júlio Almeida e Amílcar Cabral tinham sido empregados dos

Serviços Provinciais de Agricultura e Florestas, o primeiro na qualidade de técnico agrícola, o segundo com um contrato a termo certo como engenheiro⁹⁷. Eles tinham partilhado o mesmo local de trabalho, a Granja do Pessubé⁹⁸, situada nos arredores da capital. Fernando Fortes e Aristides Pereira, trabalhavam juntos nos Correios, onde tinham iniciado uma carreira como funcionários públicos. Quanto a Luís Cabral e Elysée Turpin, trabalhavam nos escritórios da maior empresa comercial instalada na Guiné-Bissau na altura, a Casa Gouveia. Funcionando com capitais portuguesas e de outros países europeus, esta empresa exportava vários produtos para a metrópole e particularmente, o amendoim⁹⁹. Os processos da PIDE/DGS indicam que os dois eram “empregados do comércio”, especificando que Luís Cabral era contabilista. No entanto, Elysée Turpin também é apontado como “industrial”, mas não há indicações mais precisas, nomeadamente no que diz respeito ao setor de atividade, ao local e à época em que esta profissão terá sido exercida.

Graças a um estudo efetuado pelo historiador Carlos Cardoso¹⁰⁰, temos a possibilidade de enquadrar estas profissões na sociedade colonial da época. Assim, sabemos que em 1950 a população ativa da Guiné estava concentrada no setor primário, que contava 125 541 trabalhadores e representava 87,5% do total. O setor secundário absorvia unicamente 3,2% da população ativa o que correspondia a 4 622 indivíduos. Quanto ao setor terciário, representava 9% da população ativa, com 12 822 trabalhadores cuja maioria eram assalariados da administração pública. Ora, é necessário precisar que a população ativa, e de resto, toda a população da Guiné estava dividida em dois grupos distintos: o dos “civilizados”, que eram considerados como cidadãos portugueses ou de

⁹⁷ *Amílcar Cabral, sou um simples africano...*, op. cit., p. 79

⁹⁸ Tratava-se de um posto agrícola experimental.

⁹⁹ Lobban, Richard, Forrest, Joshua, *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, London, The Scarecrow Press, Inc., 1988, p. 44 e Cardoso, Carlos, op. cit., p. 46

¹⁰⁰ Cardoso, Carlos, op. cit.

outras nacionalidades, e o dos “indígenas”, que não eram considerados como cidadãos e onde se incluía a grande maioria da população guineense. Esta divisão sociopolítica era igualmente aplicada em Angola e em Moçambique. Os seis fundadores do PAIGC pertenciam à categoria dos «civilizados» que, em 1950, incluía unicamente 8 320 pessoas. Cardoso indica-nos que os elementos deste grupo trabalhavam sobretudo nos setores da administração pública e do comércio. Ele acrescenta que, no que diz respeito à população “civilizada”, pode considerar-se a existência de três grandes grupos socioprofissionais: um composto por funcionários públicos e comerciantes, outro por pequenos e médios proprietários agrícolas, que eram chamados ponteiros e por fim, o dos empregados do setor terciário e os profissionais liberais.

Assim, podemos constatar que os seis fundadores integraram perfeitamente a sociedade da época descrita por Carlos Cardoso: eram funcionários públicos, empregados na maior empresa comercial local ou ainda, profissionais liberais, como era o caso de Amílcar. Podemos então concluir que eles pertenciam às camadas sociais mais privilegiadas da época, mesmo não tendo assumido as funções de maior poder, que eram provavelmente confiadas aos originários da metrópole. A inexistência de estudos mais aprofundados sobre as carreiras na administração colonial é verdadeiramente lamentável, já que ajudariam a compreender melhor este aspeto da sociedade guineense.

4. Fugas ou prisão: a etapa decisiva para ascender à direção do partido

4.1. As três fugas que salvaram o partido

Após a fundação do partido, a segunda e última etapa determinante de seleção para chegar aos lugares de direção consistiu em conseguir fugir do espaço político português, fosse este colonial ou metropolitano.

Estas fugas deram-se em direção à França ou ao Senegal, durante um período muito curto, entre Janeiro e Agosto de 1960. Ora, de entre os seis fundadores oficiais do PAIGC, somente três conseguiram fugir. Após esta etapa, mantiveram-se na direção do partido até ao fim deste ou até ao fim das suas vidas, o que foi o caso de Amílcar Cabral. Os três restantes foram detidos pela PIDE e nunca puderam deixar o território político português, até à queda do Estado Novo em Portugal, no ano de 1974. Somente um de entre eles, Fernando Fortes, voltou a integrar as estruturas de direção partidárias após a independência. Ele foi eleito membro do Conselho Superior da Luta.

4.1.1. O não-regresso de Amílcar Cabral

Segundo a primeira esposa de Amílcar Cabral, este viajou para Paris no mês de Dezembro de 1959 e pensava regressar a Lisboa antes do Natal¹⁰¹. Tinha ido encontrar-se com o angolano Mário de Andrade e com o moçambicano Marcelino dos Santos, amigos seus desde a época em que eram estudantes em Lisboa. Viriato da Cruz¹⁰², ido de Luanda, também aí se encontrava. De acordo com Luís Cabral, nessa altura, juntamente com os seus colegas angolanos e moçambicanos, decidiu participar na Segunda Conferência dos Povos Africanos, em Tunis. No entanto, apesar de ter utilizado o pseudónimo Abel Djassi, ele receava ser descoberto pela PIDE e ser preso no seu regresso a Lisboa. Tomou então a decisão de ficar em Paris¹⁰³. A sua esposa Maria Helena e a filha do casal, Iva, seguiram também para esta cidade no mês de Abril seguinte. Amílcar tinha ido a Londres no mês de Março, onde organizou a primeira

¹⁰¹ Castanheira, José Pedro, *op. cit.*, pp. 36 - 37

¹⁰² Dirigente do MPLA até 1963.

¹⁰³ Minha entrevista com Luís Cabral, *op. cit.*

conferência de imprensa denunciando o colonialismo português. Também se encontrou aí com Basil Davidson¹⁰⁴ e redigiu o texto intitulado *Facts about Portuguese Colonialism*¹⁰⁵. No mês de Março de 1960 ele instalou-se definitivamente em Conakry, período sobre o qual voltaremos a debruçar-nos.

4.1.2. *A fuga precipitada de Luís Cabral*

No seu relato, Luís Cabral conta que fugiu de Bissau em Abril de 1960. Na qualidade de chefe dos Correios, Aristides Pereira tinha interceptado uma conversa telefónica na qual o diretor da CUF¹⁰⁶ pedia um novo contabilista à sede em Lisboa, visto que o tinham avisado que o contabilista em funções, Luís Cabral, devia ser preso. A farmacêutica portuguesa Sofia Pomba Guerra, exilada política na Guiné-Bissau, tinha tido conhecimento da mesma informação através de oficiais portugueses em Bissau. Luís Cabral decidiu então preparar a sua fuga, sabendo que o diretor da empresa onde ele trabalhava tinha pedido um adiamento da sua prisão, para que ele tivesse tempo de fechar o ano comercial. Entretanto, a sua primeira esposa, Lucette Andrade, tinha sido convidada a cantar num espetáculo organizado em honra da Associação Comercial e Industrial de Bissau. Foi durante os ensaios, aos quais Luís Cabral assistia, que ele preparou a sua fuga.

Na verdade, ele pôde organizá-la graças ao apoio de Sofia Pomba Guerra, pois por um lado, esta enviava-lhe informações através da sua filha que também assistia aos ensaios do espetáculo; por outro

¹⁰⁴ Africanista inglês

¹⁰⁵ *Amílcar Cabral, sou um simples africano...*, *op. cit.*, p. 82

¹⁰⁶ Companhia União Fabril, a maior empresa comercial a atuar na Guiné-Bissau na altura.

lado, ela tinha-o posto em contacto com um outro exilado político português, Fausto Teixeira, que estava disposto a fazê-lo sair do país. Este tinha vários camiões e veículos e atravessava o país com frequência devido à sua atividade profissional. Na noite do espetáculo, Luís Cabral partiu com Fausto Teixeira e um guineense chamado Peralta, em direção à fronteira com o Senegal. Aquando do controle efetuado pela polícia, como havia vários veículos a serem inspecionados ao mesmo tempo, Luís Cabral relata que teve a possibilidade de saltar de um veículo ainda não controlado para outro que já o tinha sido. Passou, assim, despercebido e Fausto Teixeira conduziu-o até à fronteira com o Senegal. Daí, ele partiu para Dakar¹⁰⁷.

4.1.3. *A passagem tranquila de Aristides Pereira à clandestinidade*

Segundo o relato que Aristides Pereira fez a Leopoldo Amado, ele preparou a sua fuga de Bissau na altura em que tinha direito a férias: decidiu então fazer uma longa viagem. Partiu primeiro para Cabo Verde, depois visitou Portugal e por fim pediu autorização para ir a França. Desconhecemos a data da sua partida de Bissau, mas em Setembro de 1960, ele encontrava-se já em França. Aí, entrou em contacto com Luís Cabral que estava em Dakar; este último informou Amílcar da notícia por altura da passagem deste por esta cidade. Amílcar enviou-lhe uma passagem de barco, com partida de Marselha e que fazia escala em Dakar, onde ele devia ficar.

Ao analisar a tabela, não podemos deixar de notar o período temporal muito curto durante o qual as fugas ocorreram: de Dezembro de 1959 até antes de Setembro de 1960. Isto significa que para a primeira geração de dirigentes a possibilidade concreta de fugir durou menos de nove meses.

¹⁰⁷ Minha entrevista com Luís Cabral, *op. cit.*

Tabela 5 – Fugas dos fundadores

NOMES	DATA DA FUGA	LOCAL DE PARTIDA	LOCAL DE CHEGADA
Cabral, Amílcar	Dez. 1959	Lisboa	Paris
Cabral, Luís	Abril 1960	Bissau	Dakar
Pereira, Aristides	Set. 1960	Bissau	Paris

Fontes: entrevistas, textos publicados

4.2. *Em Conakry, terra de acolhimento: tudo a perder ou tudo a ganhar?*

Foi em 1960 que Amílcar Cabral partiu de Paris em direção a Conakry, cidade onde viveu até ao fim dos seus dias. A sua primeira esposa, Maria Helena de Ataíde Vilhena Rodrigues, e a primeira filha do casal, Iva Maria, acompanharam-no nesta nova etapa da sua vida. Em Conakry, Amílcar trabalhou durante alguns meses como conselheiro técnico no Ministério da Economia Rural, enquanto Maria Helena ensinava no liceu.

Desde a chegada da família Cabral, criaram-se as primeiras instituições do partido, cuja sede passou a ser em Conakry. Instalou-se aí o secretariado-geral, sendo o seu primeiro secretário-geral Amílcar Cabral, secundado por Aristides Pereira, assim que chegou também à cidade. Nessa altura, o partido criou uma antena em Dakar, dirigida por Luís Cabral. Entretanto, ainda em Conakry deram-se os primeiros passos para a formação de quadros do partido na Escola de Quadros, assim como para a criação de órgãos para a publicação do primeiro número do jornal *Libertação*.

Ora, estes dirigentes do PAIGC não se encontravam sós em Conakry; alguns dirigentes do MPLA já aí residiam aquando da sua chegada. Segundo Mário de Andrade, foi graças aos contactos que alguns militantes do MPLA tinham na altura que Amílcar Cabral pôde

instalar-se em Conakry¹⁰⁸. Assim, desde a sua chegada a esta cidade, Amílcar Cabral pôde reencontrar ou conhecer Lúcio Lara, Viriato da Cruz e Eduardo dos Santos, dirigentes do MPLA e Miguel Trovoada, dirigente do Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe.

Outros movimentos de libertação da Guiné-Bissau tinham já secretariados de representação ou até as suas sedes em Conakry. Era o caso, pelo menos, do MLG (Movimento para a Libertação da Guiné) e da FLING (Frente de Luta para a Independência da Guiné). Segundo Luís Cabral¹⁰⁹, Amílcar tentou unificar todos estes movimentos, mas sem sucesso. Ora, estes já tinham o apoio do PDG (Parti Démocratique de Guinée) de Sékou Touré. Foi, portanto, com algumas dificuldades, muita persistência e graças à ajuda de Sayfoulaye Diallo, secretário permanente deste partido, que o PAIGC ganhou progressivamente terreno e obteve cada vez mais apoio por parte do PDG¹¹⁰. Esta situação reproduziu-se com os países do bloco socialista, cujo apoio foi inicialmente concedido ao MLG e à FLING e mais tarde, graças a muita perseverança, ao PAIGC.

4.3. *Enfrentar, resistir e suportar a PIDE*

Os três fundadores que não fugiram foram, a um dado momento, presos pela célebre PIDE/DGS, polícia política do regime salazarista. Trata-se de Fernando Fortes, Elysée Turpin e Júlio Almeida. Encontrámos processos referentes às suas detenções nos arquivos da PIDE/DGS na Torre do Tombo em Lisboa. Também nos foi concedida uma entrevista por Irene Fortes, a viúva de Fernando Fortes, que nos

¹⁰⁸ Andrade, Mário Pinto de, *Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, João Sá da Costa, 1997, p. 159, 160

¹⁰⁹ Antunes, José Freire, *op. cit.*, pp. 532, 536

¹¹⁰ Castanheira, *op. cit.*, p. 38

relatou aspetos da sua vida com o marido durante este período. De acordo com os arquivos da PIDE, o primeiro fundador que foi encarcerado foi Elysée Turpin, em Abril de 1960. Ele foi libertado em Setembro do mesmo ano, e depois sofreu um segundo período de encarceração, de Abril até Junho de 1961¹¹¹. Fernando Fortes foi preso a 7 de Fevereiro de 1961 e libertado a 27 de Abril de 1963. Também teve um segundo período de prisão, de 23 de Março de 1966 até Agosto de 1969, de acordo com os arquivos da PIDE, e até 1971, segundo ele próprio. Quanto a Júlio Almeida, e segundo os arquivos da PIDE, ele foi detido para interrogatórios de 29 de Julho até 3 de Dezembro de 1968. Enquanto Elysée Turpin ficou preso durante nove meses na totalidade, Júlio Almeida esteve na prisão durante quatro meses. Ora, sabemos que em Portugal, em 1968, com a subida ao poder de Marcello Caetano, a duração legal de tempo de prisão para fins de interrogatório diminuiu: passou de seis para três meses¹¹². É, portanto, possível que Júlio Almeida tenha beneficiado parcialmente desta medida. Quanto a Fernando Fortes, foi o único a ser acusado, julgado e inculcado de levar a cabo atividades contra a integridade do Estado português. Foi condenado a uma pena de prisão, sendo que ficou encarcerado entre 5 a 7 anos. Em seguida, beneficiou da liberdade condicional, mas foi sempre estritamente controlado pela PIDE, como soubemos pela sua esposa¹¹³.

Segundo o testemunho de Irene Fortes, Fernando foi libertado e a família continuou a viver em Luanda. O seu marido não podia deixar a cidade e devia obrigatoriamente apresentar-se todos os meses à PIDE com um cartão que devia ser carimbado pelas autoridades. Segundo Irene, o seu marido foi também vítima de uma

¹¹¹ AN/TT, Arquivos da PIDE/DGS, SC, 1014 / 56 – SR, 44 fls.

¹¹² Rosas, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7, p. 547

¹¹³ Minha entrevista com Irene Fortes, a 17 de Setembro de 2000, em Amora, Portugal

tentativa de envenenamento na prisão de Bissau. Ele foi salvo por um médico que cuidava dos prisioneiros, o doutor Ciro, que era também um amigo. Irene conta que quando este se apercebeu do estado de saúde de Fernando, ordenou que fosse transferido de imediato para um hospital.

Os dois primeiros fundadores de que falámos foram presos em Bissau; foi também o caso de Fernando Fortes, durante o primeiro período de encarceramento. A sua segunda prisão passou-se em Angola, na “colónia agrícola da ilha de S. Nicolau”, segundo a terminologia da PIDE. Na sua entrevista a Ronald Chilcote, ele afirma ter estado alguns meses em Luanda, em 1967 e em seguida no “campo de concentração de S. Nicolau”.

Ignoramos as acusações das quais Elysée Turpin foi vítima; no entanto, como foi dito anteriormente, sabemos que Fernando Fortes foi acusado de levar a cabo atividades subversivas. Nos quinze interrogatórios a que Júlio Almeida foi submetido e que pudemos consultar, os agentes da PIDE insistiam para que ele confessasse a sua participação na fundação e no financiamento das atividades do PAIGC. Júlio Almeida foi libertado, mas o diretor da polícia política em Bissau deixou muito claro que não tinha acreditado nas suas afirmações¹¹⁴.

Nós vimos que a direção máxima do partido foi assumida pelos que fugiram. Podemos constatar que Amílcar Cabral foi o secretário-geral do partido desde a data da sua fundação até ao dia do seu assassinato, a 20 de Janeiro de 1973. No que diz respeito a Luís Cabral e Aristides Pereira, foram ambos membros do CEL e do Secretariado Permanente até 1973. Aquando do segundo Congresso do PAIGC nesse ano, Aristides Pereira foi eleito secretário-geral do partido e Luís Cabral, o seu secretário-geral adjunto. Alguns anos após a independência, a 14 de Novembro de 1980, Luís Cabral foi preso na

¹¹⁴ AN/TT, PIDE/DGS, Júlio Antão de Oliveira Almeida, Sub. Del. Guiné PC 106/68, 1º vol., p. 13 - 47

Guiné-Bissau. Ignoramos o seu estatuto no partido a partir desse momento. Em todo o caso, em Janeiro de 1981 um novo partido foi criado pela ala cabo-verdiana, o PAICV. Aristides Pereira tornou-se o seu presidente até 1991, o ano da mudança para um regime multipartidário no arquipélago. Da mesma forma, os fundadores que foram presos permaneceram relativamente ou totalmente afastados da direção do partido até ao fim deste projeto político. Fernando Fortes regressou à Guiné em 1974 e aquando do IIIº Congresso, em 1977, foi eleito para o Conselho Superior da Luta. No entanto, ele não foi eleito membro do Comité Executivo da Luta nem do seu Secretariado Permanente. No que diz respeito a Elysée Turpin e a Júlio Almeida, ambos desapareceram dos órgãos de direção do partido, a julgar pelas listas que pudemos consultar. Em vésperas da independência, no segundo Congresso, quatro dos seis fundadores já não pertenciam à direção do partido. Aquando do segundo Congresso do partido, em Julho de 1973, somente Aristides Pereira e Luís Cabral se mantinham na direção máxima deste, onde ocupavam, de resto, os cargos mais elevados em termos de responsabilidade.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO SEGUNDO

OS COMBATENTES:

A LONGA E PROGRESSIVA TOMADA DO PODER PELA SEGUNDA GERAÇÃO DOS DIRIGENTES DO PAIGC

Após a fundação do PAIGC, em 1956, o primeiro Congresso realizou-se em 1964. Infelizmente, não tivemos acesso aos documentos relativos a esta reunião. No entanto foi-nos possível consultar os documentos respeitantes aos IIº e IIIº Congressos, reunidos respetivamente em 1973 e em 1977, durante os quais os militantes elegeram o Comité Executivo da Luta e o Conselho Superior da Luta.

Decidimos estudar a trajetória dos militantes que foram eleitos para o primeiro destes dois órgãos supremos de direção política do partido. O IIIº Congresso foi o último do PAIGC, antes da sua rutura, em 1981. Os membros do partido eleitos nessa ocasião constituíram portanto o seu último grupo de direção política. Para o nosso estudo, interessámo-nos pelas trajetórias dos membros eleitos no IIº e IIIº Congressos, aos quais juntámos a de Rafael Barbosa, uma vez que há fontes que o mencionam como presidente¹¹⁵ do partido durante um certo período. No entanto, ele não foi oficialmente reconhecido como fundador do PAIGC, e não foi mais tarde eleito membro do CEL. Pelo contrário,

¹¹⁵ Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 174. Ver também Castanheira, José Pedro, «Quem mandou matar Amílcar Cabral», *in Expresso - A Revista*, 16/01/93, pp. 4-16, s.l., s.e., 1993

foi expulso do partido em 1970, acusado de traição. O segundo grupo que estudaremos é portanto constituído por Rafael Barbosa e pelos seguintes dirigentes, eleitos pelo IIº Congresso do PAIGC para o Comité Executivo da Luta: Abílio Duarte, Francisco Mendes, João Bernardo Vieira, Pedro Pires, Vasco Cabral, Carlos Correia, José Araújo, Victor Saúde Maria, Constantino Teixeira, Otto Schacht, Lourenço Gomes, Abdulai Bari, Paulo Correia, Carmen Pereira, André Gomes, Pascoal Correia Alves, Luís Correia, Chico Bá, Honório Chantre, Umarú Djaló, Lúcio Soares, Tiago Aleluia Lopes, Osvaldo Vieira, aos quais acrescentámos os membros eleitos para o mesmo órgão aquando do IIIº Congresso, em 1977, a saber, Silvino da Luz, Olívio Pires e Osvaldo Lopes da Silva. Chamámos a este grupo a “segunda geração”, e propusemo-nos estudar as trajetórias dos seus membros até à sua eleição para o CEL.

1. O recrutamento dos militantes no mundo obscuro da clandestinidade

Considerámos que existiram duas fases cruciais de recrutamento deste grupo de dirigentes. A primeira diz respeito ao início da sua militância no PAIGC, enquanto a segunda ocorreu no interior do próprio partido, tratando-se do seu recrutamento na qualidade de dirigentes deste. A fim de compreender a primeira fase em causa, visto a falta de estudos sobre o PAIGC e a indisponibilidade de fontes do partido, apoiámo-nos em várias outras fontes: processos da PIDE / DGS, entrevistas, relatos de vida publicados e obras ou estudos publicados.

Obtivemos alguns dados respeitantes ao engajamento de militantes na clandestinidade. O recrutamento dos dirigentes cujas trajetórias estudámos ocorreu durante um período muito curto e em locais muito precisos. Quando o movimento começou a atuar tendo como sede a Guiné-Conakry e uma base no Senegal, ou seja, não unica-

mente na clandestinidade, foram somente os militantes que conseguiram fugir do espaço político sob domínio português que puderam prosseguir as suas carreiras no interior do movimento e chegar à direção política. Estas fugas efetuaram-se através de um pequeno número de trajetórias bem definidas.

Parece-nos que foi durante o período em que ocorreu esta fase de seleção que os militantes e dirigentes que atuaram na clandestinidade e aí permaneceram, foram, na sua maioria, excluídos da direção política do movimento. Ou seja, os militantes do PAIGC que agiram no espaço político sob domínio português e que não fugiram durante este período, não fizeram carreira até ao topo da direção política do PAIGC. Por outro lado, estamos em crer que nem todos os futuros dirigentes seguiram o percurso que passou pelo recrutamento na clandestinidade, e depois, pela fuga: é provável que alguns de entre eles tenham sido recrutados no seio das comunidades emigradas, nomeadamente na Guiné-Conakry¹¹⁶.

De qualquer forma, a maioria dos militantes que chegaram à direção política do movimento entre 1973 e 1977 já se encontravam na cena política africana e já tinham sido recrutados pelo PAIGC pelo menos até 1962. Com efeito, nessa altura, antes do início da ação armada do PAIGC, o partido já tinha recrutado a maioria dos militantes que constituíram a segunda geração dos seus dirigentes. De acordo com o relato de Luís Cabral¹¹⁷, foi o caso de Rafael Barbosa, Victor Saúde Maria, Carlos Correia, Francisco Mendes, Osvaldo Vieira, Constantino Teixeira, Nino Vieira, Abdulai Bari, Pascoal Correia Alves, Tiago Aleluia Lopes, Otto Schacht, para além, como é evidente, de Abílio Duarte, assim como da maioria dos militantes cabo-verdianos,

¹¹⁶ Nino Vieira, por exemplo, partiu para Conakry em 1959, onde conheceu Amílcar Cabral e em seguida, aderiu ao partido em 1960. Ver Lobão, Eduardo, «Nino Vieira, presidente da mudança», in *Elo – Cooperação e Desenvolvimento*, nº3, ano 1, Jan./Fev. 1991, pp.49-54, s.l., s.e., 1991

¹¹⁷ Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 48

ou seja, Silvino da Luz, Pedro Pires, José Araújo, Osvaldo Lopes da Silva, e o guineense Vasco Cabral.

O recrutamento dos futuros dirigentes da segunda geração efetuou-se unicamente em cinco locais precisos: em Bissau, para os guineenses, no Mindelo para alguns cabo-verdianos e nas cidades universitárias portuguesas para outros cabo-verdianos, a saber Coimbra, Porto e sobretudo Lisboa. No seu relato autobiográfico, Luís Cabral fala-nos de alguns jovens que ele conheceu e recrutou em Bissau antes da sua partida, em Abril de 1960. Foi o caso, por exemplo, de Victor Saúde Maria, Carlos Correia e Francisco Mendes. Após a sua partida e a de Aristides Pereira, duas pessoas permaneceram em Bissau a fim de aí comandarem a ação clandestina. Também teriam sido os responsáveis pelo recrutamento de jovens na capital. Trata-se de Rafael Barbosa e de Fernando Fortes¹¹⁸. Esta ação terá tido lugar, em todo o caso, de 1960, ano em que fugiram os membros da primeira geração, até à prisão de Fernando Fortes, em 1961 e à de Rafael Barbosa em 1962. No entanto, não encontrámos os nomes das pessoas que teriam sido recrutadas por estes dois dirigentes. Por outro lado, constatámos que as fugas dos membros guineenses da segunda geração ocorreram até 1964, portanto, após a prisão dos dois responsáveis principais.

Segundo José Vicente Lopes¹¹⁹, Abílio Duarte decidiu deixar Bissau para viver no Mindelo, onde chegou em 1959¹²⁰, tendo como objetivo continuar a sua formação a nível secundário e recrutar militantes para a luta anticolonial. De acordo com o mesmo autor, ele terá recrutado os seguintes estudantes: Silvino da Luz, Manuel Santos (Manecas), Joaquim Pedro Silva (Barô), Lucílio Braga Tavares, Honório Chantre e a professora Dulce Almada, que se tornaria mais tarde sua

¹¹⁸ Duarte Silva, *op. cit.*, pp. 45, 47; Antunes, José Freire, *op. cit.*, p. 535

¹¹⁹ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, pp. 4, 59, 60

¹²⁰ Algumas fontes referem o ano de 1958

esposa. Também terá recrutado os assalariados Amaro da Luz, Adriano Brito (Dul), António Coutinho e António Neves. Na sua entrevista, Silvino da Luz confirmou-nos que foi recrutado por Abílio Duarte, que tinha sido seu colega no liceu durante o ano letivo de 1958 / 59. Ele afirma ter-se tornado militante do PAIGC na clandestinidade nessa altura¹²¹.

A sua futura esposa, Dulce Almada, também nos relatou a forma como decorreu esta estadia e o seu recrutamento.

«- O Abílio deixou o Banco na Guiné e foi fazer a mobilização de jovens em Cabo Verde. Ele chegou a S. Vicente em 1959. Então, eu naturalmente, comecei a fazer-lhe perguntas sobre a Guiné, como é que a situação estava na Guiné, etc., etc.. Então, a partir daí, eu percebi que ele também estava engajado nessa luta, já estava, não é, e..., e aos poucos, conforme ele foi ganhando a minha confiança, então, ele disse-me que ele tinha ido justamente fazer essa mobilização.»¹²²

Silvino da Luz e Honório Chantre tornaram-se mais tarde membros do Comité Executivo da Luta.

Tudo indica que a CEI, Casa dos Estudantes do Império serviu como local de recrutamento de militantes em Portugal, sobretudo cabo-verdianos. Foi o caso da sua sede em Lisboa, mas também das delegações do Porto e Coimbra. Osvaldo Lopes da Silva, assim como José Araújo e Pedro Pires terão sido aí recrutados para o PAIGC. A fonte mais importante de que dispomos respeitante a este episódio é o relato de Jorge Querido, antigo estudante universitário cabo-verdiano em Portugal. Na sua autobiografia, ele relata-nos o

¹²¹ Minha entrevista com Silvino da Luz, a 29 de Janeiro de 1998, no Mindelo, Cabo Verde

¹²² Minha entrevista com Dulce Almada Duarte, a 3 de Maio de 1999, na cidade da Praia, Cabo Verde

início da sua atividade política, quando passou a frequentar a CEI de Coimbra, em 1957. Ele evoca a criação de uma organização nacionalista dois anos mais tarde, em Lisboa, que decidiu enviar um *memorandum* a Amílcar Cabral, em 1960, propondo uma ação comum para a independência de Cabo Verde. Ao tornar-se militante do PAIGC na clandestinidade, ele foi o mais alto representante do seu Comité de Coordenação em Portugal¹²³. Foi este Comité que organizou a fuga de Olívio Pires em 1965, assim como as de Manuel dos Santos e Júlio de Carvalho¹²⁴.

1.1. As profissões e atividades dos combatentes: assalariados guineenses em Bissau e estudantes cabo-verdianos em Portugal

Tal como para a primeira geração, procurámos saber que atividades profissionais exerciam estes futuros dirigentes aquando do seu recrutamento na qualidade de militantes. Temos informações respeitantes a vinte e um elementos do grupo, constituído por vinte e sete pessoas, portanto, a 77,7% do grupo. Pela análise da tabela 6, constata-se que as profissões exercidas por estas 21 pessoas antes das suas fugas são muito diversificadas. Agrupámo-las em cinco categorias diferentes, a saber: quadros médios; profissões técnicas; ocupações sem qualificação profissional; estudantes universitários ou liceais; não definida. De acordo com esta classificação, a categoria que agrupa o maior número de pessoas é a dos quadros médios, com seis ou oito pessoas. Logo em seguida, há o grupo dos estudantes universitários, com seis indivíduos. Em seguida, as pessoas que tinham uma ocupação que não exigia qualificação profissional, com

¹²³ A este propósito ver Querido, Jorge, *Cabo Verde subsídios para a história da nossa luta de libertação*, Lisboa, s.e., 1988, p. 15-19

¹²⁴ Manuel dos Santos e Júlio de Carvalho tornaram-se membros do Conselho Superior da Luta.

cinco pessoas. Por fim, os que exerciam uma profissão com uma qualificação técnica representam o mesmo número que aqueles cuja profissão não é claramente definida, com uma ou duas pessoas em cada uma destas categorias.

A primeira conclusão que surge através da análise desta tabela é a da existência de uma divisão geográfica no que diz respeito às categorias sócioprofissionais. Assim, todos os cabo-verdianos deste grupo são estudantes universitários. Um guineense tinha frequentado este nível de estudos – Vasco Cabral -, mas como exercia também uma profissão, não o incluímos nessa categoria. De entre os seis estudantes cabo-verdianos, um único já tinha obtido o diploma de licenciatura – José Araújo – e metade, ou seja, três, por altura das suas fugas, tinham também sido chamados a cumprir o serviço militar na qualidade de alferes milicianos.

Quanto às pessoas que exerciam uma profissão, eram originários da Guiné, com um predomínio de quadros médios e dos que tinham ocupações sem qualificação profissional, que, em conjunto, representavam mais de metade dos dados disponíveis.

O que representavam nessa época essas três categorias sócio-profissionais mais frequentes entre os membros do CEL do PAIGC, nas estruturas socioeconómicas de cada um destes dois países? Como já tínhamos visto relativamente aos membros da primeira geração, de acordo com Cláudio Furtado, entre 1930 e 1960 somente 6%, em média, dos alunos cabo-verdianos do ensino primário tinham acesso ao ensino secundário. Ainda de acordo com o mesmo autor e, como podemos facilmente imaginar apesar da falta de dados quantitativos, uma percentagem ainda mais reduzida acedia ao ensino superior, na metrópole¹²⁵. Constatamos, então, que este grupo de cabo-verdianos da segunda geração era constituído por pessoas muito privilegiadas

¹²⁵ Furtado, Cláudio Alves, *op. cit.*, p. 88

na sua sociedade de origem, apesar de não se tratar dos maiores detentores de capital económico, como veremos em seguida.

No que diz respeito aos quadros médios, notámos que havia funcionários públicos e empregados da Casa Gouveia. Retomando a análise de Carlos Cardoso¹²⁶ sobre a sociedade colonial na Guiné nos anos 1950, chegámos às mesmas conclusões que caracterizam a primeira geração: no quadro da sociedade colonial, trata-se de lugares de entre os mais privilegiados aos quais um africano podia provavelmente aspirar naquela época.

Quanto aos indivíduos que exerciam uma ocupação sem qualificação profissional, encontravam-se provavelmente ao nível mais baixo da escala dos assalariados; mais abaixo havia os desempregados, e mais abaixo ainda os pequenos criminosos. Estavam, portanto, na fronteira de uma situação de exclusão social.

Como vimos anteriormente, salvo algumas exceções, a segunda geração dos dirigentes políticos cabo-verdianos do PAIGC também passou pelo liceu Gil Eanes no Mindelo, em S. Vicente¹²⁷. A maioria de entre eles, assim como Vasco Cabral, estiveram em contacto com a CEI em Portugal, em cujas atividades também tinham participado os dois dirigentes da primeira geração que tinham continuado os estudos neste país¹²⁸. Podemos então afirmar que, apesar de dizer respeito a uma minoria dos dirigentes da segunda geração, estas duas instituições tiveram um papel decisivo na formação, e em todo o caso, de forma evidente, no recrutamento dos futuros dirigentes naturais de Cabo Verde. Mais particularmente, o liceu Gil Eanes parece ter sido a única instituição pela qual todos os dirigentes cabo-verdianos, da primeira ou da segunda geração, passaram antes do seu recrutamento pelo PAIGC.

¹²⁶ Cardoso, Carlos, *op. cit.*, p. 46, 49t

¹²⁷ José Araújo

¹²⁸ Amílcar Cabral e Júlio Almeida.

Esta descoberta leva-nos a crer que seria de grande interesse levar a cabo investigações aprofundadas acerca da ação educativa desta instituição. Assim, apesar da sua frequência pelos dirigentes cabo-verdianos da segunda geração se poder explicar pelo próprio facto de que se trata da instituição que foi escolhida por Abílio Duarte como sede de recrutamento de militantes em Cabo Verde¹²⁹, o facto de todos os fundadores ligados a Cabo Verde terem também passado por aí, vai ao encontro das conclusões a que chegou Maria Adriana Carvalho, de que o ambiente aí criado era propício à contestação¹³⁰.

1.2. A hegemonia guineense ou como a realidade foi mal observada

A procura da origem geográfica dos dirigentes evidenciou uma hegemonia guineense. Em relação a este assunto, pudemos obter dados respeitantes a 23 pessoas, ou seja, 85% do grupo, como se pode constatar pela análise da tabela 7. Tendo em conta o total dos dados obtidos, notámos, em primeiro lugar, que 14 pessoas nasceram na Guiné, representando 69,5% dos dados disponíveis. Quanto aos naturais de Cabo Verde, são 7, ou seja, 30,4% dos dados disponíveis. A segunda geração dos dirigentes do PAIGC, membros do CEL, é, portanto, largamente dominada por naturais da Guiné.

Esta conclusão contradiz todas as afirmações e análises publicadas até à data, que referem uma hegemonia cabo-verdiana na direção do PAIGC. Foi o caso de autores como Nelson Eurico Cabral, José Pedro Castanheira ou Dalila Cabrita Mateus, entre outros. Apesar de esta questão não ser o tema essencial dos seus respetivos textos ou obras, eles afirmaram-no claramente. Assim, o sociólogo Nelson Eurico Cabral

¹²⁹ Ignoramos se a escolha deste centro para recrutamento foi feita isoladamente ou em acordo com os outros independentistas membros do PAIGC.

¹³⁰ Ver 3.1.

escreveu muito simplesmente que a maioria dos quadros do PAIGC eram cabo-verdianos e omitiu o local de nascimento de Amílcar Cabral, fazendo unicamente referência ao dos seus pais:

«Durant une quinzaine d'années le P.A.I.G.C., dirigé par le Capverdien Amílcar Cabral a, en Guinée-Bissau, tenu en échec l'armée coloniale portugaise forte de 20 000 hommes et dotée d'équipements militaires modernes.»¹³¹

Da mesma forma, ele apresentou-o silenciando o seu local de nascimento:

«Issu d'une vieille famille rurale et intellectuelle de Santiago du Cap-Vert, Amílcar Cabral est fils d'instituteur et petit-fils de curé. Agronome de son état, il était diplômé de l'Institut d'Agronomie de Lisbonne. Assassiné le 20 janvier 1973 devant son domicile à Conakry par un de ses protégés Guinéens, alors qu'il revenait d'une réception à l'ambassade de Pologne. (...)»¹³²

E ainda, sobre os quadros do PAIGC:

«Parti Africain pour l'Indépendance de la Guinée et des îles du Cap Vert; fondé à Bissau en 1956. Ses cadres, en majorité Capverdiens, et une bonne partie de ses militants ont dû se réfugier en Guinée Conakry (Guinée ex-française) d'où ils ont organisé une guérilla intense en pratiquant le harcèlement des casernes

¹³¹ Cabral, Nelson Eurico, *Le Moulin et le Pilon – les îles du Cap Vert*, Paris, l'Harmattan, 1980, p. 29 – 30

¹³² Cabral, Nelson Eurico, *op. cit.*, p. 29

portugaises à l'aide de matériel russe, tchègue, est-allemand et avec la collaboration de quelques techniciens cubains.»¹³³

Vemos claramente como estas afirmações negaram aos naturais da Guiné o seu lugar na direção política do partido, e como a Amílcar Cabral foi retirado o seu país de nascimento, e isto sem indicar as fontes destas informações.

O jornalista José Pedro Castanheira concorda com Eurico Cabral, no entanto, apresenta um testemunho:

«A criação de um partido para arrancar a Portugal a independência, quer da Guiné quer de Cabo Verde, foi o achado estratégico mais original do PAIGC e de Cabral. Foi, simultaneamente, a maior fonte de tensões, choques e conflitos, que ciclicamente se traduziram em outros tantos dramas, desastres e, no limite, catástrofes. As duas componentes «nacionais» nunca tiveram uma distribuição equilibrada ou proporcional. (...) Fernando Baginha elucida: «Os quadros de comando e os políticos eram quase todos de Cabo Verde; os combatentes eram guineenses.»¹³⁴

Segundo o autor, Fernando Baginha, a sua fonte, foi professor na Escola do PAIGC em Conakry. Mas, como acabámos de constatar, as suas afirmações respeitantes aos quadros e aos políticos são inteiramente falsas. A que se deveria isto? O autor prossegue a sua exposição, explicando o que ele entende por “direção do PAIGC”:

«Até 1973, a direção efetiva do partido esteve nas mãos da comissão permanente do comité executivo¹³⁵. Composto por três

¹³³ Cabral, Nelson Eurico, *idem, ibidem*

¹³⁴ Castanheira, José Pedro, *op. cit.*, p.6

¹³⁵ Ver no Capítulo Primeiro a estrutura de direção do PAIGC.

membros, todos eles eram de origem cabo-verdiana: Amílcar, o irmão Luís e Aristides («o triunvirato», como lhe chamou Fidelis Almada¹³⁶),»¹³⁷

Em primeiro lugar, baseando-nos nas fontes a que tivemos acesso¹³⁸, o PAIGC tinha um Secretariado Permanente, composto por 4 membros e não 3, eleitos de entre os do *Bureau* Político ou Comité Executivo da Luta. Quanto à Comissão Permanente, nos documentos do partido aos quais tivemos acesso, ela surgiu a partir de 1977 (aquando do IIIº Congresso); e provavelmente substituiu o antigo Secretariado. Em todo o caso, era composta por oito membros, dos quais quatro guineenses, três cabo-verdianos e um guineense-cabo-verdiano.

No entanto, mesmo que não levemos em conta a confusão respeitante à organização da direção do partido, não podemos deixar de notar que Castanheira anula o papel político do Comité Executivo da Luta (antigo *Bureau* Político) e do Conselho Superior da Luta (antigo Comité Central). Ele atribui todo o peso das decisões à Comissão Permanente. Ora, esta afirmação poderia ser útil se não fosse gratuita, já que o autor não indica as suas fontes nem expõe o raciocínio que ele seguiu até chegar a esta conclusão. Acerca deste tema, ele escreve ainda:

«Onde mais se nota a predominância dos ilhéus é na artilharia. «Aí, os comandantes eram praticamente todos cabo-verdianos», diz Carlos Andrade.»¹³⁹

De acordo com José Pedro Castanheira, Carlos Andrade, a sua fonte, é um antigo militante PAIGC, mais precisamente da Marinha.

¹³⁶ Membro do Conselho Superior da Luta.

¹³⁷ Castanheira, José Pedro, *idem, ibidem*

¹³⁸ Ver no Capítulo Primeiro a estrutura de direção do PAIGC.

¹³⁹ Castanheira, José Pedro, *idem, ibidem*

De entre os dirigentes cabo-verdianos que nós entrevistámos, alguns confirmaram esta informação. No entanto, a interpretação que dela pode ser feita poderia mudar se o autor tivesse precisado a partir de que fase da luta armada estes militantes intervieram na artilharia. Ora, segundo as nossas próprias fontes, esta participação terá ocorrido sobretudo a partir de 1968, aquando do insucesso do plano de invasão de Cabo Verde. Nessa altura, o PAIGC teria já conquistado e controlado mais de metade do território da Guiné-Bissau¹⁴⁰.

Para além dos três autores que acabámos de citar, também devemos analisar as afirmações da historiadora Dalila Cabrita Mateus que, apoiando-se em Castanheira, foi a mais explícita de todos. Ela escreveu:

«Contudo, os principais dirigentes do partido eram cabo-verdianos. Dos seis fundadores, cinco tinham sangue ilhéu nas veias. Os três membros da Comissão Permanente do Comité Executivo eram de origem cabo-verdiana. No Secretariado de quatro membros, os dois mais importantes (o secretário-geral e o secretário-geral adjunto) eram também de origem cabo-verdiana. Cabo-verdianos eram, ainda, na sua maioria, os membros do Conselho de Guerra. Além disso, as relações com o exterior eram feudo exclusivo da gente do arquipélago. E os comandantes da artilharia eram praticamente todos cabo-verdianos.»¹⁴¹

Esta autora conta várias vezes as mesmas pessoas! Como podemos facilmente constatar, os três membros citados da Comissão Permanente estão entre os fundadores e são membros do Conselho de Guerra; dois de entre eles (Amílcar Cabral e Aristides Pereira) também foram citados como membros do Secretariado. Assim, os mesmos indivíduos (Amílcar e Luís Cabral, Aristides Pereira), ou seja, os membros da

¹⁴⁰ Ver *Amílcar Cabral, sou um simples africano...op.cit.*, p. 85

¹⁴¹ In Mateus, Dalila Cabrita, *op.cit.*,p. 63

primeira geração, são referidos três vezes! Se é um facto que os dois secretários “mais importantes” (ou seja, o secretário-geral e o secretário-geral adjunto) eleitos aquando do IIº Congresso em 1973 estavam ambos ligados a Cabo Verde (trata-se de Aristides Pereira e Luís Cabral), vejamos o que se passava no seio do Conselho de Guerra, indicado por Dalila Cabrita Mateus. Encontrámos uma referência a este Conselho no relato de Luís Cabral¹⁴², que afirma que foi criado em 1966 para tratar das questões diretamente ligadas à ação armada. Havia sete membros, todos também pertencentes ao *Bureau* Político ou Comité Executivo da Luta, a saber: Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Osvaldo Vieira, Francisco Mendes, Nino Vieira e Pedro Pires. Como podemos facilmente constatar, a questão da maioria de cabo-verdianos ou guineenses depende dos critérios de definição da nacionalidade. São considerados nacionais os que nascem num determinado território ou a nacionalidade é-lhes atribuída pelo território onde nasce um dos pais? No primeiro caso, podemos dizer que havia cinco guineenses no Conselho de Guerra e dois cabo-verdianos; no segundo, diríamos que havia pelo menos quatro cabo-verdianos, já que em relação a Osvaldo Vieira, Francisco Mendes e Nino Vieira, ignoramos os locais onde os pais nasceram. No que diz respeito às representações diplomáticas do PAIGC, a autora não faz referência às ações de Victor Saúde Maria, por exemplo.

Podemos concluir, após esta análise, que as afirmações que não se refiram a dados precisos e que não enunciem definições claras de cada categoria, podem conduzir a confusões e até a interpretações erradas.

De que regiões da Guiné-Bissau eram oriundos os seus naturais? Dos quinze dirigentes guineenses sobre os quais obtivemos dados, cinco são de Bissau, a capital (que não o era por altura dos respetivos nascimentos) e um de Prabís, muito próximo de Bissau. No seu conjunto, representam 40% dos dados. Farim é a segunda localidade

¹⁴² In Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 278

representada, com duas pessoas. Em seguida, identificámos um representante para cada uma das localidades seguintes: S. Domingos, no norte, mas muito próximo do Senegal, Canchungo, também no norte e Bambadinca, no centro. Os três restantes vêm de localidades ainda mais pequenas, todas diferentes, das quais uma no Sul. Podemos então afirmar que a maioria dos guineenses em causa vem de Bissau, no litoral-centro/norte; a região norte é representada por quatro pessoas neste conjunto, ou seja, cerca de um quarto dos naturais. Estes dados poderão ser melhor analisados depois de se ter estudado, por um lado, as eventuais ações de oposição ao colonialismo português e por outro, as estratégias regionais do PAIGC no que diz respeito ao recrutamento dos seus militantes.

No que diz respeito aos dirigentes cabo-verdianos, no total de sete, quatro são originários das ilhas de Barlavento, mais precisamente Sto. Antão, S. Vicente e S. Nicolau. Eles representam mais de metade do grupo de cabo-verdianos. Também são os dirigentes mais jovens. Das ilhas do Sotavento são originários três dirigentes, portanto, pouco menos de metade, e mais precisamente, das ilhas de Santiago e Fogo. Podemos constatar que os dirigentes cabo-verdianos são originários de várias ilhas, mas a predominância das ilhas de Barlavento deve-se provavelmente à presença do liceu nesta região, se levarmos em conta as características sócio-profissionais deste grupo, já que todos eram estudantes na altura do seu recrutamento e/ou fuga. Por outro lado, há também quatro naturais das maiores ilhas agrícolas, Santiago e Santo Antão, sendo que na primeira se encontravam os maiores proprietários do arquipélago.

1.3. O espectro da fome sempre presente em Cabo Verde

Em que anos nasceram estes dirigentes da segunda geração? Tal como para os da primeira, o conhecimento destas datas permitir-nos-á saber

que acontecimentos marcantes da História destes dois territórios foram por eles vividos. Dispomos de dados relativos a 24 indivíduos. Pela análise da tabela 8, podemos constatar que a década de 1930 é aquela em que nasceu a maioria dos dirigentes, quinze, no total, ou seja, mais de metade. Em seguida, a década de 1940, com cinco nascimentos, ou seja, cerca de um quarto do total. De notar também dois ou três nascimentos nos anos 1920. Apesar da concentração na década de 1930, notamos que neste grupo verifica-se uma diferença de idades que vai até vinte anos. Constatamos também que, sendo que a maioria das pessoas nasceu nos anos 1930, há cerca de uma década de diferença relativamente ao grupo dos fundadores. Isto significa que estes últimos tiveram certamente mais experiência profissional e terão tido a possibilidade de assumir algumas responsabilidades perante a sociedade, como por exemplo, a fundação de uma família. Também vemos que os cabo-verdianos de segunda geração, apesar da sua juventude, terão certamente vivido as catástrofes das duas grandes fomes dos anos 1940. Dulce Almada, esposa de Abílio Duarte nasceu também na década de 1930. Ela relatou-nos o seu olhar de criança sobre estas tragédias assim como as marcas que elas deixaram:

« (...) há uma coisa que me influenciou muito, foi a fome de '41. Eu era muito criança e S. Nicolau foi das ilhas mais fustigadas pela fome. Então, morriam pessoas na rua. As pessoas iam a andar e morriam de inanição. Caíam. (...) a princípio, as pessoas eram enterradas em caixões, depois já eram enterradas em valas comuns, porque não havia caixões que chegassem. E as pessoas eram transportadas em padiolas. Eu lembro-me, na minha rua, todos os dias passava um, às vezes dezenas de mortos. E, às vezes era muito impressionante, porque estavam com os olhos abertos, pessoas com a barriga inchada e...com as perninhas muito magras. Aquela fome foi uma coisa medonha. (...) Quer dizer, eu penso que,

a primeira, a primeira marca forte foi aquela fome. Achei, achei, eu revoltei-me já naquela altura, eu tinha oito anos de idade. Só.»¹⁴³

1.4. A quase-ausência de mulheres na direção e as esposas na sombra

O PAIGC é muitas vezes considerado como um movimento político que fez um esforço de promoção da mulher na sociedade. No entanto, nós notámos que na direção política da segunda geração, há um único dirigente do sexo feminino. O mínimo que se possa dizer é que as mulheres estão muito pouco representadas na direção do PAIGC no período em estudo. Isto significará que as mulheres se implicaram pouco na vida do partido? Quando consultamos as fontes do PAIGC, surgem alguns nomes de mulheres, para além do de Carmen Pereira: Titina Silá, heroína falecida em 1973; Lilica Boal, diretora da Escola-Piloto; Dulce Almada, que interveio na ONU em nome dos Cabo-verdianos; Francisca Pereira, membro do CSL e Ana Maria Gomes, enfermeira. No entanto, é necessário ter presente que um certo número de dirigentes do PAIGC, incluindo os de primeira geração, militaram desde o início em companhia das suas respetivas esposas. Ou seja, um certo número de dirigentes eleitos para o CEL não estavam sós; fizeram as suas trajetórias juntamente com as esposas e por vezes, com os filhos.

Em relação à primeira geração, tanto quanto seja do nosso conhecimento, Maria Helena de Ataíde Vilhena Rodrigues, primeira esposa de Amílcar Cabral, foi sua colaboradora até 1965. Em seguida, Ana Maria Voss de Sá, a sua segunda esposa e viúva, era militante do PAIGC e professora numa escola do partido. Lucette Andrade, primeira esposa de Luís Cabral, participou diretamente nas atividades partidárias ao lado do seu marido, pelo menos desde 1960, ano

¹⁴³ Minha entrevista com Dulce Almada Duarte, *op. cit.*

das fugas isoladas de ambos para o Senegal. A esposa de Aristides Pereira, Carlina Fortes, participou também nas atividades do PAIGC. Irene Vaz Fernandes, esposa e viúva de Fernando Fortes acompanhou de perto o seu marido desde a primeira prisão deste pela PIDE em Bissau. Todas as esposas dos fundadores sobre os quais obtivemos dados tê-los-ão acompanhado nas suas vidas políticas. É curioso constatar que as duas últimas mulheres citadas, Carlina Fortes e Irene Vaz Fernandes tinham irmãos fortemente engajados no partido, tratando-se de Fernando Fortes no caso da primeira e de Tito Lívio Vaz Fernandes assim como de Gil Fernandes no caso da segunda. Tito Lívio era também o primeiro marido de Carmen Pereira, a única mulher que foi membro do CEL.

No que diz respeito à segunda geração, obtivemos informações sobre as esposas de Abílio Duarte, Dulce Almada, já citada; José Araújo, Amélia Rodrigues de Sá Sanches, que trabalhou na Rádio Libertação; Victor Saúde Maria, Maria Augusta Furtado, militar e Francisco António da Silva (Chico Bá), cuja esposa era enfermeira. Na Imagem 1, sem data, podemos ver Amélia Araújo, esposa de José Araújo a trabalhar como locutora na Rádio Libertação em Conakry. Nascida em Angola, de mãe angolana e pai cabo-verdiano, Amélia iniciou as atividades políticas aquando do seu casamento, em 1960. Em 1961 ela partiu legalmente de Portugal, com a primeira filha do casal, Teresa, na altura com três meses. Elas juntaram-se ao seu marido e pai e ao grupo de estudantes africanos que tinha fugido de Portugal em direção a França. A família permaneceu com este grupo até chegar a Conakry. Amélia trabalhou durante algum tempo na Escola-Piloto, depois no secretariado do partido, e por fim no setor da Informação. A partir de 1965 ela começou a trabalhar na rádio experimental. Em 1967 criou-se a Rádio Libertação, com emissões que cobriam todo o território da Guiné-Bissau e que por vezes chegavam a Cabo Verde. Os programas eram variados. Eles davam informações sobre os avanços da luta armada e travavam também uma guerra

psicológica que visava os soldados portugueses, obrigados a prestar serviço militar. As emissões eram feitas em várias línguas nacionais da Guiné-Bissau e Amélia tratava especialmente das que eram feitas em português¹⁴⁴.

Acedemos a duas fotos onde se pode ver Carmen Pereira no exercício de funções políticas. Na Imagem 2, de 1971, Carmen Pereira fala com Aristides Pereira, à saída de uma reunião do Conselho Superior da Luta, em Boké. À frente deles, em primeiro plano, encontra-se Amílcar Cabral. Carmen Pereira nasceu em Bissau em 1936, filha de um advogado guineense. Ela seguiu os estudos primários e secundários em Bissau. Casada com Tito Lívio Vaz Fernandes, militante do PAIGC e cunhado de um dos fundadores, Fernando Fortes, ela juntou-se às fileiras do partido numa data desconhecida. Viveu em Conakry e seguiu, depois, uma formação política na União Soviética. Em 1966 ela tornou-se responsável pelo setor da Saúde na frente Sul. Algum tempo mais tarde, assumiu responsabilidades na qualidade de comissária política e foi a única mulher a ser eleita para o Comité Executivo da Luta. Assumiu também funções no Estado da Guiné-Bissau, na qualidade de vice-presidente da Assembleia Nacional (Parlamento) e membro do Conselho de Estado¹⁴⁵. Na Imagem 3, Carmen Pereira está sentada ao lado de Pascoal Alves, à sua direita. Luís Cabral está em primeiro plano. A única mulher membro do Comité Executivo da Luta assistia à primeira sessão da Assembleia Nacional Popular, eleita em 1972.

Nascida em S. Nicolau, Dulce Almada era professora no liceu. Ela decidiu juntar-se às fileiras do PAIGC por influência do seu futuro marido, que na época era seu aluno. Assim, partiu para França em 1960, onde residiu durante um ano, trabalhando como leitora de Universidade. Em seguida, o casal representou o PAIGC durante alguns anos na Argélia,

¹⁴⁴ Minha entrevista com Amélia Araújo, na cidade da Praia, Cabo Verde, em Maio de 1999

¹⁴⁵ Chilcote, Ronald H., *op. cit.*, p. 136

e depois no Senegal. Viveram vários anos em Conakry, e depois representaram novamente o partido no estrangeiro, desta feita em Cuba.

Os meios de que dispúnhamos para a investigação e a delimitação do nosso tema não nos permitiram aprofundar estas questões. No entanto, estamos convencidos de que o estudo dos itinerários das esposas destes dirigentes traria resultados muito enriquecedores. Encorajamos, por isso, esta temática de pesquisa no futuro. Assim, a título de exemplo, quando realizámos as entrevistas descobrimos que o pai de Dulce Almada era amigo de um deportado político português, com o qual se encontrava regularmente em sua casa, juntamente com outras pessoas, e que nessas ocasiões falavam do *Revivalho*, termo que significava a queda do regime salazarista. Também encontramos referências sobre o pai de Ana Maria Voss de Sá, a segunda esposa de Amílcar Cabral, em jornais africanos que eram publicados em Lisboa nos anos 1920, e nos quais vários “protonacionalistas”¹⁴⁶ publicaram artigos.

No quadro das problemáticas trabalhadas na História da Infância, também seria interessante estudar a vivência e a trajetória das crianças dos casais de revolucionários. Um certo número de entre elas nasceram ou foram educadas no quadro desta luta pela independência, antes de partirem para o estrangeiro a fim de prosseguir os estudos secundários ou universitários.

1.5. A etapa decisiva: a fuga em direção ao teatro de guerra

Como tínhamos afirmado no início desta parte, a fuga do espaço político sob domínio português foi a etapa decisiva que levou mais tarde à direção do partido. Temos dados respeitantes às datas

¹⁴⁶ Termo que designa os grupos de africanos que atuaram a favor dos direitos políticos das populações autóctones aquando da ocupação do continente africano, em princípios do século xx.

das fugas de 15 dos 27 membros deste grupo estudado, que apresentámos na tabela 9. Isso representa 55,5% do grupo em causa. Vinte e seis destes vinte e sete membros efetivamente ou provavelmente fugiram; sabemos que não foi o caso de Rafael Barbosa¹⁴⁷. Por isso, não levámos em consideração o caso dele para os cálculos seguintes. Sabemos que outros fugiram porque participaram no terreno de guerra ou trabalharam para o PAIGC no secretariado em Conakry, nas regiões libertadas ou nos escritórios de representação diplomática no estrangeiro.

Notámos que o período referente às fugas é bastante extenso, indo de 1958 até 1965. Em 1958 assinalámos uma única fuga. Em 1959, data do célebre massacre de *Pidjiguiti*¹⁴⁸, houve duas. Em 1960, terá havido uma que talvez tenha ocorrido em 1961¹⁴⁹, ano que, com três ou quatro fugas concentrou entre 20% e 26,2% dos dados disponíveis. É, portanto, o ano mais significativo e corresponde ao início da guerra colonial portuguesa em Angola. Foi, por isso, um ano de risco para os jovens detentores da nacionalidade portuguesa, que podiam ser chamados a cumprir o serviço militar em Angola. Em 1962 o número limitou-se a duas fugas e, de forma inexplicável, o ano de 1963 registou unicamente uma. Em 1964, verificou-se uma nova subida, com três fugas, portanto 20% dos casos registados. A última fuga efetuou-se em 1965. Os anos em que houve duas fugas foram os de 1959, e, misteriosamente, o de 1962. Quais foram os itinerários seguidos nestas fugas? Elaborámos uma tabela com os locais de partida.

¹⁴⁷ Ver AN/TT, Arquivos da PIDE/DGS Rafael Paula Gomes Barbosa PC 12/62 PC 2/64

¹⁴⁸ Ver nota 2.

¹⁴⁹ Trata-se de Osvaldo Vieira.

Tabela 10 – Itinerários das fugas dos combatentes I – locais de partida

NOMES	LOCAL DE PARTIDA	PAÍS DE ORIGEM
Araújo, José	Portugal	Cabo Verde
Bá, Chico	Bissau, Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
Cabral, Vasco	Portugal	Guiné-Bissau
Chantre, Honório	Angola	Cabo Verde
Correia, Carlos	Bissau, Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
Duarte, Abílio	S. Vicente, Cabo Verde	Cabo Verde
Lopes da Silva, Osvaldo	Portugal	Cabo Verde
Luz, Silvino da	Angola	Cabo Verde
Pires, Olívio	Portugal	Cabo Verde
Pires, Pedro	Portugal	Cabo Verde
Saúde Maria, Victor	Bissau, Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
Schacht, Otto	Bissau, Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
Teixeira, Constantino	Bissau, Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
Vieira, Osvaldo	Bissau, Guiné-Bissau	Guiné-Bissau

Fontes: entrevistas, PIDE/DGS, periódicos

Obtivemos dados respeitantes a 14 pessoas do grupo em causa, ou seja, 51,8%. Estas pessoas fugiram de Bissau, de Portugal continental ou de Angola. O caso de Abílio Duarte, que fugiu de S. Vicente, foi uma exceção. Seis fugas foram efetuadas com partida de Bissau, o que corresponde a 42,8% dos dados. Estas fugas dizem unicamente respeito aos futuros dirigentes guineenses e estão muito repartidas no tempo, de 1959 a 1964. Cinco pessoas partiram de Portugal, o equivalente a 35,7% dos dados. Também há uma característica ligada às fugas com partida de Portugal, já que elas são respeitantes a um único guineense e maioritariamente a cabo-verdianos, ou seja, quatro, o que representa 80% do grupo destes nacionais.

Por que motivo uma tão grande maioria de cabo-verdianos teriam fugido de Portugal? Este dado está ligado às trajetórias profissionais e de estudos destes futuros dirigentes. Assim, os quatro cabo-verdianos em causa eram todos estudantes universitários, dos quais um recentemente diplomado, José Araújo, e outro chamado a cumprir o

serviço militar, Pedro Pires. O único guineense deste grupo, Vasco Cabral, também era um antigo estudante universitário, já diplomado, assalariado e ex-prisioneiro da PIDE.

O terceiro local de partida, Angola, diz unicamente respeito a duas pessoas, dois cabo-verdianos que tinham sido chamados pelo governo português para o teatro de guerra em Angola e que eram também estudantes universitários. Trata-se de uma fuga individual efetuada em 1963, ano em que o conflito teve início na Guiné, e outra em 1964, quando o conflito iniciou em Moçambique.

Como referimos, a única partida de S. Vicente foi a de Abílio Duarte. Os pormenores da sua fuga foram relatados por José Vicente Lopes¹⁵⁰. Com efeito, Abílio teve de recorrer à influência de algumas pessoas na ilha de forma a conseguir obter uma autorização de saída para prosseguir os estudos em França. Como tinha acontecido com Luís Cabral, ele foi avisado por um amigo acerca da decisão de prendê-lo por parte da PIDE e, antes de ser preso, conseguiu fugir para Dakar em Setembro de 1960. A sua esposa Dulce também nos relatou a sua fuga:

«- E depois tomámos a decisão os dois de partirmos, não é? Para, para a Guiné. Íamos ter com o Amílcar. Então eu saí em 1960. Nessa altura, ele não pôde sair porque a PIDE já lhe tinha caído. Quer dizer, ainda não era bem a PIDE, eram representantes da PIDE, digamos assim, que estavam no quartel. E, portanto ele não pôde sair. E ele foi avisado por um amigo, que estava ligado, que era cunhado de um tenente português, ele foi avisado de que ele não devia fugir porque eles estavam a vigiá-lo. Então aí, ele ia para a cadeia, já não saía mais. Então ele teve que empregar outros métodos. Ele só conseguiu sair porque as pessoas muito influentes da família fizeram declarações por

¹⁵⁰ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, pp. 87 - 91

escrito, de que ele ia sair para estudar. Diz que ele ia fazer o curso de Arquitectura, e queria ir para Paris porque...bom, o curso de Arquitectura em Portugal não era tão bom. (...) ...e então ele saiu legalmente. Ele saiu legalmente, mas ele saiu por Dacar, porque ele teve receio de ser preso em Portugal.»¹⁵¹

No que diz respeito a Portugal, a razão pela qual a maioria das pessoas fugiu em 1961 (60%) é devida ao facto de três dos estudantes cabo-verdianos em causa terem participado numa fuga coletiva histórica, que envolveu um grande número de pessoas, sobretudo estudantes angolanos. Várias fontes relatam esta fuga de cerca de 80 pessoas em direção à França, a 27 de Junho de 1961, ano em que a guerra iniciou em Angola.¹⁵² Em 1962, o Partido Comunista Português conseguiu libertar Agostinho Neto, presidente do MPLA, das prisões da PIDE. Ele foi levado para Marrocos com a sua família e com Vasco Cabral. Por fim, em 1965 efetuou-se a fuga isolada de Olívio Pires.

Podemos analisar melhor as trajetórias das fugas através de alguns dados respeitantes aos locais de chegada dos fugitivos.

Em relação a esta questão, temos dados respeitantes a quatorze pessoas, ou seja, 51,8% do grupo. O primeiro destino foi a França, para onde se dirigiram os três cabo-verdianos pertencentes ao grupo que deixou Portugal em 1961 e Olívio Pires em 1965. Isto diz respeito a 28,5% dos dados. Em seguida, houve três fugas em direção a Dakar (21,4% dos dados disponíveis) e duas para Conakry e em direção ao mato da Guiné-Bissau (14,28%). Dizem somente respeito aos militantes guineenses, se bem que em períodos diferentes. A exceção foi Abílio Duarte, que também partiu para Dakar. Também registámos duas outras fugas para países africanos independentes,

¹⁵¹ Minha entrevista com Dulce Almada Duarte, *op. cit.*

¹⁵² Minha entrevista com Amélia Araújo, *op. cit.*

Tabela 11 – Itinerários das fugas dos combatentes II – locais de chegada

NOMES	LOCAIS DE CHEGADA
Araújo, José	França
Bá, Chico	Interior da Guiné
Cabral, Vasco	Marrocos
Chantre, Honório	Songololo, RDC Congo
Correia, Carlos	Dakar, Senegal
Duarte, Abílio	Dakar, Senegal
Lopes da Silva, Osvaldo	França
da Luz, Silvino	Kano, Nigéria
Pires, Olívio	França
Pires, Pedro	França
Saúde Maria, Victor	Dakar, Senegal
Schacht, Otto	Conakry, Guiné
Teixeira, Constantino	Interior da Guiné
Vieira, João Bernardo	Conakry, Guiné

Fontes: entrevistas, periódicos, PIDE/DGS

se bem que não vizinhos da Guiné-Bissau: a Nigéria e o Congo-Léopoldville (RDC). Trata-se de dois militantes cabo-verdianos que partiram de Angola. Para além disso, Vasco Cabral, guineense, fugiu para Marrocos.

Sabendo que estas fugas tinham como objetivo final Conakry, onde o PAIGC tinha a sua sede, podemos definir dois grandes grupos de destino: o dos que tiveram um país europeu como primeira etapa, mais precisamente, a França, respeitante a 28,5% dos dados, e o das fugas que foram feitas em direção a países independentes no continente africano. Neste segundo grupo, em que a primeira etapa (por vezes a única) situava-se já em África, podemos propor dois subgrupos dos quais um englobando os países vizinhos da Guiné-Bissau, neste caso, a Guiné - Conakry e o Senegal, e a floresta, ou seja, os terrenos de atuação do PAIGC, com 50% dos dados. O outro grupo, composto por países africanos não-vizinhos da Guiné-Bissau, mais precisamente Marrocos, Nigéria e o Congo – RDC, já citados, que diz respeito a 21,4% do total.

Desta forma, é-nos possível analisar estas fugas, cruzando todos os dados. As fugas que seguiram uma trajetória europeia foram feitas por cabo-verdianos. Ainda relativamente a cabo-verdianos (excetuando Abílio Duarte), não podemos deixar de notar a estreita ligação das suas ações com Angola e/ou com estudantes angolanos em Portugal, ligados ao MPLA. Quanto aos militantes guineenses, eles deslocaram-se no quadro dos locais centrais de ação legal e/ou declarada do PAIGC, ou seja, de Bissau para Conakry, Dakar e a floresta. A exceção foi a fuga de Vasco Cabral, o único que teve uma evasão organizada diretamente pelo Partido Comunista Português, do qual ele foi, de resto, o único ex-militante de entre os dirigentes do PAIGC.

Silvino da Luz organizou a sua fuga individualmente, e seguiu-se-lhe a de Honório Chantre, esta última feita em companhia de um outro militar. Uma outra fuga individual, que foi mais precisamente uma partida legal bem organizada e decidida pelo PAIGC, foi a quase tardia e levada a cabo com uma certa tranquilidade, de Olívio Pires. Não esqueçamos que Abílio Duarte também partiu só e legalmente de Cabo Verde. No entanto, segundo a sua esposa¹⁵³, a família teve de pedir o apoio de alguns indivíduos que detinham um certo poder na sociedade cabo-verdiana da época, de forma a obter a autorização das autoridades coloniais para efetuar essa viagem.

Assim, apesar destas fugas terem sido bastante diversificadas e de termos obtido dados sobre as datas, e em menor medida, sobre os locais de partida e de chegada, encontrámos algumas constantes e trajetórias bem definidas, sobretudo levando em conta o país de origem da pessoa em fuga. Três membros deste grupo distinguiram-se seja pelo seu percurso político individual anterior à sua adesão ao PAIGC, seja pela sua colaboração com este partido antes dos anos 1960. Devido a estas características, poderíamos tê-los considerado

¹⁵³ Minha entrevista com Dulce Almada Duarte, *op. cit.*

como pertencentes ao grupo da primeira geração. Trata-se de Vasco Cabral, Abílio Duarte e Rafael Barbosa.

Vasco Cabral tinha frequentado a Universidade de Lisboa na mesma altura que Amílcar Cabral, nos anos 1940 e no início dos anos 1950. Ele militou no MUD Juvenil¹⁵⁴ e foi o único dirigente do PAIGC de entre os que estudámos que militou num partido português, mais precisamente, no Partido Comunista Português. Foi o único que militou num partido bem implantado e organizado antes da sua adesão ao PAIGC.

O segundo percurso independente foi o de Abílio Duarte. Ele tinha participado em todas as atividades em Bissau antes da fundação do partido em 1956¹⁵⁵. Nessa altura, ele estava de férias, razão pela qual Luís Cabral considerou-o como um dos fundadores ausentes¹⁵⁶. Segundo a sua esposa, eles decidiram juntos partir de Cabo Verde, o que foi confirmado pelo jornalista José Vicente Lopes a quem Abílio Duarte concedeu uma entrevista:

« É o pai da Lucette¹⁵⁷ que me informa que o Luís e o Aristides estavam em Dakar. O Amílcar estava em Conakry e pede-me depois para lá ir. Respondo-lhe que não podia ir naquele momento porque já tinha um compromisso com a Dulce¹⁵⁸ que estava à minha espera em França.»¹⁵⁹

Rafael Barbosa juntou-se ao PAIGC em 1959 quando, por ocasião de uma reunião com Amílcar Cabral, foi decidido unir os movimentos independentistas guineenses criando uma Frente de Libertação

¹⁵⁴ Ver capítulo I.3.2.

¹⁵⁵ Ver capítulo I.1.2.

¹⁵⁶ Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 43

¹⁵⁷ Esposa de Luís Cabral.

¹⁵⁸ Noiva de Abílio Duarte.

¹⁵⁹ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, p. 90

da Guiné e de Cabo Verde (FLGC)¹⁶⁰. Com efeito, o primeiro (Rafael Barbosa) tinha já a sua própria organização política que atuava em prol da independência da Guiné. A carreira de Rafael Barbosa no PAIGC terminou em 1970, quando foi expulso do partido, acusado de traição.

2. O recrutamento dos dirigentes

Por que experiências passaram estes militantes após as suas fugas e antes da sua eleição para os órgãos de direção do partido? Para responder a esta pergunta, é necessário fazer referência à extensão das ações do PAIGC a partir de 1961, após a criação da sede não clandestina em Conakry em 1960. A partir desse ano, o PAIGC iniciou uma segunda linha de ações na cena política africana e com toda a legalidade. Assim, vários membros ligaram-se ao trabalho no Secretariado em Conakry, à imprensa escrita do partido ou à Escola de Quadros. Um certo número de militantes seguiram formações militares no estrangeiro, desde 1960. Em 1963, um terceiro tipo de ação teve início: a ação militar.

Com os sucessos da ação militar através da guerrilha, foram organizados os primeiros territórios sob domínio do PAIGC, as “regiões libertadas” e a partir de 1964, os militantes dedicaram-se a atividades ligadas à educação e à saúde, como professores e enfermeiros; outros entraram no Exército e nas Milícias Populares e, a partir de 1965, nas FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo). Para além disso, as atividades de ordem diplomática foram muito importantes já que foi nesse plano que o PAIGC teve a sua vitória decisiva, ao conseguir obter o apoio da maioria dos países da ONU, aquando da declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, em 1973.

¹⁶⁰ Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 74

Como tínhamos visto anteriormente, tudo indica que foi de entre os militantes que atuaram na legalidade, com ações de caráter mais burocrático, ligadas à educação, à saúde ou à organização em geral da sociedade, ou então de entre os que agiram na guerrilha, no plano militar propriamente dito, ou ainda diplomático, que os futuros dirigentes foram eleitos.

2.1. Trajetórias no partido: políticos-militares, políticos-diplomatas ou outros?

Terão os dirigentes do PAIGC sido recrutados num destes setores de atividade, em especial? Terá havido uma trajetória de formação no partido que terá sido de maior utilidade com vista ao recrutamento posterior para os órgãos de maior responsabilidade política? Ao cruzar as notícias biográficas do grupo que nos interessa, foi-nos possível classificar onze tipos de atividade pelas quais passaram estes futuros dirigentes, que expusemos na tabela 12. Ao analisar esta tabela, vemos que dispomos de informações respeitantes a dezanove pessoas no grupo inicial de vinte e sete membros do CEL. Isto significa que os nossos dados dizem respeito a 70,3% do grupo estudado. Constatamos também que treze destes dezanove dirigentes participaram em atividades de formação em geral, o que representa 68,4% do grupo sobre o qual temos dados. De todas as atividades de formação, a militar foi a mais frequente, respeitante a 36,8% do grupo total, seguida da formação universitária, que diz respeito a 15,7% do grupo.

Na foto da Imagem 4 posam jovens guineenses que fizeram parte do primeiro grupo que o PAIGC enviou para o estrangeiro para formação na guerrilha. Foi em 1961, e estes jovens foram recebidos por Mao-Tsé-Tung, também na foto. Reconhecemos Nino Vieira, o quarto a partir da esquerda, Francisco Mendes, o quinto a contar da direita e Constantino Teixeira, o mais alto de todo o grupo.

Segundo Luís Cabral, este primeiro grupo de jovens militantes que foram formar-se a nível militar era composto por: Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui Djassi, Vitorino Costa, Constantino Teixeira, Hilário Gomes, Pedro Ramos, Manuel Saturnino, Francisco Mendes e Nino Vieira¹⁶¹. Nota-se na foto a extrema juventude destes primeiros futuros guerrilheiros.

Segundo Silvino da Luz¹⁶², o grupo de guerrilheiros cabo-verdianos que se prepararam para invadir o arquipélago partiu para Cuba após um encontro entre Amílcar Cabral e “Che” Guevara, aquando da estadia deste último no Congo. O grupo preparou-se na Sierra Maestra durante dois anos, na clandestinidade total. Havia um plano de desembarque nas ilhas de Santo Antão e Santiago. Trata-se de duas ilhas montanhosas e também das maiores do arquipélago. São igualmente as principais ilhas agrícolas. O assassinato de “Che” Guevara na Bolívia terá levado à anulação deste plano.

Para além da formação, os dirigentes participaram em média em duas atividades diferentes no partido. No entanto, para cinco de entre eles notámos apenas uma atividade, representando 26,3% do grupo. De entre estes últimos, dois assumiram atividades na clandestinidade, outros dois em ações militares e um assumiu funções políticas. No extremo oposto, o dirigente que teve o percurso mais eclético foi Silvino da Luz, que exerceu seis tipos diferentes de atividades, seguido de perto por Pedro Pires, com cinco. Observamos igualmente que a diversificação das atividades que não tenham sido as de formação é em média mais elevada para os naturais de Cabo Verde, com três atividades, enquanto a média para os dirigentes guineenses é de duas.

A atividade diplomática foi a mais frequente para os futuros dirigentes cabo-verdianos (83,3%), seguida das que estavam ligadas ao setor civil (66,6%). No que diz respeito aos dirigentes guineenses,

¹⁶¹ Cabral, Luís, *op. cit.*, p. 105

¹⁶² Minha entrevista com Silvino da Luz no Mindelo, Cabo Verde, *op. cit.*

como já dissemos, observamos que a maioria (61,5%) exerceu duas atividades: a política (53,8%) associada à militar ou civil representando cada uma 38,4%. Vêm em seguida e por ordem de importância a atividade diplomática (15,3%) e finalmente, as atividades ligadas à clandestinidade, à formação política e à formação militar, com 7,6% respectivamente. A combinação mais frequente alia a experiência política à militar, respeitante a 23% dos guineenses. Em seguida, vêm os seguintes conjuntos: experiência política e civil, diplomática e civil, com 15,3% cada uma. Vêm por fim as experiências combinadas de formação política e atividade política, formação militar e atividade civil, representando 7,6% dos dirigentes guineenses. Alguns guineenses tiveram experiência num só domínio: trata-se de 15,3% dos casos, tendo somente experiência militar e 7,6% tendo tido uma experiência de atividade política ou de ação na clandestinidade.

Na foto da Imagem 5, Osvaldo Lopes da Silva encontra-se em primeiro plano numa sala de aula de uma escola do PAIGC. Este dirigente é um dos exemplos de uma trajetória eclética. Após ter seguido uma formação em Economia, tendo-se licenciado na União Soviética, juntou-se à representação diplomática do partido em Dakar. Exerceu funções militares na Guiné na artilharia. Também acompanhou grupos que seguiam preparação militar na União Soviética. Finalmente, foi representante do PAIGC na Mauritânia¹⁶³.

A imagem 6 apresenta alguns dirigentes políticos do PAIGC presentes no Congresso de Cassacá. Podemos distinguir Amílcar Cabral de óculos, Osvaldo Vieira à sua direita, Nino Vieira à sua esquerda e Constantino Teixeira, o mais alto do grupo.

Podemos concluir que, na sua maioria, desde a sua fuga os dirigentes da segunda geração exerceram mais de uma atividade, sem contar com as diferentes formações. Representam 73,6% do grupo.

¹⁶³ Minha entrevista com Osvaldo Lopes da Silva, na cidade da Praia, Cabo Verde, em Maio de 1999

Desenvolveram atividades ligadas ao setor civil (47,3%) seguidas muito de perto por atividades políticas e militares (42% cada uma), e enfim, diplomáticas (36,8%).

3. Itinerários dos pais e avós paternos: saber converter os capitais disponíveis

Tal como para a primeira geração, iremos analisar as trajetórias dos pais e avós paternos dos dirigentes nascidos em Cabo Verde, com o propósito de identificar eventuais estratégias familiares de mobilidade social ascendente, quer fossem conscientes ou não. Aquando da realização das nossas entrevistas, pudemos reunir dados respeitantes a um grupo de seis pessoas.

Tabela 13 – Itinerários dos pais dos combatentes cabo-verdianos

NOMES	Local de Nascimento	Profissão	Emigrado	Emigrado na-Guiné-Bissau
Araújo, José		Funcionário público	X	
Duarte, Abílio	S. Vicente, Cabo Verde	Padre	X	X
Lopes da Silva, Osvaldo	S. Nicolau, Cabo Verde	Funcionário Público	X	
Luz, Silvino da	S. Vicente, Cabo Verde	Marinheiro operário na Victoria Brothers	X	
Pires, Olívio	Sto. Antão	Agricultor		
Pires, Pedro	Fogo, Cabo Verde	Proprietário Comerciante		

Fontes: entrevistas

No que diz respeito aos locais de nascimento, obtivemos informações sobre cinco dos seis pais em questão. A tabela mostra o predomínio dos originários das ilhas de Barlavento. Um único entre eles

nasceu no Sotavento, mais precisamente, na ilha de Fogo. De entre as ilhas de Barlavento, a de S.Vicente é a mais representada.

No que diz respeito às profissões, há um maior número de funcionários públicos que exerciam as suas funções em Angola. Também há um proprietário/comerciante, um agricultor, um marinheiro/operário e novamente, um padre católico. Constatamos que há uma certa diversidade de profissões, contrariamente ao que se verificou em relação ao grupo da primeira geração. No entanto, identifica-se um ponto em comum entre as duas gerações: a frequência do Seminário-Liceu. Segundo o testemunho de Aristides Pereira¹⁶⁴, era necessário ter o Curso Geral dos Liceus (o equivalente ao 5º ano) para se aceder a um lugar na função pública. Supomos, por isso, que os pais de Osvaldo Lopes da Silva e José Araújo tenham frequentado este estabelecimento de ensino secundário, ou então o liceu Infante D. Henrique, mais tarde, Gil Eanes, na ilha de S. Vicente. Assim, metade dos pais dos dirigentes cabo-verdianos da segunda geração ter-se-ão formado nesta instituição a cuja importância já nos referimos aquando da análise da geração precedente.

A maioria dos pais dos membros deste grupo, ou seja, quatro de entre eles, tiveram uma experiência migratória. Destes, metade esteve em Angola. Trata-se dos pais de Osvaldo Lopes da Silva e de José Araújo. O pai de Abílio Duarte foi missionário na Guiné e o pai de Silvino da Luz foi marinheiro na Inglaterra. A maioria dos pais que emigraram ficaram, portanto, no espaço do império português da época, e no continente africano. Como para a primeira geração, esta experiência paterna foi determinante para a trajetória dos filhos. Aqueles cujos pais estiveram em Angola, puderam fugir do espaço político português graças aos seus conhecimentos angolanos. Dito de outra forma, graças ao seu capital social, retomando os termos de

¹⁶⁴ Entrevista de Aristides Pereira com Leopoldo Amado, na cidade da Praia, Cabo Verde, a 8/06/98

Pierre Bourdieu. A emigração para Inglaterra explica-se pelo facto de que se trata de um dos dois pais nascidos em S. Vicente, ilha que tinha fortes laços com este país. Para além disso, este marinheiro emigrado em Inglaterra combateu durante a Iª Guerra Mundial e adquiriu a nacionalidade britânica antes de regressar a S. Vicente, onde mais tarde fundou uma família. Nesta trajetória familiar, a experiência de combate e vitória numa guerra no estrangeiro já não era desconhecida. Para além disso, o pai em causa tinha-se afastado da potência colonial, ao residir num território colonizado detendo outra nacionalidade, neste caso, a britânica. Este facto terá certamente facilitado uma tomada de posição independente por parte do seu filho. Assim, as trajetórias profissionais dos pais puderam influenciar de forma determinante as trajetórias políticas dos seus filhos.

Também obtivemos dados que nos permitem analisar as trajetórias dos avós paternos destes futuros dirigentes.

Tabela 14 – Dados sobre os avós paternos dos combatentes cabo-verdianos

NOMES	LOCAIS DE NASCIMENTO	PROFISSÃO
Araújo, José		
Duarte, Abílio	S. Nicolau, Cabo Verde	comerciante
Lopes da Silva, Osvaldo	S. Nicolau, Cabo Verde	proprietário
Luz, Silvino da	Sto. Antão, Cabo Verde	
Pires, Olívio	Sto. Antão, Cabo Verde	proprietário
Pires, Pedro	Fogo, Cabo Verde	grande comerciante

Fontes: entrevistas

Temos, portanto, informações respeitantes a cinco dos seis avós paternos do grupo em causa. Como para a geração dos pais, vemos aqui uma predominância das ilhas do Barlavento, já que quatro de entre estes cinco avós são originários dessa região, dos quais dois de Santo Antão e dois de S. Nicolau. A ilha de S. Vicente, não agrícola, está assim excluída desta geração. Em relação às profissões, dispomos de dados respeitantes a quatro dos seis avós, sendo dois

deles proprietários agrícolas, mais precisamente em Sto. Antão e S. Nicolau. Os outros dois eram comerciantes. Podemos então afirmar que estes avós pertenciam a uma classe social média-alta ou alta em Cabo Verde.

Ao analisar as trajetórias ao longo das três gerações, por ascendência paterna, chegamos a algumas conclusões. Observamos uma queda socioeconómica por parte destas famílias, da geração dos avós até à dos pais¹⁶⁵ e os dirigentes em causa retomaram e até ultrapassaram a posição social dos seus avós. Uma vez que este movimento de mobilidade social ascendente ocorreu graças ao novo contexto político criado, de independência, podemos constatar que se verificou um fenómeno de reconversão das posições sociais ocupadas por estas famílias. Utilizando os conceitos de Pierre Bourdieu, podemos afirmar, no que diz respeito às estratégias familiares:

- 1 – que houve uma conversão de capital económico em capital cultural da geração dos avós para a dos pais; este capital cultural foi investido em capital social;
- 2 – que, em seguida, houve um investimento de capital cultural e social no campo político, e depois uma conversão destes capitais em capital simbólico, da geração dos pais para a dos dirigentes em questão.

Apesar de não dispor de dados suficientes sobre as famílias da grande maioria dos dirigentes guineenses, algumas pistas de investigação se abrem para o futuro. Assim, ao analisar os periódicos criados pelos Africanos residentes em Lisboa no início do século xx, encontrámos artigos assinados pelos pais de alguns naturais da

¹⁶⁵ Sobre este assunto ver Carreira, António, *The people of the Cape Verde Islands exploitation and emigration*, London, Connecticut, C. Hurst and Company, Archon Books, Christopher Fyfe, 1982, (trad. Christopher Fyfe), p. 31

Guiné¹⁶⁶. Estes periódicos, publicados entre 1911 e 1930, tinham como objetivo principal a defesa dos interesses dos povos africanos face à nova situação política: a colonização do continente a partir dos finais do século XIX. Os periódicos consultados eram publicados em Lisboa, os seus responsáveis e correspondentes eram oriundos das burguesias das várias colónias portuguesas em África e tinham como títulos: *O Negro*, em 1911; *A Voz d'África*, em 1912 e 1913; *Tribuna d'África*, em 1913; *Correio de África*, em 1921 e 1922 e *Mocidade Africana* em 1930. Encontrámos artigos assinados por Juvenal Cabral, pai de Amílcar e Luís no *Correio d'África* e *Mocidade Africana*; pelo Dr. Armando Pereira, pai de Carmen Pereira, no *Correio d'África*; pelo doutor António Rebello Cabral, pai de Vasco Cabral, no *Correio d'África* e uma referência ao doutor Raul de Sá, pai de Ana Maria Voss de Sá, segunda esposa de Amílcar Cabral. N'A *Voz d'África* em 1912¹⁶⁷ vem a notícia de que o pai de Vasco Cabral, António Rebello Cabral, tinha sido nomeado segundo secretário do Comité Central da Guiné da *Junta de Defesa dos Direitos de África*.

Tendo em conta os resultados obtidos numa primeira etapa de investigação neste sentido, parece-nos muito útil persistir nesta via. Seria pertinente estabelecer as ligações entre a geração dos independentistas e a dos chamados “proto-nacionalistas”¹⁶⁸, os que envidaram esforços para atuar em prol dos direitos políticos dos povos africanos no início do século XX.

Mais uma vez, visto os casos de Ana Maria Voss de Sá e de Carmen Pereira, parece-nos ser de grande importância levar a cabo investigações sobre as linhagens femininas.

¹⁶⁶ Esta consulta foi facilitada pela Prof^a Doutora Ângela Guimarães, devido à sua pesquisa sobre *As elites africanas em Lisboa – Atividade política e associativa – 1911-1933*.

¹⁶⁷ n.º 3, 1 de Outubro de 1912

¹⁶⁸ Andrade, Mário Pinto de, *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa, s.e., 1997

CAPÍTULO TERCEIRO

HERÓIS E IDEÓLOGOS:

VALORES E PRINCÍPIOS

APÓS A INDEPENDÊNCIA

Tendo atingido o seu objetivo principal – a independência – o PAIGC continuou a dirigir a vida política dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, como partido único no poder. Ora, sabendo que a maioria dos membros do Comité Executivo da Luta iria assumir responsabilidades ao mais alto nível nos dois Estados independentes, que propostas tinha o partido, e por conseguinte, a classe política estudada, para esta nova situação? Em que medida estas propostas e a ideologia subjacente se modificaram em relação ao período da luta armada? Por fim, que realizações houve nestes dois novos Estados sob a direção deste grupo?

Estudaremos os aspetos mais marcantes da ideologia do PAIGC no período pós-independência, procurando também ver em que medida constituem uma herança do período anterior. Em seguida, analisaremos os instrumentos políticos através dos quais o PAIGC se propunha realizar o seu programa para as duas sociedades. Examinaremos igualmente este programa nas suas linhas gerais, e em particular os aspetos económicos, sociais e culturais.

1. A heroização dos dirigentes falecidos

Os dirigentes do PAIGC que faleceram antes de 1980 integraram o panteão dos heróis nacionais na Guiné-Bissau e/ou em Cabo Verde. Estes heróis eram proclamados pelo Comité Executivo da Luta. Consultámos o periódico guineense *Nô Pintcha* e o cabo-verdiano *Voz di Povo*, os únicos órgãos oficiais de imprensa escrita de publicação regular, de 1975 até 1980 em cada um dos países, de forma a analisar o modo como eram apresentados estes heróis nacionais¹⁶⁹.

No jornal *Nô Pintcha* de 1976, os seguintes indivíduos surgiram como sendo heróis nacionais: Rui Djassi, Vitorino Costa, Areolino Cruz, Lino Correia, Canhe Na N'Tugué, Madna Na Isna e em 1979, também Domingos Badinca. Decidimos estudar unicamente os que foram apresentados como heróis com maior frequência, de 1975 até 1980.

1.1. *Combatentes guineenses ou o heroísmo nacional quase exclusivo*

Ao analisar a tabela, notamos, em primeiro lugar, que todos os heróis nasceram na Guiné-Bissau. Este dado pode parecer estranho, sendo que o partido era binacional. Nenhum dirigente ao mais alto nível de responsabilidade e nascido em Cabo Verde terá falecido até 1980? É, contudo necessário notar, que excetuando Amílcar Cabral, nenhum outro herói surge nas páginas do jornal cabo-verdiano *Voz di Povo*. Seriam os heróis nacionais unicamente guineenses? Por outro lado, é necessário salientar que sendo a proclamação feita pelo partido, é estranho que o jornal cabo-verdiano não tivesse apresentado igualmente os outros heróis.

¹⁶⁹ No grupo que iremos estudar, houve dois elementos que não pertenceram ao Comité Executivo da Luta: Titina Silá, membro do Conselho Superior da Luta e Pansau Na Isna, um simples militante, ambos consagrados heróis nacionais pelo PAIGC antes das independências dos dois países.

Tabela 15 - Características dos heróis

Nomes	Locais de Nascimento	Anos de Nascimento	Profissão	Carreira no PAIGC	Carreira no Estado
Cabral, Amílcar	Bafatá- GB	1924	Engenheiro-Agrónomo	fundador e membro da Comissão Permanente	Falecido em 1973
Mendes, Francisco	Enxudé, Buba – GB	1939	Empregado-na Granja doPessubé	Membro da Comissão Permanente	Primeiro-Ministro – GB Falecido em 1978
Na Isna, Pansau	Ilhéu de N'Fanda – GB GB		Camponês	Combatente	Falecido antes de 1973
Ramos, Domingos	Bissau – GB	1935	Trabalhou na área da Saúde	Membro do-Bureau Político	Falecido em 1966
Silá, Titina	Tombali – GB	1943	Sem Profissão	Membro do CSL	Falecida em 1973
Vieira, Osvaldo	Bissau – GB	1939	Cobrador numa farmácia	Membro do CSL	Falecido em 1974

Fonte: *Nô Pintcha*

Também podemos constatar que a maioria destes heróis nacionais pertence à segunda geração dos dirigentes do PAIGC. Somente Amílcar Cabral pertence à dos fundadores. Este facto é perfeitamente compreensível, já que todos os outros fundadores não faleceram antes de 1980.

Uma única mulher pertence ao panteão dos heróis nacionais: trata-se de Titina Silá. Esta combatente era membro do Conselho Superior da Luta e a sua trajetória foi também por nós estudada. No entanto, podemos afirmar que a representação das mulheres tem maior peso entre os heróis nacionais do que na própria direção do partido. Com efeito, como vimos, de entre os cerca de vinte membros do Comité Executivo da Luta havia uma só mulher, Carmen Pereira.

A maioria dos heróis faleceu em tempo e terreno de guerra, e portanto antes da independência. Apenas Francisco Mendes faleceu

na sequência de um acidente de viação alguns anos após a independência, mais precisamente em 1978. Era então comissário-principal, ou seja, primeiro-ministro da República da Guiné-Bissau. Domingos Ramos faleceu num combate em Madina do Boé em 1966. Pansau Na Isna também perdeu a vida em combate antes da independência, na região de Nhacra. A 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado em Conakry, em frente à sua residência, por um grupo que pretendia prender e eventualmente eliminar os dirigentes do PAIGC que se encontravam então na capital da Guiné-Conakry. Alguns dias mais tarde, quando se deslocava de barco para assistir ao seu funeral, Titina Silá foi ferida por atiradores inimigos, caiu à água e morreu afogada. Quanto a Osvaldo Vieira, faleceu vítima de doença, em 1974.

1.2. Combatentes dedicados lutando pela liberdade e pelo progresso

Ao analisar a forma como todos estes heróis foram apresentados, apercebemo-nos de que Amílcar Cabral era não somente o único cujo retrato era apresentado em Cabo Verde, mas também na Guiné, a sua imagem era tratada de maneira diferente da dos outros. É por este motivo que iremos analisar o seu caso separadamente. Agrupámos assim os artigos respeitantes a todos e em seguida, cruzámos todas as qualidades evidenciadas, de forma a identificar as mais frequentes. Aquela em relação à qual havia mais insistência era a *devoção* ou a *abnegação*. Insistiu-se sobre o facto destes heróis terem sacrificado as suas vidas ou de se terem dedicado sem limites à causa da liberdade. Tornava-se herói quando se morria em terreno de guerra; a *devoção* é por isso entendida como o sacrifício da vida. Vejamos alguns exemplos concretos de ações levadas a cabo neste sentido pelos heróis. O exemplo mais evidente é o de Titina Silá, de quem se diz que foi:

«(...) a mulher que não poupou sacrifícios para a libertação total e completa do nosso povo, dando tudo o que possuía, até a sua vida para que o nosso povo gozasse hoje a paz e a felicidade.»¹⁷⁰

Esta qualidade surge várias vezes nos artigos que lhe são dedicados. Diz-se também dela:

«Na sua acção como militante do partido nunca se poupou a sacrifícios para cumprir até ao fim todas as suas missões.»¹⁷¹

E também:

«Demonstrando a sua grande dedicação e confiança no partido, Titina foi a primeira a ser escolhida.»¹⁷²

Enfim,

«Com o seu trabalho, a sua dedicação sem limites ao partido, a camarada Titina teve naquele tempo um papel importante na mobilização e no encorajamento de outros militantes e da população daquela área.»¹⁷³

Titina Silá é sem dúvida a heroína mais marcada por esta qualidade. Será por se tratar de uma mulher? Terá havido uma aproximação à imagem da mulher-mãe que tudo faz pelos seus filhos? Titina Silá teve dois filhos. Seria muito interessante fazer uma análise da

¹⁷⁰ *Nô Pintcha*, 01/02/1977, p. 4

¹⁷¹ *Nô Pintcha*, *idem*, *ibidem*

¹⁷² *Nô Pintcha*, *idem*, *ibidem*

¹⁷³ *Nô Pintcha*, *idem*, *ibidem*

aproximação quase automática da imagem da mulher à de mãe, ainda que tratando-se de uma guerrilheira.

Outros heróis foram apresentados como tendo-se dedicado à causa da liberdade. Foi o caso de Domingos Ramos e de Francisco Mendes. Assim, diz-se do primeiro que ele «(...) dedicou-se ativamente à luta pela libertação da Pátria.»¹⁷⁴ e que ele «(...) sacrificou assim a sua vida.»¹⁷⁵. Evocando a sua ação, no artigo afirma-se:

«As dificuldades atingiam considerável amplitude mas Domingos e os seus camaradas souberam superá-las, com sacrifício e abnegação.»¹⁷⁶

Ou ainda:

«(...) figuras que, pela sua coragem, militância e dedicação, revelam tudo quanto um verdadeiro filho deve ser para com o seu povo e para com a sua pátria.»¹⁷⁷

Tal como para Titina Silá, esta qualidade é por vezes enunciada quando se descreve uma ação considerada de valor. Notamos também que são por vezes nomeados com o termo de origem russa *camarada*, termo de utilização comum pelos membros do partido.

A segunda qualidade mais citada é a de *combatente*. Assim, surgem referências a Domingos Ramos como «combatente da liberdade» e «combatente infatigável». Osvaldo Vieira é apresentado como sendo um «grande combatente» e Titina Silá como «mulher combatente» e «combatente corajosa». Não é o caso de Francisco Mendes, talvez por o seu

¹⁷⁴ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p. 4

¹⁷⁵ *Nô Pintcha*, 20/01/79, p. 5

¹⁷⁶ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.8

¹⁷⁷ *Nô Pintcha*, 20/01/79, p.5

falecimento ter surgido num momento em que ele era mais conhecido pelas funções que exercia no aparelho de Estado. Curiosamente, Pansau Na Isna também não é qualificado de combatente, e no entanto, este termo faz referência de forma direta ao combate propriamente dito, ou seja, às situações de guerra nas quais os heróis se evidenciaram.

A terceira qualidade mais referida é a de se ser *estimado pela coletividade* e a de se ser considerado como *exemplar*. Ser estimado pela coletividade, como Domingos Ramos por exemplo, é gozar de uma «(...) enorme admiração que por ele tinham todos os combatentes.»¹⁷⁸ e de «(...) muita simpatia entre os militantes e no seio do nosso povo.»¹⁷⁹ e isto sobretudo porque se dá provas de solidariedade:

«(...) infatigável combatente da nossa causa cuja conduta e humanismo o fizeram dos mais amados entre os seus camaradas de luta, com os quais em muitas circunstâncias se prontificava a dividir a sua ração, (...)»¹⁸⁰

E também:

«Domingos amava profundamente os combatentes, queria-lhes como irmãos. Nos momentos difíceis repartia as suas roupas e provisões com os combatentes. Sempre que se tornava necessário matar a fome com frutos silvestres, era o primeiro a experimentá-los não permitindo que os seus camaradas os comessem antes desse exame. Por mais cansado que se sentisse depois das longas marchas, utilizava as altas de repouso para ajudar os combatentes a obter os conhecimentos de base.»¹⁸¹

¹⁷⁸ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p. 4

¹⁷⁹ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p. 8

¹⁸⁰ *Nô Pintcha*, 20/01/79, p. 5

¹⁸¹ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.8

É, portanto, também saber estar atento às dificuldades enfrentadas pelos outros, qualidade muito importante para a vida comunitária. Esta capacidade é igualmente atribuída a Titina Silá, ao afirmar-se que ela ajudava os seus camaradas de turma quando seguia formações no estrangeiro¹⁸².

Quanto ao caráter exemplar das ações de todos estes militantes, ela surge com frequência. É um atributo perfeitamente pertinente tratando-se de um herói. Francisco Mendes é considerado como «um alto exemplo de militância e de patriotismo»¹⁸³, enquanto Domingos Ramos é apresentado como «um companheiro exemplar». Afirma-se também que ele desempenhava um papel exemplar em situações de combate. Quanto a Titina Silá, ela é «um exemplo da verdadeira militante do nosso partido»¹⁸⁴. Também se afirma que «com o seu exemplo ela levou muitos camaradas a não desmoralizar e a manter bem alto a bandeira do nosso partido»¹⁸⁵ e que «os seus feitos [são] um exemplo válido para a continuação da luta pelo progresso do nosso povo»¹⁸⁶. O seu caráter exemplar estende-se mais além, porque ela é considerada não somente como um «exemplo de combatente corajosa»¹⁸⁷ mas também como um «exemplo de mulher africana»¹⁸⁸.

A quarta qualidade mais apreciada é a *coragem*. Assim, considera-se Francisco Mendes como sendo «um dos combatentes mais corajosos»¹⁸⁹. Em relação a Pansau Na Isna, conta-se que a sua coragem foi determinante na conquista militar da região sob o seu comando. Domingos

¹⁸² *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.5

¹⁸³ *Nô Pintcha*, 08/07/78, p.8

¹⁸⁴ *Nô Pintcha*, 01/02/77, p.4

¹⁸⁵ *Nô Pintcha*, *idem*, *ibidem*

¹⁸⁶ *Nô Pintcha*, 20/01/79, p.5

¹⁸⁷ *Nô Pintcha*, 01/02/77, p.4

¹⁸⁸ *Nô Pintcha*, *idem*, *ibidem*

¹⁸⁹ *Nô Pintcha*, 20/01/79, p.6

Ramos é apresentado como bravo e indomável nos combates. É a qualidade que é atribuída a quase todos os heróis em questão.

Há também referências aos heróis como *militantes*. É de assinalar, no entanto, que nas descrições o termo combatente é de uso mais frequente que o de militante, o que nos permite afirmar, tendo em conta a conotação do termo, que se valorizava mais a imagem do guerreiro e a atividade militar propriamente dita. Ora, vimos que os dirigentes do PAIGC também tinham assumido atividades de âmbito puramente político, social ou diplomático. Foi neste último plano que obtiveram os sucessos mais decisivos.

Enfim, uma última forma, bastante peculiar, de apresentar estes heróis era a de lhes conceder a denominação de *filho*. Esta ligação às relações familiares deve ser salientada, já que foram vários os que mereceram esta designação. Francisco Mendes foi assim chamado de «filho digno do povo da Guiné e de Cabo Verde»¹⁹⁰ e até de «filho de África». Quanto a Domingos Ramos, ele revelou «tudo o que um verdadeiro filho deve ser em relação ao seu povo e à sua pátria».¹⁹¹ Titina Silá, por fim, era considerada como uma filha por Amílcar Cabral.

Nós podemos concluir que estes heróis guineenses, que sacrificaram as suas vidas, eram combatentes, muito apreciados pelos seus companheiros, exemplares, corajosos, verdadeiros militantes e filhos dignos do seu povo.

Muitas outras qualidades foram referidas, mas com menor insistência, como por exemplo, a de serem dirigentes, de terem qualidades de organização, de serem dinâmicos, inteligentes. Enfim, um herói devia ser capaz de orientar os outros, amar o partido sem limites, ajudar os outros e ser patriota. Notamos também que os retratos mais aprofundados foram os de Domingos Ramos, Titina Silá e Francisco

¹⁹⁰ *Nô Pintcha*, 08/07/78, p.8

¹⁹¹ *Nô Pintcha*, 20/01/79, p.5

Mendes. Os de Pansau Na Isna e Osvaldo Vieira são, com efeito, muito menos detalhados.

Algumas atitudes destes heróis foram também salientadas; insistiu-se mais em relação a duas. Trata-se da capacidade de *ouvir a mensagem do partido* e a de *recusar a cooperação com os colonialistas*. A primeira qualidade foi atribuída muito particularmente a Titina Silá. A exposição da sua capacidade de escuta e compreensão ganha um carácter quase religioso, sobretudo quando se proclama que era anunciada uma nova era de felicidade:

«Esta mulher da nossa terra ouviu desde o início da luta a grande mensagem de libertação do nosso partido, e percebeu que essa mensagem anunciava uma nova era de felicidade por que o nosso povo há muito esperava, debaixo da miséria e do sofrimento em que vivia.»¹⁹²

Por outro lado, a segunda qualidade é atribuída a Domingos Ramos. Assim, afirma-se que ele «opôs-se abertamente aos maus tratos infligidos pelos colonialistas aos seus compatriotas»¹⁹³. Referindo-se ao massacre de *Pidjiguiti*¹⁹⁴, relata-se o seu comportamento face a esta tragédia, a forma como ele se recusou a participar, sendo, na altura, militar português:

«(...), se recusou a participar na vergonhosa acção contra os marinheiros de Bissau que reclamavam a miséria do seu ordenado, abandonando o exército colonial em que fora integrado à força.»¹⁹⁵

¹⁹² *Nô Pintcha*, 20/01/79, p.5

¹⁹³ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.4

¹⁹⁴ A 3 de Agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Bissau manifestaram-se; a polícia e o Exército intervieram, provocando cerca de cinquenta mortos e algumas centenas de feridos.

¹⁹⁵ *Nô Pintcha*, 20/01/79, p. 5

Por que motivos estes heróis lutaram? Na sua apresentação, também se faz referência aos *ideais* pelos quais lutaram. As palavras de ordem são a liberdade, o progresso, a paz, a felicidade. Francisco Mendes «prestou serviços relevantes ao PAIGC e à causa da libertação e do progresso do nosso povo, (...)»¹⁹⁶. Quanto a Titina Silá, ela «deu tudo o que tinha, até a sua vida para que o nosso povo goze hoje da paz e da felicidade.»¹⁹⁷ Ela tinha também «(...) uma grande vontade (...) de ver o seu povo livre e independente (...)».¹⁹⁸

1.3. Universalidade e excelência: que imagem construir do líder perdido, mas não esquecido ?

1.3.1. Amílcar Cabral, um revolucionário dedicado ao ideal da dignidade do Homem Africano

Vários artigos contribuem para edificar o retrato de Amílcar Cabral no tri-semanário guineense *Nô Pintcha*. Foram publicados com regularidade extratos dos seus textos, e no dia do aniversário do seu nascimento ou do seu falecimento apelava-se aos testemunhos dos seus companheiros, de membros da sua família e até de um profissional com o qual ele tinha trabalhado em Portugal, de forma a descrever os mais diversos aspetos da sua personalidade e da sua vida. Concentrámo-nos nos artigos publicados aquando das festividades do dia dos heróis nacionais, que é justamente o dia do assassinato de Cabral. O estilo destes artigos é por vezes um pouco poético, com conotações quase religiosas. Eles contam toda a sua

¹⁹⁶ *Nô Pintcha*, 08/07/78, p.8

¹⁹⁷ *Nô Pintcha*, 01/02/77, p.4

¹⁹⁸ *Nô Pintcha*, 01/02/77, p.4

vida. Agrupámos então os vários temas abordados e analisaremos a imagem de Cabral de acordo com os diferentes aspetos da sua vida ou da sua personalidade.

Amílcar Cabral é naturalmente apresentado como um estudante brilhante, que terminou os estudos com sucesso obtendo muito bons resultados. Como profissional, ele também é considerado como tendo sido um engenheiro brilhante, apreciado pela sua «grande competência profissional»¹⁹⁹, pelo seu rigor científico e pela qualidade dos seus trabalhos publicados. Ele também é definido como sendo um homem profundamente humano, muito disponível para os outros, inteligente, honesto e de grande estatura. São as opiniões tanto do diretor do laboratório de investigação onde ele trabalhou durante vários anos em Lisboa, como dos seus colegas universitários africanos em Lisboa e dos seus colaboradores do PAIGC.

Os seus ideais também são objeto de tratamento: um grande combatente pela paz. Um homem que «aceitou o sacrifício mais elevado, em defesa das liberdades dos povos»²⁰⁰, ou seja, ele perdeu a vida por esta causa da liberdade. O jornal não faz referência aos povos da Guiné e de Cabo Verde, uma vez que o combate de Cabral é universal, respeitante a todos os povos. Trata-se, enfim, do ideal de dignidade do homem africano e da própria humanidade²⁰¹.

«Lutou, sim, para a reconquista da dignidade humana e, sobretudo, do homem africano, tão maltratado e humilhado pela dominação colonialista.»²⁰²

Mais uma vez, vemos como os seus ideais e o seu combate são imediatamente universalizados. De que forma ele serviu os seus

¹⁹⁹ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.6

²⁰⁰ *Nô Pintcha*, 19/01/78, p.4

²⁰¹ *Nô Pintcha*, 19/01/78, p.5: «(...) dedicou toda a sua vida à obra de reconquista da dignidade do homem africano».

²⁰² *Nô Pintcha*, 19/01/78, p.4

ideais através da ação? Ele é apresentado como um homem que tinha uma missão a cumprir e que a assumiu: despertar o povo para a luta pela independência, organizá-la e conduzi-la. Desta tarefa resultou uma obra grandiosa. Ora, quais foram os instrumentos utilizados para levar a cabo esta luta da melhor forma? O instrumento por excelência foi o partido, e salientou-se o papel que Cabral teve.

«Fundador do partido, seu guia incontestado, ele era verdadeiramente a sua alma.»²⁰³

«(...) o nosso partido, guia e luz da nossa libertação, de que o camarada Amílcar Cabral foi o fundador, o fator dinamizador e a verdadeira encarnação.»²⁰⁴

Cabral é assim apresentado como o fundador do partido e não como *um dos* fundadores; sendo a encarnação do partido, ele também é a luz da libertação. Podemos afirmar que neste excerto, o estilo adquire um caráter claramente religioso. Servindo-se de uma linguagem bíblica, chega a evocar de forma indireta um profeta, Moisés, por exemplo, o guia do povo, e até o Cristo redentor.

O seu papel no partido é descrito de uma forma mais pragmática. Assim, ele é considerado como um *verdadeiro revolucionário* e como um *revolucionário consequente*, apesar de nos interrogarmos sobre o verdadeiro significado desta última expressão. O estudo aprofundado e atento da realidade, a sua capacidade de inovação durante a luta e sobretudo as suas qualidades como dirigente permitiram que levasse a cabo esta revolução até ao fim:

²⁰³ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.7

²⁰⁴ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.6

«Amílcar Cabral foi quem traçou as linhas mestras e dirigiu a obra de reconstrução nacional que o nosso partido levou a cabo nas regiões libertadas da Guiné e que permitiram pela primeira vez na história do nosso povo, criar uma vida digna e livre. Foi ele quem concebeu a natureza das nossas instituições, lançando os fundamentos de um Estado.»²⁰⁵

Ele é portanto o obreiro da dignidade e da liberdade adquiridas pelo povo pela primeira vez na sua História.

Nos artigos de *Nô Pintcha*, acentua-se também o universalismo de Cabral e a internacionalização da sua imagem. Quando se evoca o seu amor pelo seu povo, lembra-se que este se estendia aos outros; da mesma forma, afirma-se que o seu nome inspira o amor dos outros, para além das fronteiras nacionais:

«Amílcar Cabral amava profundamente o seu povo. (...) homem consciente do nosso tempo e como revolucionário, partilhava esse amor com todos os povos do mundo e, em particular, com aqueles que ainda estão submetidos à exploração, à miséria e à opressão.»²⁰⁶

«O nome de Amílcar Cabral impôs-se (...) no mundo inteiro. Ele inspira amor, respeito e consideração, tanto da parte do nosso povo como de muitos povos do mundo.»²⁰⁷

Mais uma referência messiânica, quando se salienta que Cabral amava especialmente os que sofriam com a opressão e com a miséria. E igualmente quando se afirma que ele inspira amor no mundo inteiro.

²⁰⁵ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.7

²⁰⁶ *Nô Pintcha*, 19/01/78, p.5

²⁰⁷ *Nô Pintcha*, *idem*, *ibidem*

1.3.2. *Cabral: um artesão genial, fundador da Nacionalidade*

Os artigos do jornal cabo-verdiano *Voz di Povo* têm um estilo e uma estrutura muito diferentes do seu correspondente guineense. O estilo é, de forma geral, mais sóbrio e os artigos não relatam aspetos da vida de Cabral: concentram-se no seu papel como dirigente político. Também retomam as afirmações dos dirigentes cabo-verdianos aquando das cerimónias comemorativas da sua morte.

Dá-se logo a Amílcar Cabral o título muito significativo de *fundador da nacionalidade*. Trata-se de um título de um forte valor político, provavelmente o mais forte que possa haver. Ao caracterizá-lo, atribui-se-lhe novamente a denominação de *revolucionário conseqüente* e também a de *artesão de génio*. Enfatiza-se a sua capacidade de análise da realidade sociopolítica de dominação assim como a sua relação muito estreita com as populações, cujas aspirações se considera que ele encarnava.

Assim, relativamente à sua relação com o partido, recorda-se antes de mais que ele tinha sido o seu fundador (e não um dos fundadores), o seu primeiro secretário-geral e o seu militante número 1. Considera-se que a sua direção da luta pela independência tinha sido inteligente e esclarecida e que o seu papel tinha sido importante e até decisivo. Enfim, lembra-se que ele tinha contribuído fortemente para a obtenção da independência.

Como homem, ele é considerado exemplar na sua integridade. Rende-se-lhe a maior das homenagens ao afirmar que ele foi «um homem com um “H” maiúsculo». Também é louvado pela sua coragem, pela sua capacidade e pela sua estatura.

Relembra-se igualmente que o seu valor tinha sido reconhecido noutros países para além da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.²⁰⁸

²⁰⁸ Ver *Voz di Povo*, 23/01/76, pp.4 -5

Ora, se no jornal cabo-verdiano o único retrato de herói da nação que é elaborado é o de Amílcar Cabral, não sucede o mesmo no jornal guineense, *Nô Pintcha*. Neste último, os retratos são não somente numerosos, mas o de Cabral é elaborado de forma muito diferente dos outros. Em primeiro lugar, podemos afirmar que a imagem de Cabral ganha uma dimensão internacional, o que não é o caso do resto dos elementos do grupo. Quando se fala dos seus ideais de paz ou de dignidade, já não se faz unicamente referência aos povos da Guiné e de Cabo Verde, mas a toda a humanidade:

«Lutou, (sim), para a reconquista da dignidade humana (...)»²⁰⁹

Da mesma forma, não se considera que Cabral seja unicamente amado por estas populações, mas por várias outras no planeta:

«O nome de Amílcar Cabral impôs-se no mundo inteiro. Ele inspira amor, respeito e consideração, tanto da parte do nosso povo como de muitos povos do mundo.»²¹⁰

A segunda diferença é a terminologia de carácter religioso, e mais precisamente, cristã, que foi por vezes empregue relativamente à sua pessoa. Termos como missão, alma, encarnação, luz, guia são alguns exemplos.

«(...) o nosso partido, guia e luz da nossa libertação, de que o camarada Amílcar Cabral foi o fundador, o factor dinamizador e a verdadeira encarnação.»²¹¹

²⁰⁹ *Nô Pintcha*, 19/01/78, p.4

²¹⁰ *Nô Pintcha*, *op.cit.*, p.5

²¹¹ *Nô Pintcha*, 20/01/76, p.6

Ora, sendo Cabral a encarnação do partido que foi o guia e a luz da libertação, isso equivale a afirmar que Cabral era ele próprio esse guia e o representante dessa luz. Quando se evoca um *guia de libertação*, não podemos deixar de pensar no profeta bíblico Moisés, e quando se faz referência a uma *luz de libertação*, isso remete-nos a Jesus Cristo. Em todo o caso, o mínimo que se possa dizer é que há um forte cariz espiritual nestas descrições. Ora, interrogamo-nos sobre o seguinte: tornar Cabral próximo de algo de sobre-humano seria a forma mais útil de tornar a sua obra compreensível? Ao mesmo tempo, não podemos deixar de pensar no profundo traumatismo que estas reações à sua morte deixam transparecer.

Relativamente a outras qualidades enunciadas, podemos identificar várias dicotomias, quando, por exemplo, se fala de inovação no caso de Cabral e de devoção no caso dos heróis dirigentes da segunda geração; da mesma forma quando se faz referência a Cabral como dirigente e os outros são chamados de combatentes; ou ainda quando se afirma que o primeiro era o «guia do partido», enquanto os segundos «souberam ouvir a mensagem do partido». Finalmente, lembremos que Amílcar é o único qualificado de «revolucionário», quando todos os outros eram muitas vezes chamados de «filhos». Face a estas representações, poder-nos-íamos crer frente a Jesus Cristo e aos seus apóstolos, o que guia e os que seguem com devoção. Ora, nós perguntamo-nos se esta forte marca religiosa será devida à formação de seminaristas dos pais e avós dos fundadores, de resto, a mesma que tiveram alguns pais dos dirigentes cabo-verdianos da segunda geração. O mais curioso e contraditório é o facto de se encontrar esta característica unicamente no periódico guineense e não no cabo-verdiano.

1.4. Um reconhecimento oficial: a dupla imagem de Cabral nos selos de Correio

A escolha dos temas representados nos selos de Correio cabe às entidades políticas nacionais de cada país. Sabendo que se trata de uma forma de apresentar o país no estrangeiro, é interessante saber

se as autoridades da Guiné-Bissau e de Cabo Verde representaram heróis nacionais nos selos.

Dispomos de um *corpus* de 25 selos de Cabo Verde emitidos entre 1975 e 1980²¹². Os temas nacionais dizem respeito a 17 de entre eles, sendo as comemorações o tema mais frequente, sobretudo as de carácter político. O artesanato, a natureza e a economia são outros temas presentes. Quanto aos temas internacionais, trata-se de comemorações diversas, relativas aos direitos humanos, à saúde, ao desporto, à infância, às telecomunicações. Um selo denuncia o regime de *apartheid* na África do Sul. Tal como no periódico nacional, *Voz di Povo*, o único herói representado é Amílcar Cabral. Trata-se do primeiro e do terceiro selo emitidos após a independência. O primeiro assinalava o terceiro aniversário do falecimento de Cabral. Ele está aí sorridente, com os óculos e a *sumbia*, o seu barrete. Atrás dele há uma bandeira agitada pelo vento e figuras negras com os braços no ar. O segundo selo foi emitido em comemoração do 20º aniversário da fundação do PAIGC. Vemos aí o busto de Cabral, com fato e gravata, usando óculos mas não a *sumbia*, com o semblante sério. Atrás dele vê-se o mapa de Cabo Verde e da costa ocidental africana, com o território da Guiné-Bissau destacado a negro.

Da Guiné-Bissau, analisámos 51 selos do Correio, emitidos entre 1974 e 1980²¹³. Contrariamente ao que sucede em Cabo Verde, os temas de cariz internacional são muito mais representados e dizem respeito a 35 destes selos. De entre eles, os transportes e as telecomunicações são os mais frequentes. Em seguida, o desporto, tanto os desportos de Inverno como o futebol. Depois, os temas culturais, sobretudo a pintura europeia. Através da comemoração do

²¹² *Catalogue Yvert et Tellier – Timbres d’Outre-Mer*, Tome 5, 2^e Partie, Amiens, Yvert et Tellier, 1998

²¹³ *Catalogue Yvert et Tellier – Timbres d’Outre-Mer*, Tome 6, 1^{ère} Partie, Amiens, Yvert et Tellier, 2000

aniversário da coroação da rainha Isabel II, a vida política da Grã-Bretanha também está presente, tanto quanto o tema da infância. O aniversário da independência dos Estados Unidos é festejado. O último tema que aparece com maior frequência é o da natureza, tratando-se, regra geral, da representação de animais em vias de extinção. O tema nacional mais representado é sem dúvida o das diversas comemorações políticas ligadas ao PAIGC. Depois, as tradições populares, como máscaras e várias peças de artesanato. Por fim, a infância é representada, assim como um acontecimento nacional, a organização do recenseamento da população. Também na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral é o único herói representado em selos, mais precisamente em 7 selos. Três de entre eles estão relacionados com comemorações políticas. Dois são dedicados ao aniversário da proclamação da independência, e vê-se a figura de Cabral até à cintura, tendo no fundo a bandeira nacional da Guiné-Bissau. Nos dois selos, Cabral tem o semblante sério, no entanto, tal como em Cabo Verde, podemos distinguir duas formas diferentes de representá-lo. Com efeito, num dos selos ele tem a sua *sumbia* e usa óculos, com o vestuário que usava certamente no terreno de guerrilha. No outro, ele usa também os óculos, mas não a *sumbia* e tem um fato e gravata, indumentária adotada nos encontros e eventos no estrangeiro. Por fim, há um selo dedicado ao Congresso de Cassacá, o primeiro do PAIGC. Vê-se aí a figura de Cabral até à cintura, em pé e em frente a uma mesa. À volta dele encontram-se indivíduos sentados. Tem um ar sério e vigoroso, e um braço musculoso firmemente apoiado sobre a mesa. Há um selo que tem como tema a alfabetização, com o perfil de Cabral, usando a sua *sumbia* e os seus óculos, sorrindo ligeiramente, com o olhar sonhador em direção ao horizonte. Ao longe, vêem-se trabalhadores manuais e crianças que lêem. Finalmente, os três selos dedicados exclusivamente a Cabral, sem relação com outros temas, representam sempre o seu busto, com os óculos e a *sumbia*. O primeiro é dedicado ao seu aniversário,

ele tem um sorriso aberto e confiante. A bandeira nacional está por trás dele. No do ano seguinte, o seu sorriso continua sedutor e há indivíduos atrás dele. Finalmente, no terceiro selo ele tem um ar mais grave, com os seus óculos de sol e com o semblante sério. Atrás dele, podemos entrever combatentes armados, e por baixo, a inscrição: «Sou um simples africano.»

Como constatámos, o único herói nacional apresentado nos selos de Correio dos dois países foi Amílcar Cabral. Pudemos identificar duas imagens distintas que foram apresentadas deste herói. Numa, que podemos chamar de imagem de guerrilheiro ou de revolucionário, ele tem um sorriso sedutor e confiante, usando os seus óculos e a *sumbia*, o seu barrete, como podemos observar na imagem 7.

Na outra, ele tem o semblante sério, quase um pouco preocupado, olhando ao longe. Usando sempre os óculos, ele não usa o seu barrete e tem um fato e gravata. Parece até um pouco mais velho. Esta última imagem, número 8, seria a do político empenhado nas suas atividades diplomáticas.

2. Continuar a revolução

A ideologia do PAIGC será estudada aqui atendendo à definição de Catherine Coquery-Vidrovitch e de Henri Moniot: «Entenderemos por ideologias os conjuntos de ideias, representações, crenças e interpretações respeitantes à estrutura e à organização da sociedade, (...)»²¹⁴ e, de forma mais precisa, seguindo a de Norberto Bobbio:

«(...) “ideologia” significa più genericamente un sistema di credenze o di valori, che viene utilizzato nella lotta politica per

²¹⁴ Coquery-Vidrovitch, Catherine, Moniot, Henri, *L'Afrique Noire de 1800 à nos jours*, Paris, PUF, 1974, p. 357

influire sul comportamento delle masse, per orientarle in una direzione piuttosto che in un'altra, per ottenerne il consenso, infine per fondare la legittimità del potere (...). In questo senso di ideologia una qualsiasi teoria politica può diventare ideologia nel momento in cui viene assunta come programma di azione da un movimento politico, (...).»²¹⁵

Após as independências, o PAIGC apresentou um programa revolucionário, ou seja, pretendia prosseguir com a revolução, de acordo com a definição de Bobbio, Matteuci e Pasquino²¹⁶, atingindo a segunda etapa desta: mudar profundamente as relações políticas, a ordem jurídico-constitucional e a esfera socioeconómica.

2.1. Nascimento do Novo Homem Africano ou como se libertar do passado preservando a sua identidade

O principal objetivo a longo prazo do PAIGC era a formação de um Homem Novo e a criação de uma nova sociedade, cuja principal característica seria a «libertação da exploração do homem pelo homem». Assim sendo, esta sociedade devia assegurar uma melhor qualidade de vida aos seus cidadãos e garantir-lhes um bem-estar físico, psíquico e social, indo assim ao encontro das profundas aspirações destes. O Homem Novo devia orientar-se em direção a alguns valores fundamentais de entre os quais, e entre outros, o amor filial, o amor pelos companheiros, o amor pela verdade, pelo trabalho intelectual e manual, pela Natureza, pela Pátria, pela Juventude Africana Amílcar

²¹⁵ Bobbio, Norberto, *Saggi sulla scienza politica in Italia*, Roma, Bari, Laterza, 1969, p. 100

²¹⁶ Bobbio, Norberto, Matteuci, Nicola, Pasquino, Gianfranco, *op. cit.*, p. 1001

Cabral²¹⁷ e pelo partido. Era necessário eliminar hábitos enraizados de individualismo, o que se conseguiria através de novos tipos de relações sociais. Ora, estes novos valores inseriam-se no conjunto mais vasto de uma nova cultura que devia forçosamente ser criada nesta nova sociedade. O PAIGC considerava que não podia ser uma cultura unicamente herdada das culturas tradicionais africanas. Devia, em certa medida, romper com o passado. Na realidade, esta nova cultura devia ser uma síntese dos valores considerados como positivos da tradição popular africana e dos que resultavam da experiência da luta de libertação nacional, em conjugação com a assimilação das conquistas da Humanidade nos domínios da Ciência, da Técnica e das Artes. A nova identidade cultural devia ainda ser popular e nacional, na medida em que devia ser sentida por toda a população; científica, já que devia basear-se nas descobertas científicas da Humanidade, e universal, ou seja, aberta ao mundo e integrada neste.

Seriam estas ideias recentes na ideologia do PAIGC? Na realidade, a questão complexa de uma nova identidade cultural tinha já sido abordada por Amílcar Cabral e de uma forma até exaustiva. Assim, ele considera que a cultura é a síntese dinâmica da realidade histórica de uma comunidade, que se exprime através da consciência individual ou coletiva. Esta realidade histórica integra tanto os aspetos materiais como os espirituais, as relações com a Natureza²¹⁸. Ora, Cabral salienta em particular a relação da cultura de um povo ou de uma comunidade com a economia e em especial com o nível das forças produtivas e com os meios de produção. Ele considera que se

²¹⁷ A Juventude Africana Amílcar Cabral tinha representações na maioria das escolas e bairros. Ver Lobban, Richard A. , Mendy, Peter K., *Historical dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, Lanham, Md. & London, The Scarecrow Press, 1997

²¹⁸ Cabral, Amílcar, «O papel da cultura na luta pela independência», texto lido na Reunião de Peritos sobre as noções de raça, identidade e dignidade UNESCO, Paris, 3 – 7 de Julho de 1972, in Cabral, Amílcar, *Nacionalismo e cultura*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1999, p. 140

trata de uma relação de reciprocidade e de dependência²¹⁹. De que forma ele se interessou por esta questão? Para ele, «o que importa é proceder à análise crítica desta cultura, em função das exigências da luta e do progresso». A cultura, e em especial a nova cultura, devia ser submetida aos objetivos prioritários da nova sociedade, definidos no quadro da luta e tendo em vista um certo progresso.

«Quanto mais tomamos consciência de que a principal finalidade do movimento de libertação ultrapassa a conquista da independência política para se situar no plano superior da libertação total das forças produtivas e da construção do progresso económico, social e cultural do povo, mais evidente se torna a necessidade de proceder a uma análise selectiva dos valores da cultura no âmbito da luta. Os valores negativos da cultura são, em geral, um obstáculo ao desenvolvimento da luta e à construção desse progresso.»²²⁰

E ainda:

«(...) a cultura, como resultante e determinante da história, comporta elementos essenciais e secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspetos positivos, factores de progresso e de estagnação ou mesmo de regressão – em suma, contradições e mesmo conflitos. Seja qual for a complexidade desse panorama cultural, o movimento de libertação tem necessidade de nele localizar e definir os dados contraditórios para preservar os valores

²¹⁹ Cabral, Amílcar, «Libertação nacional e cultura», Conferência proferida aquando do primeiro memorial dedicado ao dr. Eduardo Mondlane, na Universidade de Syracuse, Programa de Estudos da África Oriental, Estados Unidos da América, a 20 de Fevereiro de 1970, in Cabral, Amílcar, *Nacionalismo e cultura*, op. cit., p. 113

²²⁰ Cabral, Amílcar, op. cit., p. 115

positivos, efectuar a confluência desses valores no sentido da luta e no âmbito de uma nova dimensão – a *dimensão nacional*.»²²¹

Vistas estas afirmações, podemos perguntar-nos se era possível efectuar todas estas mudanças a nível cultural e através de que meios.

Cabral também procede a uma análise dos valores culturais que ele considerava como sendo positivos ou negativos seguindo este ponto de vista. Aborda a questão em relação à cultura colonial e também em relação às culturas tradicionais africanas, o que o leva a concluir que havia a necessidade de criação de novos valores. Estes deviam ser introduzidos pelo partido durante e após a luta e deviam permitir a criação de um Novo Homem Africano que constituiria a nova sociedade e seria simultaneamente constituído por esta.

Um dos valores positivos que ele identifica de entre os que foram herdados através do contacto colonial é a visão científica da realidade, através da análise e da interpretação desta utilizando uma metodologia adequada. Ele opõe este procedimento à análise fortemente impregnada de religião, ou seja, cuja interpretação se baseia em crenças religiosas que, segundo ele, no caso específico de África e do *Iran*²²², pode ir até ao ponto de se maltratar crianças e até matá-las, com o intuito de se manter a fidelidade a certos princípios. Um outro valor positivo que surge da cultura colonial parece-lhe ser o gosto pela literatura, a importância dada à expressão escrita e à leitura de uma forma geral, já que o domínio destas permite que uma dada população tire proveito dos conhecimentos conquistados pela Ciência em todo o mundo. No que diz respeito à cultura africana, Cabral valoriza todo o folclore: a música, a dança e o teatro.

²²¹ Cabral, Amílcar, «O papel da cultura na luta pela independência», texto lido na Reunião de Peritos sobre as noções de raça, identidade e dignidade, UNESCO, Paris, 3 – 7 de Julho de 1972, in Cabral, Amílcar, *Nacionalismo e cultura*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1999, p. 142

²²² O *iran* é a divindade mais poderosa para as populações animistas da Guiné-Bissau.

Em relação aos valores negativos, ele ataca vivamente o complexo de superioridade que alguns guineenses e cabo-verdianos teriam adquirido. Tratava-se de pessoas que tinham mais estudos do que a maioria e que por conseguinte, detinham mais conhecimentos científicos e literários. Alguns de entre eles, teriam, por conseguinte, a tendência para desprezar os mais ignorantes. Para ele, este complexo tinha a sua fonte no ensino colonial português, que afirmava a superioridade da cultura e dos saberes europeus relativamente aos costumes e aos conhecimentos do Africano que vivia nas florestas, julgado como intelectualmente inferior. Este raciocínio implica o fenómeno contrário: um complexo de inferioridade por parte de outros africanos, também vivamente criticado por Cabral. Ainda no respeitante aos valores negativos da cultura africana, Cabral refere-se a uma série de comportamentos que estariam diretamente ligados às crenças das populações com base no animismo. Assim, a questão essencial no tocante à religião é a relação com a Natureza: os fenómenos naturais são interpretados como sendo ação dos deuses, existe o medo de certos lugares, de certas florestas que se pensa serem o abrigo desses mesmos deuses, há a crença num poder benéfico ou maléfico de certos objetos. Assim, os homens que tinham participado na luta armada temiam o poder mágico dos cornos e lutavam sempre usando *mezinbos*²²³, que eles acreditavam ter força suficiente para protegê-los contra o mal e até contra a morte. Ele afirma o seguinte, a este propósito:

«(...) outra coisa é lutar num meio onde os fenómenos naturais podem ser interpretados como resultado da vontade dos espíritos.»²²⁴

²²³ Amuletos

²²⁴ Cabral, Amílcar, *Guiné-Bissau – Nação Africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974, p. 69

«Por exemplo: no início da nossa luta tivemos grandes dificuldades em convencer certa parte da nossa população a utilizar certas porções da nossa floresta como base de guerrilha, porque consideravam-nas como refúgio dos espíritos sagrados, etc., etc. (...)»²²⁵

Os “feiticeiros” gozavam de um grande poder e tinham uma grande importância sociopolítica, já que eram considerados como os únicos que conseguiam dominar todas as relações entre o Bem e o Mal. Por isso, conseguiam manipular alguns militantes. Um “feiticeiro” podia, por exemplo, desaconselhar algumas ações da luta – e ser obedecido por militantes.

Nos seus discursos, Cabral tentava desmistificar o poder de certos objetos, e propor outra visão da realidade, mais científica, sem no entanto entrar em conflito direto com estas crenças. Era muito permissivo relativamente a estes comportamentos que estavam, ao fim e ao cabo, profundamente enraizados na cultura popular. Ele pensava que essa situação correspondia a uma etapa do desenvolvimento socioeconómico. Assim, ele manifestou muita satisfação ao constatar que a população aldeã aceitava a ajuda de médicos, sinal de uma vitória da Ciência contra os costumes que ele considerava serem superstições:

«(...) uma grande surpresa surgiu para muitos dos nossos camaradas, que diziam que o nosso povo não quer doutores, não quer ‘*mezinbo de branco*’ (...). Mostrou tanto interesse, amizade e estima pelos médicos, que o nosso povo começou a dar aos seus filhos os nomes dos médicos, (...)»²²⁶

²²⁵ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 116

²²⁶ Cabral, Amílcar, *A Prática Revolucionária – unidade e luta II*, s.l., Seara Nova, 1977, p.187

Outro aspeto negativo dizia respeito à tomada de posição em relação ao futuro desenvolvimento económico. Algumas pessoas opunham-se a este desenvolvimento, já que eram favoráveis a uma total manutenção das tradições, dos costumes. Relativamente a esta questão, a opinião de Cabral é clara: o modo de vida não era suficientemente satisfatório, e era necessário criar condições favoráveis ao desenvolvimento, de que, no seu entender, o povo necessitava.

Alguns comportamentos culturais, como comer com as mãos, usar saias de palha, e outros gestos e atitudes quotidianos eram julgados por algumas pessoas como sendo tipicamente africanos, e por conseguinte, como sendo necessário preservar. Amílcar Cabral via-os como o resultado das condições socioeconómicas nas quais as populações viviam, comparáveis àquelas em que outros povos tinham vivido ou ainda viviam. Os africanos não podiam, por isso, reivindicar nenhuma exclusividade relativamente a esta questão.

«Há muita gente que pensa que ser africano é saber sentar-se no chão e comer com a mão. Sim, isso é certo africano, mas todos os povos no Mundo se sentaram já no chão e comeram com a mão.»²²⁷

O autor criticava um hábito que podia igualmente conduzir à estagnação económica da população, a saber, a tendência para começar projetos sem os terminar. Segundo ele, isso implicava que o projeto tinha sido mal estudado e mal planificado, de tal forma que se chegava rapidamente à conclusão de que não se deveria tê-lo iniciado. Com efeito, Cabral insistia continuamente na importância de se conhecer de forma correta e científica a realidade envolvente e de se planear bem os projetos antes de os iniciar.

²²⁷ Cabral, Amílcar, *Princípios do Partido*, Bolama, PAIGC / Secretariado Geral, 1976, p. 64

A outra hipótese era a de que os atores considerassem que a obra que se propunham realizar não era exequível. Segundo Cabral, isto implicava o fracasso total dos esforços empreendidos na luta. Dá um exemplo respeitante à ação militar:

«(...) porque a nossa desgraça é começar e não acabar.

Se sabemos que o inimigo deve passar lá, não devemos sair, é preciso fazer o trabalho até ao fim. Não como já vos disse, chegar, fazer uma grande emboscada esperar uma hora, duas, três, quatro horas, o inimigo não vem. Uns dizem que vem, outros que não vem e acabam por ir-se embora. Depois o inimigo passa e vai abastecer o seu quartel.»²²⁸

Uma outra atitude que favorecia a estagnação económica era, segundo Cabral, o facto de que alguns dirigentes davam pouca importância à difusão da instrução. Amílcar Cabral considerava que um dos esforços permanentes a serem empreendidos era o relativo à alfabetização. Durante os períodos em que não houvesse ação armada, os instruídos deveriam ensinar os iletrados a ler e a escrever. Denunciava alguns dirigentes ou militantes com mais estudos que outros que preferiam divertir-se, descansar ou contar anedotas em vez de instruir os seus camaradas de luta. Um último ponto que dizia respeito, de forma indireta, à questão do desenvolvimento, era a escolha da língua oficial. Alguns pensavam que era necessário utilizar o crioulo ou até as línguas dos vários povos como futuras línguas oficiais. Para Cabral, tratava-se de uma escolha judiciosa para o futuro, mas unicamente após se ter levado a cabo o estudo dessas línguas de forma a poderem ser escritas. Era necessário, portanto, utilizar o português, segundo ele a única riqueza que os colonialistas

²²⁸ Cabral, Amílcar, *Análise de alguns tipos de resistência*, Bolama, Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, 1979, pp. 94 – 95

tinham deixado, já que esta língua já estava bem estruturada. Para além disso, ela incluía uma série de termos científicos que as populações teriam de utilizar na futura escolaridade e que não existiam nem no crioulo nem nas línguas dos vários povos. Na sua opinião, as línguas locais seriam durante muito tempo unicamente orais e não suficientemente abstratas, pelo que Cabral acusou os partidários da sua utilização de serem oportunistas, cuidando dos seus próprios interesses em detrimento dos interesses da população em geral.

Por fim, ainda a propósito da cultura africana, Cabral condenava também a poligamia praticada por certos povos, por exemplo, os Fulas, mas sobretudo o facto de que os políticos tinham tendência para manter várias ligações amorosas.

«Nas condições da nossa terra, qualquer pessoa que mande pode ter, em geral, tantas mulheres quantas quer. (...) Temos que cortar isso na nossa terra completamente.»²²⁹

De forma geral, notamos que ele identificou um predomínio de valores negativos na cultura africana, estando muitos de entre eles muito enraizados na vida das populações, como os respeitantes às religiões tradicionais.

De entre os novos valores propostos, alguns eram de ordem muito geral, sendo outros muito mais precisos, e respeitantes a questões da vida quotidiana. Antes de mais, Cabral enfatizava a importância do patriotismo, entendido como o amor pelo país, considerado como uma unidade, um conjunto. Também insistia no heroísmo, definido como a capacidade de cumprir com rigor as diretivas do partido. A relação com este último e em particular, o que se chamava ter amor pelo partido exprimia-se da seguinte forma:

²²⁹ Cabral, Amílcar, *A Prática Revolucionária – unidade e luta II*, s.l., Seara Nova, 1977, p.182

«(...) só é filho do nosso povo aquele que é patriota. E mais longe ainda, nesta fase da nossa luta, aquele que tem amor pelo nosso partido. Isso é que é cultura na nossa terra hoje em dia. Fundamental na nossa cultura hoje, não é ensinar a ler e a escrever, isso é preciso também, já falámos disso, não é fazer o segundo grau. É entender bem o que é que o nosso partido quer, o que é que nós queremos e o que é que nós procuramos, o que é que nós estamos a fazer, o que é a nossa luta, para onde vamos. Isso é que é importante, camaradas. Ser capaz de dar a sua vida. Quem hoje, é capaz de dar a sua vida sem pedir nada, para o nosso partido, esse é um homem agora culto na nossa terra.»²³⁰

Notamos assim a presença central, e até exclusiva que, aos olhos de Cabral, devia ter o partido na vida das populações. Seguindo esta ordem de ideias, e a propósito da criação de novos livros escolares para as crianças do ensino primário, Amílcar Cabral defendia que na educação das crianças era necessário falar do partido:

«Para nós a pedagogia é aquilo que ensina às crianças a nossa luta, os direitos do nosso povo, o partido, o hino do nosso partido, o valor do nosso partido, além do A,B,C, o Gato e a Raposa, o Lobo e o Chibinho, etc.. Mas o partido deve estar lá também presente; a direção do partido, os dirigentes do partido, a força da nossa luta, a força do nosso povo, a força do nosso partido, os deveres da nossa gente.»²³¹

O despertar para uma cultura científica era, segundo ele, necessário no ensino, e seria até uma condição *sine qua non* para uma elevação

²³⁰ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, pp. 82-83

²³¹ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 99

do nível de vida das populações. Esta cultura científica devia ser acessível a toda a população:

«Camaradas, temos que basear a nossa cultura na ciência. Temos que tirar da nossa cultura tudo quanto é anti-científico, mas não hoje ainda, amanhã. (...) A nossa cultura tem que ser popular, quer dizer, cultura de massas, toda a gente tem direito à cultura. Além disso, respeitando aqueles valores culturais do nosso povo, que merecem ser respeitados. A nossa cultura não pode ser para uma elite, para um grupo de pessoas que sabe muito, que conhece as coisas.»²³²

Cabral insistia muito no valor do trabalho, realizado com um espírito otimista e tendo presente um espírito perfeccionista. Ele declarava também claramente que todos deviam trabalhar e criticava uma certa tendência para a preguiça, nomeadamente por parte de militares que cessavam ou diminuían os seus esforços com o pretexto de que já tinham feito muitos no passado.

«Quem não trabalhar, não tem direito a nada na nossa terra, tem que ser assim. Quem tem valor trabalha, quem não tem valor é porque não trabalha. E os melhores são aqueles que mais trabalham. (...) quem trabalhou muito ontem, tem valor, passa para a frente. Quem pára de trabalhar porque já trabalhou muito ontem, não vale nada, nunca valeu nada.»²³³

A emancipação feminina era uma das suas preocupações. Nas regiões libertadas, ele favorecia a assunção de cargos de responsabilidade por parte de mulheres, no seio das estruturas partidárias

²³² Cabral, Amílcar, *op.cit.*, pp. 86, 87

²³³ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, pp. 63, 64

das aldeias, e nomeadamente, no comité de cada aldeia, em que dois de entre os cinco membros deviam obrigatoriamente ser mulheres. Também adotou medidas respeitantes à promoção das mulheres na escola, tentando convencer os pais a deixá-las frequentar a escola, sobretudo no seio de famílias muçulmanas:

«(...) exigirmos às raparigas um bocado menos que aos rapazes para entrarem na Escola-Piloto²³⁴, sobretudo na questão de idade e na questão de avanço nos estudos.»²³⁵

Relativamente aos aspetos ligados à vida quotidiana, Cabral sublinha longamente a importância da limpeza. Pedia aos militantes que tivessem a preocupação de lavar sempre as suas roupas, de arrumar os seus quartos, de cuidar a sua apresentação e a forma de se vestir. O líder também dava importância ao ensino dos hábitos de higiene à população da Guiné-Bissau, tanto a higiene pessoal como a doméstica, a fim de evitar a propagação de certas doenças e de se ter uma vida mais sadia e mais longa.

«O nosso povo é limpo, gosta muito de tomar banho, gosta de limpar os dentes, sempre, mas não são todos. (...) Devemos explicar ao nosso povo as normas de higiene. Esse é um aspeto fundamental da nossa resistência cultural.»²³⁶

Enfim, Cabral era muito crítico relativamente a certos comportamentos de militantes do partido no respeitante à gestão do tempo. Assim, ele afirmava que enquanto a população da Guiné-Bissau

²³⁴ Escola criada pelo PAIGC em Conakry em 1964, que ministrava os quatro anos do ensino primário e onde os melhores alunos frequentavam a 5ª e 6ª classes de escolaridade.

²³⁵ Cabral, Amílcar, *op. cit.*, p.187

²³⁶ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 97

em geral tinha um bom domínio da gestão do tempo, sobretudo de forma a regular as atividades agrícolas, os militantes do partido, no seu conjunto, demonstravam ter uma certa incapacidade neste domínio, assim como para utilizar indícios tais como o canto do galo, a posição do sol ou da sombra, que poderiam servir como referências. Num discurso em que teceu esta crítica, descreveu em seguida duas situações quase anedóticas e ilustrativas:

«Se é preciso levantar-se às cinco da manhã, levantam-se às nove, é preciso fazer uma emboscada a partir das quatro da tarde, mas nesse dia não chegam lá, aparecem só no dia seguinte e verificam que os tugas já passaram. (...) Quantas vezes os nossos comandantes têm falhado ataques ou emboscadas só por causa de atraso.

Às vezes, dá-se a um camarada uma missão para levar uma carta a tal sítio rapidamente. Pelo caminho, se encontra uma razão qualquer de divertimento, pára logo três ou quatro dias, um dia há-de lá chegar. Não pode ser assim. Assim, nem ganhar a guerra, quanto mais construir uma terra.

Que ninguém me venha dizer que não tem relógio e que por isso não pode estar a horas. Nós não precisamos de relógio para chegar a horas. Podemos decidir encontrar-nos quando o sol estiver alto.»²³⁷

Se analisarmos este tema de forma global, constatamos que as dificuldades que deviam ser ultrapassadas para criar a nova sociedade eram enormes, tendo em conta os novos valores que deviam ser adquiridos e outros antigos que deviam ser combatidos. Como incutir estes novos valores de forma eficaz? Três pontos do pensamento de Cabral respondem a esta questão. Ele considera que os valores resultam sobretudo de fatores económicos e que se verifica uma evolução progressiva de

²³⁷ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, pp. 92-93

acordo com os estádios de desenvolvimento. Neste sentido, ele acredita muito na importância do contributo da Ciência. Segundo Cabral, é o partido que deve ter um papel fundamental no processo de criação do Novo Homem Africano. No entanto, ele não especifica de forma suficientemente clara como o partido poderia atingir este objetivo.

Vemos que a apologia de uma nova sociedade com novos valores vem no seguimento de toda uma reflexão e de tomadas de posição do PAIGC durante o período da luta armada. No entanto, há algumas diferenças na forma de tratar esta questão. Cabral analisa-a de forma mais detalhada, salientando a situação material dos povos como sendo produtora de Cultura, e a Ciência como motor das mudanças culturais na sociedade. Também dá uma grande importância ao engajamento político por parte do cidadão, ao patriotismo, entendido como o engajamento com o partido. Foi o aspeto da sua análise ao qual se deu maior importância no pós-independência. Quando examinamos os valores defendidos, notamos que se preconiza um forte compromisso para com a sociedade e a vida política, já que se fala de amor para com os companheiros, o partido, e a Juventude Africana Amílcar Cabral. Apesar do carácter relativamente utópico de todas estas propostas, devemos reconhecer a necessidade que havia nesta época de refletir nestes termos. Por um lado, porque a sociedade cabo-verdiana acedia à independência após uma experiência colonial de cinco séculos, marcada desde o início e durante muito tempo pela escravatura. Sob esta perspectiva, compreendemos melhor esta procura de novos valores, e de um novo tipo de relações no quadro desta sociedade. Por outro lado, pelo próprio facto de a nação guineense nunca ter existido como nação, era necessário exaltar valores como o patriotismo, por exemplo. Era então urgente fazer escolhas, ter um projeto claro da nação guineense que devia ser criada e que, de resto, tinha começado a surgir precisamente com a luta de libertação nacional. Para além disso, nem toda a população tinha participado ao mesmo nível nesta experiência, o que tornava necessária a existência destas propostas utópicas e difíceis

de concretizar. Ao fim e ao cabo, apesar do projeto de criação e de afirmação de uma nova nação ser necessariamente muito longo, implicando a vontade de várias gerações, parece ser impossível realizá-lo sem ter plena consciência disso, sem ter vontade de o fazer e sem a existência de projetos claros nesse sentido. Da mesma forma, não se pode pretender criar uma sociedade mais justa sem se tentar fazer uma análise crítica e sem tentar modificar as relações sociais provenientes de uma sociedade de base escravocrata e colonial. Vemos assim que o caráter utópico era, de certa forma, necessário, para não dizer fundamental nessa época. Ora, com o nível de entusiasmo e de união popular atingidos devido à conquista efetiva da independência política, o período era propício para a proposta de objetivos ambiciosos, mesmo que não pudessem ser atingidos a curto, médio e até longo prazo.

2.2. *As relações suicidárias da pequena burguesia e do PAIGC, «guia das massas», com a sociedade*

O PAIGC também adotou uma posição muito clara sobre quem iria dirigir este processo e de que forma. Assim, é sabido que um dos pontos cruciais, dos mais polémicos, da ideologia do PAIGC exposta por Cabral é a questão da classe social que seria capaz de dirigir o processo revolucionário até à independência e após esta. Para Cabral, era evidente que:

«A pequena burguesia acaba por ser a herdeira do Estado colonial, uma vez que se trata da única camada social que é capaz de dirigir e utilizar os instrumentos de Estado criados pelo Estado colonial.»²³⁸

²³⁸ Cabral, Amílcar, *Guiné-Bissau – Nação Africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974, p. 30

Esta era composta por funcionários públicos nos escalões superiores e médios, membros de profissões liberais, funcionários públicos dos escalões mais baixos, empregados do comércio e pequenos proprietários agrícolas. Ainda segundo Cabral, esta «pequena burguesia autóctone» tinha sido formada pelo processo de colonização. Vivia segundo os moldes da cultura do seu colonizador, tentando identificar-se com ele pelos seus comportamentos sociais, pelas suas impressões e até pelos juízos de valor relativamente aos valores culturais indígenas. Ela aspirava a um estilo de vida semelhante ou idêntico ao do seu colonizador. No entanto, podia manter relações mais ou menos intensas com a maioria da população, sem nunca transgredir as barreiras impostas pelo sistema. Vivia assim uma realidade cultural e social contraditória. Era, concluía Cabral, uma classe marginal ou marginalizada, e este drama sociocultural era vivido individualmente, raramente de forma coletiva.

«Esse drama é tanto mais intenso quanto é um facto que, no âmbito profissional, a pequena burguesia, no desempenho das suas funções, é forçada a uma confrontação permanente, tanto com a classe estrangeira dominante, como com as massas populares. Esta situação faz com que, por um lado, o elemento pequeno-burguês seja alvo de frequentes humilhações, quase quotidianas, da parte dos estrangeiros e que, por outro lado, tome nítida consciência, tanto das injustiças a que estão sujeitas as massas populares, como da sua resistência e do seu espírito de revolta.»²³⁹

Os membros desta pequena burguesia adquiriam assim um complexo de frustração ou um sentimento de amargura que podia originar um

²³⁹ Cabral, Amílcar, «O papel da cultura na luta pela independência», texto lido na Reunião de peritos sobre as noções de raça, identidade e dignidade da UNESCO, em Paris, 3 a 7 de Julho de 1972. In Cabral, Amílcar, *Nacionalismo e cultura*, Santiago de Compostela, Liovento, 1999, p. 139

processo de regresso às fontes, de acordo com o grau de isolamento e de frustração. Este regresso às fontes podia materializar-se através do interesse por teorias como o pan-africanismo ou a negritude.

«(...) o ‘retorno às fontes’ (...). Trata-se, pura e simplesmente, da negação, pela burguesia indígena, da pretensa superioridade da cultura da potência dominadora (...).»²⁴⁰

Cabral explica através de que processo este «regresso às fontes» podia estar na origem dos movimentos de libertação: era quando o complexo de frustração em causa conseguia exprimir-se a partir de movimentos de grupo que o referido conflito começava a surgir, abertamente ou de forma encoberta.

«Desta forma, o “retorno às fontes” só é historicamente consequente quando implica, além de um compromisso real na luta pela independência, identificação total e definitiva com as aspirações das massas populares (...). Caso contrário, o “retorno às fontes” reduz-se a uma solução visando a obtenção de vantagens temporais e, portanto, a uma forma, consciente ou inconsciente, de oportunismo político.»²⁴¹

Este «regresso às fontes» era um processo lento, contínuo e desigual, que dependia não somente do grau de aculturação de cada pessoa e das suas possibilidades económicas, mas também da sua formação ideológica e da sua trajetória social. Esta desigualdade no processo conduzia a uma fragmentação da pequena burguesia em três grupos, de acordo com o seu posicionamento em relação a um eventual ou

²⁴⁰ Cabral, Amílcar, *Guiné-Bissau – Nação Africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974, p. 133

²⁴¹ Cabral, Amílcar, *op. cit.*, p. 134

real movimento de libertação. O primeiro era a minoria aliada ao estrangeiro, que não queria o fim do colonialismo, e isto sobretudo para preservar o seu estatuto socioeconómico: «(...) gente grande²⁴², bem empregada, comendo bem, bebendo bem, que vai a férias, etc., (...)»²⁴³, cujo discurso era:

«Bom, queremos conversar contigo. Tu, filho do fulano de tal, nós conhecemos-te bem, estás-te a meter em problemas, estás a estragar a tua carreira de engenheiro, nós queremos aconselhar-te, porque nós não temos nada que fazer contra os tugas²⁴⁴, nós todos somos portugueses.»²⁴⁵

O segundo grupo, formado pelos indecisos e vacilantes, constituía a maioria. Segundo o líder do PAIGC, eles pensavam da seguinte forma: «O Cabral vem com as suas coisas, com a sua gente, de facto seria bom que corrêsemos com os tugas, mas...»²⁴⁶. Este grupo, cujo salário estava garantido no fim de cada mês, desejava realmente ver partir os colonialistas, mas receava muito o futuro e a possibilidade de uma derrota.

«O Cabral veio com a sua gente, as suas ideias, mas se nós perdemos? Perdemos a nossa geleira, o nosso dinheiro no fim do mês, o nosso rádio, o nosso sonho de ir a Portugal passar as férias.»²⁴⁷

²⁴² Pessoas que possam ser consideradas como socialmente privilegiadas.

²⁴³ Cabral, Amílcar, *Princípios do Partido*, Bolama, PAIGC / Secretariado Geral, 1976, p. 20

²⁴⁴ Forma pejorativa de fazer referência aos portugueses.

²⁴⁵ Cabral, Amílcar, *idem, ibidem*

²⁴⁶ Cabral, Amílcar, *idem, ibidem*

²⁴⁷ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p.21

Podemos então depreender que este último grupo integrava as pessoas que receavam mais a mudança do que viver sob um determinado sistema. Não tendo uma posição nem muito privilegiada, nem muito desfavorecida no sistema colonial, elas pensavam poder realmente realizar os seus sonhos após a independência e melhorar as suas condições e perspectivas de vida, mas mesmo assim tinham algo a perder com a guerra pela independência.

Enfim, o terceiro e último grupo era constituído por uma minoria que conduzia o movimento de libertação. No entanto, cada indivíduo tinha um nível de consciência moral e política diferente de acordo com as formas de luta vividas e o conteúdo ideológico que lhe tivesse sido inculcado. De qualquer forma, o militante armado só podia identificar-se com o resto da população através da luta, pois era possivelmente a única oportunidade que tinha de contactar de forma aprofundada esta mesma população, e simultaneamente, ser guiado nesta via pelo partido.

Mas, uma vez no poder, quantas vias podia seguir esta pequena burguesia? As soluções, examinadas por Cabral, seriam ou a aliança com o imperialismo ou com a classe operária. Ora, a segunda hipótese implicaria o suicídio da pequena burguesia, significando que seria necessário que esta traísse os seus interesses e que aderisse aos da «classe operária», questão muito polémica e muito criticada no pensamento de Cabral.

«(...) para desempenhar perfeitamente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de se suicidar como classe (...).»²⁴⁸

²⁴⁸ Cabral, Amílcar, *Guiné-Bissau – Nação Africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974, p.55

«Esta alternativa – trair a revolução ou suicidar-se como classe – constitui o dilema da pequena burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional.»²⁴⁹

Cabral não tinha ideia nenhuma de que via escolheria a classe dirigente nos dois países. Ele preferia a segunda, mas dizia:

«(...) ela está em condições (...) de optar pela solução menos esperada das duas, mas a questão é saber em que condições ela aceitaria empenhar-se, assim, nesta via [na segunda].»²⁵⁰

A posição da pequena burguesia era delicada, difícil e contraditória, visto o que se lhe pedia para «salvar» o país do neocolonialismo e do imperialismo e de modo a permitir a mudança da sociedade no sentido do progresso, tal como era concebido por Cabral. Outro perigo previsto era o engajamento na luta de indivíduos que não estivessem verdadeiramente convertidos:

«É preciso, no entanto, tomar em consideração o facto que, perante a perspectiva de independência política, a ambição e o oportunismo que afectam em geral o movimento de libertação podem levar à luta indivíduos não reconvertidos. (...) dirigentes políticos – mesmo os mais célebres – podem ser alienados culturais.»²⁵¹

Provavelmente de forma a combater todos estes problemas, vimos que Cabral preocupou-se com a formação de uma nova classe política que dirigiu a luta armada e tomou o poder após a independência

²⁴⁹ Cabral, Amílcar, *idem, ibidem*

²⁵⁰ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 31

²⁵¹ Cabral, Amílcar, *Nacionalismo e cultura*, Santiago de Compostela, Laidvento, 1999, p. 107 – 108

nos dois países. A importância que ele dava a esta formação é evidente nos seus escritos:

«Mas como, sem se encontrarem nas condições da classe operária, poderiam eles ter a sua mentalidade? Tratámos portanto de insuflar essas ideias, foi assim que por exemplo abrimos no nosso lar de Conakry uma escola de formação política dirigida a cerca de um milhar de quadros. (...) De entre estes quadros seleccionámos os actuais dirigentes da nossa luta (...).»²⁵²

Ora, após a independência, houve uma mudança considerável no respeitante ao tratamento ideológico desta questão. O PAIGC deixou de centrá-la no papel da pequena burguesia e passou a considerar que nenhuma classe das duas sociedades reunia as condições para assumir a direção política revolucionária. Esta exigia, com efeito, a mobilização nacional e por conseguinte, a garantia de participação de todas as camadas sociais. Assim sendo, o PAIGC definiu-se como o guia das massas, tendo como fim atingir os objetivos definidos por si próprio e por conseguinte, assumiu-se como «movimento de libertação no poder». Por que outras razões o PAIGC preenchia as condições para assumir estas funções, contrariamente a qualquer classe social da época? Os argumentos apresentados estavam diretamente ligados à experiência adquirida durante a luta de libertação política, assim como ao fraco desenvolvimento das forças produtivas nacionais, que não teriam permitido que se criasse uma classe operária consciente dos seus interesses e que poderia ter sido chamada a assumir estas responsabilidades. Trata-se da primeira vez que surge na ideologia do PAIGC a ideia segundo a qual a classe operária devia dirigir o processo revolucionário nos

²⁵² Cabral, Amílcar, “La lutte en Guinée”, *Revue Internationale du Socialisme*, Milão, Ano 1 – Número 4, Agosto de 1964, p. 446

dois países. Com efeito, no passado, Cabral tinha considerado muito simplesmente que esta classe social não existia de forma definida nessas sociedades.²⁵³

O PAIGC propunha-se exercer o poder seguindo o princípio da democracia nacional revolucionária, o que significava que todas as camadas sociais deviam ser mobilizadas de forma a participarem ativamente no novo projeto de sociedade. Este conceito tinha sido apresentado por Cabral durante o período da luta armada:

«No quadro da democracia revolucionária, o poder vem do povo, da maioria, e ninguém deve ter medo de perder o poder. O dirigente deve ser o intérprete fiel da vontade e das aspirações da maioria revolucionária, e não, o dono do poder, o senhor absoluto que se serve do partido e não serve o partido. (...)

No quadro da democracia revolucionária e nas condições concretas da nossa luta, devemos aumentar cada vez mais a força do povo, avançar com coragem para a conquista do poder pelo povo, para a transformação radical da vida do nosso povo, para uma etapa em que as armas e os meios de defesa da nossa revolução estarão inteiramente nas mãos do povo. Não ter medo do povo e levar o povo a participar em todas as decisões que lhe dizem respeito – esta é a condição fundamental da democracia revolucionária, que temos de realizar a pouco e pouco, de acordo com o desenvolvimento da nossa luta e da nossa vida.»²⁵⁴

Ainda durante o período da luta armada, várias instituições foram criadas de forma a aplicar este princípio, tal como os comités de

²⁵³ Cabral, Amílcar, *Unidade e luta – A arma da teoria*, s.l., Seara Nova, 1976, p. 104

²⁵⁴ Cabral, Amílcar, *A prática revolucionária – unidade e luta II*, s.l., Seara Nova, 1977, p. 164

tabanka, órgãos políticos de base do PAIGC. Os seus cinco membros eram eleitos numa assembleia-geral dos aldeãos e dois de entre eles deviam ser obrigatoriamente mulheres²⁵⁵, como já referimos acima. Da mesma forma, os tribunais populares tinham três membros eleitos pela população e o professor de cada aldeia era o respetivo secretário²⁵⁶. Tinha-se previsto a continuação destas práticas políticas após a independência, através da militância no partido ou nas organizações nacionais de massas, nomeadamente, de jovens, de mulheres ou de trabalhadores.

2.3. *Da união política vitoriosa à difícil unidade com vista ao desenvolvimento socioeconómico*

Vimos que um dos traços em comum nas trajetórias da maioria dos fundadores do PAIGC era a experiência de emigração de Cabo Verde para a Guiné-Bissau, fosse ela pessoal ou familiar. É interessante verificar que a justificação ideológica da proposta de unidade Guiné - Cabo Verde baseia-se na História da deportação de Africanos do continente para as ilhas. Assim, afirma-se que o arquipélago de Cabo Verde teria sido sobretudo povoado por habitantes originários da costa da Guiné. Verificando-se uma ausência de estudos precisos sobre a matéria, podemos pensar que é muito provável que os primeiros africanos fossem originários desta costa, já que na fase inicial do povoamento de Cabo Verde, a coroa portuguesa tinha aí iniciado o tráfico de escravos²⁵⁷. Trata-se do principal argumento, apesar de terem sido avançados outros, também de natureza histórica,

²⁵⁵ Rudebeck, Lars, *Guinea-Bissau – a Study of Political Mobilisation*, Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1974, p. 125

²⁵⁶ Rudebeck, Lars, *op.cit.*, p. 138

²⁵⁷ Cabral Baleno, Ilídio, “Povoamento e formação da sociedade” in IICT – DG-PCCV, *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa – Praia, IICT, DGPC, 1991, vol.1, p. 153

como por exemplo, a opressão vivida sob o mesmo colonizador e a complementaridade socioeconómica criada durante o longo período colonial. Este último argumento não é explicado de forma específica, mas refere-se provavelmente e uma vez mais à presença de escravos oriundos da costa da Guiné em Cabo Verde, assim como à presença de trabalhadores cabo-verdianos na Guiné, e por fim, às trocas comerciais de vários produtos durante muitos séculos. Estas trocas constituíram uma base histórica comum que, segundo o partido, foi conscientemente assumida pela primeira vez pelo PAIGC. Nesta perspetiva, a própria fundação do partido seria o reconhecimento da existência de uma unidade histórica. Da mesma forma, a experiência da luta pela emancipação política afirmava-se como a representação desta unidade que constituía a chave do sucesso desta luta. De forma mais alargada, a tomada de consciência e a opção por uma política de unidade africana foram igualmente uma estratégia para a obtenção da independência política das colónias portuguesas em África. Segundo a versão oficial do partido, pensava-se então que esta estratégia também seria importante na luta que se devia seguir, a luta pela independência económica.

A questão da unidade foi assim um dos pontos ideológicos presentes desde a criação do PAIGC, que deu lugar a uma certa polémica durante toda a história do partido, e foi um dos fatores que levou à sua cisão. De que forma esta opção estratégica era apresentada na época da luta armada? O programa maior do PAIGC afirmava a necessidade imperativa da unidade de cada um destes povos; expunha também a tomada de posição do partido em relação à unidade Guiné - Cabo Verde²⁵⁸:

«Direitos e deveres iguais, união sólida e colaboração fraternal entre todos os cidadãos, considerados individualmente, em

²⁵⁸ PAIGC, *Manual político do PAIGC*, s.l., Maria da Fonte, 1974

camadas sociais ou em grupos étnicos. Interdição e liquidação de todas as tentativas de divisão do povo.» Isto para a Guiné e para Cabo Verde, separadamente. Daí a necessidade de se clarificar no capítulo 3, artigo 3: «Direitos e deveres iguais, união sólida e colaboração fraternal entre os guineenses e caboverdianos. Interdição e liquidação de todas as tentativas da divisão dos dois povos.»²⁵⁹

Constatamos a firmeza, e até, diríamos, a rigidez do PAIGC no respeitante à questão da unidade Guiné - Cabo Verde. Mas esse postulado baseava-se num projeto de âmbito mais alargado de unidade africana, defendido no mesmo programa:

«Depois da conquista da independência nacional e com base na vontade popular livremente expressa, lutar pela unidade dos povos africanos, no conjunto ou regiões do continente, no respeito à liberdade, à dignidade e no direito ao progresso político, económico, social e cultural desses povos.»²⁶⁰

Nos seus textos, Amílcar Cabral faz por vezes alusão a este tema e a sua posição é clara, firme e favorável à unidade africana:

«Somos em África pela Unidade africana a favor dos povos africanos. Consideramos que a unidade é um meio e não um fim. A unidade pode acelerar a realização dos objectivos, mas não devemos trair o fim em vista. Nós sabemos que a unidade virá passo a passo, como um resultado dos esforços fecundos dos

²⁵⁹ PAIGC, *op.cit.*, p. 33

²⁶⁰ PAIGC, *op.cit.*, p. 34

povos africanos. A unidade virá ao serviço da África, ao serviço da Humanidade.»²⁶¹

«A criação do nosso partido é em si mesma, um acto de afirmação de unidade africana, pois o partido envolvia na luta, em conjunto e estreitamente ligados num só corpo, sob uma única direcção, os povos da Guiné e Cabo Verde.»²⁶²

«Nunca a nossa luta se inscreveu num quadro só limitado à África. O carácter da nossa luta é internacional e universal. Nós sempre pensámos que não tinha sentido falarmos e defendermos a ideia de unidade africana sem que previamente realizássemos a unidade do nosso povo. Não é por acaso que a divisa do nosso partido é “Unidade e Luta”.»²⁶³

Assim, a questão da unidade Guiné-Cabo Verde estava claramente integrada no contexto mais alargado da unidade africana, que Cabral integrava de igual modo numa ótica internacional. Assim, seria desejável que no futuro se desenvolvessem estudos comparativos dos ideais pan-africanos existentes no continente africano durante este período das independências.

Numa dada ocasião, Cabral deu um exemplo concreto do interesse desta estratégia, tanto para a Guiné e para Cabo Verde, como para as colónias portuguesas de então em África, e para todo o continente:

«(...) se a luta na Guiné avançar muito, mas a luta em Cabo Verde não avançar nada, mais dia menos dia prejudicamos a luta na Guiné grandemente. Basta dizer o seguinte, do ponto de vista

²⁶¹ PAIGC, *idem, ibidem*

²⁶² PAIGC, *op.cit.*, p. 29

²⁶³ PAIGC, *op.cit.*, p. 31

estratégico: não pode haver paz na Guiné se os tugas tiverem bases aéreas instaladas em Cabo Verde. (...)

Mas se nós, na Guiné e em Cabo Verde, lutarmos muito, e os povos de Angola e Moçambique não lutarem nada, se porventura os tugas pudessem tirar todas as tropas de Angola e Moçambique e mandá-las para a nossa terra, não sei quando conquistaríamos a nossa independência, porque os tugas iriam morar em todas as nossas tabancas²⁶⁴. (...)

(...)

Mas nós podemos lutar em todas as colónias portuguesas e até ganhar a nossa independência, mas se o racismo continuar na África do Sul, com os colonialistas a mandar ainda, directa ou indirectamente, em muitas terras de África, não podemos acreditar numa independência a sério em África. Mais dia menos dia a desgraça virá de novo. Portanto, nós fazemos parte de uma realidade concreta que é a África, lutando contra o imperialismo, contra o racismo, contra o colonialismo. Se não temos consciência disso, podemos cometer muitos erros.»²⁶⁵

Ora, é certo que o PAIGC trabalhou, antes e no decorrer do período da luta armada, num quadro de unidade com certos movimentos ou partidos políticos africanos. Referimo-nos à colaboração com membros do MPLA aquando da sua instalação em Conakry, ao trabalho diplomático levado a cabo no quadro da CONCP, assim como ao apoio político concedido pelo rei de Marrocos, por Sékou Touré, e, numa fase mais avançada, por Senghor. Por fim, foram também empreendidas ações no quadro da OUA.

²⁶⁴ Aldeias

²⁶⁵ Cabral, Amílcar, Nacionalismo e cultura, Santiago de Compostela, Laidvento, 1999, pp. 32-34

Mas, após a obtenção da independência, que estratégia o partido pretendia adotar com vista ao desenvolvimento económico? Antes de mais, considerava-se como sendo indispensável a existência prévia de uma unidade tanto na Guiné como em Cabo Verde. Em seguida, devia haver interesses comuns e uma consciência definidos pelas populações assim como uma consciência popular da necessidade da unidade, podendo esta ser criada a partir de um quotidiano vivido em comum. Do ponto de vista económico, o PAIGC considerava que era necessário verificar as bases de uma complementaridade entre os dois Estados, depois definir uma estratégia comum que poderia orientar a cooperação entre eles e que permitiria elaborar um plano comum de desenvolvimento. O partido foi definido desde então como a instituição política mais importante no processo de unidade. As FARP, Forças Armadas Revolucionárias do Povo, foram apresentadas como um exemplo para o processo de unidade, dado que podiam ser solicitadas pelos dois Estados. Também podemos afirmar que a existência de um único partido para os dois Estados independentes constituía já uma situação de unidade política muito concreta.

No respeitante à política dos dois Estados neste domínio, antes de mais, foi concedida a igualdade de estatuto e de condição legal aos cidadãos guineenses e cabo-verdianos nos territórios das duas Repúblicas. Também foram previstas a criação de um Conselho da Unidade e de uma Comissão de Defesa e de Segurança, com o objetivo de coordenar a ação dos departamentos nacionais de Defesa e de Segurança. Decidiu-se criar uma Conferência Intergovernamental, que devia coordenar a ação dos dois governos na perspetiva da unidade. Alguns acordos económicos foram assinados por estes governos, respeitantes à supressão dos direitos alfandegários nas trocas comerciais, à criação de uma empresa mista de transportes marítimos de longa distância e de um território judicial nos dois espaços nacionais.

Na realidade, as realizações dos Estados, no que diz respeito a este projeto, foram pouco numerosas. Para além da igualdade de direitos atribuída aos cidadãos das duas Repúblicas, enunciada mais acima, eliminaram-se os direitos alfandegários e criou-se uma empresa de navegação de capital misto, a Nagicave. De acordo com o Plano de desenvolvimento da Guiné²⁶⁶, até 1979, foram organizadas três Conferências Intergovernamentais; foram trocados alguns produtos, tais como: sal, colchões, madeira e os seus derivados. Um Acordo de Pagamentos foi assinado a 26 de Julho de 1979, prevendo a isenção de taxas e juros na liquidação de contas entre os dois países; também foi acordado um crédito recíproco sem juros de 500 mil dólares. Vemos assim que a estratégia de unidade aplicada ao domínio económico foi relativamente pouco posta em prática e teve poucas aplicações concretas durante os anos de 1975 a 1980, apesar da sua comprovada eficácia na luta pela libertação política.

Conclusão

Tendo obtido a independência política, o PAIGC assumiu-se como um movimento de libertação no poder e o seu principal objetivo passou a ser a edificação de uma Nova Sociedade, a criação de um Homem Novo, tendo como ação prioritária o desenvolvimento socioeconómico.

Este homem e esta sociedade deviam ser criados a partir de novos valores e eliminando os considerados como sendo negativos, mantendo, no entanto, alguns herdados da cultura tradicional africana e da cultura colonial. Sendo este objetivo extremamente ambicioso, não seria utópico? E como fazer para alcançá-lo? Apesar

²⁶⁶ CECEP, *Programa bienal de desenvolvimento 1980/81*, Bissau, Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano, s.d.

das dúvidas e das dificuldades, é natural que naquela época se tenha sentido a necessidade de querer modificar vários aspetos de uma sociedade marcada desde a sua fundação pela escravatura e pelo colonialismo, no caso específico de Cabo Verde. A sociedade guineense, apesar de ter sofrido durante muito menos tempo a colonização europeia, à qual o PAIGC propôs-se pôr termo, foi ainda assim muito afetada pelo tráfico negreiro. Neste novo país, a questão da criação e da consolidação de uma nova nação assim como o desenvolvimento de um sentimento nacionalista tornavam-se fundamentais.

Esta revolução devia, naturalmente, ser dirigida pelo partido através de um princípio de democracia revolucionária, que pressupunha a participação ativa da população num processo que já tinha sido iniciado com as estruturas políticas criadas no período da luta armada. No entanto, não dispomos de informações sobre a participação efetiva da população na vida política após a independência.

A unidade Guiné - Cabo Verde, considerada como o elemento-chave na luta pela obtenção da independência, devia ser uma estratégia a seguir também para a obtenção da independência económica. As duas populações deviam chegar a acordo sobre este projeto, o que possivelmente explica o facto de ter havido muito poucas concretizações de ações conjuntas dos dois Estados no período em apreço. No entanto, seria necessário saber que peso tinham os funcionários públicos cabo-verdianos no aparelho de Estado guineense. Esta presença pode ser interpretada como uma das maiores expressões concretas desta unidade, excetuando, como é evidente, a existência de um partido comum. Por outro lado, dirigir um processo de mudança de uma sociedade pressupõe, naturalmente, o conhecimento prévio desta. No que diz respeito à estratégia de unidade Guiné - Cabo Verde, era necessário conhecer de forma aprofundada as duas realidades de forma a ser capaz de fazer propostas de conjunto, ou então, seria necessário dar início a um diálogo

intenso e muito claro para que pudessem surgir ideias em comum. Ora, se os dirigentes cabo-verdianos em causa conheciam alguns aspetos da realidade guineense graças à sua participação na guerrilha, não era esse o caso dos dirigentes guineenses da segunda geração. Como poderiam então fazer propostas consequentes relativamente ao projeto de unidade? Somente os elementos da primeira geração reuniam todas as condições para conduzir da melhor forma este projeto. Também notámos o caráter fortemente pan-africanista da ideologia do PAIGC, aquando da sua fundação, bem como durante toda a sua existência, tema que seria interessante aprofundar.

As principais linhas ideológicas expressas aquando do IIIº Congresso estão na continuidade da ideologia do PAIGC na época da direção de Amílcar Cabral, havendo no entanto uma exceção: deixou-se de abordar a questão polémica do «suicídio da pequena burguesia». Este tema, que preocupava Cabral, e mais precisamente o de saber se a pequena burguesia de Estado do pós-independência iria seguir uma via pró-imperialista ou revolucionária, já não é abordado. Ele não consta do último relatório do PAIGC e atribui-se esta direção revolucionária ao próprio partido. No entanto, verificamos que o PAIGC formou uma nova classe política durante o período da luta armada que dirigiu o partido, mas também, pelo menos de forma parcial, os aparelhos de Estado no pós-independência.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO QUARTO

REVOLUCIONÁRIOS NO PODER:

MUDAR GERINDO AS HERANÇAS

1. Como revolucionar a sociedade: instrumentos políticos nos dois novos estados

O PAIGC instituiu um sistema político que lhe permitiria realizar o seu programa e atingir os seus objetivos. Antes de mais, que relação devia ter o partido com os dois novos Estados, já que tinha tido um papel de partido-Estado durante o período da luta armada? Como pretendia o PAIGC organizar a vida política dos dois Estados de forma a mobilizar toda a população para a tarefa de «reconstrução nacional»?

1.1. Um Estado que executa o programa do partido

No que diz respeito à relação que os dois novos Estados deviam ter com o partido, as diretivas deste último foram claramente definidas:

«Na Guiné como em Cabo Verde, o Estado nasceu como um instrumento ao serviço do partido para a realização do seu programa. E não podia ser de outro modo. (...)

É pois ao Estado, sob a direcção do partido, que incumbe a execução do seu programa económico, social, cultural, de defesa e de segurança.»²⁶⁷

O domínio do partido era posto em prática antes de mais pelo controlo da nomeação dos altos dirigentes de Estado. O partido orientava as decisões na Administração Central através dos seus dirigentes, que eram nomeados para os cargos de responsabilidade mais elevada. Também havia formas de controlo do trabalho efetuado pelos organismos de Estado através das informações que deviam ser regularmente prestadas às estruturas do partido pelos diferentes departamentos de Estado. Enfim, esperava-se que os militantes do partido atuassem nas estruturas médias e de base do Estado. No que diz respeito ao funcionamento das estruturas locais de Estado, o partido devia ser representado nos respetivos órgãos. Para além disso, as estruturas locais do partido podiam emitir a sua opinião sobre os problemas que surgissem nestes organismos, embora fosse dito que não podiam impor soluções.

Durante o período de direção de Amílcar Cabral, que posicionamento foi tomado acerca das relações que deveriam existir entre o partido e os novos Estados ainda não proclamados? Dispomos de algumas informações que nos podem esclarecer, nomeadamente sobre a criação da primeira Assembleia Nacional Popular, eleita ainda durante o período da luta armada nas regiões sob domínio do PAIGC, tratando-se do primeiro órgão do novo Estado da Guiné-Bissau. Sabemos que de entre os 120 membros eleitos, 80 foram-no de entre a população e uma minoria, ou seja, 40, de entre os quadros do partido. Esta Assembleia devia criar um governo. Cabral fez referência ao primeiro executivo, precisando que devia estar sob a

²⁶⁷ Pereira, Aristides, *Relatório do Conselho Superior da Luta ao III Congresso do PAIGC*, Mindelo, Gráfica do Mindelo, 1978, p. 126

direção do partido²⁶⁸. Também fez uma afirmação sobre o que ele acreditava ser a característica fundamental do Estado:

«O que caracteriza fundamentalmente um Estado é a capacidade de reprimir aqueles que agem contrariamente aos interesses desse Estado. Os nossos interesses, os interesses do nosso partido, são os interesses do nosso povo: a libertação total, a construção da paz e do progresso na Guiné e em Cabo Verde.»²⁶⁹

Vemos claramente que se enuncia que os interesses do povo são representados pelo partido. Podemos então considerar que houve uma continuidade ideológica relativamente a esta questão após a independência. Nota-se também o caráter fundamentalmente repressivo do Estado, posto em evidência por Cabral.

Podemos desde já afirmar que após a independência, esta questão foi objeto de uma certa polémica, pelo menos em Cabo Verde, segundo alguns dirigentes, como Abílio Duarte, por exemplo:

«Desde o início tivemos a clarividência de que a nossa diplomacia devia defender, em primeiro lugar, os interesses fundamentais de Cabo Verde. Para além de quaisquer motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do partido, não obstante as convergências possíveis.»²⁷⁰

²⁶⁸ Cabral, Amílcar, «Mais pensamento para agir melhor, mais atividades para melhor pensar, Mensagem de Ano Novo», s.l., Janeiro de 1973, pp. 2 – 3

²⁶⁹ Cabral, Amílcar, *Guiné-Bissau – Nação Africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974, p. 39

²⁷⁰ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, p. 472

Relembramos que nos anos que se seguiram à independência, Abílio Duarte foi membro do CEL do partido, presidente da Assembleia Nacional e ministro dos Negócios Estrangeiros. Assim, para um dos altos responsáveis do partido e do Estado em Cabo Verde, a questão do domínio do partido sobre o Estado não se colocava na área da diplomacia, contrariamente ao que foi definido aquando da realização do IIIº Congresso.

Olívio Pires, também ele membro do CEL durante o mesmo período, fez igualmente comentários a este respeito:

«Entre nós, havia a opção de o partido dirigir o Estado, tal como na Guiné. Da nossa parte tentámos construir um Estado que não se confundisse com o PAIGC, mas que fosse dirigido pelo PAIGC. Só que não sabíamos como fazer as coisas. Tínhamos alguma experiência do partido-Estado em Conakry que queríamos evitar; tentámos ver o que se fazia noutros países e identificar um conjunto de normas que servissem de orientação. Esta questão não foi pacífica ao longo dos anos, até porque, na administração, há indivíduos que não querem controlo nenhum, nem do partido nem de ninguém.

(...)

As relações entre o partido e o Estado foram definidas então. Só que entre o texto e a prática vai uma diferença muito grande. A verdade é que o partido não teve muita interferência na vida do Estado. Tê-lo-á tido através das pessoas, cada um à sua maneira.»²⁷¹

Olívio Pires confirmou também que este tema foi não somente polémico, mas de difícil aplicação. Seria provavelmente difícil avaliar o que realmente se passou em cada organismo de Estado.

²⁷¹ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, p. 496

Com efeito, se o PAIGC se assumia como um movimento de libertação no poder e punha em prática uma política de unidade nacional, era lógico que os organismos de Estado seguissem as diretivas do partido. Por outro lado, quantas responsabilidades e quanta vigilância deviam assumir os responsáveis políticos do partido! Não seria demasiado? Não seria extremamente difícil ter de assumir tantas decisões e de efetuar tanto controlo? E depois, com o tempo, não se seria obrigado a dar cada vez mais poderes de decisão, uma maior autonomia aos organismos de Estado? Enfim, esta atitude não seria suscetível de criar um conflito entre gerações, bloqueando o acesso ao poder aos mais jovens?

Por fim, no respeitante à questão de uma continuidade ideológica desta temática em relação à época de Cabral, parece-nos haver mais propriamente uma continuidade do que uma rutura. Com efeito, sabendo que o PAIGC teve um papel de partido-Estado na época da luta armada, se as diretivas do IIIº Congresso foram realmente seguidas, não podemos afirmar que tenha havido uma mudança relativamente a este aspeto.

1.2. Militantes armados ou militares? A sobreposição de cargos de direção

Uma outra instituição ligada ao aparelho de Estado foi criada em 1964: trata-se das FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), as forças de defesa dos dois Estados.

Durante o período da luta armada, Cabral considerava que o PAIGC não tinha militares, mas sim militantes armados, sublinhando assim o caráter primordial e fundamental da formação e da ação políticas:

«(...) nós sentimos que não fazemos distinção entre política e outras coisas, porque tratar da saúde da nossa gente, ensinar, fornecer à nossa população tecidos e outras coisas para poderem

melhorar a sua vida, é política. Dar tiros, trabalhar no plano internacional, é política.»²⁷²

É evidente que a guerra era levada a cabo por motivos políticos, mas perguntamo-nos se estes militantes do PAIGC se consideravam sobretudo militantes armados ou militares. Especialmente se levamos em conta o grande prestígio de que gozaram após a independência²⁷³.

Alguns elementos de alta patente das FARP assumiram cargos da mais alta responsabilidade no partido, assim como nos dois Estados, o que parece lógico, segundo as propostas enunciadas. De acordo com Galli e Jones²⁷⁴, em Fevereiro de 1980, os seguintes comandantes das FARP eram também ministros:

Tabela 16 – Funções políticas dos comandantes das FARP em 1980

NOMES	COMANDANTES	MEMBROS DO C.E.L.	MINISTROS
Bari, Abdulai	X	X	X
Bernardo Vieira, João	X	X	X
Chantre, Honório	X	X	X
Correia, Paulo	X	X	X
Djaló, Umarú	X	X	X
Lopes da Silva, Osvaldo	X	X	X
Luz, Silvino da	X	X	X
Pires, Pedro	X	X	X
Teixeira, Constantino	X	X	X

Fontes: Galli, Rosemary E. - Jones, Jocelyn, *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*, London, Frances Pinter, 1987

Sabendo que havia um total de 15 altos dirigentes militares, 60% deste grupo, composto também por membros do CEL, dirigia

²⁷² Cabral, Amílcar, *A arma da teoria – Unidade e Luta*, s.l., Seara Nova, 1976, p. 177

²⁷³ Pereira, Aristides, *op.cit.*, p. 132

²⁷⁴ Galli, Rosemary ; Jones, Jocelyn, *Guinea-Bissau : Politics, Economics and Society*, London, Frances Pinter, 1987, p. 96

igualmente ministérios. Mas este acumular de cargos, para além do facto de que sobrecarregava os indivíduos em questão, não poderia criar uma certa confusão no exercício de funções? Enfim, perguntamo-nos se não havia uma concentração demasiado grande de poderes, o que aumentaria o risco de ameaçar todo o sistema caso surgissem dissensões entre os dirigentes.

1.3. As formas de militantismo do cidadão

Os cidadãos podiam militar no partido e numa das «organizações de massas» sob certas condições. Sendo-se guineense ou cabo-verdiano, era necessário ter mais de 18 anos. O cidadão devia preencher previamente os seguintes requisitos: viver do seu trabalho, estar inscrito numa «organização de massas» do partido, ter uma conduta moral e cívica irrepreensíveis e pagar regularmente as suas quotas. A sua candidatura devia ser apresentada por dois membros do partido que o conhecessem pessoalmente e que fossem militantes há mais de três anos. Estando todas estas condições reunidas, o indivíduo em causa podia militar durante um ano com o estatuto de candidato; após este período, a sua candidatura podia ser efetivamente aceite e tornava-se membro do partido.

As condições para se tornar militante do PAIGC tinham-se tornado muito mais rígidas, já que no início da luta armada, era suficiente que um cidadão maior de 15 anos quisesse ver o fim do colonialismo português nestas duas antigas colónias, fizesse o juramento de adesão ao partido e pagasse regularmente as suas quotas. É perfeitamente natural que com a multiplicação e complexificação das funções assumidas pelo partido as condições para se tornar militante se tenham tornado muito mais exigentes. No entanto, algumas questões problemáticas podem ser levantadas. O que fazer com os desempregados? E com os que não tinham os meios para pagar as suas quotas, mesmo tratando-se

de pequenas quantias? E enfim, os que não conheciam dois militantes do PAIGC desde há três anos?

No que diz respeito às «organizações de massas» do partido, estas dividiam-se em três grupos distintos: o da juventude, o das mulheres e os sindicatos. Eram consideradas como sendo auxiliares do partido no sentido de reforçar as relações deste com a população em geral. No respeitante ao seu funcionamento, as estruturas eram autónomas, apesar de serem politicamente dirigidas e controladas pelo partido. Expliquemos primeiramente os objetivos e o funcionamento da organização das mulheres. O seu objetivo principal era a luta pela emancipação feminina, assim como a mobilização e o enquadramento político das mulheres. Em termos de ações concretas, eram encaradas a alfabetização, assim como o combate à prostituição e o apoio à maternidade, entre outras. Por seu lado, a organização da juventude, chamada Juventude Africana Amílcar Cabral devia encarregar-se da formação ideológica, política e da cultura geral dos jovens e em particular mobilizá-los e enquadrá-los à volta dos objetivos do programa do PAIGC. De forma mais específica, os novos valores que deviam ser ensinados a estes jovens teriam contribuído de forma decisiva para a formação de um Homem Novo, objetivo último do PAIGC. Atribuía-se desta forma a esta organização um papel importante no projeto da futura unidade Guiné - Cabo Verde. Assim, organizaram-se campos «agro políticos» com a participação de jovens originários dos dois países, o que devia também contribuir para a criação de uma atitude favorável por parte dos jovens relativamente ao trabalho manual. Ocorreram outras iniciativas nos domínios cultural e desportivo. Por fim, a JAAC assumia a responsabilidade de direção das atividades do organismo respeitantes às crianças, os Pioneiros Abel Djassi.

O grupo de estudantes universitários no estrangeiro era constituído maioritariamente por não-militantes, e esta questão preocupava a direção do partido, razão pela qual se criou uma Seção dos Estudantes do partido. No entanto, não podemos precisar as funções desta Seção.

Quanto às organizações sindicais, os seus objetivos principais eram os de promover o sentimento patriótico e a disciplina nas relações de trabalho, assim como o combate pela criação de relações de trabalho justas e humanas, lutando contra os plenos poderes e a arbitrariedade dos empregadores; enfim, eram também seus objetivos o aumento da produtividade e da produção. Estas organizações eram a UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné) na Guiné-Bissau e a COSCV (Comissão Organizadora dos Sindicatos Cabo-verdianos) em Cabo Verde. Prestou-se uma particular atenção à formação de quadros sindicais.

Assim sendo, não dispomos, no entanto, de dados suscetíveis de nos esclarecer sobre a adesão popular ao partido nem a estes organismos, nem mesmo sobre o seu funcionamento em termos concretos.

2. De uma diversidade das heranças económicas a uma clara unidade nos projetos de mudança social

Apesar de se tratar de dois países onde a quase totalidade da população ativa encontrava-se no setor primário e dedicava-se sobretudo à atividade agrícola, os problemas, os desafios, e por conseguinte, os projetos nestes dois países no domínio económico não apresentavam grande similitude. No entanto, em relação às questões sociais, tentou-se valorizar as experiências inovadoras do período da luta armada, tanto na Guiné como em Cabo Verde, sendo que a principal preocupação continuava a ser o desenvolvimento económico.

2.1. As relações dos dirigentes de segunda geração do partido com os dois Estados independentes: dirigentes e ministros

Quais foram as relações dos membros do CEL com as instituições de Estado criadas na Guiné-Bissau em 1973 e em Cabo Verde em 1975?

Noutros termos, os membros do CEL assumiram funções nas instituições destes dois estados após a data oficial das suas criações? Estudámos três instituições de Estado distintas: a Assembleia Nacional Popular, o Conselho de Estado e o Conselho dos Comissários de Estado. De acordo com o artigo 28º da Constituição da República da Guiné-Bissau de 24 de Setembro de 1973, a primeira referida é «o órgão supremo do poder de Estado. Vota as leis e resoluções.»²⁷⁵. Quanto ao Conselho de Estado, composto por quinze membros, devia exercer as funções da Assembleia entre duas sessões. Finalmente, o Conselho dos Comissários de Estado devia assegurar a concretização do programa político, económico e cultural do Estado e responsabilizar-se pela sua defesa e segurança. Os dois conselhos eram nomeados pela Assembleia Nacional Popular.

De entre os cinco fundadores vivos, a maioria, ou seja, três, assumiram funções ao mais alto nível de responsabilidade nos dois novos estados. Luís Cabral foi eleito chefe de Estado da República da Guiné-Bissau em 1973 e em 1975, Aristides Pereira foi eleito presidente da República de Cabo Verde. Quanto a Fernando Fortes, assumiu o cargo de comissário de Estado (ministro) dos Correios e das Telecomunicações na Guiné-Bissau.

Obtivemos dados sobre vinte e um dirigentes da segunda geração, ou seja, 77,7% do grupo. De entre eles, um foi expulso do partido antes da independência da Guiné, e outro faleceu, sendo que um guineense assumiu um cargo de responsabilidade na administração municipal. Assim, 18 destes dirigentes assumiram funções de responsabilidade ao mais alto nível em instituições de Estado, o que representa cerca de 85% do grupo para o qual pudemos obter dados.

Pela análise da tabela 17, constata-se que a função mais frequente foi a de comissário de Estado ou ministro, respeitante a 47,6% do total dos dados. Em média, 71% assumiram somente um cargo. Apenas três

²⁷⁵ Duarte Silva, António E., *op. cit.*, p. 146, 147

indivíduos assumiram três cargos distintos no aparelho de Estado durante este período. Trata-se do cabo-verdiano Abílio Duarte, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros, presidente da Assembleia Nacional Popular e Embaixador de Cabo Verde nas Nações Unidas. Nino Vieira foi presidente da Assembleia Nacional Popular, ministro das Forças Armadas e comissário-principal ou Primeiro-Ministro na Guiné-Bissau. Enfim, Pedro Pires assumiu dois cargos de alto nível nas instituições de Estado durante este período, a saber, ministro-adjunto das Forças Armadas na Guiné-Bissau e em seguida, Primeiro-Ministro em Cabo Verde.

Relativamente às nacionalidades, podemos constatar que nenhum membro guineense do CEL exerceu funções no Estado de Cabo Verde. Pelo contrário, dois cabo-verdianos fizeram-no na Guiné-Bissau. Trata-se de Pedro Pires, ministro – adjunto das Forças Armadas até 1974, e de José Araújo, que foi ministro sem pasta até 1980. Representam cerca de um terço dos membros cabo-verdianos do CEL.

Também podemos constatar que mais de 80% dos membros cabo-verdianos do CEL exerceram funções ao mais alto nível de responsabilidade nas instituições de Estado. No respeitante aos guineenses, 80% daqueles para os quais temos dados também exerceram este tipo de funções. Se excluirmos os dois indivíduos, um que foi expulso do partido antes da independência e o outro falecido, esta percentagem atinge pouco mais de 90 % dos membros guineenses do CEL para os quais pudemos obter dados. Podemos concluir que os membros do CEL estiveram muito implicados na direção das instituições de Estado após a independência.

2.2. Crescer economicamente ou modernizar-se? A primazia dada ao desenvolvimento económico

O tema principal do programa do PAIGC aquando do Congresso de 1977 foi justamente o do desenvolvimento económico. Por conseguinte,

este ponto do programa também foi o mais desenvolvido e o mais detalhado. No fim de contas, o que se entendia pela expressão «desenvolvimento»? O PAIGC considerava que se devia atingir um certo nível de desempenho no setor económico, expresso através do aumento da produção e da produtividade, e conduzindo a um crescimento económico e ao equilíbrio da balança de pagamentos. No entanto, só se poderia falar de um verdadeiro «desenvolvimento» no caso em que este crescimento beneficiasse as camadas mais desfavorecidas da população. Este benefício devia fazer-se sentir em particular nos setores da educação e da saúde. Se fosse de outra forma, poder-se-ia falar somente em modernização.

Tendo presente esta definição, foi decidido que era necessário planificar a atividade económica e dirigi-la segundo o princípio do centralismo democrático. Este conceito integrava a ideologia do PAIGC desde o período da luta armada e significava que as decisões deviam ser tomadas por alguns órgãos de poder, mas levando em consideração a opinião da população:

«*Centralismo democrático* quer dizer que [as] decisões (...) devem ser tomadas democraticamente (...) com base no respeito pela opinião e pelos interesses da maioria.

Centralismo, porque o poder, a capacidade de decidir e de dirigir está concentrada em órgãos especiais e nenhum outro órgão ou indivíduo pode usar esse poder. *Democrático* porque o uso do poder por esses órgãos não depende apenas da vontade dos que mandam, mas baseia-se nos interesses e na opinião expressa pela maioria.»²⁷⁶

Foram dadas algumas indicações de ordem geral no respeitante à gestão das duas economias. Assim, era importante determinar os

²⁷⁶ Cabral, Amílcar, “Sobre a situação da luta e as suas perspetivas”, Dakar, Novembro de 1965, p. 25 – 26

setores nos quais o Estado devia intervir. Os congressistas consideraram então que os seguintes bens eram da Nação: as riquezas minerais e as principais fontes de energia, a riqueza florestal, os cursos de água e outros elementos hídricos, os meios de produção industrial, os transportes coletivos, os meios de comunicação, os bancos, os seguros, a rádio e outros meios de difusão da informação e da cultura. Vemos assim que a quase totalidade dos setores económicos foram englobados por esta definição. Pelo contrário, a terra não foi considerada como um bem da Nação.

Os objetivos muito gerais a atingir a nível económico eram o aumento da produção e da produtividade, a diversificação das culturas agrícolas e a dinamização prioritária do mercado interno em relação ao externo. Para isso, foi afirmado que era necessário optar por uma política de descentralização, procedendo depois a uma coordenação entre as diferentes regiões dos dois países. Era também necessário coordenar vários organismos económicos, seguindo sempre o princípio do centralismo democrático, ainda que acompanhado por formas de controlo das atividades. Estes organismos deviam ser capazes de mobilizar a população, sobretudo a rural, a fim de promover o desenvolvimento económico. Insistiu-se muito na necessidade de implicar a população na dinamização de todos os setores de atividade, sobretudo encorajando a tomada de iniciativa.

Também foram definidos objetivos gerais a atingir por setor económico. O primeiro era o agrícola, que tratava-se não somente do que mais contribuía para o PIB, mas também do que empregava a maioria da população ativa nos dois países. Pretendia-se assim desenvolver e modernizar este setor, e em particular, pôr fim à monocultura e à obrigação de plantar o amendoim na Guiné e o milho em Cabo Verde. Era também necessário criar os meios para vencer as crises agrícolas resultantes das secas e que provocavam as fomes. O partido tinha a intenção de nacionalizar as terras e, em Cabo Verde, de fazer uma reforma agrária, de modo a eliminar as grandes

propriedades agrícolas e o sistema de arrendamento, a limitar a extensão da propriedade agrícola privada e a dar a terra em dimensão suficiente a todos os agricultores. No setor industrial e comercial, as empresas do Estado deviam ser criadas de forma progressiva. O comércio externo devia ser controlado pelo Estado, cuja intervenção se estendia igualmente ao comércio interno.

Vemos assim que se tratava de um programa no qual o lugar predominante no domínio económico era dado ao Estado.

2.2.1. *A polémica sobre o desenvolvimento na época da luta armada: manter os costumes ou mudá-los com base em métodos científicos?*

As escolhas relativas ao desenvolvimento económico e social e as vias a serem seguidas pela Guiné-Bissau e por Cabo Verde após a independência tinham sido objeto de uma certa polémica durante o período da luta armada. Apercebemo-nos claramente disso através dos textos de Amílcar Cabral. Em *Análise de alguns tipos de resistência*²⁷⁷, o secretário-geral do PAIGC refere-se brevemente a estas diversas posições e faz-nos saber que de entre os militantes do partido, alguns pensavam que após a independência se devia utilizar o trabalho forçado, nomeadamente obrigando os camponeses a cultivar certos produtos:

«E temos de combater na nossa luta no plano económico, como noutros planos, as tendências para extremismos, como por exemplo, camaradas que dizem: - Vamos pôr à nossa gente um trabalho forçado. Isso não, camaradas, obrigar o povo à força a fazer cultura de qualquer coisa, não.»²⁷⁸

²⁷⁷ Cabral, Amílcar, *Análise de alguns tipos de resistência*, Bolama, Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, 1979

²⁷⁸ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, pp. 68, 69

Outros preferiam optar pelo investimento na indústria pesada negligenciando, ou até, abandonando a agricultura, já que viam na indústria o setor-chave do desenvolvimento económico de um país. Outros ainda defendiam que não era necessário investir em projetos e políticas de desenvolvimento. Segundo eles, a forma de viver das populações na Guiné e em Cabo Verde era bastante satisfatória, e era sobretudo necessário manter os costumes e as tradições populares:

«Há os que pensam: agora devemos deixar a nossa terra como está, porque assim é que é bom. (...) porque assim é que somos bons africanos com as nossas tradições, os nossos costumes (...).»²⁷⁹

Segundo Amílcar Cabral, a questão do desenvolvimento económico e social na Guiné-Bissau e em Cabo Verde era fundamental, tanto a seus olhos como para a própria população:

«Mas o nosso povo está consciente de que a única e verdadeira compensação dos esforços e sacrifícios que tem consentido para o avanço vitorioso da luta, reside na vida nova, de trabalho, de justiça, de democracia e de perspectivas seguras de progresso económico, social e cultural, que estamos criando e desenvolvendo na nossa terra.»²⁸⁰

Como já sabemos, Cabral acreditava na necessidade de uma revolução africana, que implicaria, entre outros aspetos, a transformação da vida económica das sociedades africanas no sentido do progresso, entendido como o que permite o desenvolvimento de cada indivíduo

²⁷⁹ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 69

²⁸⁰ Cabral, Amílcar, *A Prática Revolucionária – unidade e luta II*, s.l., Seara Nova, 1977, p. 116

e de cada povo. Neste contexto, Cabral sublinhou a importância crucial dos aspetos económicos, de entre outros:

«Na hora actual, a dificuldade primária (...) está já ultrapassada (...); as maiores dificuldades dizem respeito à conquista da independência económica, à luta contra o neocolonialismo.»²⁸¹

Ora, segundo ele, esta revolução africana passava por uma crise de saberes:

«Em vários casos, a prática da luta de libertação e as perspectivas do futuro são não só desprovidas de uma base teórica, mas também mais ou menos desfasadas da realidade concreta do meio.»²⁸²

Deviam ser preenchidas certas condições de forma a sair desta crise: primeiramente adquirir um conhecimento concreto da realidade de cada país em causa, da África em geral e dos outros povos não-africanos; em seguida, elaborar princípios para progredir com bases científicas e, enfim, definir medidas práticas a adotar em cada caso particular. Dois aspetos foram especialmente valorizados por Cabral: o saber de carácter científico como base de um futuro desenvolvimento e a unidade africana como veículo deste mesmo desenvolvimento. Constatamos assim que Cabral analisava esta questão aplicando os princípios teóricos do partido, que foram conservados após a luta armada e que analisámos anteriormente. De entre estes aspetos, a crença de Cabral era especialmente grande no saber e na metodologia científicos:

²⁸¹ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 191

²⁸² Cabral, Amílcar, *idem, ibidem*

«Estamos convencidos de que as conquistas do homem no domínio da ciência e da técnica, assim como no da história, da economia, da sociologia e das relações entre os povos permitem dispôr de meios de pensamento e de ação eficazes para o desenvolvimento dos recursos naturais e humanos de qualquer país, (...)»²⁸³

Ao adquirir este saber e esta metodologia científicos, os responsáveis de cada país poderiam elaborar planos concretos de forma a vencer o subdesenvolvimento:

«Devemos andar sempre com planos, se quisermos de facto ganhar a nossa resistência económica, que é contra (...) o sub-desenvolvimento amanhã, (...).

E não andar como quem entra num quarto escuro (...) sem saber o que se está a fazer.»²⁸⁴

Como foi dito mais acima, a unidade africana era para Cabral o outro fator importante para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, e devia ser apreendida no contexto global de África:

«Somos pela unidade africana (...) como meio necessário para a construção do progresso dos povos africanos, para garantir a segurança e a continuidade deste progresso.»²⁸⁵

Enfim, o secretário-geral do PAIGC sublinha a importância de um enquadramento teórico de forma a levar a cabo com sucesso a

²⁸³ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 193

²⁸⁴ Cabral, Amílcar, *Análise de alguns tipos de resistência*, Bolama, Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, p. 63

²⁸⁵ Cabral, Amílcar, *A Prática Revolucionária – unidade e luta II*, s.l., Seara Nova, 1977, p. 193

referida revolução e critica a falta de ideologia existente em vários movimentos de libertação africanos da sua época:

«(...) toda a prática engendra uma teoria. (...) ainda ninguém realizou uma revolução vitoriosa sem a teoria revolucionária.»²⁸⁶

«A fraqueza ideológica, para não dizer a falta total de ideologia, no seio dos movimentos de libertação nacional – o que se justifica na base pela ignorância da realidade histórica que estes movimentos pretendem transformar – constitui uma das maiores, senão a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo.»²⁸⁷

Cabral deu algumas indicações concretas sobre o que deveria ser feito em alguns setores ou atividades económicas, e que nós iremos analisar. Primeiramente, ele caracterizou em traços largos a economia da Guiné-Bissau e de Cabo Verde durante a última fase do período colonial. Tendo em conta o contexto no qual foram redigidos, os seus textos tinham, com frequência, um caráter de denúncia.

Assim, ele fez referência a riquezas minerais não exploradas na Guiné, nomeadamente bauxite e petróleo. Sendo a agricultura o principal meio de sobrevivência nos dois futuros países, segundo ele a terra devia ser explorada de forma a assegurar pelo menos a autosuficiência alimentar, o que infelizmente, nem sempre sucedia. A seca constituía um verdadeiro problema, sobretudo para Cabo Verde, chegando ao ponto em que a falta de água podia acarretar riscos de carências e até de fomes, o que já tinha acontecido num passado recente, como vimos²⁸⁸. Para além disso, Cabral considera que «(...)

²⁸⁶ Cabral, Amílcar, *Guiné-Bissau – Nação Africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974, p. 40

²⁸⁷ Cabral, Amílcar, *idem, ibidem*

²⁸⁸ Ver o capítulo I.2.1.

a agricultura é atrasada, a nossa agricultura é do tempo dos nossos avós.»²⁸⁹ Denuncia o facto da cultura de amendoim ser obrigatória na Guiné, forçando mais de sessenta mil famílias africanas a cultivá-lo, já que não tinha havido povoamento europeu nas zonas rurais. Este produto era destinado à exportação e em 1960, 70% da sua produção total foi efetivamente exportada, representando 60% dos rendimentos de exportação da Guiné-Bissau²⁹⁰. Os preços eram controlados por uma empresa portuguesa, a CUF, sobre a qual Chaliand afirmou que em vésperas da guerra pela independência exercia o controlo de todo o comércio externo da Guiné. Também afirmou que Portugal era o mercado obrigatório dos produtos da Guiné-Bissau²⁹¹. Por sua vez, as colónias portuguesas em geral eram forçadas a importar os produtos transformados portugueses, nomeadamente têxteis e vinho. No respeitante à indústria, Cabral estimava que «Não podemos nem falar de indústria a sério, nem na Guiné, nem em Cabo Verde.»²⁹² Segundo ele, na altura existiam três pequenas fábricas na Guiné: uma de óleo de casca de arroz, uma de preparação de borracha e uma de farinha de peixe. Em Cabo Verde, existiam três fábricas de conserva de peixe que funcionavam de forma irregular. Os dois portos de que dispunham estes dois territórios, o de Mindelo em Cabo Verde e o de Bissau na Guiné estavam pobremente equipados, tratando-se mais propriamente de simples cais acostáveis, em nada comparáveis aos portos de Dakar, Abidjan ou Lagos.

No sistema económico colonial, a população africana era obrigada a tornar-se assalariada; com efeito, as leis impediam que os Africanos adquirissem bens materiais; por conseguinte, a maioria dos agricultores cultivavam terras das quais não eram proprietários. Cabral

²⁸⁹ Cabral, Amílcar, *Princípios do Partido*, Bolama, PAIGC / Secretariado Geral, Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, 1976, p. 53

²⁹⁰ Chaliand, Gérard, *Lutte armée en Afrique*, Paris, Maspero, 1967, p. 18

²⁹¹ Chaliand, Gérard, *idem, ibidem*

²⁹² Cabral, Amílcar, *op. cit.*, p. 54

denunciou situações de trabalho forçado, respeitantes, por exemplo, à deslocação de trabalhadores cabo-verdianos para as plantações de São Tomé e Príncipe ou a utilização de trabalhadores guineenses nos trabalhos públicos. Segundo ele, estes últimos deviam prestar um certo número de dias de trabalho não-remunerado por ano; quanto aos cabo-verdianos, recebiam 75% do seu salário, sabendo que a assistência médica era quase inexistente e que eram subalimentados, apesar de haver muitas crianças e adolescentes. Relativamente a esta questão, Cabral apoiou-se num comentário de Henrique Galvão²⁹³:

«Henrique Galvão, um ex-inspetor da administração colonial que teve a coragem de dizer a verdade, declarava: “Só os mortos escapam ao trabalho forçado (...)”. A situação actual é pior do que a criada pela escravatura (...)»²⁹⁴

Até o trabalhador “assimilado” era vítima de discriminação: segundo Cabral, ganhava três a quatro vezes menos que o seu colega europeu, mesmo efetuando o mesmo trabalho. Dispunha da possibilidade de ser representado por um sindicato, mas este direito era, na prática, inoperante. O seu contrato de trabalho era precário, podendo chegar a termo a qualquer momento, a sua carga de trabalho diária era imposta pelo seu empregador. Chegou até a acusar alguns empregadores de atos de violência física cometidos com impunidade. Enfim, deviam, apesar de tudo, pagar impostos, uma vez que todos os Africanos maiores de quinze anos, quer fossem assalariados ou não, deviam pagar a taxa de soberania e o imposto indígena, o que representava com frequência mais de 25% do rendimento anual de cada indivíduo.

²⁹³ Ver Rosas, Fernando, Brandão de Brito, J.M., *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996, v.1, p. 378

²⁹⁴ Cabral, Amílcar, *A arma da teoria – unidade e luta*, s.l., Seara Nova, 1976, pp. 62,63

No respeitante às indicações sobre o que ele pensava ser o caminho a seguir para o desenvolvimento económico após a independência, começaremos por citar alguns excertos, onde ele revela muito claramente a importância que atribuía ao setor agrícola:

«Nós somos um país agrícola, devemos levar toda a gente a produzir, população, tropa, mesmo alunos das escolas, devem produzir. Demos ordens por exemplo, para cada escola ter o seu campo de produção. (...) Podemos perguntar: o que é que as crianças estão lá a fazer? Que interesse há em procurar saber ler, se não são capazes de lavrar um pedaço de terra? Não podemos deixar o nosso povo cair nesse vício. Queremos aprender a ler, aprender, tudo, mas temos que trabalhar para nos abastecermos, porque ninguém no mundo nos vai dar comida e um povo que não é capaz de produzir a sua comida ele mesmo, não pode ter mais nada na vida.»²⁹⁵

Aquando dos seus inquéritos de terreno, Lars Rudebeck²⁹⁶ pôde confirmar que as principais atividades económicas dos Guineenses eram a produção agrícola e a criação de gado. Regra geral, a aldeia era proprietária das terras e a família, da unidade de produção.

O secretário-geral do PAIGC considera que o principal objetivo a atingir neste domínio era a autossuficiência alimentar. Nesta perspectiva, uma das palavras de ordem durante o período da luta armada nas regiões dominadas pelo PAIGC na Guiné-Bissau foi a de aumentar de forma considerável a produção em geral e em particular, a do arroz, mandioca e batata inglesa. Amílcar Cabral chegou até a propor um sistema de recompensas para os mais produtivos, baseado em elogios, prémios e condecorações. Na Guiné, cada povo limitava-se a produzir

²⁹⁵ Cabral, Amílcar, *Análise de alguns tipos de resistência*, Bolama, Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, 1979, p. 53

²⁹⁶ Rudebeck, Lars, *op. cit.*, p. 176

um certo número de produtos. Amílcar Cabral pensava que era necessário estimular a diversificação e o aumento da produção agrícola de forma a contribuir para o equilíbrio alimentar da população:

«Nós não podemos permitir que uma etnia da nossa terra produza só arroz; tem que produzir arroz, milho, feijão, mancarra, etc., incluindo hortaliças e outras coisas mais, porque é preciso melhorar o nível alimentar do nosso povo.»²⁹⁷

Cabral considerava que o sistema de cooperativas era o caminho mais curto para o desenvolvimento da agricultura: tratar-se-ia de incitar os agricultores a trabalhar em conjunto, a aumentar a cooperação entre as famílias para melhorar a produção de vários pequenos agricultores em Cabo Verde, sendo a maioria de entre eles proprietários de quintas ou parceiros/rendeiros, e dos que «nem sequer eram verdadeiramente pequenos exploradores» na Guiné.

Esta opinião de Cabral coincidia com a de dirigentes políticos nos países da antiga África Ocidental Francesa (AOF), como Mamadou Dia. Segundo Hélène d'Almeida-Topor²⁹⁸, as cooperativas eram aí vistas como uma arma por excelência de libertação económica e de desenvolvimento, e mais particularmente, como um instrumento de modernização. Por esta via, acreditava-se ser possível passar da economia artesanal à de tipo industrial, sem turbulências nem choques.

A criação de gado surgia aos olhos de Cabral como um setor muito promissor para a Guiné, que tinha, segundo ele, a densidade de gado mais elevada do continente africano e quanto a Cabo Verde, havia a possibilidade de exportar couros e peles²⁹⁹. Durante a guerra, nenhum

²⁹⁷ Cabral, Amílcar, *op. cit.*, p. 46, 47

²⁹⁸ d'Almeida-Topor, Hélène, «Le mouvement coopératif en Afrique noire : une solution économique pour l'indépendance?» in Ageron, Charles-Robert, Michel, Marc, *L'Afrique Noire française: l'heure des indépendances*, Paris, CNRS, 1992, pp. 103-111

²⁹⁹ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 50

investimento foi feito neste sentido: o gado fugia para o Senegal juntamente com a população refugiada, ou então em direção a Kundara³⁰⁰ e na altura, o governo português exportava alguns bovinos. Amílcar Cabral acreditava na hipótese de desenvolver na Guiné a criação de aves das espécies mais variadas, assim como de bovinos de raça. Propôs que se fizesse a criação de gado em terrenos cultiváveis, de forma a que os excrementos servissem de fertilizante.

As suas perspectivas em relação à economia não contemplavam a indústria nem o artesanato e incidiam muito mais no desenvolvimento agrícola e na criação de gado; ele parecia crer que o desenvolvimento industrial lhes seguiria³⁰¹. No tocante a esta questão, as suas ideias são próximas às de Julius Nyerere, relativamente à política económica do seu país, a Tanzânia. Em 1967, este último propôs um modelo em que a agricultura seria a base do desenvolvimento. Considerava que a Tanzânia não possuía meios técnicos nem financeiros para atribuir esse papel à indústria³⁰².

No que diz respeito ao artesanato, Cabral sublinhava a importância do seu crescimento e propôs as seguintes produções: potes, esteiras, tecidos, bandas, para além de utensílios domésticos. Propunha também a criação de obras de arte, e em especial de esculturas.

Segundo ele, um dos problemas de grande importância que se colocaria no futuro era o do desenvolvimento e estabilização do mercado interno assim como do comércio externo. Parecia-lhe fundamental a questão de definir um sistema de preços e de saber quem dominaria o comércio nos dois países, já que se preocupava com uma eventual exploração da população. Parecia-lhe que o partido devia ter um papel intervindo na formação destes dois tipos de comerciantes.

³⁰⁰ Localidade que se situa na fronteira da Guiné-Bissau com a Guiné-Conakry.

³⁰¹ Cabral, Amílcar, *idem, ibidem*

³⁰² d' Almeida - Topor, Hélène, *L'Afrique au XXe siècle*, Paris, Armand Colin, 1999, p. 239

No respeitante ao setor dos transportes, Amílcar Cabral considerava que na Guiné era necessário privilegiar a expansão do transporte fluvial já que o país é rico em canais fluviais. Mesmo durante a guerra, ele afirmava que era necessário estimular a construção e a utilização de canais. Considerava que o recurso à bicicleta era muito proveitoso na Guiné-Bissau, já que o seu território é quase inteiramente plano. Outra prioridade era a da construção de uma ligação entre o continente e as ilhas de Bijagós e de Cabo Verde.

Uma outra questão importante era relativa à gestão financeira e tratava-se da preocupação de haver racionalidade nas despesas. Amílcar Cabral queixava-se de uma falta de atenção em relação às despesas de material e de dinheiro.

«(...) os nossos camaradas não têm o menor cuidado, a menor atenção ao facto de que não se deve gastar muito. Tudo quanto se põe na mão de alguns camaradas é para gastar como se fosse o rio Corubal ou o rio Geba com a sua água.»³⁰³

De forma sintética, podemos então dizer que Cabral defendia a aplicação de um método científico e de uma estratégia binacional, e mesmo continental, com vista a levar a cabo uma boa política de desenvolvimento económico.

2.2.2. Os agricultores guineenses no centro do debate e na base das mudanças

- a) Uma economia guineense dependente e frágil, baseada no setor agrícola

³⁰³ Cabral, Amílcar, *op.cit.*, p. 55

A Guiné-Bissau tem uma superfície de 36 125 km², aproximando-se da de países como a Bélgica ou o Haiti. É constituída por uma parte continental, por um cordão de ilhas costeiras e pelo arquipélago dos Bijagós, que integra uma dezena de pequenas ilhas. A altitude é relativamente baixa e o território é cortado por vários rios, ribeiras e canais naturais. O clima é tropical, quente e húmido. Em 1970, a população da Guiné-Bissau tinha cerca de 800 000 habitantes.

O PAIGC considerou que aquando da independência a economia da Guiné-Bissau era dependente e frágil. Considerou-se também que as infraestruturas de base e as estruturas produtivas eram quase inexistentes, tendo os recursos naturais sido mal explorados. No que diz respeito ao comércio externo, este era caracterizado pela sua dependência e pelo seu desequilíbrio, tal como o aparelho monetário. A maioria da população era analfabeta, e havia também uma grande falta de técnicos qualificados.

Analisando cada setor separadamente, o PAIGC considerou que a agricultura se caracterizava pela utilização de técnicas rudimentares, por um nível de produção extremamente baixo e por uma quase total dependência das chuvas. Também foi notado que havia uma falta quase absoluta de estatísticas e de estudos de base.

O setor industrial era quase inexistente. Segundo o PAIGC, as unidades herdadas eram: uma fábrica de cerveja e de refrigerantes, outra de óleo de amendoim, uma fábrica de moagem, uma fábrica de camisas e algumas oficinas de serração. Também havia unidades de descasque de arroz e destilarias de aguardente de cana de açúcar. Para desenvolver este setor, era necessário ter em conta os fracos recursos energéticos do país e o desconhecimento da existência de recursos mineiros.

No que diz respeito ao comércio externo, por altura da independência a taxa de cobertura das importações pelas exportações era de 9,1% e o défice da balança comercial tinha aumentado muito desde a década de 1960. A balança de pagamentos era aparentemente

equilibrada graças aos subsídios do Governo central português e às entradas em divisas dos militares estacionados na Guiné. O sistema bancário era exclusivamente controlado pelo Banco Nacional Ultramarino.

A população ativa era constituída na sua maioria por trabalhadores rurais. Os trabalhadores urbanos eram operários, empregados no setor dos serviços e funcionários públicos; havia um certo número de comerciantes e de industriais.

O PAIGC tinha então proposto um modelo geral para o desenvolvimento económico da Guiné, com dois grandes objetivos: a rutura do círculo da economia de autossuficiência na qual se considerava que se encontrava 80% da população e o equilíbrio da balança de pagamentos. Assim, defendia-se uma articulação entre a agricultura e a indústria, no sentido em que a primeira era o setor de base da economia e a segunda seria a dinamizadora do seu desenvolvimento. Ou seja, de forma a romper com a economia de autossuficiência, a indústria devia colocar produtos no mercado, o que deveria criar nos camponeses o desejo de produzir mais e melhor, de forma a poder vender o excedente e adquirir os referidos produtos. Era necessário modernizar previamente o setor agrícola, tarefa que seria cumprida com a introdução de fatores de produção suscetíveis de aumentar a produtividade, tais como os utensílios de lavoura e os fertilizantes. Como podemos constatar, neste modelo, o comércio teria tido um papel de instrumento de desenvolvimento económico, garantindo simultaneamente o fornecimento de bens de consumo à população e o escoamento da produção local.

De forma a atingir o equilíbrio da balança de pagamentos, seria necessário dar prioridade às indústrias viradas para a exportação ou suscetíveis de criar rapidamente um excedente exportável, como por exemplo, empresas de pesca e de transformação da madeira.

- b) Quebrar a economia de subsistência: a agricultura como motor e reflexo dos outros setores

O partido também determinou objetivos gerais por setor e em seguida, adotaram-se uma série de medidas. O Plano de 1980³⁰⁴ descreveu algumas características do setor agrícola. Assim, informa-se que 90% da população dependia deste setor e que 88% da mão de obra ativa aí trabalhava, o que representava 400 000 pessoas. A contribuição das atividades agrícolas e da criação de gado para o valor total das exportações foi estimada em cerca de 74%. Cada trabalhador produzia o equivalente a 185 dólares por ano. No que diz respeito ao território, 8% estava cultivado e calculava-se que 30% fosse cultivável. O nível de produção agrícola de 1979 ainda não tinha atingido o de 1953 e a população tinha consideravelmente aumentado, daí a necessidade de importação de arroz. Neste setor, o principal objetivo era a autossuficiência alimentar, nomeadamente em arroz. Para atingi-lo, tinha-se a intenção de transformar uma agricultura dita empírica numa agricultura científica: por este meio, conseguir-se-ia aumentar a produção e a produtividade, e também diversificar as culturas. Enfim, a produção agrícola podia até contribuir de forma mais significativa para o equilíbrio da balança de pagamentos, através do aumento das exportações e da diminuição das importações. Uma série de medidas foram tomadas nessa época, nomeadamente de domínio técnico: a criação de uma rede de produção e de conservação de sementes; a introdução de um sistema de crédito agrícola; o melhoramento dos circuitos de comercialização; a instituição de sistemas de cooperativas de produção, de unidades autónomas e de unidades estatais de produção, o que o chefe de Estado da época, Luís Cabral, nos resumiu da seguinte forma:

«Melhorar as coisas – foi primeiro pela introdução de sementes seleccionadas que não existiam na época colonial; segundo, pela introdução da tracção animal, que também não existia na época

³⁰⁴ CECEP, *op.cit.*

colonial. E nunca pensar em tractores, etc., em coisas do género, não é? Foi o que nós fizemos. Um projecto para a utilização da tracção animal que devia preencher o espaço deixado pelo êxodo rural que foi grande durante a guerra. Bissau era uma cidade com vinte e tal mil habitantes e depois da guerra tinha já cento e tal mil habitantes. Portanto, havia muito menos mão-de-obra no campo. E quem saía do campo para a cidade não eram nem os velhos nem as crianças. Portanto, era precisamente as pessoas que estavam na idade (...) de trabalhar a terra. (...) Pois, a tracção animal, depois a melhoria das sementes, não é verdade e o início da utilização dos fertilizantes, também e orientando a agricultura para uma rotação das culturas de maneira a não esgotar os recursos da terra, não é?»³⁰⁵

O Ministério da Agricultura tinha programado 47 projetos para 1980 e 1981, dos quais 20 estavam em andamento antes de 1980. No entanto, os poucos resultados apresentados por este ministério dizem respeito unicamente aos valores de produção da aguardente de cana de açúcar e do algodão.

No setor das pescas, os objetivos estavam ligados, por um lado, à melhoria nutricional da população e por outro, a uma maior contribuição para a diminuição do défice da balança de pagamentos através do aumento da exportação destes produtos. Ora, as medidas adotadas foram sobretudo a criação de três empresas de capital misto, nas quais o Estado detinha 51%, sabendo que naquela época havia vários projetos e medidas em estudo para este setor. O Plano indicou alguns resultados no setor das pescas. Assim, sabe-se por exemplo que em 1979 vendeu-se o equivalente a 3, 8 milhões de dólares de peixe no mercado internacional. Também se iniciou um projeto

³⁰⁵ Minha entrevista com Luís Cabral, a 23 de Fevereiro de 1995, em Miraflores, Portugal.

de pesca artesanal. Em Bubaque, conseguiram obter-se dezassete lanchas a motor que pescavam quatro toneladas por mês. A formação de quadros também constituía uma preocupação neste domínio: em 1979 havia quinze estudantes universitários no Brasil e vinte e seis futuros quadros médios em Portugal. Previa-se que em 1980, dezoito pessoas fossem seguir uma formação de nível médio e superior e quinze uma formação profissional na União Soviética.

Pensava-se que a indústria devia ter um papel complementar relativamente à agricultura. A prioridade foi assim dada à criação de indústrias de transformação. O outro objetivo ligado a este setor era o de contribuir para a resolução do problema do desemprego e do subemprego nas cidades. Segundo o relatório do Plano, por altura da independência política, havia 14 unidades de produção industrial, a saber: de aguardente, óleo de palma, óleo de amendoim, arroz descascado, descasque de amendoim, madeira serrada e *parquet*, tijolos, telhas, mosaicos de cimento, móveis, calções, camisas e lençóis, reparação e construção de barcos e tambores. Após a independência, e até 1979, criaram-se 18 novas estruturas, de produção de cervejas, bebidas refrescantes, água de mesa, leite, sumos e compotas, pão, óleo de amendoim bruto, óleo refinado, sabão, alimento para gado, descasque de arroz, casas pré-fabricadas, móveis, telhas e tijolos, oxigénio e acetileno, colchões e estofos de espuma, plástico, fibras de algodão e sementes, e por fim, montagem de automóveis. Luís Cabral também nos falou de algumas linhas gerais da política deste setor durante os primeiros anos após a independência:

«(...) a nossa grande preocupação foi precisamente essa: de transformar os produtos e poder exportá-los, portanto, já com um acréscimo de valor significativo. (...) Como tudo era novo, nós achámos que era necessário começar a fazer as coisas. E então, aí é que levou-nos a criar pequenas unidades de transformação

dos frutos, da fruta, aproveitamento das frutas para fazer sumos, para fazer compotas, não é verdade? E também unidades para servir a população, como uma fábrica para fazer artigos em plástico para as grandes massas, não é verdade? Quer dizer, isso foi um início de tudo. E quando nós chegámos ao ano de '79, '79 - '80, ali é que nós então resolvemos parar para fazer um programa de desenvolvimento para dois anos.»³⁰⁶

No que diz respeito ao setor do comércio externo, o objetivo principal era o equilíbrio da balança comercial. Com efeito, o défice da balança comercial foi diminuindo progressivamente após a independência. A taxa de cobertura das importações pelas exportações, segundo Andréini e Lambert³⁰⁷, era de 9,5% em 1974-75, de 12% em 1975-76, e de 23% em 1976-77. Em 1977, passou para 60%. Os principais produtos de exportação eram: o amendoim, a noz de coco, a madeira cortada, os camarões e o peixe. Os principais produtos exportados em 1975 foram o amendoim, a noz de caju e a palmeira. Segundo Andréini e Lambert, em 1975, os principais produtos importados foram materiais e transportes (22%) e em 1976, arroz (17%). Portugal continuou a ser o principal parceiro comercial, tendo absorvido 77% das exportações em 1976. Segundo Galli³⁰⁸, em 1978, Angola foi o país para o qual se exportou mais. Relativamente a esta questão, Luís Cabral expos-nos algumas orientações do setor, na altura:

«(...) era pequeno o comércio externo da Guiné. E grande parte com Portugal. Nós procurámos outros mercados, outros

³⁰⁶ Minha entrevista com Luís Cabral, *op. cit.*

³⁰⁷ Andréini, Jean - Claude, Lambert, Marie - Claude, *La Guinée-Bissau d'Amílcar Cabral à la reconstruction nationale*, Paris, l'Harmattan, 1978, p.118

³⁰⁸ Galli, Rosemary, Jones, Jocelyn, *op.cit.*, p.127

destinos para a nossa produção, mas que era ainda pequena, (...) E iniciando um comércio ao nível do continente africano, sul-sul, não é verdade? E ainda chegámos a exportar algumas coisas para Angola, e também a Argélia e outros países vizinhos. Mas a nossa exportação, o nosso destino fundamental, (...) Portugal, que também era o nosso fornecedor de...principal dos bens de consumo (...).»³⁰⁹

Os Armazéns do Povo, estrutura herdada da luta armada e da Casa Gouveia³¹⁰, da época colonial, detinham o monopólio da distribuição de todos os bens considerados de primeira necessidade. Esta empresa procedia à importação e à exportação, excetuando de madeira; funcionava como retalhista e também como grossista de todos os produtos, à exceção da madeira e dos produtos farmacêuticos. Também era a principal responsável pela aquisição da produção nacional agrícola e agroindustrial. Esta empresa, que tinha 17 lojas no final da luta armada, passou a dispor de 123 em todo o território nacional. Lars Rudebeck³¹¹ considerou a criação dos Armazéns do Povo como a principal inovação do PAIGC no domínio da economia. A primeira loja foi criada em 1964 e em 1968 havia 15. Em 1972, existiam 16, das quais 6 na frente Norte, 8 na frente Sul e 2 na frente Este. Estas lojas funcionavam simultaneamente como centros comerciais e armazéns. A população vendia aí os seus excedentes de produção, sobretudo arroz, e podia adquirir bens de consumo, nomeadamente tecidos e açúcar, que, por sua vez, tinham sido comprados no estrangeiro. O fornecimento destes bens de consumo foi estabilizado através do governo sueco. Quanto ao arroz comprado, a maior

³⁰⁹ Minha entrevista com Luís Cabral, *op. cit.*

³¹⁰ Ver Lobban, Richard A., Mendy, Peter K., *Historical dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, Lanham, Md. & London, The Scarecrow Press, 1997, p. 127

³¹¹ Rudebeck, Lars, *op.cit.*, p. 178-186

parte era destinada à alimentação dos soldados das FARP, apesar de uma parte ser exportada para a Guiné-Conakry. O sistema em vigor era a troca direta, sendo que o arroz era também utilizado como a principal moeda; em 1973, após a independência, introduziu-se o peso. Enfim, um dos papéis que tiveram os Armazéns do Povo foi o de fazer concorrência aos comerciantes e aos fornecedores ligados à estrutura económica colonial, praticando uma política de baixa de preços. Em 1976, os Armazéns do Povo realizaram o equivalente a 67% do valor total das exportações e 51% do valor total das importações. Em 1977, esta empresa tinha mais de 1 500 trabalhadores. Segundo Galli³¹², para além das empresas de Estado, havia, a nível nacional, 30 comerciantes importadores privados.

Acerca dos transportes, Rudebeck constatou o seguinte: «(...) quase todo o transporte no interior das zonas libertadas da Guiné-Bissau, (...) fazia-se por pessoas que caminhavam longas distâncias passando por pântanos lamacentos e florestas densas com cargas pesadas sobre as cabeças e às costas (...)»³¹³. Segundo Galli³¹⁴, em 1974, havia 400 km de estradas alcatroadas na Guiné, e em 1983, 550 km, para além de 3 065 km de estradas secundárias. Ora, após a independência, relativamente ao setor do transporte de mercadorias foi decidido que algumas empresas teriam o seu próprio sistema e que poderiam também recorrer a uma rede nacional permanente. Para o transporte de passageiros, as autoridades optaram pela criação de uma rede nacional de contacto permanente entre alguns pontos centrais de cada região. Pôs-se então em serviço a Silo Diata, com 37 autocarros, a Guinémar, com cinco barcos e a sociedade de capital misto com Cabo Verde, Naguicave. Algumas

³¹² Galli, Rosemary, Jones, Jocelyn, *op.cit.*, p.113

³¹³ Rudebeck, Lars, *op.cit.*, p. 180

³¹⁴ Galli, Rosemary, Jones, Jocelyn, *op.cit.*, p. 112

pontes foram reconstruídas e houve outras cuja construção teve início na altura; também se adquiriram algumas jangadas.

2.2.3. Em Cabo Verde: combater a seca, fugir ao espectro da fome

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e vários ilhéus. Tem 4 032 km² e o seu clima é considerado tropical desértico quente. No início dos anos 1970, a população cabo-verdiana era de cerca de 290 000 habitantes.

Na avaliação feita da economia do arquipélago, relativamente ao setor agrícola, o PAIGC considerou que a estrutura existente era atrasada e extremamente injusta. Já no respeitante ao setor industrial, afirmou-se que havia algumas produções artesanais de conservas de peixe e de cigarros. Quanto ao comércio externo, a taxa de cobertura das importações pelas exportações era de 6,1%. O equilíbrio da balança de pagamentos devia-se aos subsídios concedidos pelo Governo de Lisboa, e também às remessas dos emigrantes.

O PAIGC também definiu objetivos gerais de desenvolvimento económico para Cabo Verde durante este período, a saber: o aumento da produção, a eliminação do desemprego e do subemprego, o equilíbrio da balança de pagamentos e o equilíbrio dos preços. Foram logo tomadas uma série de medidas a curto prazo respeitantes, por um lado, à criação de infraestruturas de transportes, de comunicação e de energia, e por outro, à luta contra a seca. O PAIGC também decidiu intensificar o desenvolvimento da pesca artesanal, e de forma mais geral, formar os trabalhadores nos domínios técnico e político, de forma a aumentar a produtividade e promover investimentos produtivos com a poupança dos emigrantes. Também era necessário proceder a uma prospeção e inventariação dos recursos do país. Considerou-se que se podiam tomar algumas medidas a médio e longo prazo. No respeitante à agricultura, foram preconizadas a

modernização dos processos de exploração e a mudança da estrutura agrária. Em relação à pesca artesanal, defendia-se a introdução de novas técnicas e o desenvolvimento posterior da pesca industrial. Enfim, no setor industrial, defendia-se o desenvolvimento da indústria ligeira de transformação orientada para os bens essenciais de consumo com o objetivo de substituir as importações, devendo ter como base a utilização de recursos locais; numa segunda fase, proceder-se-ia à seleção e à implantação de indústrias viradas essencialmente para a exportação.

Como foi dito acima, o segundo grande objetivo era a eliminação do desemprego e do subemprego. É necessário especificar que o desemprego em Cabo Verde era massivo e generalizado. De acordo com o relatório do Plano³¹⁵, em 1980, a população ativa cabo-verdiana era constituída por 137 000 indivíduos dos 15 aos 64 anos. A taxa de atividade era de 66% e a de desemprego, de 29%. O desemprego e o subemprego atingiam, em conjunto, uma taxa entre os 40% e os 50%. Havia, portanto, um número elevado de trabalhos temporários, quase todos os que exigiam uma elevada intensidade de mão de obra. A proposta a curto e a longo prazo consistia em criar programas de trabalho e em privilegiar a criação de empresas com alta intensidade de mão de obra.

Quanto ao terceiro objetivo, o equilíbrio da balança de pagamentos, é necessário ter presente que em Cabo Verde a maioria dos produtos vinha do exterior. O caminho que se decidiu seguir foi o da redução das importações e o aumento das exportações. Era, então, necessário controlar as importações, mas também intensificar a produção nacional de forma a diminuí-las. Assim, seria útil racionalizar o consumo. Por outro lado, de forma a aumentar as exportações, era preciso dar prioridade à reorganização dos setores cujos

³¹⁵ SECP, *Primeiro Plano de Desenvolvimento, 1982-85 – Relatório Geral*, Praia, Secretaria de Estado de Cooperação e Planeamento, s.d.

produtos eram destinados à exportação, valorizar esses produtos no mercado internacional, sem esquecer a diversificação da oferta, de maneira a evitar a dependência das flutuações de preços. Por fim, foram propostas duas medidas inovadoras, a saber, a promoção do setor dos serviços de forma a aumentar a entrada de divisas, e numa primeira fase, o recurso à cooperação internacional.

Enfim, no respeitante à política de equilíbrio de preços, o governo tinha a intenção de combater a inflação, e de contribuir desta forma para uma maior justiça social e para a redistribuição do rendimento nacional. As medidas preconizadas foram a fixação dos preços dos «bens sociais», a intervenção do Estado no fornecimento de produtos de primeira necessidade, o desenvolvimento de cooperativas de consumidores, a criação de estruturas eficazes de controlo, o controlo, pelo Estado, de todas as instituições financeiras e monetárias e da Banca em particular, enfim, a consolidação da moeda nacional.

Que medidas precisas defendia o PAIGC nesta época para o desenvolvimento de cada setor económico em Cabo Verde? De entre os principais problemas do setor agrícola, havia limitações ligadas à água disponível e às condições climatéricas, sabendo que o clima é seco. Para além disso, uma seca prolongada atingia o arquipélago desde a década de 1960. Nestas condições, os principais objetivos definidos foram a libertação da agricultura da dependência das chuvas e a redução da dependência alimentar. Foram tomadas uma série de medidas respeitantes sobretudo ao combate à desertificação e ao objetivo de aumentar a área cultivável. Assim, o governo criou um programa de conservação de água, outro de recarga dos lençóis freáticos, assim como um programa de investigação e de exploração de águas subterrâneas. Construíram-se diques e procedeu-se a trabalhos de reflorestação. Elaborou-se ainda um programa de conservação dos solos e recuperaram-se novos terrenos, de forma a aumentar a superfície cultivável. Enfim, foram igualmente tomadas medidas de outra natureza, como a identificação e a luta contra as doenças de plantas cultivadas

e a implementação de programas de utilização de energia eólica e solar. O governo preocupou-se com o aumento da produtividade, colocando sementes selecionadas, fertilizantes e pesticidas à disposição dos agricultores. Legalmente, criaram-se condições favoráveis para a realização de uma reforma agrária e para a supressão dos contratos de associação proprietário-explorador agrícola.

Relativamente ao setor das pescas, o PAIGC considerou que na altura da independência havia uma total ausência de unidades produtivas eficazes. Foi então criada a SCAPA – Sociedade de Comercialização e de Apoio à Pesca Artesanal -, que devia comprar o peixe em numérico e garantir a sua comercialização nos mercados nacional e internacional. Para além disso, a SCAPA devia fornecer equipamento de pesca aos pescadores. Criou-se também um programa de substituição dos pequenos barcos por barcos motorizados. Foi igualmente criada uma sociedade mista, a SOCLAC (Sociedade de Comercialização de Lagostas de Cabo Verde) com a intenção de diversificar os mercados deste produto de forma a melhorar os seus preços. No que diz respeito à pesca artesanal, foram tomadas medidas de ordem muito prática, como por exemplo, o aumento da capacidade frigorífica da empresa CONGEL. Estava prevista a instalação de estaleiros de reparação naval no Porto Grande³¹⁶, que devia servir de porto de apoio às frotas de pesca da região. Finalmente, foi criada uma Comissão para o estudo do Direito do Mar de forma a definir as condições nas quais se concederiam as licenças de pesca nas águas cabo-verdianas.

Quanto ao setor industrial, na época da independência a sua produção representava 2,5% do PIB, sendo que empregava 3% da população ativa. As linhas definidas para este setor foram a recuperação das poucas empresas herdadas do período colonial e que se encontravam em situação de falência e a planificação do crescimento do setor. De forma a atingir o segundo objetivo, era necessário levar em

³¹⁶ Trata-se do porto da ilha de S. Vicente.

consideração uma série de dificuldades que o país enfrentava: o desconhecimento e a provável raridade de recursos naturais suscetíveis de fornecer matérias-primas para a indústria nacional, a falta de água e o preço elevado desta, sendo dessanilizada, a descontinuidade territorial, que implicava igualmente grandes despesas e por fim, a exiguidade do mercado nacional. Tendo em conta estas dificuldades, ainda assim o governo impulsionou a criação de dois tipos de indústria: as destinadas a substituir a importação de artigos de largo consumo, como os materiais de construção, a fibra de vidro, o calçado e a confeção, os produtos alimentares e as indústrias essencialmente viradas para o mercado internacional, como a produção de escórias, de sal e os estaleiros de reparação naval.

No setor do comércio, em 1974, as exportações cobriam 6,1% das importações, sendo as últimas constituídas maioritariamente por produtos alimentares de base, como o milho, os feijões, o arroz e o açúcar. Quanto aos produtos de exportação, tratava-se sobretudo de conservas de peixe, de bananas, de peixe refrigerado ou congelado, de crustáceos e de moluscos, sendo Portugal o principal parceiro comercial do país. No pós-independência, o governo criou a EMPA, empresa pública de abastecimentos. Esta empresa estabeleceu um sistema de preços dos donativos alimentares que permitia compensar as perdas sobre os produtos de primeira necessidade que distribuía. A EMPA contribuía desta forma para a estabilização e uniformização dos preços a nível nacional e também para a obtenção de lucros destinados ao financiamento da modernização das estruturas de armazenamento e dos meios de transporte. Osvaldo Lopes da Silva, ministro da Economia na altura e membro do CEL, deu o seu testemunho acerca desta experiência ao jornalista José Vicente Lopes:

«Muito boa gente achava que a nossa política era errada, demasiado economicista. Mas tinha de ser. O próprio PAM [Agência das Nações Unidas para a Alimentação] via com maus olhos a

venda dos produtos. Os seus responsáveis receavam que fosse surgir a corrupção. Para nós, o perigo da corrupção seria maior com a distribuição gratuita, que criava um espírito de mendicância nas pessoas. O PAM acabou por aceitar e ver a política de Cabo Verde como um exemplo a seguir por outros países. Da nossa parte procurámos garantir uma política rigorosa. O resultado da venda era canalizado para o Fundo Nacional do Desenvolvimento, responsável pelo financiamento de inúmeros projetos e realizações. Posso me gabar de, com a minha dureza, ter obtido bons resultados. Quando saí do governo em 1990, o FDN financiava projetos de mais de 800 mil contos, sem contar com o apoio ao grupo dos vulneráveis.»³¹⁷

O Ministério decidiu criar *stocks* de produtos de base de três em três meses em cada ilha, o que contribuiu para combater o açambarcamento e a especulação.

O setor privado dedicava-se ao comércio retalhista de produtos fornecidos pela EMPA e da importação do que não era comercializado por esta empresa pública. No entanto, a atividade privada de importação dependia das autorizações do Secretariado de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato e do Banco de Cabo Verde, sendo que esta comercialização era submetida à tabela de preços e às margens de lucro atribuídas a cada mercadoria.

A principal preocupação no setor dos transportes foi melhorar os contactos inter-ilhas. Assim, deu-se início à construção do porto da Praia e elaborou-se um programa de melhoria dos portos existentes e de construção de novos cais de desembarque em todas as ilhas. Da mesma forma, foi concebido um programa global de balizagem marítima, de forma a modernizar a rede de faróis existente através da utilização de formas não convencionais de energia. A Companhia Nacional *Arca Verde*, que fazia a ligação entre as ilhas, adquiriu um

³¹⁷ Lopes, José Vicente, *op.cit.*, p. 479

barco de mais de 600 toneladas. Relativamente às infraestruturas aeroportuárias, houve vários melhoramentos no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral³¹⁸, e foi adquirido um novo avião devido ao aumento do tráfego aéreo interno e à abertura de linhas para Dakar e Bissau. Foram formados quadros do aeroporto e dos TACV³¹⁹ de forma a permitir uma rápida cabo-verdianização das estruturas. No que diz respeito às infraestruturas rodoviárias, foi lançado um programa de construção de estradas em Santo Antão e outro em Santiago.

O governo de Cabo Verde também lançou programas de emergência de forma a dar resposta à situação de crise provocada pela seca que, em 1975, se prolongava desde há oito anos. Tratava-se de criar empregos para a mão de obra rural desempregada. As prioridades do programa de 1976/77 eram a defesa e a reconstituição dos solos, a conservação, captação e distribuição de água, e a reflorestação das zonas altas. Este programa permitiu criar 16 000 empregos e aumentou também sensivelmente as culturas de regadio, permanentes ou temporárias. O programa de 1977/78 alargou os seus objetivos à construção e à reparação de estradas.

Conclusões

Apesar de se ter o setor agrícola e nomeadamente o aumento da produção no centro das prioridades em matéria de política económica nos dois países, e seguindo assim as indicações de Cabral relativamente a esta matéria, surgiram no pós-independência novos problemas não tratados por este. Assim, nos dois países foi necessário lidar

³¹⁸ Trata-se do primeiro aeroporto internacional de Cabo Verde, situado na ilha do Sal.

³¹⁹ Transportes Aéreos de Cabo Verde

com uma balança comercial deficitária, sendo que foram postas em prática duas estratégias diferentes.

De forma mais específica, a Guiné-Bissau enfrentava um problema de déficit em produtos alimentares, como consequência da guerra, e também da política económica colonial, que procurou obrigar a população agrícola a dedicar-se à monocultura de amendoim. Para além disso, tendo a população aumentado, a necessidade de importar bens alimentares contribuiu fortemente para o aumento do déficit da balança comercial. O governo decidiu então recorrer a um modelo de industrialização que permitiria igualmente aumentar o valor dos produtos exportáveis. O problema da obtenção de divisas também se tornou fundamental, indo a par com o crescimento e a diversificação da produção agrícola. A opção por um modelo de desenvolvimento do setor industrial seguia as orientações dadas pelos especialistas da época. Segundo Hélène d'Almeida-Topor, «A industrialização era então a única via possível para o desenvolvimento», o que está patente na conclusão do relatório da ONU em 1963:

«Un doublement de la production agricole par habitant qui ne serait pas accompagné du développement simultané des industries proposé ci-dessus, créerait des problèmes de commercialisation dont la solution n'est guère envisageable pour le moment.»³²⁰

Em Cabo Verde, a exploração colonial tinha chegado há muito tempo ao ponto de se recear o surgimento da fome e a que foi porventura a mais mortífera da sua História tinha ocorrido no século xx. Para além disso, por altura da independência havia uma seca que se prolongava desde há alguns anos, o que tinha permitido que o país recorresse de forma mais direta à ajuda alimentar internacional. Da mesma forma, o modelo colonial em vigor em Cabo Verde já tinha

³²⁰ d'Almeida-Topor, Hélène, *L'Afrique au XXe siècle*, Paris, Armand Colin, 1999, p.238

provocado a emigração da maioria dos nacionais, dos quais uma parte tinha conseguido contribuir de forma substancial para aumentar os recursos financeiros do seu país de origem, graças às suas remessas. De qualquer forma, os dois países tinham de enfrentar o espectro da fome, mesmo sendo a situação muito mais grave em Cabo Verde, que no entanto dispunha de outras possibilidades estratégicas. Apesar da política de unidade ser preconizada como meio para se desenvolver economicamente os dois países, não havia nessa época estratégias de fundo muito claras para avançar nesse sentido. Podemos afirmar que cada país contou com as suas próprias forças e elaborou as suas próprias estratégias. No entanto, dado o estado atual dos nossos conhecimentos, não sabemos quantos cabo-verdianos e nem em que lugares de responsabilidade contribuíram com o seu trabalho para o desenvolvimento da economia guineense durante estes primeiros anos e, por conseguinte, para a diminuição do desemprego em Cabo Verde.

Enfim, no que diz respeito à questão do recrutamento e da formação dos dirigentes do PAIGC, vemos que estes foram formados no plano político e militar para atingir o primeiro objetivo deste partido, ou seja, a independência política. Que preparação tinham eles tido de forma a dirigir a etapa seguinte, já que constatámos que eram, na sua maioria, os mesmos? Se a sua recondução podia ser justificada por motivos políticos, ou seja, por se tratar, em princípio, dos indivíduos melhor preparados do ponto de vista da orientação ideológica do PAIGC, eram-no todos do ponto de vista técnico, ou seja, no domínio das questões específicas que deviam ser enfrentadas? De que forma teriam resolvido este problema: recorrendo a uma formação adicional ou a uma associação com técnicos formados e experientes em cada uma destas áreas? No segundo caso, como teria funcionado esta cooperação, sabendo que deviam dirigir indivíduos tecnicamente mais competentes e provavelmente mais jovens, já que vimos que, na sua geração, só um número extremamente reduzido de Guineenses e Cabo-verdianos teve acesso à formação a nível superior?

2.3. *Proseguir as experiências sociais inovadoras da época da luta armada no quadro de uma nova realidade social*

Nos domínios da justiça, da saúde e da educação, os governos dos dois novos países herdaram as estruturas coloniais existentes. No entanto, também fizeram um esforço para dar seguimento às experiências inovadoras que tinham sido vividas durante o período da luta armada.

2.3.1. *A justiça pelo “povo” e inspirada por este*

A questão da justiça foi apresentada com um forte teor ideológico. Assim, foi dito que «(...) a justiça só cumprirá cabalmente a sua função (...) se, (...) der satisfação às legítimas aspirações populares à liberdade, paz e progresso.»³²¹. Uma vez que o partido se considerava o garante destes interesses, os agentes de justiça deviam aprofundar o conhecimento dos princípios e do programa deste, assim como do legado teórico de Amílcar Cabral³²².

A justiça devia igualmente desempenhar um papel educativo, prevenindo a delinquência através da educação da população e também da recuperação de delinquentes e criminosos. Neste sentido, considerava-se que os tribunais populares, criados por altura da luta armada, eram um instrumento de mobilização e de educação cívica que podia igualmente ser útil para as tarefas da Reconstrução Nacional. Por outro lado, era necessário que a população tivesse uma influência inspiradora na justiça. De forma a permitir este processo, devia proceder-se à popularização desta, o que se acreditava que poderia ser feito através da difusão dos tribunais populares, e também pelo abastecimento dos custos e por uma simplificação dos procedimentos. Assim,

³²¹ Pereira, Aristides, *op.cit*, p. 108

³²² Pereira, Aristides, *op. cit.*, p. 109

os projetos-lei que tinham mais peso na vida das populações deviam ser previamente discutidos por estas. Enfim, o partido defendia medidas de restrição e de liquidação da prática privada da advocacia.

Ora, durante o período de luta armada, o PAIGC criou novas estruturas de justiça que certamente influenciaram as do pós-independência. Podemos fazer um breve resumo histórico a partir do trabalho de Mustafah Dhada³²³. Até 1964, os comandantes de guerrilha detinham o poder judiciário. Esta situação modificou-se após o Congresso de Cassacá, realizado nesse mesmo ano. O PAIGC criou nessa altura tribunais temporários dirigidos por comissários políticos. Em 1966, aprovou-se uma Lei de Justiça Militar e foi em 1968 que se preparou a criação de tribunais que julgavam casos de disputas de terrenos, de casamentos, de divórcios, de furtos, de desordem pública, de violência doméstica, de assassínios premeditados, de violações, de espionagem e de traição. Os primeiros tribunais de tabanka ou tribunais populares começaram a funcionar em 1969. Os julgamentos eram feitos em público e as minorias eram submetidas aos costumes do povo maioritário adotados pelos tribunais de tabanka de cada região.

2.3.2. Desenvolvimento e inovação no setor da Saúde: das «brigadas sanitárias» aos «projetos de desenvolvimento comunitário»

O principal objetivo do PAIGC respeitante à saúde era a diminuição dos índices de mortalidade. O partido pretendia, sobretudo, por um lado, baixar as taxas de mortalidade infantil, e por outro, aumentar a esperança de vida. De forma a atingir estes objetivos, era necessário, antes de mais, adotar medidas de promoção da saúde. Isto implicava ter uma quantidade suficiente de alimentos com uma composição

³²³ Dhada, Mustafah, *op. cit.*, pp.115 – 121

equilibrada, dispor de água potável de qualidade e de habitações adequadas. Em segundo lugar, era necessário contribuir para a prevenção da doença através da instalação de uma rede de prevenção, mas também através da educação sanitária. Enfim, era necessário melhorar o nível geral de assistência médica, criando melhores condições para o exercício da medicina curativa.

Antes de referirmos os resultados obtidos nestes dois países neste domínio, vejamos que estruturas tinham sido herdadas tanto das regiões libertadas como das sociedades coloniais. Lars Rudebeck observou o sistema de saúde criado pelo PAIGC nas regiões libertadas. Assim, constatou que o partido tinha criado 9 hospitais até 1972: 5 na frente Sul, 2 na frente Norte e 2 na Leste. Descreveu estes hospitais, constituídos por várias pequenas cabanas escondidas na floresta, que mudavam várias vezes de lugar durante o ano, de forma a evitar os bombardeamentos de napalm:

«The operating room is only a roof covered with straw or palm-leaves, usually constructed without walls in order to facilitate ventilation. (...) Electricity does not exist (...)»³²⁴

Os hospitais que apresentavam melhores condições funcionavam em Boké, na República da Guiné, com antenas em Kundara, na fronteira nordeste da Guiné-Bissau e em Ziguinchor, no Senegal. O hospital de Boké era considerado moderno e bem equipado, dispoño, em 1971, de 123 camas e de uma sala de operações moderna, graças ao apoio da Jugoslávia. Trabalhavam aí não somente médicos de clínica geral, mas também cirurgiões, ortopedistas e farmacêuticos. Em 1972 as duas antenas em causa dispunham de 50 camas. O responsável pelo

³²⁴ Rudebeck, Lars, *op.cit.*, p. 189 : «A sala de operações é unicamente um telhado coberto de palha ou folhas de palmeira, normalmente construído sem paredes de forma a facilitar a ventilação. (...) A eletricidade não existe (...)» (traduzido por mim)

sistema de saúde nas regiões libertadas, o médico angolano Manuel Boal, deu o seu testemunho a este respeito:

«(...) os centros de hospitalização reais, com possibilidades de diagnóstico correcto com cirurgições, (...) tínhamos um centro em Ziguinchor, um centro em Kundara e um centro em Boké, fora das fronteiras. No interior, tínhamos hospitais de primeiros socorros em que só havia cirurgições cubanos. Fora, tínhamos cirurgições russos e jugolavos. (...) depois de fazer os primeiros tratamentos eram levados quer para Boké quer para Kundara, onde havia cirurgições. Em Ziguinchor nunca tivemos cirurgições, tivemos médicos. Estive lá eu e uma holandesa, depois estiveram mais holandeses, um grupo de ajuda a Angola, de um comité de Amsterdão.»³²⁵

No que diz respeito ao pessoal médico, Rudebeck pôde constatar que em 1972 havia no terreno oito médicos nacionais, ou seja, guineenses e cabo-verdianos, e um angolano, o Dr. Boal. A maioria dos médicos, mais precisamente, 22, eram estrangeiros, com uma forte presença de profissionais cubanos. Em cada hospital, havia também cerca de vinte enfermeiros e pessoal de serviço, tanto homens como mulheres. Em 1971, o PAIGC já tinha preparado 90 assistentes sanitários e enfermeiros, formados na Guiné-Bissau colonial ou nos hospitais do partido situados na República da Guiné e no Senegal. Em 1971, funcionavam 117 postos sanitários nos diferentes setores, dos quais 65 no Norte, 44 no Sul e 8 no Leste. O Dr. Boal referiu-se da seguinte forma a esta questão:

«Tínhamos postos de saúde nas zonas libertadas, em que havia alguns enfermeiros formados nas escolas de Bissau mas

³²⁵ Pereira, Aristides, *O meu testemunho – uma luta, um Partido, dois países – versão documentada*, s.l., Notícias, 2003, p. 504

também alguns socorristas que nós formámos. (...) esses postos, chamávamos hospitais, realmente eram hospitais porque eram tratados, operados. (...) eram hospitais em que as pessoas tinham o mínimo para salvar vidas e havia cirurgiões cubanos com muito boa classe. Os anestesistas eram cubanos e às vezes alguns dos nossos camaradas formados na União Soviética, na China, ou na Jugoslávia que ajudavam os cirurgiões cubanos.»³²⁶

Uma novidade introduzida em 1970 foi a criação das brigadas sanitárias. Compostas por um pequeno grupo de enfermeiros, elas visitavam com regularidade um certo número de aldeias, normalmente entre 4 e 10. Ensinavam aí os princípios modernos da higiene, procediam a exames do estado geral de saúde da população, assim como a exames de medicina preventiva. O Dr. Boal também assinalou que os grupos de socorristas acompanhavam os grupos de combate e prestavam os primeiros socorros aos combatentes feridos no terreno de guerra, antes de evacuá-los para os postos hospitalares³²⁷.

Quanto à estrutura colonial na Guiné, em 1965, caracterizava-se por ter um médico para 20 400 habitantes e uma cama de hospital para 763 pessoas. Havia hospitais em Bissau, Bafatá, Teixeira Pinto (Canchungo) e Bolama. Em 1972, contavam-se 54 médicos, de entre os quais 49 militares. Segundo Rudebeck³²⁸, havia 57 postos sanitários em 1970.

O relatório do primeiro Plano³²⁹ da Guiné-Bissau descreveu a situação do país no domínio da Saúde. Assim, entre 1965 e 1970, a esperança média de vida era de 33,5 anos. Em 1979, havia uma taxa elevada de malnutrição, nomeadamente no grupo dos 0 aos 11 anos;

³²⁶ Pereira, Aristides, *idem, ibidem*

³²⁷ Pereira, Aristides, *idem, ibidem*

³²⁸ Rudebeck, Lars, *op.cit.*, p. 200

³²⁹ CECEP, *op.cit.*

estimava-se que 45% das crianças faleciam antes dos 5 anos, que menos de 5% da população tinha acesso a água potável e que as habitações não possuíam as condições mínimas de higiene. Considerava-se também que havia insuficiência de infraestruturas e de quadros na área da saúde. Segundo Galli³³⁰, no pós-independência, os dois hospitais de Bissau e os de Bafatá, Canchungo e Bolama mantiveram o seu funcionamento com médicos, enfermeiros e técnicos estrangeiros, nomeadamente cubanos, chineses e soviéticos, enquanto se formavam estudantes guineenses. De acordo com Andréini e Lambert, no ano de 1976 havia 55 médicos no país, dos quais 11 nacionais e 44 estrangeiros, ou seja, 1 para 15 000 habitantes, havendo também um enfermeiro para 21 000 habitantes, e uma cama para 680 pessoas. Ainda de acordo com o Plano, em 1979, o país tinha 88 médicos, de entre os quais 11 nacionais e ainda 50 bolseiros a estudar Medicina. Havia mais de 130 centros de saúde no país. Foram também iniciados projetos de desenvolvimento comunitário nas regiões de Cacheu³³¹ e Tombali³³². Equipas compostas por enfermeiros e agentes sociais polivalentes instalavam-se durante 4 a 6 meses nas aldeias, onde procuravam transmitir conhecimentos ligados à prevenção das doenças e ao saneamento da zona. Também procediam à construção de uma farmácia de aldeia, que devia estar equipada com os medicamentos ligados à maternidade e às seis doenças e/ou ocorrências mais frequentes, ou seja, o paludismo, a diarreia, a tosse, as dores de cabeça, as conjuntivites e os ferimentos. Em 1979, trabalhavam sete equipas na região de Cacheu, seis na de Tombali, e havia doze farmácias em funcionamento.

Vemos que, neste domínio, houve uma continuidade em relação às experiências iniciadas aquando da luta armada, e mais precisamente,

³³⁰ Galli, Rosemary, Jones, Jocelyn, *op.cit.*, p. 178

³³¹ A região de Cacheu encontra-se no litoral norte da Guiné-Bissau.

³³² A região de Tombali encontra-se no litoral sul da Guiné-Bissau.

a das brigadas sanitárias. Em relação aos números que nos é possível comparar, isto é, o número de hospitais, de centros médicos e de médicos nacionais, não notamos uma grande diferença entre este período e o que precedeu a independência.

O relatório do Plano em Cabo Verde salientou os resultados positivos obtidos na área da Saúde entre 1975 e 1981. Dava as seguintes indicações: em 1975 existiam no arquipélago 3 hospitais, 21 postos de saúde, 15 médicos e 123 unidades de enfermaria, sabendo que as ilhas de S. Nicolau, Brava, Boavista e Maio não tinham médicos e que Santo Antão tinha só um para os seus 45 000 habitantes. Por altura da independência, foi autorizado o funcionamento das clínicas privadas já instaladas, mas não a abertura de novas clínicas. Segundo Vicente Lopes³³³ em 1978, havia 47 médicos no território, dos quais 22 nacionais e 25 cooperantes. O Estado cabo-verdiano tinha assinado acordos com o Estado português de forma a permitir que os seus cidadãos pudessem ser para aí evacuados para beneficiar de tratamentos. Ainda segundo o Plano, por altura da independência não havia nenhuma unidade sanitária de base e em 1981 havia já 27, para além de 32 postos sanitários. As estruturas centrais, ou seja, os hospitais da Praia e do Mindelo, foram reforçadas e foi implementado um grande número de programas de saúde pública, nomeadamente, ligados à vacinação. Em 1980 havia um médico para 4 300 habitantes, sendo a média em África de um médico para 23 000 habitantes. Também havia um enfermeiro para 1 600 habitantes, sendo a média africana de um para 3 300. A mortalidade infantil tinha baixado de 96 por mil entre 1975 e 1978, para 60 por mil em 1980.

No respeitante ao setor da Saúde, vemos que o PAIGC fez esforços consideráveis neste domínio durante a guerra, introduzindo igualmente experiências inovadoras que foram seguidas, em certa medida, no pós-independência, na Guiné-Bissau. As estruturas herdadas da

³³³ Lopes, José Vicente, *op.cit.*, p. 485

época colonial eram fracas, até muito fracas nos dois países, e particularmente na Guiné-Bissau. Esta fraqueza era sobretudo respeitante ao número de profissionais formados e ativos. Esta situação criava uma dependência da cooperação internacional neste domínio.

2.3.3. Educar um Homem Novo

Que política educativa foi preconizada no IIIº Congresso do PAIGC? Antes de mais, considerou-se que a educação devia ter um conteúdo e uma forma inteiramente concordantes com as opções e os princípios definidos pelo partido. Definiram-se assim os objetivos principais neste domínio: converter os princípios do PAIGC em convicções de ordem pessoal e em hábitos de conduta quotidiana; ter uma formação baseada numa conceção científica do mundo; desenvolver plenamente as capacidades intelectuais, físicas e morais do indivíduo e da coletividade e enfim, promover sentimentos humanistas e gostos estéticos. Formar um homem livre, culto, um trabalhador consciente, imbuído da noção de responsabilidade e de exigência pessoal e coletiva, capaz de participar ativamente nas tarefas de reconstrução nacional. A ação educativa devia ser simultaneamente político-ideológica, moral, técnico-científica, intelectual e física. De forma mais específica, dever-se-ia favorecer o desenvolvimento de valores culturais nacionais e a ligação entre a teoria e a prática. Também era necessário dar atenção à relação entre a escola e a comunidade onde ela se insere. Para além disso, pretendia-se que houvesse uma concentração progressiva no ensino em língua nacional, isto é, o crioulo em Cabo Verde, e na Guiné, não somente o crioulo mas também todas as numerosas línguas nacionais.

No plano organizativo, o Estado devia ser o único organismo capaz de ministrar um ensino sistematizado, sendo a educação um direito e um dever de cada cidadão. Para além disso, era desejável que houvesse

uma ligação entre a planificação do setor educativo e a do desenvolvimento socioeconómico dos dois países. Muito concretamente, foi criado um novo sistema educativo, com três níveis: pré-escolar, de base e secundário, dando uma especial atenção à educação física. A ação educativa também devia contemplar a alfabetização dos adultos, já que na altura da independência 70% dos adultos em Cabo Verde e 90% na Guiné eram analfabetos. O trabalho de alfabetização devia ser igualmente considerado como uma ação de tomada de consciência política.

No respeitante ao nível de competência do pessoal neste setor, os governos previam a formação local de técnicos médios e de base. Nesse sentido, um número importante de quadros tinham já sido formados no estrangeiro e tinham sido organizados vários estágios de aperfeiçoamento; devia-se promover outros para os quadros que trabalhavam desde há um certo tempo. Segundo Galli³³⁴, na Guiné da época colonial, em finais dos anos 1950, havia 13 escolas primárias públicas, com um total de cerca de 1 000 alunos. Também havia entre 100 e 200 escolas de missionários, com 10 000 alunos. No total, em 1963, o Estado colonial tinha formado catorze quadros superiores e onze médios. Em 1973, o número de escolas primárias do Estado chegou a 179 e as dos missionários católicos, a 79. Havia no total 46 000 alunos. A autora não nos indica números respeitantes às escolas corânicas, cujo papel era certamente importante no país.

Aquando das suas pesquisas de terreno, Lars Rudebeck pôde descrever de forma exaustiva o sistema educativo criado nas regiões libertadas. Este sistema foi implantado no ano escolar de 1964-65, com 50 escolas primárias, sabendo que cada uma delas servia várias aldeias, e com 4 000 jovens alunos. Em 1970-71, havia já 157 escolas e 8 574 alunos, de entre os quais 6 419 rapazes e 2 155 raparigas. Nesse mesmo ano, havia 251 professores, um ou dois por escola, sendo que cada uma tinha uma média de 55 alunos, dos quais um

³³⁴ Galli, Rosemary, Jones, Jocelyn, *op.cit.*, p.161

quarto eram raparigas. No ano escolar seguinte os números aumentaram novamente. Assim, em 1971-72, havia 164 escolas, com uma forte concentração na frente Norte. O número de alunos tinha continuado a aumentar, chegando a 10 898 rapazes e 3 633 raparigas, sendo que a média por escola tinha passado a ser de 89 alunos. Este ensino, apesar de respeitante aos primeiros quatro anos do primário, era sobretudo dispensado para o primeiro e segundo anos, já que era a esse nível que se concentrava a maioria dos alunos. Sendo que as crianças deviam por vezes fazer trajetos longos a pé e tendo em conta os riscos de bombardeamentos, o acesso ao ensino era possível, em geral, a partir dos 10 anos de idade. Considerava-se que as crianças com essa idade eram bastante autónomas para reagir com rapidez suficiente e proteger-se das bombas. Esta preocupação determinou as escolhas de construção dos edifícios escolares, tal como dos hospitais:

«(...): usually only a roof covered with straw or palm leaves over rows of benches made from branches or rough boards. (...) For fear of air attacks, the schools have been well hidden in the forest, at some distance from the village agglomerations of huts and houses.»³³⁵

No início dos anos 1970, os manuais escolares feitos pelas equipas de professores foram impressos em Conakry e na Suécia. Este material era transportado a pé pelas crianças mais velhas, desde a fronteira com a República da Guiné até às várias escolas. Uma das professoras neste sistema e diretora da escola-piloto em Conakry, Maria da Luz Boal, referiu-se a este processo da seguinte forma:

³³⁵ Rudebeck, Lars, *op.cit.*, p. 204: : «(...) em geral somente um teto coberto de palha ou com folhas de palmeira sobre filas de bancos feitos com ramos de árvores ou com pranchas rugosas. (...) Por receio de ataques aéreos, as escolas foram bem escondidas na floresta, a uma certa distância das aldeias.» (traduzido por mim)

«Fizemos livros de matemática, livros de leitura, com textos interessantes sobre a independência, sobre a unidade da Guiné e de Cabo Verde. (...) Eram todos impressos na Suécia. Lembrome de ter ido duas vezes à Suécia, para a correcção dos livros.»³³⁶

Apesar de todos os esforços e resultados obtidos, Rudebeck considerou que até 1972, o PAIGC estava longe de atingir o objetivo de escolarizar todas as crianças das regiões libertadas. Desde o Verão de 1966, o partido tinha começado a formar professores para as suas escolas. Nesse Verão, como nos de 1967 e 1968, formaram-se cerca de 200 professores de cada vez, no Centro de Aperfeiçoamento para Professores da Escola Piloto, tendo a formação uma duração de dois meses. Em seguida, criou-se o Centro Permanente de Professores, onde a formação durava um ano letivo. Em 1970-71, formaram-se 16 indivíduos e em 1971-72, 21. Aquando do seu trabalho de terreno, Rudebeck constatou que, em 1972, metade dos professores das escolas nas regiões libertadas tinham sido formados pelo PAIGC. Estes futuros professores eram escolhidos de entre os melhores estudantes que completavam o ensino primário, sendo na sua maioria homens. Este facto devia-se, por um lado, a uma política que pretendia tornar a frequência da escola mais aceitável para as famílias tradicionalistas, e por outro, muito simplesmente porque as alunas não eram numerosas. O PAIGC também tinha criado escolas com uma estrutura especial, inicialmente destinadas aos filhos dos combatentes falecidos. Estas escolas, chamadas internatos, eram 4 no total, das quais 2 na frente Norte, uma na frente Sul e uma na Leste. Cada uma tinha cerca de 70 alunos, e estes elegiam um comité que participava na direção do internato. Para além dos estudos, os alunos deviam cumprir com tarefas domésticas e com outras ligadas ao trabalho agrícola. Rudebeck considerava que as condições de estudo eram melhores, graças tanto às competências do corpo docente como ao ambiente geral

³³⁶ Pereira, Aristides, *op. cit.*, p. 493

de trabalho. Constatou que os alunos que as frequentavam tinham sido cuidadosamente selecionados, sugerindo que já não se tratava unicamente de órfãos. Ora, uma parte destes alunos tinha a possibilidade de frequentar um quinto ano de escolaridade na Escola-Piloto situada em Conakry. Esta escola tinha sido fundada em 1964 e desde o ano letivo de 1965-66, ela tinha cerca de uma centena de estudantes por ano. Também preparava os alunos durante os quatro anos do ensino primário e a maioria de entre eles concentravam-se no terceiro, quarto e quinto anos de escolaridade. Em 1972, ela tinha 7 professores que tinham seguido uma preparação universitária. A vida dos alunos era organizada seguindo os mesmos princípios descritos para os internatos e o tipo de ensino que aí era ministrado foi considerado por Rudebeck como revestindo um carácter experimental. Maria da Luz ou Lilica Boal, a sua directora desde 1969, testemunhou longamente acerca do seu funcionamento:

«A Escola-Piloto foi criada por Luís Cabral a 3 de Janeiro de 1965, na sequência das decisões do Congresso de Cassacá em que se pensava já que era necessário criar uma escola de formação de quadros que poderiam mais tarde dar garantia à consolidação da independência e ao desenvolvimento do país.

(...)

Outro aspecto importante da Escola-Piloto é que não era apenas uma instituição para formar jovens, mas igualmente uma forma de integrar e acolher a contribuição dos quadros que vinham de fora.

(...)

Nós tínhamos a direcção da escola, que era o grupo de professores mais um grupo de alunos, presidido pelo diretor. Depois tínhamos o comité de alunos, que faziam parte desta direcção. Semanalmente, para o funcionamento da escola, estava presente um professor, um membro do comité e um grupo de alunos da cozinha e outro que fazia a limpeza e dirigia a escola.

(...)

Do relacionamento com os alunos da Escola-Piloto, ficou-me um espírito de solidariedade impressionante. (...) uma camaradagem e solidariedade e ainda um espírito de vida colectiva que eu não encontrei em parte nenhuma. Éramos uma grande família, quer dizer, vivíamos para o colectivo.»³³⁷

Em Conakry também existia um jardim de infância frequentado por cerca de sessenta crianças, órfãos ou filhos de trabalhadores do partido que viviam nesta cidade.

A partir de 1959, antes do início da ação armada, o PAIGC começou a enviar estudantes para o estrangeiro, que recebiam bolsas atribuídas sobretudo por países da Europa de Leste. Assim, em 1973, o ano da declaração unilateral de independência, tinham sido formados 36 quadros superiores e 46 médios. Nesse mesmo ano, havia 36 estudantes universitários e 386 estudantes em escolas técnicas. As áreas de formação superior mais seguidas eram a Medicina, o Direito Internacional, a Engenharia de Construção Civil, a Agronomia e a Economia. Quanto às formações técnicas médias, tratava-se sobretudo das áreas da construção civil, de agronomia e de assistência médica³³⁸.

Na Guiné-Bissau, de 1974 a 1980 o número de escolas aumentou em 52% e o de professores, em 62%. De entre os alunos que iniciaram os estudos primários, só 20% terminavam o quarto ano e de entre estes, 20% eram repetentes³³⁹. O relatório do Plano indicou as ações empreendidas após a independência, assim como alguns dados numéricos. Assim, houve um esforço no sentido de modificar os programas escolares. As escolas do Corão continuaram a existir, paralelamente às estruturas de Estado. No entanto, não dispomos de dados respeitantes ao número de alunos que as frequentavam. De acordo com este

³³⁷ Pereira, Aristides, *op.cit.*, pp. 491 – 493

³³⁸ Rudebeck, Lars, *op.cit.*, pp. 212-215

³³⁹ Galli, Rosemary, Jones, Jocelyn, *op.cit.*, p.164, 169, 170

relatório, em 1975, aquando da independência, a grande maioria dos jovens não tinha acesso ao ensino primário. Ora, em 1979, 45% das crianças em idade escolar estavam inscritas, mas somente 31% de entre as raparigas. Segundo Galli, unicamente 20% das que iniciavam a escola primária conseguiam terminar. Por outro lado, o Plano indicava-nos que somente 0,8% dos professores deste nível de estudos eram diplomados, o que constituía uma das preocupações do Ministério da Educação. Quanto ao ensino secundário, em 1980 havia seis liceus no país, mas somente o de Bissau tinha os dois últimos anos; quase metade dos professores eram estrangeiros.

Em 1977 foi iniciado um projeto de educação popular integrada a nível do ensino básico complementar, ou seja, o quinto e o sexto anos de escolaridade. Estes CEPIS – Centros de Educação Popular Integrados – eram dirigidos aos jovens de proveniência rural e aí combinavam-se as atividades escolares com as extraescolares. Houve 179 alunos até 1979 e de entre estes, 22 terminaram o sexto ano com sucesso. Constatamos que, tal como na área da saúde, houve uma continuidade relativamente às experiências realizadas aquando da luta armada. Com efeito, estes centros seguiam um modelo educativo semelhante ao posto em prática nos internatos do PAIGC.

Enfim, quanto ao ensino superior, era dispensado no estrangeiro, através de acordos de cooperação. Assim, em 1979, 909 bolseiros estudavam no estrangeiro, de entre os quais 358 frequentavam o ensino superior, 370 preparavam-se para obter um diploma de ensino médio e 181, do ensino profissional. Nessa época, os países que recebiam bolseiros guineenses eram os mais diversos nos quatro continentes, à exceção da Austrália. A cooperação neste domínio era tão forte com os países da Europa de Leste como com outros países africanos.

O relatório do Plano de Cabo Verde e alguns autores indicaram-nos um quadro geral no domínio da educação. Assim, em relação ao ano escolar de 1974-1975, no de 1979-1980, o número de estudantes cabo-verdianos em geral tinha aumentado em 11,8%. O ensino

primário tinha 74,4% dos alunos. No entanto, de acordo com o Plano, apesar de 80% das crianças em idade escolar frequentarem o ensino primário, menos de 50% destas terminavam este nível de estudos. No que diz respeito ao ensino de base complementar, somente 12% das crianças entre os 11 e 12 anos o frequentavam. No ensino secundário o aumento do número de alunos foi muito mais significativo, atingindo os 43,6% em relação ao último ano de domínio colonial no arquipélago³⁴⁰. Houve alguns progressos desde o ano de 1975, a saber, a diminuição do *ratio* aluno/professor em cerca de 15%, e o aumento em 20% das salas de aula no ensino primário.

A taxa de analfabetismo, que em 1974-1975 era de 70%³⁴¹, diminuiu para 20% dos homens com mais de 15 anos que viviam nas cidades e 40% das mulheres nas mesmas condições. Para o meio rural, o Plano dispunha de dados parciais: estimava-se que 60% a 80% dos chefes de família eram analfabetos.

2.3.4. *Prioridades culturais: salvaguardar o património, escrever línguas e encorajar os artistas*

A política cultural defendida pelo PAIGC privilegiava três domínios. Primeiramente, a reabilitação do património cultural nacional através do recenseamento, da conservação e da difusão de vários domínios no âmbito das tradições orais. O desenvolvimento da escrita das línguas nacionais era também uma grande preocupação, tratando-se, antes de mais, de fixá-las e de transcrevê-las. De forma a obter os melhores resultados nestes dois domínios, era necessário criar centros de investigação científica. Enfim, o terceiro domínio privilegiado era o da criação artística. Era necessário proteger

³⁴⁰ Furtado, Cláudio, *op. cit.*, p. 141

³⁴¹ Lopes, José Vicente, *op. cit.*, p. 486

e encorajar os artistas, e em particular a criação popular, e também promover atividades culturais.

3. O fim abrupto do PAIGC

No ano de 1980 ocorreu um golpe de Estado em Bissau. Este acontecimento e os que se lhe seguiram provocaram uma rutura no partido e o seu fim. Iremos analisar os documentos disponíveis a ele relativos, mais precisamente, a imprensa da Guiné-Bissau e a de Cabo Verde, de forma a elaborar uma síntese.

3.1. A Guiné em sintonia com o continente: o golpe de Estado de 1980, causa da rutura do partido

A 15 de Novembro de 1980 uma rádio de Dakar anunciou que um Conselho da Revolução tinha tomado o poder na Guiné-Bissau no dia 14 à noite. Este Conselho era dirigido por João Bernardo Vieira, comissário principal, ou primeiro-ministro do governo deposto. Ele teria aprisionado o chefe de Estado, Luís Cabral, assim como alguns dos seus colaboradores mais próximos³⁴². A primeira mensagem dos golpistas dirigida à população foi assinada por este mesmo Conselho da Revolução e nela se afirmava que tratava-se de uma revolução cujo objetivo era o de pôr termo às injustiças às quais o povo guineense tinha sido sempre submetido. Também se afirmava que este povo iria, a partir desse momento, dirigir o seu próprio destino. Os golpistas falaram da «captura de todos os traidores da causa nacional». Fez-se um apelo à população para que ela participasse nessa captura, apesar de se dar a indicação de que não se

³⁴² *Do PAIGC ao PAICV – documentos*, Mira-Sintra/Mem Martins, s.e., 1981, p.25

deveria proceder à justiça popular. No entanto, os golpistas tinham denunciado a existência presumida de traidores, sem nomeá-los. Também houve um apelo para que as pessoas permanecessem em suas casas, fazendo uma referência misteriosa à cor da pele dos cidadãos. Com efeito, foi dito que os habitantes deveriam permanecer nas suas casas independentemente da sua cor de pele. No entanto, não foi explicada a relação que se estabelecia entre esta ação e qualquer característica física dos indivíduos. Os golpistas ordenaram também que todos os organismos públicos e as empresas privadas permanecessem encerrados. Enunciaram igualmente que manteriam as relações internacionais tal como elas se desenrolavam até então. Tinham prevenido todos os países que não admitiriam interferências a nível interno, referindo-se ao movimento iniciado e aos acontecimentos daí decorrentes.

De forma a analisar o melhor possível as ações concretas dos golpistas, interrogámo-nos acerca do seguinte: como se pode definir um golpe de Estado? Que dimensão tinha adquirido este tipo de fenómeno no continente africano naquela época? De acordo com Bobbio e Matteucci, um golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado com a participação ativa de pelo menos um grupo militar ou a neutralidade-cumplicidade de todas as Forças Armadas. Acrescentam que na maioria dos casos, trata-se de uma ação repentina, que implica, portanto, a tomada do poder, com uma certa margem de surpresa e com o mínimo possível de violência física. Enfim, os autores concluem que as consequências mais habituais do golpe de Estado são a simples mudança de direção política³⁴³.

Os acontecimentos de 14 de Novembro de 1980 em Bissau foram efetivamente perpetrados por um órgão de Estado, o Exército, ou uma parte deste. No entanto, não podemos afirmar se houve neutralidade ou cumplicidade por parte de todos ou quase todos os elementos das

³⁴³ Bobbio, Matteucci e Pasquino, *op. cit.*, pp. 175-177

Forças Armadas. Mesmo assim, estes acontecimentos enquadram-se perfeitamente na definição de golpe de Estado proposta por estes dois autores, que também assinalaram a frequência desta forma de sucessão política a partir do início da década de 1970: mais de metade dos países do mundo tinha nessa altura governos saídos de golpes de Estado bem sucedidos. Os autores concluíram que esta forma de sucessão governamental tinha então passado a ser mais habitual que as eleições ou a sucessão monárquica³⁴⁴.

A Guiné-Bissau vivia assim uma evolução política perfeitamente em sintonia com a sua época, e também com o continente africano, onde, a partir de 1963 se sucederam várias tentativas de golpe de Estado, que deram lugar a regimes militares:

«L'assassinat de Sylvanus Olympio, au Togo, en janvier 1963, avait, en effet, marqué le point de départ d'une série de coups d'Etat militaires qui allaient se poursuivre jusqu'à nos jours: une trentaine de pays ont été ainsi touchés, et certains à plusieurs reprises (...). (...), plus de 40% des pays africains, (...), n'ont jamais subi de coups de force réussis, même s'il y eut des tentatives.

(...) Les putschs aboutirent donc à des régimes militaires dont le nombre s'accrut au fil du temps: on en comptait vingt-trois à la fin des années quatre-vingt.»³⁴⁵

³⁴⁴ Bobbio, Matteucci e Pasquino, *op.cit.*, p.175

³⁴⁵ d' Almeida - Topor, Hélène, *Naissance des états africains*, Florence, Casterman-Giunti, 1996, p. 79: «O assassinato de Sylvanus Olympio, no Togo, em Janeiro de 1963, tinha com efeito, marcado o ponto de partida de uma série de golpes de Estado militares que iriam continuar até aos nossos dias: cerca de 30 países foram assim atingidos, e alguns deles várias vezes (...). (...), mais de 40% dos países africanos, (...), nunca tiveram golpes de Estado bem sucedidos, apesar de ter havido tentativas.

(...) Os golpes originaram regimes militares cujo número cresceu ao longo dos anos: contavam-se 23 nos finais dos anos '80.» (traduzido por mim)

As ações do golpe de Estado prosseguiram no dia seguinte, aquando da aprovação da primeira lei do Conselho da Revolução³⁴⁶. Através desta o presidente Luís Cabral foi destituído das suas funções, foi dissolvida a Assembleia Nacional Popular (Parlamento) assim como o Conselho de Estado e o Conselho dos Comissários de Estado (ministros). A mesma lei atribuiu ao Conselho da Revolução o poder que detinham estes órgãos políticos. Sabendo que estes órgãos eram fundamentais para o funcionamento do Estado, é necessário recordar que os seus membros tinham sido eleitos a nível nacional ou nomeados após a realização de eleições. O Conselho da Revolução passou a exercer assim simultaneamente o poder legislativo e executivo. A primeira decisão deste Conselho, no mesmo dia, foi a de demitir um por um os comissários de Estado (ministros), excetuando o Comissário principal (Primeiro Ministro), Nino Vieira³⁴⁷.

3.1.1. Os homens do golpe de Estado: militares que dominam os dirigentes políticos

Foi somente no dia 18, ou seja, quatro dias após o golpe de Estado, que a composição do Conselho da Revolução foi publicamente anunciada³⁴⁸. Era composto por nove membros e quatro conselheiros: o comandante de brigada João Bernardo Vieira (presidente deste Conselho), Victor Saúde Maria (vice-presidente), o comandante Iafai Camará, o primeiro comandante Paulo Correia, o comandante Manuel Saturnino da Costa, o comandante Buota N'Batcha, o comandante João da Silva, Samba Lamine Mané, o capitão Beghateba

³⁴⁶ Conselho da Revolução, Lei nº 1/80, a 15/11/80

³⁴⁷ Conselho da Revolução, Decisão nº 1/80, a 15/11/80

³⁴⁸ Conselho da Revolução, Comunicado nº 20/80, Bissau, 18/11/80

Na Beate, e como colaboradores principais, Joseph Turpin, Victor Monteiro, Mário Cabral e João Cruz Pinto.

Que cargos detinham a nível do partido, das Forças Armadas e do Estado aquando destes acontecimentos? Como podemos ver na tabela 18, de entre os membros do Conselho da Revolução, a grande maioria, ou seja, sete dos nove eram militares; cerca de um terço pertenciam ao CEL do partido. Quanto aos colaboradores, os quatro eram civis, e não eram membros do Comité Executivo da Luta; no entanto, três de entre eles assumiam cargos de responsabilidade a nível de Estado.

A 24 de Novembro, foi nomeado um governo provisório³⁴⁹, com os seguintes membros: Victor Saúde Maria, como comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Paulo Correia, das Forças Armadas e dos Combatentes pela Liberdade da Pátria, Manuel Saturnino da Costa, do Interior, Samba Lamine Mané, dos Recursos Naturais, Joseph Turpin, secretário de Estado das Pescas, Victor Freire Monteiro, governador do Banco Nacional, Mário Leopoldo Rebelo Cabral, comissário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vasco Cabral, do Plano, Carlos Correia, das Finanças, Manuel Santos, dos Transportes e Turismo, Filinto Vaz Martins, da Educação Nacional, e Alberto Lima Gomes, das Obras Públicas, Construção e Urbanismo.

No seu comunicado ao jornal *Nô Pintcha*, os próprios golpistas afirmaram que havia as seguintes diferenças em relação ao governo anterior: a acumulação de duas pastas ministeriais por Paulo Correia, a entrada em funções de Manuel Saturnino, ex-embaixador na URSS, para além da partida dos comissários de Estado Armando Ramos, no Comércio, Indústria e Artesanato, João da Costa, da Saúde e Assuntos Sociais, Fidelis Cabral de Almada, da Justiça, Fernando Fortes, dos Correios e Telecomunicações e Mário de Andrade, da Informação e Cultura.

³⁴⁹ *In* *Nô Pintcha*, 24/11/80, p.2

Antes do golpe, que funções assumiam nas fileiras do partido e nos órgãos de Estado os novos comissários de Estado? Ao observar a tabela 19 podemos constatar que de entre os doze membros do novo governo, a maioria, ou seja onze, mantiveram o mesmo nível de responsabilidade política. Somente um era embaixador e passou a ser ministro.

3.1.2. *Acusações e falhanço da unidade Guiné - Cabo Verde*

Que causas foram apresentadas à opinião pública nacional e internacional como tendo levado ao desencadeamento de uma ação armada no país? A 24 de Novembro, o jornal nacional, *Nô Pintcha*, publicou o seu primeiro número desde o golpe de Estado. Anunciou na primeira página as principais razões apresentadas pelos golpistas. Evocou-se em primeiro lugar a existência de desvios no processo de unidade Guiné - Cabo Verde. Segundo os golpistas, daí resultava uma situação de inferioridade para o povo guineense. Como segunda razão, apresentou-se a existência de injustiças que deveriam ter desaparecido com a independência. Os golpistas acusavam a ala cabo-verdiana do partido, através da qual existia a unidade, de colocar o povo cabo-verdiano numa situação de superioridade em relação ao guineense. Acusava-se o povo cabo-verdiano de ter adotado uma atitude e práticas colonialistas. No entanto, o comunicado de imprensa não explicava de que forma este tipo de colonialismo teria sido praticado, nem por que meios. Também se acusava o governo anterior de corrupção, de irresponsabilidade, de laxismo face aos erros, de nepotismo, de ostentação e de ambição pessoal dos seus membros.

Não se deram exemplos destas práticas e não se nomearam os indivíduos que as teriam praticado. Ora, a maioria dos membros do governo anterior tinham sido nomeados para o governo de transição sob a responsabilidade do Conselho da Revolução. De resto, este mesmo órgão era constituído por elementos que tinham assumido

Tabela 19 – Cargos dos novos comissários de Estado antes do golpe de Estado

NOMES	Funções no partido antes do 14 de Novembro	Funções no Estado antes do 14 de Novembro	Funções no Estado após o 14 de Novembro
Cabral, Vasco	Membro do CEL	Ministro	Ministro
Correia, Carlos	Membro do CEL	Ministro	Ministro
Correia, Paulo	Membro do CEL	Ministro	Ministro
Freire Monteiro, Victor		Governador do Banco Nacional	Governador do Banco Nacional
Lamine Mané, Samba		Ministro	Ministro
Lima Gomes, Alberto		Ministro	Ministro
Rebelo Cabral, Mário Leopoldo		Ministro	Ministro
Santos, Manuel	Membro do CSL	Ministro	Ministro
Saturnino da Costa, Manuel	Membro do CSL	Embaixador	Ministro
Saúde Maria, Victor	Membro do CEL	Ministro	Ministro
Turpin, Joseph	Membro do CSL	Secretário de Estado	Secretário de Estado
Vaz Martins, Filinto		Ministro	Ministro

Fonte: Nô Pintcha

as mais altas responsabilidades nos órgãos de Estado e do partido. Podemos assim supor que este Conselho acusava implicitamente os dirigentes presos ou mortos de serem autores destas práticas. Sendo os golpistas os detentores da força militar, os dirigentes em causa não tinham a possibilidade de contra-argumentar.

Evoca-se também como razão para utilizar a força militar com o intuito de tomar o poder, a existência de fossas comuns no país, com quinhentas pessoas que tinham sido fuziladas. Esta informação, provavelmente a mais grave, também foi apresentada sem mais comentários: quem tinham sido estes fuzilados, em que circunstâncias e na sequência de que processos? E enfim, que provas permitiam sustentar uma afirmação dessas?

Enfim, foi dito que a Constituição tinha sido aprovada de uma forma que constituía um insulto para a dignidade do povo guineense. Com efeito, esta Constituição tinha sido aprovada por unanimidade pela Assembleia Nacional Popular (o Parlamento), cujos deputados tinham sido eleitos pela população guineense. Tudo indica que esta acusação não justificada feita à Assembleia Nacional Popular tenha legitimado, aos olhos dos golpistas, a dissolução deste órgão-chave do funcionamento do aparelho de Estado.

Por sua vez, o presidente do Conselho da Revolução, Nino Vieira, apresentou pessoalmente os argumentos que justificavam o golpe de Estado. Fê-lo tanto nos comícios públicos como nas conferências de imprensa. Estes argumentos foram publicados nas edições de 24 e 29 de Novembro e de 13 de Dezembro do jornal *Nô Pintcha*. Assim, ele afirmou que a situação do país era gravíssima:

«A situação que se criou nos últimos tempos no nosso país atingiu proporções insustentáveis. O seu desfecho era imprevisível e capaz de provocar consequências irreparáveis, pondo em causa a nossa própria Revolução, os objectivos e a linha de pensamento de Amílcar Cabral.»³⁵⁰

As críticas dirigidas ao funcionamento do partido foram múltiplas, e visavam sobretudo a prática dos princípios políticos fundamentais deste último. Assim, Nino Vieira afirmou que havia uma deriva em relação à linha ideológica do partido, nomeadamente através de uma eliminação progressiva do princípio do centralismo democrático, do princípio da crítica e da autocrítica, e da introdução do *divisionismo*³⁵¹. No que diz respeito à direcção interna do Estado guineense, ele afirmou:

³⁵⁰ *Nô Pintcha*, *op.cit.*, p.3

³⁵¹ Expressão que provavelmente significa uma política de divisão.

«Enquanto se proclamava teoricamente a Democracia Nacional Revolucionária, assistia-se na prática à sua negação completa; as discussões acerca do ante-projeto e projeto da nossa Constituição Política revelam todas as anomalias nela contidas, objectivando na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua identidade Nacional.»³⁵²

Por fim, Nino Vieira acusou o presidente deposto em pessoa, Luís Cabral, de ter roubado o país e de ter um plano para o assassinar.

«Decidimos tirar Luís Cabral do poder (...). E antes de ele sair daqui vai informar-nos onde meteu os valores económicos do país. Porque não são dele, nem meus, nem do Iafai e do Watna. São, sim, riquezas do nosso povo. (...) Estou plenamente certo que qualquer cidadão que se sinta verdadeiramente filho desta terra não tem a força moral e o descaramento de retirar do país divisas para outros locais.»³⁵³

«O novo dirigente do órgão máximo do país deu a conhecer ao público alguns aspetos de perseguição e tentativas de afastamento do aparelho Estatal e Partidário de que pessoalmente tinha sido alvo pelo único motivo de constituir uma sombra e um obstáculo à escalada política do ex-Presidente Luiz Cabral que, para tal elaborou um plano secreto de segurança visando a sua integridade física.»³⁵⁴

Tal como na primeira comunicação do jornal *Nô Pintcha*, o presidente do Conselho da Revolução não deu exemplos nem explicações

³⁵² *Nô Pintcha*, *idem*, *ibidem*

³⁵³ *Nô Pintcha*, 06/12/80

³⁵⁴ *Nô Pintcha*, 24/11/80, p.4

mais detalhados ou provas de todas estas acusações. Nas suas exposições sobre as causas do golpe de Estado, ele contradisse-se nas suas afirmações. Assim, apesar de todas as críticas que teceu ao funcionamento, na prática, dos princípios do partido, ele afirmou que os golpistas pretendiam mudar um homem e não o partido, referindo-se certamente ao presidente Luís Cabral, e esquecendo, de resto, os outros dirigentes presos ou mortos. Isto leva-nos a supor que este dirigente era o único a tomar as decisões. Apesar do cenário catastrófico apresentado da realidade socioeconómica do país, ele afirmou que tinham a intenção de dar seguimento às orientações do IIIº Congresso do partido, no que diz respeito às questões económicas, sociais, culturais, de defesa e de segurança assim como à política internacional. Sabendo que a maioria dos dirigentes do regime deposto foram associados ou aderiram posteriormente ao golpe de Estado, e supondo, como foi dito de forma indireta, que um único homem tomava todas as decisões, seria necessário explicar de que forma teria sido possível controlar todos estes combatentes pela liberdade da pátria, e que capacidade quase sobre-humana teria sido necessário ter de forma a realizar todo o trabalho feito em vários domínios durante os anos de pós-independência. No entanto, Nino Vieira confirma esta acusação:

«Decidimos tirar Luís Cabral do poder porque ele não favorecia uma política estável da nossa economia. Fazia o que entendia...»³⁵⁵

O presidente do Conselho da Revolução também se contradisse quando afirmou que com o golpe de Estado se tinham lançado as bases reais para criar um processo de unidade Guiné – Cabo Verde, respeitando a dignidade dos dois povos. Não se explicou de que forma o povo guineense teria sido dominado. As novas condições que

³⁵⁵ *Nô Pintcha*, 06/12/80

teriam passado a existir, graças ao golpe de Estado, permaneceram obscuras, sabendo que a ala cabo-verdiana do partido continuava a ser a mesma. Mas a maior contradição nestas afirmações ocorreu a 29 de Novembro, quando o presidente do Conselho da Revolução declarou ter tido conhecimento das causas que tinham sido apresentadas publicamente como sendo algumas das que tinham motivado o movimento somente após a perpetração do golpe de Estado. Assim, aquando da realização de uma conferência de imprensa, ele defendeu que tinha tomado conhecimento da existência dos supostos fuzilados após o golpe de Estado e que mesmo nessa altura, ainda não estava a par de nada do que se passava no país, nomeadamente em relação à situação económica deste³⁵⁶.

Estas afirmações são incompatíveis, pouco credíveis e bastante confusas. Como podia um primeiro-ministro não estar a par da situação económica do seu país? Como podia o dirigente principal de um golpe de Estado tomar conhecimento *a posteriori* das causas apresentadas como estando na base do movimento que ele próprio tinha dirigido? Algumas destas questões foram naturalmente colocadas pelos jornalistas presentes, mas ficaram sem resposta.

Victor Saúde Maria, apresentado publicamente a 18 de Novembro como vice-presidente do Conselho da Revolução, também apresentou as causas do golpe de Estado à imprensa e num comício. Nessa ocasião ele afirmou que o golpe de Estado não tinha sido de forma alguma motivado pela linha política seguida pelo partido e que não pensava que o trabalho realizado até então no domínio da política económica devia ser posto em causa. Ora, vistas as acusações precedentes dirigidas à direção económica do país, estas afirmações tornam-se dificilmente compreensíveis. Quanto ao resto, ele defendeu as teses do Presidente do Conselho da Revolução. Por fim, Victor Saúde Maria proferiu as acusações mais graves dirigidas à ala cabo-verdiana do PAIGC:

³⁵⁶ *Nô Pintcha*, 29/11/80, p.6

«Não podemos admitir que o nosso povo seja vítima da Unidade. Este é o fundo do problema. Nós queremos a unidade sim, mas na igualdade. Não podíamos continuar nessa situação, nem em nome da unidade, aquele mito que foi criado para massacrar as nossas populações.»³⁵⁷

Vemos assim que o vice-presidente do Conselho da Revolução acusou publicamente a ala cabo-verdiana do partido de massacrar a população guineense. Trata-se evidentemente de uma acusação de extrema gravidade. No entanto, o vice-presidente não apresentou provas.

Concluindo, vemos que os golpistas tomaram o poder pelas armas na Guiné-Bissau. Mas os seus dirigentes principais também proferiram acusações públicas, explícitas ou implícitas, contra o princípio e a prática da unidade Guiné-Cabo Verde. Estas acusações eram dirigidas aos dirigentes cabo-verdianos do partido e de forma mais alargada, ao povo cabo-verdiano. Elas foram da maior gravidade, criando assim uma situação de muito difícil, e até, impossível convivência. Estando o princípio da unidade na base da fundação do PAIGC, era evidente que já não estavam reunidas condições para que este pudesse continuar a existir. Por fim, quanto à questão das ações que visavam o afastamento de cabo-verdianos do partido, surgiram recentemente novos dados. Assim, de acordo com testemunhos muito recentes, aquando do assassinato de Amílcar Cabral em Conakry, as ações do grupo de insurretos demonstraram claramente sentimentos anti-cabo-verdianos. Olívio Pires afirmou que uma das intenções deste grupo era eliminar os cabo-verdianos e os mestiços guineenses³⁵⁸. Osvaldo Lopes da Silva confirmou estas intenções, ao afirmar que todos os cabo-verdianos presentes em Conakry no dia do assassinato de Cabral foram

³⁵⁷ *Nô Pintcha, op.cit.*, p.7

³⁵⁸ Pereira, Aristides, *op. cit.*, p. 536

detidos para serem fuzilados³⁵⁹. Por sua vez, Silvino da Luz não mencionou uma intenção declarada de assassinato coletivo, mas denunciou uma vontade de afastar os cabo-verdianos do partido, já que todos foram presos³⁶⁰. Esta questão nunca foi estudada aprofundadamente. Vistas estas declarações vindas a público só em 2003, seria pertinente estudar as ações anti-cabo-verdianas levadas a cabo no seio do partido, na Guiné-Bissau, durante este período.

3.1.3. *Falar sem se compreender: a condenação da ala cabo-verdiana*

Em Cabo Verde, a primeira reação pública aos acontecimentos de Bissau teve lugar a 15 de Novembro com um comunicado do Conselho de Ministros. O golpe de Estado foi então condenado. Foi considerado como sendo contrário aos princípios do PAIGC para a resolução de problemas internos. O Conselho de Ministros reservou-se o direito de rever as suas posições relativamente às relações entre os dois Estados. No entanto, afirmou que não era sua intenção imiscuir-se nas questões internas da Guiné-Bissau. Por fim, reservou-se também o direito de tomar todas as iniciativas necessárias para assegurar o regresso dos cabo-verdianos residentes na Guiné que o quisessem fazer. Alguns dias mais tarde, esta tomada de posição foi considerada pelos golpistas como sendo uma atitude de ingerência nas questões internas da Guiné-Bissau.

Começaram a ser trocados alguns telegramas entre o presidente do Conselho da Revolução, Nino Vieira, e Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC e presidente da República de Cabo Verde³⁶¹. A 17 de Novembro, João Bernardo Vieira enviou um telegrama ao

³⁵⁹ Pereira, Aristides, *op.cit.*, p. 553

³⁶⁰ Pereira, Aristides, *op.cit.*, p. 620

³⁶¹ *Do PAIGC ao PAICV – documentos, op. cit.*, pp. 41 – 51

secretário-geral do PAIGC, em nome do Conselho da Revolução, no qual ele justificava a ação como tratando-se de uma resposta às expectativas populares de ver uma mudança numa situação grave e com um fim imprevisível. Ele afirmava que estava salvaguardada a integridade física do presidente deposto, Luís Cabral, assim como a da sua família. Também assegurava que não tinha havido derramamento de sangue e que a situação no país era considerada normal. Da mesma forma, ele garantiu que os cidadãos cabo-verdianos residindo no país não tinham sido vítimas de quaisquer atos de violência. Por fim, ele afirmava que o seu grupo permanecia fiel aos princípios de Amílcar Cabral. Confirmava de igual modo a sua determinação em continuar a desenvolver as ligações existentes entre os dois países. No mesmo dia, Aristides Pereira, apresentando-se como secretário-geral do PAIGC, respondeu através de um telegrama destinado a João Bernardo Vieira na qualidade de camarada, comandante de brigada, membro da Comissão Permanente e presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do PAIGC. Nesta resposta, Pereira qualificou os acontecimentos de 14 de Novembro como tratando-se de atos gravíssimos contra os princípios e os fundamentos do partido. Ele deixou claramente entender que não aceitava o golpe de Estado como método de resolução dos problemas partidários ao afirmar que existiam órgãos para este efeito. Também dizia que os problemas que eventualmente existissem no Estado da Guiné-Bissau deviam ser assumidos por todos os dirigentes deste Estado. Ele também assinou a existência de mortos e feridos, nomeadamente, de membros da direção do partido. Ele considerou que nada justificava estes atos. Ele salientou o facto de ter havido uma substituição das instituições existentes por um Conselho da Revolução estranho ao PAIGC, ideologicamente e politicamente indefinido. Em seguida, Pereira pediu algumas explicações, acusando Vieira de uma falta de confiança evidente na sua pessoa. Em primeiro lugar, perguntava-lhe como ia conciliar as suas declarações de fidelidade a Cabral com as proferidas

pelo Conselho da Revolução; em seguida, perguntou-lhe de que forma o PAIGC tinha entravado a afirmação da identidade nacional guineense e impedido que este povo pudesse ser dono do seu destino. Ele afirmou que se sentia responsável pela segurança de todos os companheiros de luta presentes na Guiné. Ele lembrava que era tão necessário quanto urgente libertar Luís Cabral. Enfim, ele afirmava que seria necessário regressar à ordem existente para retomar o diálogo. Por sua vez, no mesmo dia, João Bernardo Vieira dirigiu um novo telegrama a Aristides Pereira, desta vez na qualidade de secretário-geral do PAIGC e também como presidente da República de Cabo Verde, tendo assinado como presidente do Conselho da Revolução. Ele afirmava que tinha achado o conteúdo da mensagem de Pereira profundamente estranho. Reafirmava a gravidade da situação nacional e as atitudes antidemocráticas do presidente deposto. Desta vez, ele acusava Pereira de passividade como líder do PAIGC. Ele acusou o presidente Luís Cabral de influenciar alguns deputados para que não se discutisse abertamente a nova Constituição no Parlamento. Ele acusou os órgãos superiores do partido de gerir com pouca seriedade os problemas relativos à Guiné-Bissau. Ele acusava Pereira de falta de coragem política e de ser responsável perante a situação vigente anterior ao golpe. Ele acrescentou que mesmo se os golpistas reafirmavam a sua ligação ao espírito do partido, eles teriam rejeitado categoricamente qualquer tentativa de mudar o curso dos acontecimentos. A mensagem seguinte de Aristides Pereira foi enviada a 19 de Novembro. Assinava como responsável supremo do PAIGC e também como presidente da República de Cabo Verde. Endereçava-se ainda a Vieira como camarada, comandante de brigada e presidente do Conselho Nacional da Guiné em Bissau. Começou por acusá-lo de estar muito confuso quanto às responsabilidades das diferentes instâncias e dirigentes do PAIGC. Assim, afirmava que o próprio Vieira era o dirigente do partido com o mais alto nível de responsabilidade na Guiné. Era, por isso, a pessoa que tinha o poder para

dinamizar o debate à volta das questões políticas e partidárias que diziam diretamente respeito à Guiné. Ele lembrou-lhe que o secretário-geral tinha unicamente um papel de arbitragem. Acusou-o de ter bloqueado os órgãos do partido que ele próprio devia ter feito funcionar. Afirmava ainda que Vieira nunca o tinha posto a par dos problemas que ele afirmava existirem na Guiné, nem a nível do partido, nem da sua própria pessoa. Enfim, ele reafirmou que os dirigentes guineenses deviam assumir as responsabilidades relativas ao seu país. No dia 22, Pereira voltou a enviar uma mensagem a Vieira, com o mesmo teor, na qual se mostrava favorável a um encontro no Sal. Três semanas mais tarde, a 12 de Dezembro, Vieira, numa mensagem a Pereira, dirigiu-se a este último somente na qualidade de secretário-geral do PAIGC e assinou como presidente do Conselho da Revolução e do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC. Nessa altura, ele recusou o envio de uma delegação a Cabo Verde devido à posição assumida por este país relativamente ao golpe de Estado de 14 de Novembro. Por fim, ele afirmou que se dispunha a receber Pereira em Bissau.

A última mensagem trocada entre os dois dirigentes, foi a de Pereira destinada a Vieira, a 16 de Dezembro. Pereira assumiu então a rutura com os dirigentes no poder na Guiné-Bissau. Acusava-os de se contradizerem nas suas declarações de intenção e nas suas ações práticas; de recusar formalmente qualquer tipo de diálogo; de adulterar as iniciativas da Praia visando o envio de um emissário cabo-verdiano e depois uma missão dos países de língua oficial portuguesa³⁶². Acusava-os de terem pretendido convocar o secretário-geral do PAIGC a fim de ser escutado e julgado em Bissau. Também os acusava de querer atribuir todos os males

³⁶² Trata-se de uma missão que foi enviada na sequência da realização da Conferência Internacional de Luanda, a 2 de Dezembro de 1980, com representantes dos quatro P.A.L.O.P., tendo como objetivo analisar os acontecimentos de 14 de Novembro na Guiné-Bissau.

da Guiné e de Cabo Verde somente aos cabo-verdianos, através das injúrias e dos insultos proferidos na Guiné-Bissau e no estrangeiro. Enfim, ele afirmou que os dirigentes cabo-verdianos sentiam-se na obrigação de se demarcar claramente do que ele chamava de confusão política e ideológica e de demagogia. Ele atribuiu aos dirigentes guineenses a responsabilidade das consequências do golpe de Estado na vida do partido.

Vemos assim que os dois dirigentes não se entenderam quanto à responsabilidade política dos órgãos existentes no país, nomeadamente os nacionais e os supranacionais. Após várias acusações mútuas de irresponsabilidade política, o diálogo chegou a um impasse. Em seguida, Bissau recusou o envio de uma delegação a Cabo Verde e Pereira assumiu formalmente a rutura provável, que foi mais tarde oficializada.

Entretanto, a 23 de Novembro, após uma reunião extraordinária que teve lugar na Praia no dia 20, o Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC exprimiu a sua posição num comunicado oficial. Este Conselho apoiava a análise de Pereira, considerando que o golpe de Estado era um ato extremamente grave contra o PAIGC. Considerava também que esta situação punha seriamente em causa a sobrevivência do partido e a materialização do princípio da unidade, já que o Conselho da Revolução tinha afirmado que o povo guineense só tinha recuperado a sua identidade nacional após o golpe de Estado. Esta afirmação foi considerada como uma clara negação do papel histórico da luta pela independência e do papel que o PAIGC tinha desempenhado nesse processo. Estas conclusões foram reafirmadas pelos representantes regionais do PAIGC em Cabo Verde e pelos responsáveis das organizações de massas, que também tinham participado nesta reunião extraordinária.

A revista dos militantes do PAIGC em Cabo Verde, intitulada *O Militante*, dedicou a maioria dos seus artigos ao golpe de Estado na Guiné-Bissau, no seu número correspondente aos meses de Outubro/

Novembro e Dezembro de 1980. Foi aí publicada uma lista inédita dos dirigentes mortos e detidos no decorrer desse acontecimento. Assim, de acordo com esta publicação tinham sido assassinados Otto Schacht, membro do CEL e secretário do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, António Buscardini, membro do CSL e secretário-geral do Comissariado de Estado do Interior, André Gomes, membro do CEL e do Estado Maior das Forças Armadas. Quanto aos dirigentes detidos, de entre os membros do CEL, encontrava-se Luís Cabral, presidente da República, Umarú Djaló, comissário de Estado das Forças Armadas, Constantino Teixeira, comissário de Estado do Interior, Lourenço Gomes, diretor-geral da Segurança. Em relação aos membros do CSL, foram citados Abdulai Seck, presidente do Comité de Estado da região do Gabú, Agostinho da Silva, comandante da Marinha, João da Costa, comissário de Estado da Saúde e dos Assuntos Sociais, Juvêncio Gomes, presidente do Comité de Estado da cidade de Bissau, Bacar Cassamá, chefe da casa civil da Presidência e Arafan Mané, primeiro-comandante, chefe da casa militar da Presidência. Entre outros detidos cujos nomes foram publicados, encontravam-se vários comandantes. Por fim, este órgão de imprensa também apresentava os nomes dos dirigentes que não se encontravam na Guiné-Bissau por altura do golpe e que aí não regressaram: José Araújo, secretário executivo do CEL, Lúcio Soares, membro do CEL e do Estado Maior das Forças Armadas, Abdulai Bari, membro do CEL e do Estado Maior das Forças Armadas, Luís Correia, diretor-geral da polícia e da ordem pública, Bobo Queita, membro do CSL e do Estado Maior das Forças Armadas, Júlio Carvalho, membro do CSL e do Estado Maior e chefe da direção política nacional das FARP. O periódico não revelou as suas fontes.

Elaborámos uma tabela que mostra a situação dos membros do Comité Executivo da Luta que não participaram ou não aderiram ao golpe de Estado. Pela análise da tabela 20 constatamos que num total de vinte e cinco membros do Comité Executivo da Luta, dezasseis foram excluídos deste golpe de Estado, ou seja, cerca de dois

terços. Somente um terço dos membros deste órgão de direção do partido participou ou aderiu posteriormente ao golpe de Estado.

A última ação levada a cabo por Cabo Verde neste processo teve lugar na Conferência Internacional de Luanda a 2 de Dezembro de 1980, com a participação dos chefes de Estado de Angola, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe. Segundo *O Militante*³⁶³, os participantes nesta conferência também chegaram à conclusão de que o golpe de Estado na Guiné punha em causa a sobrevivência do PAIGC como partido supranacional assim como a materialização do processo de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ainda de acordo com os mesmos participantes, este golpe de Estado atingia o prestígio das lutas de libertação dos povos africanos que tinham estado sob o jugo colonial português. Esta conferência internacional reafirmava, para além disso, e segundo este órgão de imprensa, o princípio da não-ingerência nos assuntos internos da Guiné-Bissau. Ora, um grupo de representantes desta conferência internacional deslocou-se a Bissau. O jornal *Nô Pintcha* anunciou que esta delegação tinha deixado a cidade de Bissau a 5 de Dezembro e que o seu chefe tinha declarado que seria pensada uma solução favorável. No entanto, no mesmo jornal, avisava-se que qualquer medida tomada relativamente à Guiné-Bissau sem a participação dos seus dirigentes no poder seria interpretada por estes últimos como uma forma de ingerência nos assuntos internos do país³⁶⁴.

No mesmo número do jornal *O Militante*, alguns dirigentes cabo-verdianos apresentaram as suas reações aos acontecimentos de Bissau: Aristides Pereira, Pedro Pires e Abílio Duarte, cujos textos analisamos. Num comunicado dirigido aos militantes e intitulado «Nada justifica o ato de rebelião», Aristides Pereira confirmou as suas posições expostas nas primeiras mensagens enviadas a João

³⁶³ *O Militante – especial golpe de Estado*, Praia, PAIGC, Out.-Dez. 1980, p.16

³⁶⁴ *Nô Pintcha*, 06/12/80

Bernardo Vieira, acrescentando algumas considerações a propósito da unidade. Assim, ele afirmou que os povos da Guiné e de Cabo Verde tinham tirado proveito da unidade. Ele confirmou a sua convicção de que este princípio estratégico era a única via para a independência política, económica e cultural de África. Afirmou também que os responsáveis tinham sempre tido consciência de que esta unidade poderia concretizar-se unicamente pela adesão livre dos povos em causa. Ele recordou mais adiante que o argumento da dominação dos cabo-verdianos em relação aos guineenses no seio do partido era utilizado por todos os inimigos deste, tanto africanos como colonialistas portugueses, com a intenção de provocar divisões. Segundo ele, o objetivo último deste falso argumento era o de manter o colonialismo e talvez ajudasse a instalar uma situação de neocolonialismo. Nós vemos assim que o secretário-geral do PAIGC acusou claramente os golpistas de trair a causa da independência, e de cumplicidade com eventuais neocolonialistas.

O texto de Pedro Pires³⁶⁵ é a transcrição de um discurso pronunciado em crioulo, por ocasião da campanha eleitoral para as eleições municipais que estavam previstas para 27 de Dezembro de 1980 em Cabo Verde. No texto intitulado «PAIGC autor da identidade nacional guineense», Pires confirmou as considerações de Pereira sobre o golpe de Estado e as suas possíveis repercussões na vida do partido. Ele respondeu de forma muito direta às acusações mais ou menos veladas dos golpistas de Bissau dirigidas aos cabo-verdianos. Assim, ele afirmou que não havia nenhum colonialismo nem imperialismo, somente confusão por parte destes dirigentes. Justificava as suas afirmações, explicando que Cabo Verde não tinha forças militares, nem económicas ou financeiras que lhe permitissem exercer um poder de tipo

³⁶⁵ De entre estes três dirigentes, Pedro Pires foi o único que assumiu responsabilidades num governo da Guiné-Bissau, logo após a independência do país – ver Capítulo Segundo.

colonial. Quanto às críticas feitas pelos golpistas relativas à situação socioeconómica da Guiné-Bissau, ele afirmou que a responsabilidade era justamente dos dirigentes guineenses. Acrescentou que não era aceitável que afirmassem não estarem ao corrente dos temas relativos ao país. Referindo-se em especial a Vieira, ele disse: «Como é possível que um homem que detenha elevada posição num estado não viu nada, não sabe, não ouviu nem tomou parte em nada? Perguntamos: ele não estava no país?»³⁶⁶ Pires também foi o dirigente que mais falou acerca da questão dos cadáveres encontrados nas fossas comuns. Ele acusou os golpistas de se terem associado aos antigos inimigos do PAIGC, ao afirmarem que se tratava de cadáveres de «comandos e milícias africanos». Estes supostos ex-agentes da PIDE teriam tentado dar um golpe de Estado a 11 de Março de 1975 atacando quartéis militares na Guiné-Bissau a partir das fronteiras com o Senegal. Por fim, quanto à questão da unidade, ele acusou os golpistas de falta de lealdade ao adotarem atitudes contra a unidade.

Constatou que eles tinham, dessa forma, quebrado a confiança sobre a qual a unidade poderia ser construída. Acusou também os dirigentes golpistas de proferirem afirmações escandalosas quando acusaram os dirigentes cabo-verdianos de não respeitarem a identidade cultural guineense; também denunciou um erro histórico por parte dos políticos em questão, quando um deles afirmou que a Guiné tinha ganho somente 500 mortos com a unidade. Por fim, ele terminou afirmando que com a unidade do PAIGC, a Guiné tinha ganho a consciência de milhares de militantes, a sua libertação, a formação de um povo e de uma identidade nacionais, em detrimento da consciência tribal.

No texto de Abílio Duarte, intitulado «Mais grave que o assassinato de Cabral», o autor começou por considerar hipócrita a afirmação segundo a qual Luís Cabral seria o único responsável pelas dificuldades existentes na Guiné. Ele chegou à conclusão de que os golpistas

³⁶⁶ *O Militante – especial golpe de Estado, op.cit.*, p. 6

tinham criado uma situação pior do que a que se tinha criado em Janeiro de 1973, aquando do assassinato do primeiro líder do PAIGC, na medida em que, naquela época, a existência do partido não tinha sido posta em causa, o que sucedeu como consequência do golpe de Estado. No final do texto, Duarte concluiu que era necessário que a ala cabo-verdiana do partido se demarcasse claramente do golpe de Estado e do Conselho da Revolução da Guiné-Bissau.

Vemos assim que três dos principais dirigentes cabo-verdianos acusaram os golpistas de traição, de hipocrisia, de não terem assumido as suas responsabilidades políticas, de falsificação histórica escandalosa, em resposta aos atos destes e às afirmações de alguns dos seus dirigentes. Ora, quando se considerou que este golpe de Estado estava na linha de ação que tinha conduzido ao assassinato de Amílcar Cabral, as acusações atingiram o mais alto nível de gravidade, confirmando uma rutura irreparável.

3.2. A criação do PAICV ou a rutura assumida do partido

De 16 a 20 de Janeiro de 1981, realizou-se em Cabo Verde uma conferência nacional dos militantes do PAIGC que foi mais tarde transformada no primeiro Congresso Nacional do PAICV. No seu discurso de abertura, o secretário-geral do partido dedicou-se a uma longa análise dos acontecimentos em Bissau desde o dia 14 de Novembro e começou por fazer a apologia da unidade no quadro africano, condenando um nacionalismo estreito aliado ao divisionismo. Tal como Duarte, ele inseriu o golpe na linha dos acontecimentos a que ele chamava de *complot* de 20 de Janeiro de 1973, que tinha levado ao assassinato de Amílcar Cabral. No que diz respeito aos motivos legitimadores apresentados pelos golpistas, ele qualificou-os de falsos e contraditórios. Atacou-os em seguida um por um.

Em primeiro lugar, em relação à questão de uma hegemonia cabo-verdiana, ele contou o número de responsáveis cabo-verdianos nos diferentes órgãos de poder no partido e no Estado da Guiné-Bissau. Ele explicou que havia dois terços de guineenses nos órgãos supranacionais de direção do partido (Conselho Superior da Luta, Comité Executivo da Luta, Comissão Permanente); dois cabo-verdianos num total de cinquenta elementos no Conselho Nacional da Guiné do PAIGC; um cabo-verdiano na sede do partido em Bissau, exercendo funções supranacionais; dois deputados cabo-verdianos na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau que tinha 150 deputados; nenhum no Conselho de Estado; dois comissários num conjunto de 19; nenhum nos órgãos de direção regional do partido ou do Estado; um cabo-verdiano no Estado-Maior das FARP. Enfim, ele assegurou que não havia nenhum cabo-verdiano no comando das regiões e das unidades militares e praticamente nenhum militar cabo-verdiano na Guiné-Bissau. Ele concluiu que havia no total oito lugares de alto nível de responsabilidade ocupados por cabo-verdianos, que eram cinco no total, havendo alguns a acumular funções. Explicou ainda que estes altos dirigentes cabo-verdianos do partido tinham permanecido na Guiné-Bissau por pedido expresso das estruturas deste, uma vez que havia falta de quadros nesse país. Perguntou então se estes cinco elementos eram agentes do colonialismo, acrescentando que essa acusação era um insulto ao próprio povo guineense. Após estes esclarecimentos, Pereira concluiu que os golpistas tinham sido movidos por um sentimento racista, sentimento que foi explorado de forma a obter apoio popular. No final do seu discurso, afirmou que ao atacar órgãos de poder de Estado os golpistas tinham atacado o próprio partido, tendo em conta a relação existente entre os dois³⁶⁷. O projeto de Unidade, disse ele, tinha-se revelado inviável porque tinha-se minado a confiança, a esperança e a vontade política necessárias para a sua concretização.

³⁶⁷ Sobre esta questão ver o Capítulo IV.1.1.

No discurso de encerramento desta conferência nacional, Pedro Pires fez mais uma vez referência ao golpe de Estado e aos golpistas. Ele subscreveu a análise que tinha sido apresentada por Pereira salientando alguns aspetos:

«Ai de nós, ai do mundo, se por cada erro de um responsável político tivesse que haver um golpe de estado. Ai do mundo, porque razões para golpes existem em todos os países, se utilizarmos como critério o que se tem dito a propósito do golpe de estado, em Bissau...»³⁶⁸

Ainda acerca das justificações dos golpistas, ele acrescentou:

«O que acontece é que nós não compreendemos nada do que se passa em Bissau. Eles dizem que não sabem nada, mas nós é que não compreendemos nada do que ali se passa. (...)»³⁶⁹

Referindo-se ao povo da Guiné, ele sublinhou:

«Queremos dizer aqui, no quadro da verdade histórica, que o povo de Cabo Verde deve muito ao povo da Guiné-Bissau, pela sua independência e por aquilo que somos hoje.»³⁷⁰

Por fim, Pires usou expressões duras e incisivas em relação a qualquer anti-cabo-verdianismo, assim como em relação a atitudes ou afirmações racistas respeitantes a Cabo-verdianos:

³⁶⁸ *Do PAIGC ao PAICV, op.cit.*, p. 120

³⁶⁹ *Do PAIGC ao PAICV, op.cit.*, p. 122

³⁷⁰ *Do PAIGC ao PAICV, op.cit.*, p. 126

«Todos aqueles que pensaram que nós éramos um bando de mestiços a colonizar negros, que tirem a lição. Todos os anti-mestiços do mundo que fiquem claros. Não é a cor do homem que conta. É a sua ideologia, é a sua vontade de fazer marchar a História, é a sua posição face à História e face aos factos.

O povo de Cabo Verde é, na realidade, um povo mestiço. Um povo mestiço no aspeto biológico, resultante do cruzamento de raças. (...) É um povo e um povo como qualquer outro. Com a sua cultura, com o seu perfil psicológico próprio. É como tal que nos afirmamos.

Àqueles que defendem a “autenticidade das raças”, digo-lhes só uma coisa: que tomem cuidado, porque isso ia levando a Humanidade à hecatombe.»³⁷¹

A 20 de Janeiro de 1981, na data do oitavo aniversário do assassinato de Amílcar Cabral, o PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde – foi criado na conferência nacional de Cabo Verde dos militantes do PAIGC, que foi transformada em primeiro Congresso do PAICV, como tínhamos dito acima. Declarou-se que a organização nacional do PAIGC em Cabo Verde assumia o caráter de partido nacional, no itinerário histórico do PAIGC e guiando-se pelas decisões do IIIº Congresso deste. No seu discurso de encerramento, Aristides Pereira fez referência à escolha da data simbólica do assassinato de Amílcar Cabral para a fundação deste novo partido e afirmou que tinham feito ressurgir o PAIGC em Cabo Verde através do PAICV.

³⁷¹ *Do PAIGC ao PAICV, op.cit.*, p. 127

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÕES

Conclui-se através do nosso estudo que *houve uma renovação da direção política do PAIGC muito antes da declaração de independência da Guiné-Bissau, em 1973*. Para além disso, à data desta declaração, quatro dos seis dirigentes da primeira geração já não ocupavam os lugares de direção partidária ao mais alto nível. Mais ainda, metade destes fundadores oficiais já não integravam os órgãos de direção do partido desde o início dos anos 1960, quando metade deles conseguiu escapar à PIDE (em 1960), e os outros foram presos (em 1961 e 1962).

A segunda geração, muito mais numerosa que a primeira, ascendeu de forma progressiva à direção partidária. Há várias diferenças entre estes dois grupos, a começar pela diferença de geração propriamente dita, a saber:

- a geração dos fundadores nasceu sobretudo nos anos 1920, enquanto a segunda concentrou-se nos anos 1930, depois 1940. Nestas duas décadas concentraram-se 87,5% dos dados disponíveis para este segundo grupo. Em relação à idade dos dirigentes, vemos, portanto, que há uma diferença entre estes dois grupos. Com efeito, apesar de haver apenas dez ou quinze anos que os separam, os elementos do primeiro grupo já tinham tido uma experiência de assunção de responsabilidades sociais importantes, a saber, a construção de uma carreira profissional e a fundação de uma família.

Relativamente ao recrutamento geográfico, constatamos que o grupo dos fundadores é composto por guineenses e cabo-verdianos em igual número. No entanto, há uma experiência que marcou cinco dos seis: trata-se da *emigração cabo-verdiana na Guiné*. Com efeito, por altura da fundação todos os cabo-verdianos fundadores do partido viviam na Guiné desde há vários anos. Por sua vez, dois dos três guineenses em causa eram descendentes de emigrantes cabo-verdianos na Guiné e tinham também vivido em Cabo Verde.

Esta experiência migratória quase não ocorre, ou muito pouco, na segunda geração. Efetivamente, no que diz respeito a este segundo grupo, não dispomos de informações concludentes sobre este tipo de trajetória para os naturais da Guiné. No entanto, uma pequena parte dos naturais de Cabo Verde tiveram uma experiência migratória, mas em Angola. Quanto às trajetórias familiares, houve uma única experiência migratória na Guiné e uma outra em Inglaterra.

Em relação ao recrutamento socioprofissional, há também diferenças entre os dois grupos. Os elementos do primeiro estavam todos, com efeito, ao mais alto nível da estrutura social ao qual um colonizado podia ascender nessa época, na Guiné. Podemos considerar que era igualmente o caso para os cabo-verdianos do segundo grupo, cuja maioria eram estudantes universitários. Já no grupo dos guineenses de segunda geração alguns de entre eles também tinham uma posição privilegiada na sociedade colonial da época, enquanto outros encontravam-se na fronteira da marginalização dessa mesma sociedade.

A segunda conclusão que surge muito claramente é a da *grande maioria de naturais da Guiné no grupo da segunda geração da direção política do PAIGC*. Estes últimos representavam dois terços do grupo em causa, o que *contradiz todas as afirmações feitas a este propósito até aos dias de hoje*. Para além disso, é interessante notar que esta repartição corresponde sensivelmente à proporção das duas populações na época: em 1970, a Guiné tinha

uma população de cerca de 800 000 habitantes e Cabo Verde, cerca de 200 000.

As trajetórias dos dois grupos nacionais são muito diferentes. Enquanto os naturais de Cabo Verde eram, na sua maioria, estudantes universitários que fugiram do espaço sob domínio português passando pela Europa, os guineenses eram assalariados que saíram diretamente da Guiné em direção a países vizinhos.

A última conclusão respeitante ao recrutamento dos membros fundadores e ao dos do Comité Executivo da Luta está ligada à trajetória de Amílcar Cabral. Mesmo não sendo o mais velho de todos os dirigentes do PAIGC, havia uma diferença de idade que o separava da grande maioria destes, ou seja, entre 10 a 15 anos, em média. Para além disso, no seu grupo geracional, o dos fundadores, ele foi o único que obteve um diploma universitário e de resto, o único que frequentou uma instituição de ensino superior. Tal como 5 de entre os 6 fundadores, era uma das pessoas que conhecia os dois futuros Estados em questão, tanto a Guiné-Bissau como Cabo Verde, antes da fundação do partido. Este conhecimento passou a ser muito raro para a segunda geração de dirigentes, e constituía certamente uma questão importante para o projeto político de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os naturais de Cabo Verde puderam conhecer a Guiné-Bissau durante o período da luta armada, mas não foi o caso para os naturais da Guiné relativamente a Cabo Verde, antes da independência. Por fim, tanto quanto sabemos, Amílcar Cabral era a única pessoa no partido, e muito provavelmente uma das únicas no império colonial português daquela época, juntamente com a sua primeira esposa, a ter conhecido todo o território da Guiné-Bissau antes da fundação do partido, aquando da elaboração do recenseamento agrícola do território, em 1953. Parece-nos, assim, muito claro que um certo número de conhecimentos e de experiências vividas por Amílcar Cabral contribuíram fortemente para que ele tivesse uma posição privilegiada, para não dizer, a posição-chave no seio do

movimento nacionalista. Estes fatores concorreram certamente também para o aumento do seu capital simbólico junto aos militantes em geral e junto aos outros dirigentes.

No que diz respeito às estratégias familiares em Cabo Verde e utilizando os conceitos de Pierre Bourdieu, observámos dois fenómenos: primeiramente, conversões de capital, que por sua vez resultaram na reconversão das posições ocupadas, e até numa trajetória ascendente na sociedade para uma parte dos naturais de Cabo Verde. Assim, analisando as profissões dos pais em causa, pudemos ver que pertenciam a uma classe média-alta ou alta da sociedade cabo-verdiana. Para além disso, dispunham todos de uma relativamente grande quantidade de capital cultural da cultura dominante, que os seus filhos puderam manter. Graças a este capital cultural, a maioria dos pais tiveram experiências migratórias no ex-Império português em África, onde acumularam capital social (nomeadamente, na Guiné e em Angola). Ora, os seus filhos puderam utilizar este capital social nas suas trajetórias políticas. Investiram-no, portanto, tal como o seu capital cultural, no campo político, aquando da fundação do partido ou do seu primeiro engajamento político ou ainda na fuga. No que diz respeito à questão da reconversão das posições ocupadas pelos agentes na sociedade, é a conclusão à qual chegámos pela análise das profissões exercidas pelos avós paternos. Com efeito, sendo possível observar uma trajetória social ascendente entre a geração dos pais e a dos dirigentes em causa, já não é tanto o caso se tivermos em conta a geração dos avós. Estes pertenciam sobretudo às classes mais altas da sociedade cabo-verdiana da época, a julgar pela estratificação da sociedade proposta por Elisa Andrade³⁷².

Ao longo da nossa análise, chegámos a conclusões inesperadas, respeitantes a questões que não constituíam a nossa problemática.

³⁷² Andrade, Elisa, *op. cit.*, pp. 260-262

Também entrevistamos novas pistas de investigação, em terrenos ainda não explorados, mas que parecem ser profícuos.

Uma primeira questão diz respeito à *fundação do partido*. Este facto parecia ser muito claro na documentação disponível do PAIGC. No entanto, aquando do cruzamento de todas as fontes, apercebemo-nos de que o era no respeitante à data e ao local da reunião, mas que os participantes nem sempre eram referidos. Os vários autores que escreveram sobre este tema indicaram, a cada vez, nomes diferentes dos participantes na reunião fundadora. Quem são então, os fundadores do PAIGC? Aqueles referidos que, ainda em vida, se pronunciaram acerca deste assunto também não estavam todos de acordo a este propósito. Esta questão fica, portanto, em aberto na historiografia do PAIGC, devido sobretudo à falta de documentação escrita proveniente da dita reunião.

A segunda conclusão inesperada lança-nos em direção a um novo tema de investigação e diz respeito ao estabelecimento de ensino secundário em Cabo Verde, o liceu Gil Eanes. Como vimos, foi por esta instituição que passaram 5 dos 6 fundadores, assim como todos os cabo-verdianos da segunda geração, à exceção de José Araújo, antes da sua integração no partido. Questionamo-nos acerca da dimensão do papel formador desta instituição, sobretudo por sabermos que nessa altura tinha um corpo docente constituído, entre outros, pelos que são considerados como os pioneiros da afirmação de uma identidade cultural cabo-verdiana. Esta questão foi objeto de estudo e foi grandemente aprofundada na tese de doutoramento de Maria Adriana de Sousa Carvalho. Por outro lado, partindo da hipótese de que uma génese de ideias nacionalistas começou a surgir neste liceu, podemos perguntar-nos se os liceus eram locais particularmente propícios para a atividade política nessa época, considerando até o continente africano no seu conjunto. E também se os estudantes do liceu constituíam uma categoria especialmente exposta a este tipo de experiência.

Uma outra abordagem reveladora seria a de comparar o papel do liceu Gil Eanes na formação destes dirigentes ao da célebre CEI (Casa dos Estudantes do Império) em Portugal, por onde passaram vários futuros dirigentes cabo-verdianos de segunda geração, mas um único dirigente fundador (Amílcar Cabral)³⁷³.

No que diz respeito a Portugal e às suas antigas colónias em geral, também nos podemos interrogar sobre o seguinte: qual terá sido a influência dos estudantes universitários africanos e asiáticos na tomada de consciência política dos seus colegas portugueses? Até à data, os investigadores interrogaram-se unicamente sobre a questão inversa, sobretudo em relação a uma eventual influência do partido comunista português. Mais ainda, sabendo que os movimentos independentistas do chamado Terceiro Mundo tiveram início na Índia, onde Portugal também tinha uma colónia, indagamo-nos sobre o papel que poderão ter tido os estudantes de Goa, Damão e Diu na formação política de todos estes outros jovens que estudavam em Portugal.

Um terceiro conjunto de questões está relacionado com a *questão das mulheres* na história do PAIGC. Com efeito, constatámos que estas estão ausentes da fundação do partido, e que representavam 3,7% do CEL. Trata-se de uma conclusão muito contraditória por duas razões. A primeira é que uma das duas sociedades em causa, a saber, a cabo-verdiana, é tradicionalmente composta por mais mulheres que homens. Ora, não houve uma única militante cabo-verdiana eleita para a direção do partido! A única mulher em causa, Carmen Pereira, é guineense. Estariam as mulheres cabo-verdianas tão ausentes das fileiras do PAIGC? A segunda razão é que o PAIGC é considerado e reconhecido como sendo um partido que dava uma particular atenção à participação das mulheres na vida política. Assim, nos comités de *tabanka*, órgãos de direção do partido nas aldeias, 2/5 dos membros

³⁷³ Júlio Almeida também esteve aí inscrito, mas o seu nome nunca é referido quando se evocam as atividades desta instituição.

eram obrigatoriamente mulheres. Vista a quase ausência de mulheres na direção do partido, perguntámo-nos que papel tiveram efetivamente as esposas de certos dirigentes, sobretudo os de primeira geração, que *os seguiram e que acompanharam de perto as suas trajetórias políticas e as atividades do partido desde o seu engajamento*. Parece-nos que esta última questão mereceria, um aprofundamento sério, tanto mais que constatámos que algumas de entre estas esposas detinham tanto ou mais capital cultural que os seus respetivos maridos, sendo oriundas de famílias que, nalguns casos, estiveram mais implicadas politicamente nas respetivas sociedades.

Enfim, novas pistas de investigação poderiam levar-nos aos estudos já existentes sobre a geração dos chamados “protonacionalistas”. Encontrámos *laços familiares diretos entre alguns deles e alguns dirigentes do PAIGC ou as suas esposas*. Este elo pode ser muito importante para percebermos a forma como se fez a tomada de consciência e a formação política destes futuros dirigentes do partido de libertação e igualmente dos dois estados independentes.

Que podemos afirmar relativamente aos conceitos utilizados, de Gaetano Mosca e Pierre Bourdieu? As reflexões de Mosca serviram-nos sobretudo para enquadrar melhor a nossa problemática, e respondemos longamente à questão da formação da classe política, colocando-a para uma parte dos novos membros desta classe nos casos concretos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde entre 1956 e 1980. Quanto aos conceitos de Bourdieu, muito úteis para a análise das trajetórias familiares, ao aplicá-los ao nosso terreno de estudo, deparámo-nos com dois fenómenos específicos. Primeiramente, *torna-se muito claro que o capital cultural foi o mais útil para uma trajetória social ascendente*, e portanto, para ganhar, manter ou voltar a adquirir uma posição social mais privilegiada na sociedade. Por outro lado, encontramos uma estratégia familiar peculiar, nestes casos de duas sociedades colonizadas, portanto, onde todos os colonizados são, em princípio, dominados: *foi de entre as famílias mais detentoras de capital*

cultural da cultura dominante que saíram os dirigentes do movimento revolucionário, os que puseram em causa e destruíram a ordem social em vigor. Ou seja, apesar de integrarem a cultura do dominador, estas famílias deixaram um espaço de livre interpretação da sociedade da qual faziam parte, o que permitiu que os seus filhos fizessem uma leitura que lhes deu as bases para se revoltarem. Por outro lado, o facto de não serem ou de já não serem detentores da maior quantidade de capital económico pode ter levado a criar um sentimento de frustração e de injustiça, que os impediu de aceitar as regras do jogo social tal como estavam estabelecidas. Assim sendo, vemos nesta vontade de integração bem conseguida uma estratégia subjacente: a de dominar a cultura e as leis do outro de forma a contradizê-las, e assim, afirmar-se. No fim de contas, é preciso conhecer bem o nosso inimigo se o quisermos derrotar.

Não podemos deixar de perguntar: por que razão não há representantes dos que eram os maiores detentores de capital económico? Poderemos concluir daí que eram todos estrangeiros e que não se podiam integrar numa luta nacionalista? Ou então, que os nacionais que viviam nessas circunstâncias não estavam logicamente interessados em reverter a ordem estabelecida? São questionamentos e hipóteses que ficam em aberto para investigações no futuro.

Relativamente aos aspetos mais importantes da ideologia do PAIGC no pós-independência, começemos por expor as conclusões sobre a forma como se apresentaram os heróis. Primeiramente, vimos que os dirigentes falecidos que foram proclamados heróis eram combatentes guineenses, da segunda geração. A exceção é Amílcar Cabral. Quase todos faleceram durante o período da luta armada, excetuando Francisco Mendes. Há uma mulher entre estes heróis. As suas imagens foram apresentadas unicamente no periódico guineense *Nô Pintcha*. Os valores sobre os quais se insistiu mais foram a devoção, sobretudo no caso da mulher em questão, Titina Silá, o facto de se ser apreciado pela coletividade e de se ser

exemplar, a coragem e a militância. Também nos é dito que estes combatentes lutaram pelos ideais da liberdade, do progresso, da paz e da felicidade. A imagem de Cabral foi tratada de forma bastante diferente em relação a todos os outros heróis. Fala-se dele como dirigente, e dos outros como combatentes; enquanto no seu caso valoriza-se a sua capacidade de inovação, em relação aos outros, fala-se de devoção. Era considerado como o guia do partido, e diz-se que os outros souberam ouvir a mensagem do partido. Enfim, refere-se a ele como revolucionário, e aos outros, como filhos, do povo ou de África. É possível relacionar esta diferença de tratamento com a diferença efetiva das trajetórias das duas gerações e da trajetória de Cabral em relação às de todos os outros dirigentes, como vimos anteriormente. De forma mais específica, Cabral é apresentado no jornal *Nô Pintcha* como um grande combatente pela paz, pela dignidade do homem africano e da humanidade, como um verdadeiro revolucionário, obreiro da dignidade e da liberdade conquistadas pelos seus povos. Desde logo, podemos salientar dois aspetos da construção da sua imagem no jornal *Nô Pintcha*. Por um lado, a universalização do seu combate assim como a do seu amor pelo seu povo, que era extensivo a outros, e também da sua imagem, que inspirava respeito, consideração e amor por todo o mundo. Por outro lado, o estilo poético e religioso na edificação desta imagem, utilizando termos que podemos associar ao Catolicismo, ou pelo menos, ao Cristianismo. Assim, ele é apresentado como um homem investido de uma missão, a de despertar e guiar os seus povos em direção à luta; ele é considerado como sendo a luz e o guia do partido, a sua alma e a encarnação das aspirações populares.

O jornal cabo-verdiano *Voz di Povo*, no qual apenas Cabral é apresentado como herói, trata a sua imagem de uma forma bastante diferente, apesar de não menos honrosa. Desde logo, ele é considerado como o fundador da nacionalidade. Analisam-se aspetos da sua direção política. Ele é visto como um revolucionário

consequente e um artesão genial. Enfim, um homem com um “H” maiúsculo, isto é, um homem de coragem, de grande capacidade e estatura.

Os selos emitidos pelos dois Estados durante o período que estudámos também apresentam unicamente Cabral como herói nacional. O tratamento é semelhante: apesar de na Guiné ter havido mais selos com a sua imagem, apresentando-o de uma forma um pouco mais variada, podemos considerar de forma geral que há duas versões distintas. Numa, ele apresenta um visual que podemos qualificar de revolucionário, usando a sua *sumbia* (barrete), com um sorriso aberto e mostrando-se seguro de si. Na outra, que podemos designar de político-diplomática, ele não usa a sua *sumbia*, veste fato e gravata, tem um ar sério, quase grave e um olhar distante.

Assim sendo, no respeitante aos aspetos ideológicos mais explícitos, vimos que, obtida a independência, o PAIGC propôs-se continuar a revolução, de acordo com a definição feita pelos cientistas políticos Bobbio, Matteucci e Pasquino, sabendo que os aspetos essenciais da sua ideologia foram herdados da época da luta armada. O traço ideológico dominante e o objetivo principal do PAIGC no pós-independência era, a longo prazo, a criação de um homem e de uma sociedade novos, cuja característica fundamental seria «a libertação da exploração do homem pelo homem». Os valores pelos quais estes novos homem e sociedade deviam guiar-se englobavam os aspetos considerados positivos das culturas tradicionais africanas, os valores resultantes da experiência da luta armada e as conquistas da Humanidade no domínio das ciências, da técnica e das artes. Estes valores assumidos constituiriam uma nova identidade cultural, que devia ser popular e nacional (isto é, partilhada por toda a população), científica e universal (ou seja, aberta ao mundo e integrada neste). Esta nova cultura devia contribuir de forma decisiva para a concretização dos objetivos de progresso da nova sociedade.

O segundo ponto ideológico importante do PAIGC durante este período diz respeito à questão de saber quem devia dirigir o processo revolucionário. Relativamente a esta questão, houve uma mudança em relação ao período da luta armada. Nos textos que nos legou, Amílcar Cabral defende que a pequena burguesia colonial era a única classe capaz de dirigir o aparelho de Estado no pós-independência, devido à sua experiência neste domínio. Segundo as suas previsões, esta pequena burguesia deveria, cedo ou tarde, resolver a questão muito melindrosa de optar por uma aliança com o imperialismo, abrindo desta forma as portas ao neocolonialismo, ou então com a “classe operária”, o que implicaria o seu suicídio como classe, significando que ela deixaria de lutar pelos seus interesses de classe. Este conceito é um dos mais debatidos e polémicos de Cabral. No entanto, o nosso estudo revelou-nos que Cabral e a direção do PAIGC em geral não estavam dispostos a depender totalmente das decisões da pequena burguesia, vista a importância que foi atribuída à formação de uma nova classe política, que tomou efetivamente o poder após a independência. Então, considerou-se a partir daí que era o partido que podia dirigir o processo revolucionário, já que contrariamente a qualquer classe social, era capaz de mobilizar cada uma das nações nesse sentido. O PAIGC apresentou-se então como guia das massas e movimento de libertação no poder. Propunha-se exercer o poder seguindo o princípio da democracia nacional revolucionária, também definido na época da luta armada. Segundo este princípio, o poder vinha efetivamente do povo e o dirigente devia ser o intérprete fiel da vontade e das aspirações da maioria dos revolucionários.

O terceiro ponto ideológico importante era um dos pilares deste partido desde a sua fundação: a questão da unidade. Vimos, no entanto, que a proposta unitária Guiné – Cabo Verde estava inserida num quadro muito mais vasto da unidade africana, tendo Amílcar Cabral afirmado que a criação do partido era em si um ato em prol da unidade africana. Como vimos, este ideal do PAIGC foi posto em

prática, unindo não somente os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde com vista à obtenção da independência política, mas criando também alianças com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas em África e com o apoio da República da Guiné, do Senegal, de Marrocos e da Argélia para citar alguns países africanos de entre os mais implicados neste processo. Após a independência, pretendia-se aplicar este princípio à busca de uma complementaridade económica que poderia servir os dois países na sua luta pelo desenvolvimento económico. No entanto, houve poucas concretizações durante este curto período de cinco anos. As mais importantes foram a atribuição de igualdade de direitos aos cidadãos dos dois Estados, a eliminação dos direitos aduaneiros e a criação de uma empresa de navegação com capital misto.

Chegámos igualmente à conclusão de que era necessário que os dirigentes dos dois países conhecessem bem as duas realidades de forma a poderem fazer propostas pertinentes para o projeto de unidade. Ou então, seria necessário desenvolver um diálogo intenso e produtivo nesse sentido. Ora, se os dirigentes cabo-verdianos conheciam a realidade da Guiné-Bissau da época da luta armada, a maioria dos dirigentes guineenses desconhecia a realidade cabo-verdiana. Assim sendo, somente a geração dos fundadores estava em condições de efetuar uma boa condução deste projeto.

O PAIGC criou instrumentos políticos de forma a levar a cabo a dita revolução. O primeiro eram os próprios estados, definidos pelo partido como instrumentos a seu serviço, e cujo programa deveriam executar. Uma das formas de assegurar que isso acontecesse era a nomeação de indivíduos de confiança política para cargos de responsabilidade nos organismos de Estado. Vimos que houve um alto nível de acumulação de cargos de responsabilidade por parte de algumas pessoas. 60% dos altos dirigentes militares assumiam cargos de grande responsabilidade no partido e no Estado. Da mesma forma, vários membros do Comité Executivo da Luta eram comandantes das

FARP e membros do governo. Perguntámo-nos se este acumular de poderes não criaria o risco de pôr todo o sistema em perigo, caso surgissem desacordos ou desentendimentos entre as pessoas.

Vimos que a população em geral podia militar no partido sob certas condições, mais exigentes que durante o período da luta armada. Podia também militar em organizações de massas, dedicadas à juventude, às mulheres ou então em sindicatos. No entanto, não dispomos de dados sobre o funcionamento concreto destes organismos, nem sobre o nível de adesão popular.

Os membros do CEL estavam muito implicados na direção dos novos estados: *80,9% dos dirigentes do grupo em estudo exerceram funções ao mais alto nível de responsabilidade nos dois Estados*, sendo a mais frequente a de ministro (47,6%).

Ora, analisando o programa do partido que eles dirigiam nos dois Estados, constatámos que o principal objetivo imediato do PAIGC após a obtenção da independência era o desenvolvimento económico. Este objetivo era entendido como um crescimento que beneficiaria as camadas mais desfavorecidas da população, repercutindo-se mais particularmente nos setores da educação e da saúde. Através dos textos de Cabral, apercebemo-nos de que esta questão gerava uma certa polémica durante o período da luta armada. Também houve quem defendesse a utilização do trabalho forçado e a obrigatoriedade de culturas. Outros eram partidários do investimento na indústria pesada, negligenciando a agricultura. Certos outros preferiam manter o *status quo*. Para Cabral, a independência e o desenvolvimento económico eram objetivos fundamentais. Este desenvolvimento devia basear-se no conhecimento científico e seria obtido graças à unidade africana. Devia privilegiar-se a agricultura com o objetivo de alcançar a autossuficiência alimentar.

De forma geral, o programa do PAIGC implicava que quase todos os setores económicos fossem considerados bens da Nação, à exceção da terra. Deu-se um lugar predominante ao Estado na economia:

sendo o setor primário o principal nos dois países, o Estado devia criar progressivamente empresas industriais e comerciais; o comércio externo devia ser controlado por este, que também devia intervir no comércio interno.

No caso concreto da Guiné-Bissau, o PAIGC propôs um modelo de desenvolvimento que pretendia romper o círculo de autosuficiência no qual se calculava que se encontrava 80% da população. A indústria estimularia assim o desenvolvimento da agricultura criando produtos que os agricultores desejariam adquirir, e obrigando-os deste modo a produzir excedentes. Em 1980, 90% da população guineense dependia da agricultura e 88% da mão de obra dedicava-se a este setor. Um dos principais objetivos para a agricultura era o de pôr termo à monocultura de amendoim. Também se devia modernizar este setor, introduzindo fatores de produção que permitissem aumentar a produtividade. O outro grande objetivo no domínio económico na Guiné era o de equilibrar a balança de pagamentos, dando prioridade às indústrias de exportação. Concretamente, a situação no setor agrícola tinha-se agravado durante a guerra, já que o nível de produção ainda não tinha atingido o do período anterior à guerra. Ora, como a população tinha aumentado, o país tornou-se dependente da importação de arroz a fim de garantir a segurança alimentar. Por outro lado, por altura da independência, a balança de pagamentos era deficitária e as exportações estavam longe de cobrir o montante das importações. Havia, portanto, um problema financeiro muito grave. A solução encontrada e aplicada foi o investimento nas indústrias de transformação, valorizando assim as matérias-primas exportáveis. Enfim, o setor das pescas desenvolveu-se durante estes primeiros anos após a independência, tendo chegado a um início de exportação. No entanto, vários setores da economia enfrentavam dificuldades devido ao muito fraco desenvolvimento das infraestruturas do país.

No respeitante à economia cabo-verdiana, os principais objetivos a atingir eram o aumento da produção, a eliminação do desemprego e do subemprego, que em 1980 atingiam os 40-50%, o equilíbrio da balança de pagamentos e o equilíbrio dos preços. No domínio agrícola, pretendia-se combater a desertificação e aumentar a área de terreno cultivável, pôr fim à monocultura do milho e a longo prazo, proceder a uma reforma agrária de forma a eliminar as grandes propriedades. Apesar de se ter o setor agrícola e, nomeadamente, o aumento da produção no centro das prioridades em matéria de política económica nos dois países, seguindo assim as indicações de Cabral na matéria, surgiram por altura da independência novos problemas não pensados por este. Assim, os dois países tiveram de gerir uma balança comercial deficitária, adotando duas estratégias diferentes.

Mais especificamente, a Guiné-Bissau enfrentava um problema de défice em géneros alimentícios, como consequência da guerra e também da política económica colonial, que impunha à população agrícola a monocultura de amendoim. Para além disso, tendo a população aumentado, a necessidade de importar bens alimentares contribuiu fortemente para aumentar o défice da balança comercial. O governo decidiu então recorrer a um modelo de industrialização que permitisse aumentar o valor dos produtos exportáveis. O problema da obtenção de divisas tornou-se assim fundamental, indo a par com o do aumento e diversificação da produção agrícola. A opção por um modelo de desenvolvimento no setor industrial seguia as indicações dadas pelos especialistas da época. Segundo Hélène d'Almeida-Topor, «A industrialização era portanto a única via possível para o desenvolvimento», o que estava expresso na conclusão do relatório da ONU em 1963:

«Un doublement de la production agricole par habitant qui ne serait pas accompagné du développement simultané des

industries proposé ci-dessus, créerait des problèmes de commercialisation dont la solution n'est guère envisageable pour le moment.»³⁷⁴

Em Cabo Verde, a exploração colonial tinha chegado há muito tempo ao espectro da fome, e uma das maiores da sua História tinha ocorrido no século xx. Para além disso, na altura da independência havia uma seca que se prolongava desde há alguns anos, o que permitiu que o país recorresse de forma mais direta à ajuda internacional. Da mesma forma, o modelo colonial em vigor em Cabo Verde já tinha provocado a emigração da maioria dos nacionais, dos quais alguns, instalados noutros países, tinham podido contribuir de forma substancial para a sua pátria graças ao envio de remessas. De qualquer forma, os dois países deviam enfrentar o espectro da fome, apesar da situação ser muito mais grave em Cabo Verde, e no entanto, sem os mesmos instrumentos nem as mesmas possibilidades estratégicas. Apesar da política de unidade ter sido defendida com vista ao desenvolvimento económico dos dois países, não havia estratégias de fundo muito claras nesse sentido nesta época. Podemos afirmar que cada país contou com as suas próprias forças e com as suas próprias estratégias. No entanto, no estado atual dos nossos conhecimentos, não sabemos quantos cabo-verdianos e nem em que lugares de responsabilidade terão contribuído com o seu trabalho, durante estes primeiros anos, para o desenvolvimento da economia guineense e, também, por outro lado, para a diminuição do desemprego em Cabo Verde.

Enfim, no respeitante à questão do recrutamento e formação dos dirigentes do PAIGC, vemos que estes foram formados nos planos

³⁷⁴ d'Almeida-Topor, Hélène, *LAfrique au XXe siècle*, Paris, Armand Colin, 1999, p.238: «Um duplicar da produção agrícola por habitante que não seja acompanhado pelo desenvolvimento simultâneo das indústrias proposto acima, criaria problemas de comercialização cuja solução, de momento, não são de considerar.» (traduzido por mim)

político e militar de forma a atingir o primeiro objetivo do partido, a saber, a independência política. Que preparação tinham eles tido para dirigir a etapa seguinte, já que vimos que se tratava majoritariamente dos mesmos? Se o seu domínio podia ser justificado por motivos políticos, ou seja, porque em princípio tratava-se dos indivíduos melhor preparados do ponto de vista da orientação ideológica do PAIGC, seriam-no todos do ponto de vista técnico, ou seja, no domínio das questões específicas que deviam ser enfrentadas? De que forma terão resolvido este problema: através de uma formação adicional ou através de uma associação com técnicos formados e experientes em cada um destes domínios? No segundo caso, como terá funcionado esta cooperação, sabendo que eles deviam dirigir indivíduos tecnicamente mais competentes e provavelmente mais jovens, já que vimos que, na sua geração, o acesso à formação de nível superior tinha sido possível apenas para um número extremamente reduzido de Guineenses e de Cabo-verdianos?

No domínio social, houve uma certa continuidade em relação às experiências do período da luta armada.

No domínio da justiça, considerou-se que a população devia ter uma influência inspiradora nesta, o que começou a ser feito a partir de 1968 com a criação dos tribunais populares, nos quais as minorias deviam seguir os costumes das majorias em cada região.

No setor da saúde, no período pós-independência houve uma certa continuidade relativamente à experiência das brigadas de saúde, compostas por grupos de enfermeiros que visitavam regularmente um determinado número de aldeias, onde ensinavam os princípios modernos de higiene e procediam a exames gerais e de medicina preventiva. Entre 1965 e 1970, a esperança de vida na Guiné era de 33,5 anos. Ainda em 1979, 45% das crianças morriam antes dos cinco anos. O principal objetivo no domínio da saúde, era, portanto, o aumento da esperança de vida e o abaixamento das taxas de mortalidade infantil. Conseguir-se-ia assim baixar os índices de mortalidade. Vistos

os esforços feitos durante o período da guerra, o número de hospitais, de centros de saúde e de médicos nacionais não aumentou muito durante estes cinco anos do pós-independência. Em Cabo Verde, houve resultados positivos neste domínio nestes poucos anos.

No setor da educação, durante o período da luta armada, envidaram-se muitos esforços bem sucedidos, na criação de escolas e na formação de quadros. No entanto, no que diz respeito à taxa de analfabetismo, no ano de 1975 era de 70% em Cabo Verde e de 90% na Guiné. Os esforços prosseguiram neste domínio. Entre 1974 e 1980 o número de escolas aumentou 52% na Guiné e o de professores, 62%. Contrariamente ao que aconteceu no período colonial, em que a maioria das crianças não tinha acesso às escolas primárias, em 1979 quase metade das que tinham idade para frequentar o ensino primário tinham acesso a este nível de ensino. Também se criaram as CEPs, destinadas aos jovens de origem rural, onde se combinavam as atividades escolares com as extraescolares, dando continuidade à experiência dos internatos da época da luta armada.

Em Cabo Verde, entre 1975 e 1980, a nível do ensino primário, o número de estudantes por professor baixou em 15% e o número de salas de aula aumentou em 20%. Em 1980, 80% das crianças em idade escolar frequentavam o ensino primário, apesar de menos de metade completarem este ciclo. A taxa de analfabetismo também baixou no país durante este período.

Os esforços e os resultados obtidos neste setor foram, assim, consideráveis durante estes poucos anos nestes países, sabendo que as instituições de ensino tinham um papel importante na formação do homem novo. Assim, de entre os principais objetivos do PAIGC neste setor, salientamos a conversão dos princípios do partido em convicções pessoais e em hábitos de conduta quotidiana.

Enfim, a política cultural dava prioridade à reabilitação do património cultural nacional, ao desenvolvimento da escrita das línguas nacionais e à proteção e encorajamento dos artistas.

Visto que as linhas ideológicas fundamentais do PAIGC do pós-independência foram herdadas da época da luta armada e que se deu continuidade a algumas experiências inovadoras em vários domínios, concluímos que seria interessante aprofundar o estudo de todo o trabalho efetuado nas regiões libertadas, já que esta experiência, em certa medida, e ao que tudo indica, serviu de facto de modelo no momento da criação dos dois novos estados independentes.

Após uma análise detalhada de vários documentos disponíveis sobre a questão do fim do projeto do PAIGC, vimos, antes de mais, que o golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau em 1980 foi a causa direta da rutura do partido. Perpetrado a 14 de Novembro de 1980, o golpe de Estado provocou o afastamento da maioria dos dirigentes políticos do Comité Executivo da Luta do partido: somente um terço dos seus membros nele participaram ou a ele aderiram. O Conselho da Revolução que foi então formado era composto sobretudo por militares, tratando-se de 7 dos seus 9 membros, e unicamente um terço pertencia ao CEL do partido. O novo governo nomeado por este Conselho da Revolução era composto por doze membros, de entre os quais onze tinham assumido exatamente as mesmas funções no governo anterior. Apesar das afirmações e das justificações bastante confusas dos golpistas, verificámos que foi de facto um golpe de Estado militar. As suas características correspondem às dos golpes de Estado em geral, tais como foram definidas pelos cientistas políticos Bobbio, Matteucci e Pasquino. Segundo a análise feita por Hélène d'Almeida-Topor, constatámos que este golpe de Estado seguiu perfeitamente o curso dos acontecimentos políticos no continente africano na altura.

Ora, os membros do CEL ou os altos dirigentes do partido que não participaram no golpe de Estado e que estavam vivos ou em liberdade, reagiram a este de forma negativa. Foi o caso de alguns dos dirigentes cabo-verdianos que assumiam responsabilidades ao mais alto nível neste partido. Foi afirmado que para eles não era

aceitável que um Conselho da Revolução composto maioritariamente por militares prendesse e matasse alguns membros da direção suprema do partido. Para além disso, sabendo que no quadro do projeto político do PAIGC o Estado dependia do partido, eles também não podiam estar de acordo com a decisão de destituir das suas funções os órgãos de Estado eleitos pela população. Por outro lado, alguns membros do Conselho da Revolução fizeram acusações muito graves aos cabo-verdianos, pondo em causa a forma como se estava a conduzir o projeto de unidade.

Tendo em conta estes três motivos, e sabendo que a questão da unidade constituía um dos pilares do PAIGC, a ala cabo-verdiana deste decidiu romper com os golpistas que tinham tomado o poder na Guiné, criando um novo partido em 1981, o PAICV.

Vemos assim como um golpe de Estado militar pôs fim a um projeto em que se propunha seguir uma linha panafricanista. Do ponto de vista sócio-histórico, este tipo de ação não é de todo surpreendente, pois como nos recorda Alain Accardo a propósito da sociologia de Bourdieu:

«Il faut en effet avoir présent à l'esprit que l'enseignement le plus constant de l'histoire des sociétés humaines, qu'on le déplore ou non, c'est qu'un des moyens de domination par excellence, donc un des moyens de s'emparer des diverses espèces de capital, a été et demeure le recours à la force, sous ses formes les plus violentes.»³⁷⁵

³⁷⁵ Accardo, Alain, op. cit., p.65: «É de facto necessário ter presente que o ensinamento mais constante da história das sociedades humanas, quer o deploremos ou não, é que um dos meios de dominação por excelência, portanto, um dos meios de se apoderar das diversas espécies de capital, foi e continua a ser o recurso à força, assumindo as suas formas mais violentas.» (traduzido por mim)

TABELAS

(Página deixada propositadamente em branco)

Tabela 6 – Profissões e países de origem dos combatentes

NOMES	PROFISSÃO	PAÍS DE ORIGEM
Aleluia Lopes, Tiago	Enfermeiro na Missão do Sono	Guiné-Bissau
Araújo, José	Jurista	Cabo Verde
Bá, Chico	Aprendiz numa farmácia-Trabalhador no porto	Guiné-Bissau
Barbosa, Rafael	Empregado na construção civil	Guiné-Bissau
Bari, Abdulai	Empregado do <i>magarefe</i> Seco camará Enfermeiro Vendedor ambulante	Guiné-Bissau
Bernardo Viera, João	Eletricista	Guiné-Bissau
Cabral, Vasco	Empregado num Ministério	Guiné-Bissau
Chantre, Honório	Alferes miliciano Estudante universitário	Cabo Verde
Correia, Carlos	Empregado na <i>Casa Gouveia</i>	Guiné-Bissau
Duarte, Abílio	Empregado no Banco Estudante do liceu	Cabo Verde
Gomes, Lourenço	<i>Djila</i> , comerciante de ouro	Guiné-Bissau
Lopes da Silva, Osvaldo	Estudante universitário	Cabo Verde
Luz, Silvino da	Alferes miliciano Estudante universitário	Cabo Verde
Mendes, Francisco	Empregado na <i>Granja do Pessubé</i>	Guiné-Bissau
Pereira, Carmen	Dona de casa	Guiné-Bissau
Pires, Olívio	Estudante universitário	Cabo Verde
Pires, Pedro	Alferes miliciano Estudante universitário	Cabo Verde
Saúde Maria, Victor	Empregado na <i>Casa Gouveia</i>	Guiné-Bissau
Schacht, Otto	Radiotelegrafista nos Correios	Guiné-Bissau
Teixeira, Constantino	Motorista Funcionário na Alfândega Ex-militar	Guiné-Bissau
Vieira, Osvaldo	Recebedor numa farmácia	Guiné-Bissau

Fontes: PIDE / DGS, textos impressos, entrevistas

Tabela 7 – Locais de nascimento dos combatentes

NOMES	LOCAIS DE NASCIMENTO
Araújo, José	Praia, Cabo Verde
Bá, Chico	Bissau, Guiné- Bissau
Barbosa, Rafael	Bissau, Guiné- Bissau
Bari, Abdulai	Nova Lamego, Guiné- Bissau
Bernardo Vieira, João	Bissau, Guiné-Bissau
Cabral, Vasco	Farim, Guiné- Bissau
Chantre, Honório	Sto. Antão, Cabo Verde
Correia, Carlos	S.Domingos, Guiné-Bissau
Correia Alves, Pascoal	Bolama, Guiné- Bissau
Correia, Paulo	Cadé, Nuacru, Guiné- Bissau
Duarte, Abílio	Praia, Cabo Verde
Gomes, André	Pache-Bula, Guiné- Bissau
Gomes, Lourenço	Canchungo, Guiné- Bissau
Lopes da Silva, Osvaldo	S. Nicolau, Cabo Verde
Luz, Silvino da	S. Vicente, Cabo Verde
Mendes, Francisco	Enxudé, Buba, Guiné-Bissau
Pereira, Carmen	Bissau, Guiné-Bissau
Pires, Olívio	Sto. Antão, Cabo Verde
Pires, Pedro	Fogo, Cabo Verde
Saúde Maria, Victor	Bambadinca, Guiné- Bissau
Schacht, Otto	Farim, Guiné-Bissau
Teixeira, Constantino	Bissau, Guiné-Bissau
Vieira, Osvaldo	Prabis, Bissau, Guiné-Bissau

Fontes: PIDE / DGS, entrevistas

Tabela 8 - Datas de nascimento dos combatentes

NOMES	DATAS DE NASCIMENTO
Aleluia Lopes, Tiago	1938?
Araújo, José	15 / 03 / 33
Bá, Chico	02 / 10 / 41 ou 42
Barbosa, Rafael	17 / 03 / 27
Bari, Abdulai	04 / 09 / 43
Bernardo Vieira, João	27 / 04 / 39
Cabral, Vasco	23 / 08 / 26
Chantre, Honório	25 / 10 / 41
Correia, Carlos	06 / 11 / 33
Correia Alves, Pascoal	1937
Correia, Paulo	1942
Duarte, Abílio	16 / 02 / 31
Gomes, André	30 / 11 / 44
Gomes, Lourenço	1919 ou 1922
Lopes da Silva, Osvaldo	25 / 08 / 36
Luz, Silvino da	17 / 02 / 39
Mendes, Francisco	07 / 02 / 39
Pereira, Carmen	22 / 09 / 36
Pires, Pedro	26 / 04 / 34
Pires, Olívio	21 / 07 / 42
Saúde Maria, Victor	05 / 05 / 38
Schacht, Otto	08 / 10 / 38
Teixeira, Constantino	24 / 07 / 33
Vieira, Osvaldo	1939

Fontes: PIDE/ DGS, entrevistas, trabalhos publicados

Tabela 9 - Datas das fugas dos combatentes

NOMES	DATAS
Araújo, José	1961
Bá, Chico	1964
Bernardo Vieira, João	1959
Cabral, Vasco	1962
Chantre, Honório	12 / 05 / 64
Correia, Carlos	1959
Duarte, Abílio	1960
Lopes da Silva, Osvaldo	1961
Luz, Silvino da	1963
Pires, Olívio	1965
Pires, Pedro	27 / 06 / 61
Saúde Maria, Victor	1958 ou após 1960
Schacht, Otto	20 / 01 / 62
Teixeira, Constantino	1964
Vieira, Osvaldo	1960 ou 1961

Fontes: entrevistas, textos publicados, PIDE/DGS

Tabela 12 – Trajetórias dos combatentes no partido

NOMES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	T
Alves, Pascoal						X				X		2
Araújo, José								X	X	X		3
Bá, Chico								X		X		2
Barbosa, Rafael					X							1
Cabral, Vasco										X		1
Correia, Carlos			X					X	X			2 (3)
Duarte, Abílio								X	X			2
Jari, Abdulai											X	1
Lopes da Silva, Osvaldo	X		X				X		X		X	3 (5)
Luz, Silvino da	X				X	X	X	X	X			6 (7)
Mendes, Francisco	X				X			?		X	X	3 (4)
Pereira, Carmen		X		X				X		X		2 (4)
Pires, Olívio	X				X							1 (2)
Pires, Pedro	X				X		X	X	X		X	5 (6)
Santos Teixeira, Constantino											X	1
Saúde Maria, Victor		?						X	X			2
Schacht, Otto			X				X	X				2 (3)
Vieira, Nino	X	X								X	X	2 (4)
Vieira, Osvaldo	X									X	X	2 (3)
TOTAL	7	2	3	1	5	2	4	9	7	8	8	

Fontes: periódicos, entrevistas

- 1 – formação militar, pelo PAIGC ou feita no estrangeiro;
- 2 – formação política, nas mesmas condições;
- 3 – formação universitária;
- 4 – formação técnica;
- 5 – atividades na clandestinidade, nomeadamente o recrutamento de militantes no estrangeiro ou em território controlado pelas autoridades portuguesas;
- 6 – ensino político nas escolas do partido;
- 7 – ensino militar, nas mesmas condições;
- 8 – atividades consideradas civis, a saber, nos domínios da saúde, educação, informação, cultura e atividades sindicais, secretariado do partido em Conakry;
- 9 – a diplomacia, ou seja, todas as atividades de representação oficial do partido no estrangeiro;
- 10 – atividades de ordem política propriamente ditas, seja como ideólogos do partido ou exercendo atividades de comissário político entre os militantes;
- 11 – atividades militares propriamente ditas, de ofensivas militares nas frentes de combate.

Tabela 17 – Trajetória dos combatentes no Estado

NOMES	1	2	3	4	5	6	TOTAL
Alves, Pascoal						X	1
Araújo, José	X						1
Bá, Chico							Administração Municipal
Barbosa, Rafael							-----
Bari, Abdulai	X						1
Cabral, Vasco	X						1
Correia, Paulo				X			1
Djaló, Úmarú						X	1
Duarte, Abílio		X		X	X		3
Gomes, Lourenço						X	1
Mendes, Francisco			X				1
Lopes da Silva, Osvaldo		X					1
Luz, Silvino da		X					1
Pereira, Carmen				X			1
Pires, Olívio				X			1
Saúde Maria, Victor	X						1
Pires, Pedro	X		X				2
Schacht, Otto	X						1
Soares, Lúcio						X	1
Vieira, Nino	X		X	X			3
Vieira, Osvaldo							Falecido
TOTAL	7	3	3	5	1	4	

Fontes: periódicos, entrevistas

- 1 – comissário de Estado (ou ministro) na Guiné-Bissau
- 2 - comissário de Estado (ou ministro) em Cabo Verde
- 3 – comissário-principal (ou primeiro ministro) de um dos dois países
- 4 - Presidente ou Vice- Presidente da Assembleia Nacional Popular de um dos dois países
- 5 – Embaixador
- 6 – membro do Conselho de Estado

Tabela 18 – Cargos dos membros e conselheiros do Conselho da Revolução aquando do golpe de Estado

NOMES	PARTIDO	ESTADO	FORÇAS ARMADAS	GOLPE
Cabral, Mário		Ministro		Colaborador principal do C.R.
Camará, Iafai	Membro do C.S.L.		Comandante	Membro do C.R.
Correia, Paulo	Membro do C.E.L.	Ministro	Primeiro comandante	Membro do C.R.
Cruz Pinto, João				Colaborador principal do C.R.
Lamine Mané, Samba		Ministro		Membro do C.R.
Monteiro, Victor		Governador do Banco Nacional		Colaborador principal do C.R.
Na Beate, Beghateba			Capitão	Membro do C.R.
N'Batcha, Buota	Membro do C.S.L.		Comandante	Membro do C.R.
Saturnino da Costa, Manuel	Membro do C.S.L.	Embaixador	Comandante	Membro do C.R.
Saúde Maria, Victor	Membro do C.E.L.	Ministro		Vice-presidente do C.R.
Silva, João da	Membro do C.S.L.		Comandante	Membro do C.R.
Turpin, Joseph	Membro do C.S.L.	Secretário de Estado		Colaborador principal do C.R.
Vieira, João Bernardo	Membro da Comissão Permanente e do C.E.L.	Primeiro Ministro	Comandante de brigada	Presidente do C.R.

C.E.L. – Comité Executivo da Luta;

C.S.L. – Conselho Superior da Luta;

C.R. – Conselho da Revolução

Fontes: *Nô Pintcha*

Tabela 20 – Situação dos membros do Comité Executivo da Luta por altura do golpe de Estado ou após este

NOMES	DIRIGENTES MORTOS	DIRIGENTE PRESOS	DIRIGENTES AUSENTES DA GUINE- BISSAU	DIRIGENTES RESIDENTES EM CABO VERDE
Araújo, José			X	
Bari, Abdulai			X	
Cabral, Luís		X		
Chantre Fortes, Honório				X
Correia, Luís			X	
Djaló, Umarú		X		
Duarte, Abílio				X
Gomes, André	X			
Gomes, Lourenço		X		
Lopes da Silva, Osvaldo				X
Luz, Silvino da				X
Pereira, Aristides				X
Pires, Olívio				X
Pires, Pedro				X
Schacht, Otto	X			
Soares, Lúcio			X	
Teixeira, Constantino		X		
TOTAL	2	4	4	7

Fonte: *O Militante*

IMAGENS

(Página deixada propositadamente em branco)

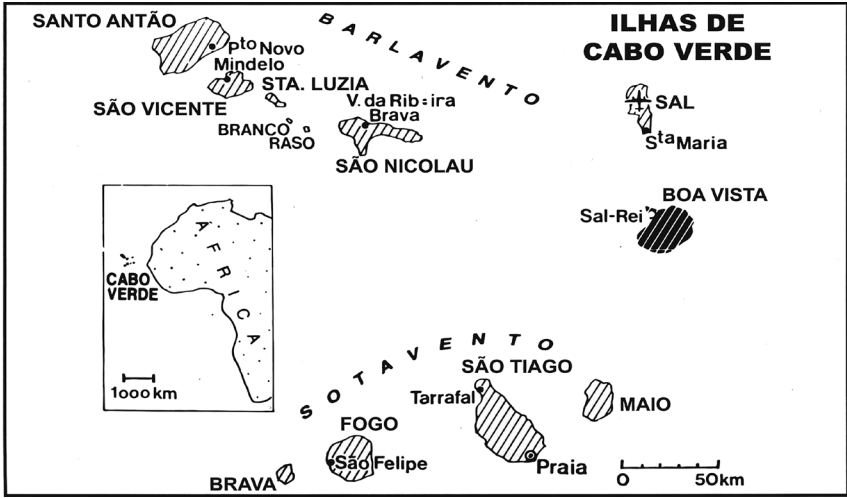


Figura 1. Mapa Cabo Verde

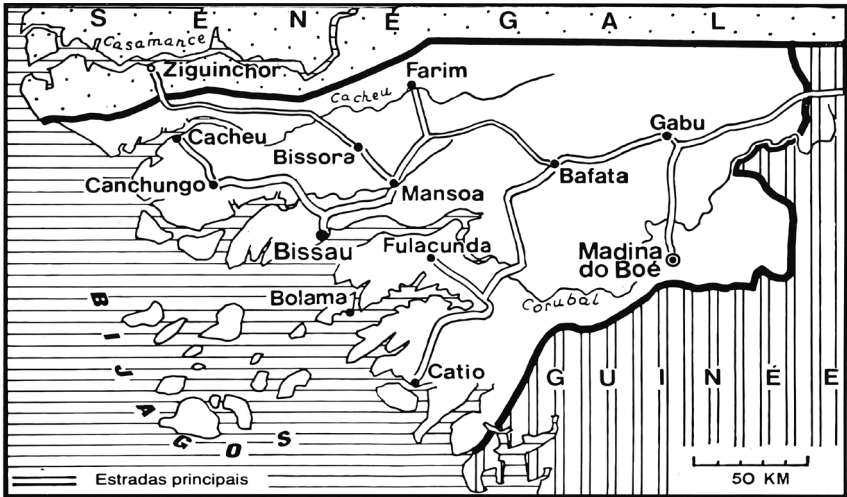


Figura 2. Mapa Guiné-Bissau



Figura 3. Amélia Araújo aos microfones da Rádio Libertação,
em Conakry, em 1967.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 4. Aristides Pereira conversando com Carmen Pereira à saída de uma reunião do Conselho Superior da Luta em Boké, em Agosto de 1970.

Em primeiro plano, vê-se Amílcar Cabral.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 5. Luís Cabral, Pascoal Alves e Carmen Pereira durante a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. 23-24 de Setembro de 1973, em Madina do Boé.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

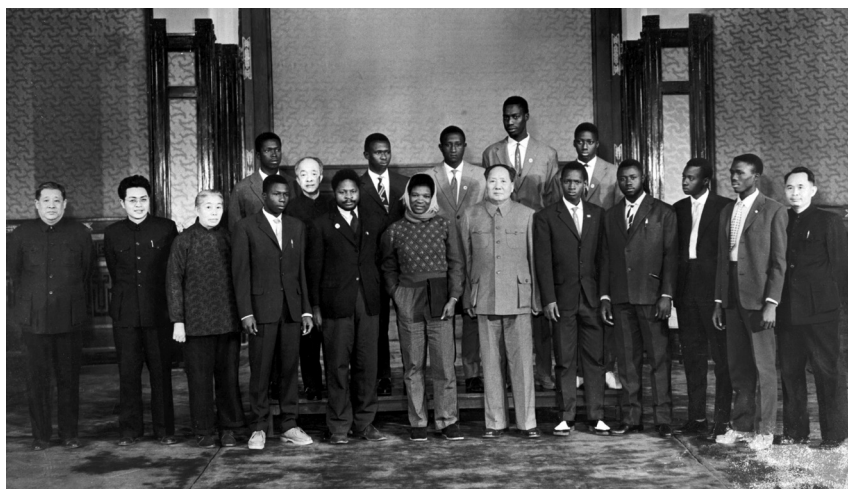


Figura 6. Primeiro grupo de militantes do PAIGC a receber formação de guerrilha na República Popular da China, na Academia Militar de Nankim, em 1961. Posam na foto com Mao-Tse-Tung, da esquerda para a direita:

1ª fila – Nino Vieira, Luciano Ndao, Francisco Mendes, Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui Djassi (?);

2ª fila – Vitorino Costa (?), José Pereira, Pedro Ramos, Constantino Teixeira, Manuel Saturnino Costa.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

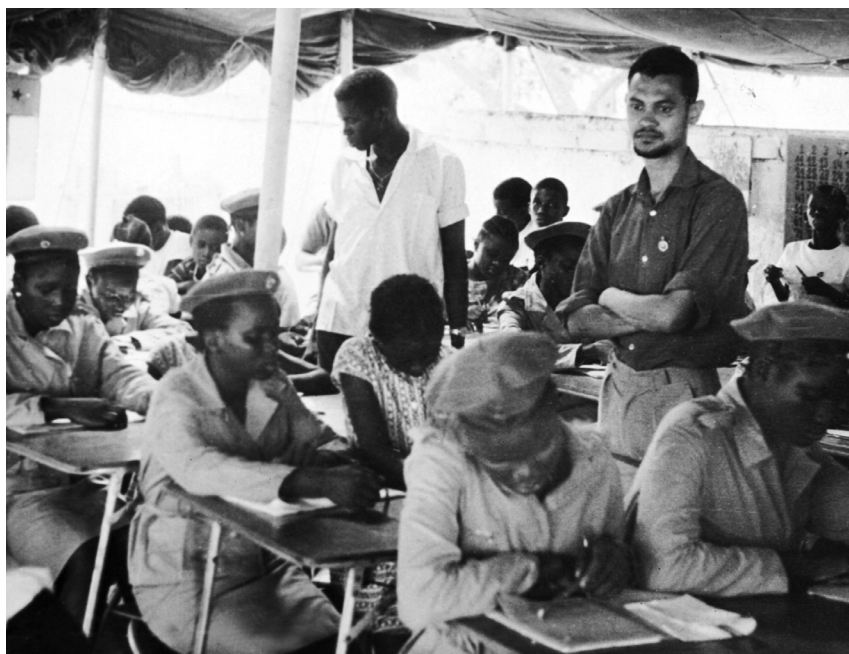


Figura 7. Osvaldo Lopes da Silva numa sala de aulas numa das localidades da Guiné-Bissau sob domínio do PAIGC. S/data
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 8. Congresso de Cassacá, de 13 a 17 de Fevereiro de 1964. Da esquerda para a direita, distinguem-se, na primeira fila, Francisco Mendes, Osvaldo Vieira, Amílcar Cabral e Nino Vieira; na segunda fila, Constantino Teixeira, Domingos Ramos e Rui Djassi(?).

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 9. Retrato de Amílcar Cabral em Boké, Agosto de 1971.
Foto de Bruna Polimeni/Arquivo Amílcar Cabral
Fundação Mário Soares



Figura 10. Retrato de Amílcar Cabral. S/data.
Arquivo Mário Pinto de Andrade/Fundação Mário Soares



Figura 11. Retrato de Fernando Ferreira Fortes, numa conferência internacional na Argélia, na década de 1970, em representação da República da Guiné-Bissau.

Arquivo de Irene Fortes, viúva de Fernando Fortes

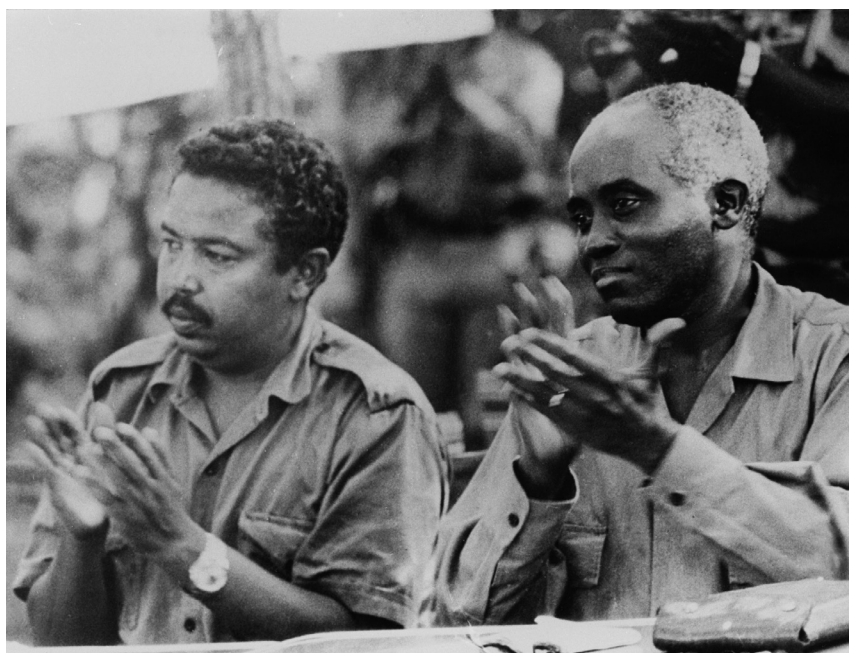


Figura 12. Pedro Pires e Aristides Pereira na primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, em Madina do Boé, de 23 a 24 de Setembro de 1973.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 14. Vasco Cabral discursando no estrangeiro. S/data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

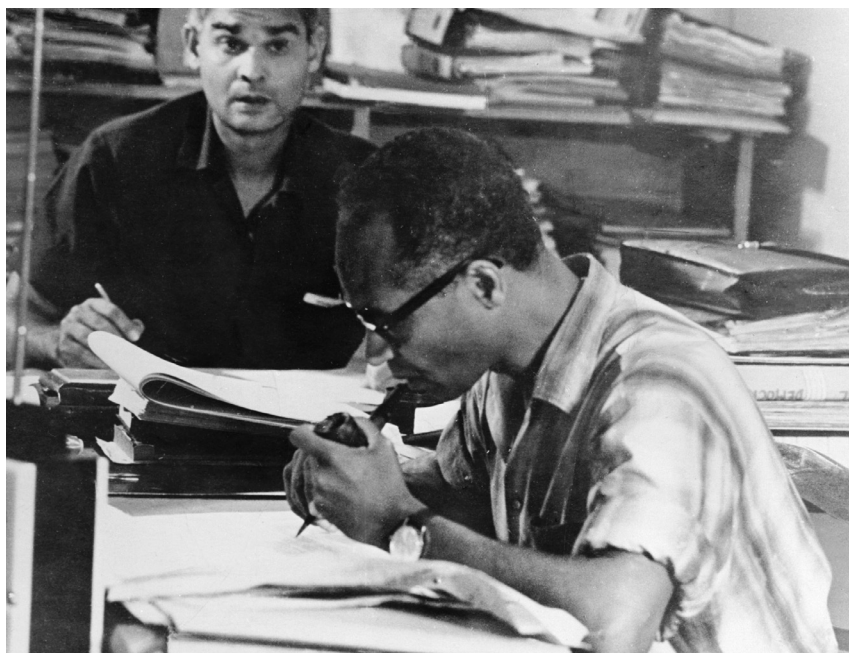


Figura 15. Vasco Cabral (em primeiro plano) e José Araújo nos escritórios do Secretariado do PAIGC em Conakry. S/data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

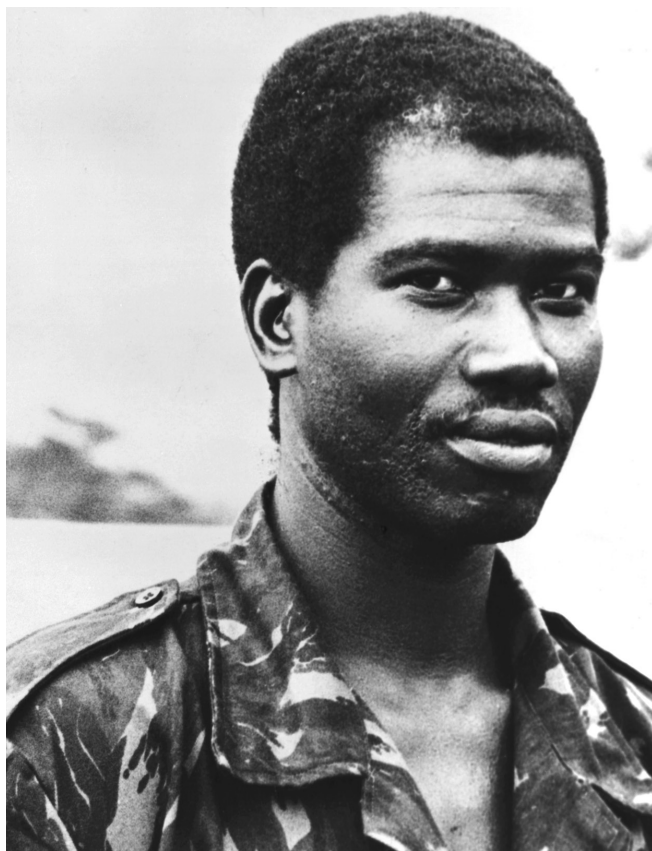


Figura 16. Retrato de Carlos Correia, s/data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

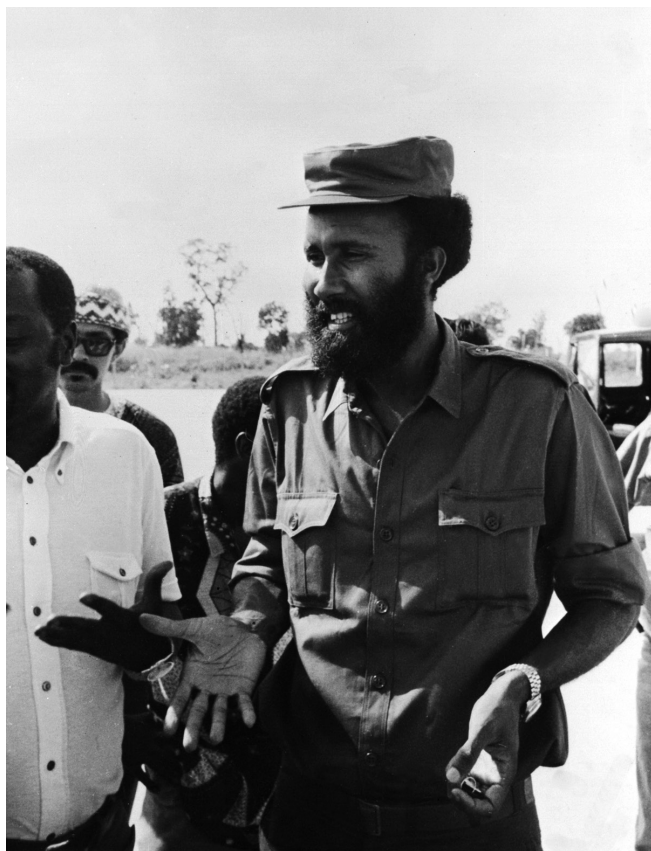


Figura 17. Honório Chantre Fortes, s/data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 18. André Gomes, de frente e João Costa, à direita, no interior da Guiné-Bissau. S/data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 19. Silvino da Luz à chegada a Bissau, a caminho de Cabo Verde, para onde regressava como responsável do PAIGC no arquipélago, logo após o 25 de Abril de 1974. À direita, vê-se o professor Brito, da Escola-Piloto em Conakry, e atrás de Silvino da Luz, um piloto-tenente da Força Aérea Portuguesa.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 20. Amílcar Cabral e Victor Saúde Maria durante uma visita à URSS. S/data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 21. Retrato de Francisco Mendes, s/ data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

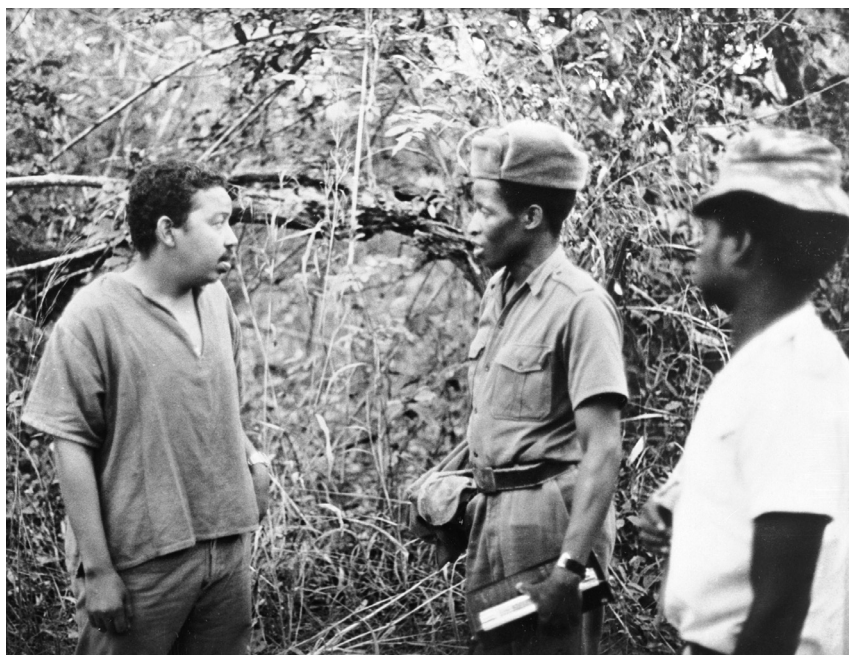


Figura 22. Pedro Pires com um comandante de bi-grupo e o seu guarda-costas, no interior da Guiné-Bissau. S/ data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 23. Otto Schacht, s/ data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

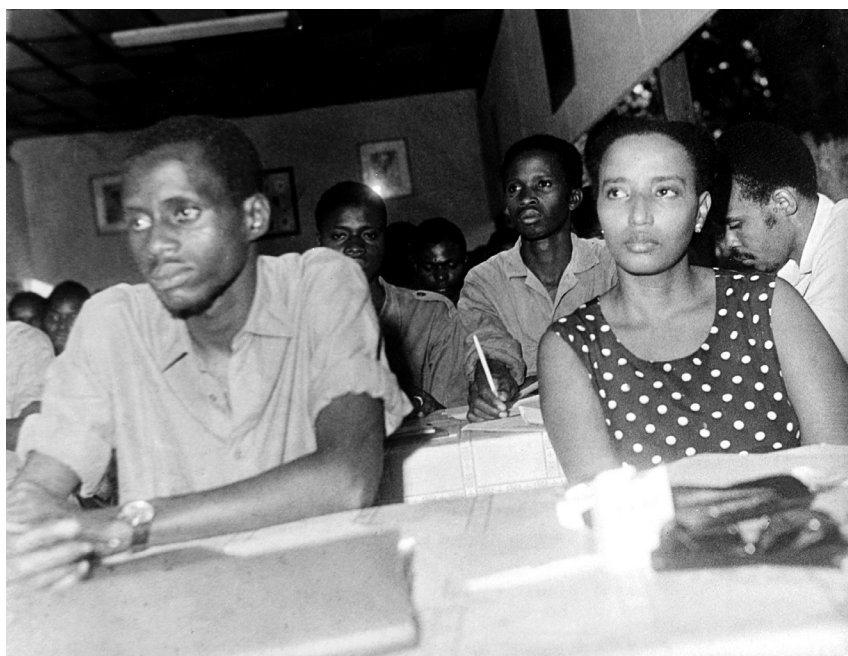


Figura 24. Em primeiro plano, vêem-se Lúcio Soares e Carmen Pereira, numa ação de formação. S/ data.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 25. João Bernardo (Nino) Vieira proclamando a independência da Guiné-Bissau, em Madina do Boé, a 24 de Setembro de 1973.
Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 26. Da esquerda para a direita, identificam-se: João Vieira, José Turé (de costas), Constantino Teixeira (o mais alto), Amílcar Cabral e Paulo Mendes (?). Fidelis Cabral d'Almada está encoberto por José Turé. S/ data.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares

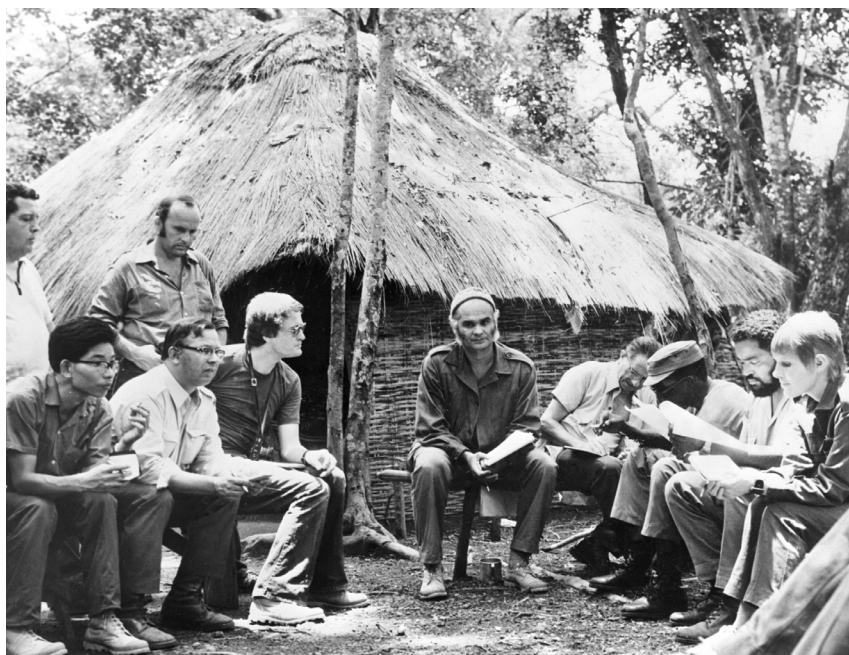


Figura 27. Visita do Comité de Descolonização da ONU às regiões sob domínio do PAIGC na Guiné-Bissau, de 2 a 8 de Abril de 1972. A acompanhar a comitiva, distinguem-se, no centro, José Araújo; à direita, Fidelis Cabral d'Almada, com uma boina, e Silvino da Luz, de barba.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 28. Reunião de quadros do PAIGC, com Luís Cabral no centro. À esquerda, distinguem-se Umarú Dajló e Nino Vieira; atrás, Adélcia Barreto Pires, e à direita, Braima Bangurá. 1973-1974. Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 29. IIº Congresso do PAIGC, na Frente Leste, de 18 a 22 de Julho de 1973. É possível identificar, na primeira fila: Abílio Duarte, Francisco Mendes, Nino Vieira, Aristides Pereira e Luís Cabral. Na 2ª fila reconhecem-se: André Gomes, Carlos Correia, Honório Chantre Fortes (com uma boina), Tiago Aleluia Lopes, Lúcio Soares e Pascoal Alves.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 30. Reunião de membros do Comité Executivo da Luta do PAIGC na sala do Conselho de Ministros, na cidade da Praia, aquando da visita oficial do Presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, à República de Cabo Verde, em 1976. Da esquerda para a direita identificam-se: Lourenço Gomes, Honório Chantre Fortes, Victor Saúde Maria, Abílio Duarte, Pedro Pires, Luís Cabral e Aristides Pereira.

Arquivo Amílcar Cabral/Fundação Mário Soares



Figura 31. Tomada de posse do governo da Guiné-Bissau em 1978.
Da esquerda para a direita: Nino Vieira, Umarú Djaló, Constantino
Teixeira, Carlos Correia, Paulo Correia, Victor Saúde Maria, Filinto
Vaz Martins, João da Costa, Fidelis Cabral d'Almada.
Arquivo Amílcar Cabral / Fundação Mário Soares

(Página deixada propositadamente em branco)

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ACCARDO, Alain, *Introduction à une sociologie critique – Lire Bourdieu*, Bordeaux, Le Mascaret, 1997
- ACOLP, *Liberdade, ainda e sempre...na pisada dos que lutaram pela Independência Nacional*, S. Vicente, ACOLP, 1997
- AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1964
- Amílcar Cabral, sou um simples africano...*, Lisboa, Fundação Mário Soares, 2000
- ANDRADE, Elisa de, *Les causes profondes de l'émigration capverdienne à Dakar*, Dakar, s.e., 1971
- ANDRADE, Elisa Silva, *Les îles du Cap Vert : - de la "Découverte" à l'indépendance nationale (1460-1975)*, Paris, l'Harmattan, 1996, (Racines du Présent)
- ANDRADE, Mário Pinto de, *A geração de Cabral – palestra feita na Escola – Piloto, em 8 de Fevereiro de 1973*, s.l., Instituto Amizade – PAIGC, 1973
- ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa, Dom Quixote, 1997
- ANDRADE, Mário Pinto de, *Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, João Sá da Costa, 1997
- ANDRÉINI, J.-Cl. et LAMBERT, M.-L., *La Guinée-Bissau d'Amílcar Cabral à la reconstruction nationale*, Paris, l'Harmattan, 1978
- ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961 – 1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, 2 vols.
- BALENO, Ilídio Cabral, «Subsídios para a História de Cabo Verde: a necessidade de fontes locais através dos vestígios materiais», série separatas, 219-pp. 553-555, Lisboa, ICT, (Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga), 1989
- BOBBIO, Norberto, *Saggi sulla scienza politica in Italia*, Roma-Bari, Laterza, 1969
- BOBBIO, Norberto – MATTEUCCI, Nicola – PASQUINO, Gianfranco, *Dizionario di Politica*, Torino, UTET, 1976
- CABRAL, Amílcar, "La lutte en Guinée", in *Revue Internationale du Socialisme*, année 1 – n° 4, août 1964, p. 439 – 454, Milan, s.e., 1964
- CABRAL, Amílcar, *Guiné- Bissau – Nação Africana forjada na luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974

- CABRAL, Amílcar, *Análise de alguns tipos de resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1974
- CABRAL, Amílcar, *Princípios do Partido*, Bolama, PAIGC / Secretariado Geral, Edição do xx aniversário da fundação do PAIGC, Imprensa Nacional da Guiné – Bissau, Setembro de 1976
- CABRAL, Amílcar, *A Prática Revolucionária – unidade e luta II*, Lisboa, Seara Nova, 1977
- CABRAL, Amílcar, *Unidade e luta – A arma da teoria*, Lisboa, Seara Nova, 1978
- CABRAL, Amílcar, *Nacionalismo e cultura*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1999
- CABRAL, Juvenal, *Memórias e reflexões*, Praia, edição do autor, 1947
- CABRAL, Luís, *Crónica da Libertação*, Lisboa, o jornal, 1984
- CABRAL, Nelson Eurico, “Notes sur le catholicisme aux îles du Cap Vert”, in *Revue française d'études politiques africaines*, n°s 165-166, pp. 108-117, Paris, s.e., 1979
- CABRAL, Nelson Eurico, RUFFIE, Jacques, *Le Moulin et le Pilon: les îles du Cap-Vert*, Paris, l'Harmattan, 1980
- CABRAL, Nelson Eurico, “Christianisme et créolisation à Santiago du Cap Vert”, in *Etudes Créoles*, pp. 113-120, vol.9, n°2, Comité International des Etudes Créoles, 1987
- CARDOSO, Carlos, «A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926 –1973», In *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, (14) Jul. 1992, p. 29-63, Bissau, s.e., 1992
- CARREIRA, António, *Cabo Verde, classes sociais, estrutura familiar, Migrações*, Lisboa, Ulmeiro, 1977
- CARREIRA, António, *The people of Cape Verde islands: exploitation and emigration*, translated from portuguese and edited by Christopher Fyfe, London, Connecticut, C. Hurst and Company, Archon Books, 1982
- CARREIRA, António, *Cabo Verde: aspetos sociais: secas e fomes do século xx*, 2a edição, Lisboa, Ulmeiro, 1984
- CASTANHEIRA, José Pedro, “Quem mandou matar Amílcar Cabral?”, in *Expresso – A Revista*, 16/01/93, pp. 4 – 16, s.l., s.e., 1993
- CASTANHEIRA, José Pedro, *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995
- Catalogue Yvert et Tellier – timbres d'Outre-Mer*, Tome 5, 2^e partie, Amiens, Yvert et Tellier, 1998
- Catalogue Yvert et Tellier – timbres d'Outre-Mer*, tome 6, 1^{ère} partie, Amiens, Yvert et Tellier, 2000
- CHABAL, Patrick, “The Life and Thought of Amílcar Cabral”, in *Social and Political Sciences Committee*, mai 1978, s.l., s.e., 1978
- CHALIAND, Gérard, *Lutte armée en Afrique*, Paris, F.Maspero, 1967
- CHILCOTE, Ronald H., *Amílcar Cabral's Revolutionary Theory and Practice – a Critical Guide*, Londres, Lynne Publishers, 1991
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine et MONIOT, Henri, *L'Afrique Noire de 1800 à nos jours*, Paris, PUF, 1974
- CORREIA E SILVA, António Leão, *Nos tempos do Porto Grande de Mindelo*, Praia-Minde-lo, Centro Cultural Português, 2000, (Documentos para a História de Cabo Verde)

- D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène, «Le mouvement coopératif en Afrique noire: une solution économique pour l'indépendance?» in AGERON, Charles-Robert, MICHEL, Marc, *L'Afrique Noire française: l'heure des indépendances?*, Paris, CNRS, 1992
- D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène, *Naissance des états africains*, Paris, Casterman - Giunti, 1996
- D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène, *L'Afrique au XXème siècle*, Paris, Armand Colin, 1999
- DAVIDSON, Basil, *La liberazione della Guinea – aspetti di una rivoluzione africana*, Torino, Einaudi, 1970, (trad. Giovanni Ferrara)
- DHADA, Mustafah, *Warriors at work - how Guinea was really set free*, Niwot, University Press of Colorado, 1993
- Do PAIGC ao PAICV – documentos*, Mira – Sintra / Mem Martins, s.e., 1981
- DUARTE SILVA, António E., *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1997
- DURIEUX, A., *Essai sur le statut des indigènes portugais de la Guinée, de l'Angola et du Mozambique*, Bruxelles, Mémoire de l'Académie Royale de Sciences Coloniales, 1955
- FURTADO, Cláudio Alves, *A Transformação das Estruturas Agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*, Praia – Mindelo, ICL, 1993
- FURTADO, Cláudio Alves, *Génese e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*, Mindelo, ICL, 1997, (Tese)
- GALLI, Rosemary E, JONES, Jocelyn, *Guinea-Bissau - Politics, Economics and society*, London, Frances Pinter, 1987
- GALVÃO, Henrique – SELVAGEM, Carlos, *Império Ultramarino Português – Monografia do Império*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950, vol. 1
- GALVÃO, Inocêncio, “Seminário-Lyceu de Cabo Verde”, in *O Ocidente*, vol. 29, n° 994, pp. 173-174, Lisboa, s.e., 1906
- «Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral», in *Nô Pintcha*, 12 de Setembro de 1978, Bissau, s.e., 1978
- LOBÃO, Eduardo, “Nino Vieira, presidente da mudança”, in *Elo – Cooperação e Desenvolvimento*, n°3, Ano 1, pp. 49-54, s.l., s.e., 1991
- LOBBAN, Richard et FORREST, Joshua, *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 2nd edition, London, The Scarecrow Press, Inc., , 1988, (African Historical Dictionaries, n° 22)
- LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: os Bastidores da Independência*, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português, 1996
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência – a Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Inquérito, 1999
- NEVES, Baltazar, *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: Contributo para a História do Ensino em Cabo Verde*, Porto, CEAUP, 2008
- ORAMAS, Óscar, *Amílcar Cabral – para além do seu tempo*, Lisboa, Hugin, 1998
- PAIGC, *Manual político do PAIGC*, s.l., Maria da Fonte, 1974
- PAIGC, *O Militante – especial golpe de Estado*, Praia, Out.-Dez. 1980

- PÉLISSIER, René, «Les régimes politiques et les instruments du pouvoir en Afrique lusophone: le cas de la Guinée-Bissau et du Cap Vert», Rapport à la table ronde sur *L'évolution récente du pouvoir en Afrique noire*, 4-5 février 1977, s.l., s.e., 1977
- PEREIRA, Aristides, *Relatório do Conselho Superior da Luta ao IIIº Congresso do PAIGC*, Mindelo, Gráfica do Mindelo, 1978
- PEREIRA, Aristides, *O meu testemunho – uma luta, um partido, dois países – versão documentada*, Lisboa, Notícias, 2003
- QUERIDO, Jorge, *Cabo Verde Subsídios para a história da nossa luta de libertação*, Lisboa, Vega, 1989
- REIS BORGES, José dos, “Seminário-Liceu da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde”, in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 5, nº45, pp. 196-200, Lisboa, s.e., 1929
- REMA, Henrique Pinto, *História das Missões Católicas da Guiné*, Braga, Franciscana, 1982
- ROSAS, Fernando – BRANDÃO DE BRITO, J.M., *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996
- RUDEBECK, Lars, *Guinea-Bissau – a Study of Political Mobilisation*, Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1974
- SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral – vida e morte de um revolucionário africano*, Lisboa, Nova Vega, 2011

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

DIREÇÃO: MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

«História Contemporânea» é, como todos sabem (sobretudo os historiadores), um conceito lato e ambíguo. É, sempre, no entanto, um «conceito que regressa» e que, por isso, se mantém firme no vocabulário historiográfico. Portanto, continuou-se a adotá-lo nesta Coleção de carácter geral sobre a história do século XX, e também, por um lado, do século XIX, sempre presente no espírito dos historiadores contemporaneístas, e mesmo, por outro lado, do século XXI, que começa a assomar no horizonte de uma História que se deseja cada vez menos como um passado sem vida e cada vez mais como um processo de interpretação que inclui a reflexão sobre a atualidade. Mas, esta visão não supõe uma conceção «presentista» e ideológica, porque se deseja sobretudo que a História seja uma Ciência, mesmo que se admita – como Le Goff – que ela o é, mas «não é uma ciência como as outras».

A Coleção «História Contemporânea» – que se juntará a outras séries de publicações do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra – integrará, pois, estudos de variadas temáticas, conceções, objetivos e desenvolvimentos, sobre os últimos séculos da História.

Desta forma, pretende-se situar a História num espaço de «intervenção» (no sentido em que a Ciência é *intervenção*), e numa luta que, de algum modo, prolonga a temática do colóquio do décimo aniversário do CEIS20, «Outros Combates pela História», cujo título se inspirou numa obra clássica de Lucien Fèbvre.



HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

